

**DOSSIÊ «O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA:
70 ANOS»**

Apresentação de Gabriel Passetti

**UM OCEANO DE LACUNAS. REVISANDO A
HISTORIOGRAFIA E A HISTÓRIA DO ESPAÇO
ESTRATÉGICO ATLÂNTICO NOS ANOS 1940**

Alexandre L. Moreli Rocha

**PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:
DA NEUTRALIDADE À CO-BELIGERÂNCIA**

António Paulo Duarte

**A III CONFERÊNCIA DOS CHANCELERES
AMERICANOS DE 1942: O PONTO DECISIVO
DA POLÍTICA EXTERNA GETULISTA**

Delmo de Oliveira Arguelhes

**A II GUERRA MUNDIAL E A POLÍTICA
ECONÔMICA EXTERNA: A QUESTÃO DO
FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

Francisco Luiz Corsi

**O CASO COMPANHIA SIDERÚRGICA
NACIONAL: UMA "COMPANY-TOWN" NOS
TRÓPICOS E A CRIAÇÃO DE UM "NOVO HOMEM"**

Hélio de Lena Júnior

**A HERANÇA FRANCESA NO EXÉRCITO
BRASILEIRO SEGUNDO MILITARES DOS
EUA (1942-1945)**

Dennison de Oliveira

**O SOLDADO E O SOBREVIVENTE: DESAFIOS
DO ESTUDO DA SHOÁ NO BRASIL**

Michel Gherman

**O PARTIDO NAZISTA E O MITO DA QUINTA
COLUNA NO BRASIL**

Luís Edmundo de Souza Moraes

Igor Gak

**A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Fábio Koifman

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

**REVISTA BRASILEIRA
DE
ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

Editora LUZES
Comunicação, Arte & Cultura
Rio de Janeiro
2015

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (REST)
Publicação do Instituto de Estudos Estratégicos da
Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Editor-Chefe: Eurico de Lima Figueiredo

Editor-Executivo: Marcio Rocha

Integrantes do Conselho: Alex Jobim Farias (INEST-UFF), Fernando Roberto de Freitas Almeida (INEST-UFF), Frederico Carlos de Sá Costa (INEST-UFF), Gabriel Passetti (INEST-UFF), José Miguel Arias Neto (UEL), Luiz Pedone (INEST-UFF), Renato Petrocchi (INEST-UFF), Vagner Camilo (INEST-UFF), Victor Gomes (INEST-UFF), William de Sousa Moreira (EGN).

CONSELHO CONSULTIVO

Gen Aureliano Pinto de Moura (IGHMB)

Prof. Celso Castro (FGV-RJ)

Prof. Claude Serfati (Universidade Versailles-Saint-Quentin (França)

Prof. Clóvis Brigagão (CEAs/IH-UCAM)

Prof. Daniel G. Zirker (University of Waikato - Nova Zelândia)

Prof. Eliézer Rizzo Oliveira (UNICAMP)

Alte. Fernando Diegues (Escola de Guerra Naval)

Prof. Francisco Carlos Teixeira (UFRJ)

Prof. Héctor Saint-Pierre (UNESP-França)

Prof. Joám Evans Pim (IGESIP-Galícia)

Prof. João Roberto Martins Filho (UFSCar)

Profª. Letícia Pinheiro (PUC / RJ)

Prof. Luis Tibeleti (Ministério da Defesa da Argentina)

Prof. Marcos Costa Lima (UFPE)

Profª. Maria Regina Soares de Lima (IESP-UERJ)

Prof. Pablo Celi de la Torre (CEED/UNASUL)

Prof. Paulo Calmon (UNB)

Prof. Samuel Alves Soares (UNESP-França)

Projeto Editorial Edição Impressa: Prof. Marcio Rocha

Ficha Catalográfica INEST/UFF

Revista Brasileira de Estudos Estratégicos: **Instituto de Estudos Estratégico da Universidade Federal Fluminense - INEST/UFF.**

Ed. nº 8 - Vol. I Rio de Janeiro, Luzes – Comunicação, Arte & Cultura, 2015

260 p.

ISSN 2448-0223 (Edição Impressa)

ISSN 1984-5642 (Edição Online)

1. Ciência Política. 2. Estudos Estratégicos. 3. Relações Internacionais. I. Núcleo de Estudos Estratégicos – UFF.

CDD 320

2015

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO -

REST

(V. 7 nº 14 jul-dez 2015)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS EDITORIAL Eurico de Lima Figueiredo	7
DOSSIÊ "O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA: 70 ANOS" Apresentação de Gabriel Passetti	9
UM OCEANO DE LACUNAS. REVISANDO A HISTORIOGRAFIA E A HISTÓRIA DO ESPAÇO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO NOS ANOS 1940 Alexandre L. Moreli Rocha	13
PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: DA NEUTRALIDADE À CO-BELIGERÂNCIA António Paulo Duarte - Instituto da Defesa Nacional (IDN) e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa - Portugal	45
A III CONFERÊNCIA DOS CHANCELERES AMERICANOS DE 1942: O PONTO DECISIVO DA POLÍTICA EXTERNA GETULISTA. Delmo de Oliveira Arguelhes	73
A II GUERRA MUNDIAL E A POLÍTICA ECONÔMICA EXTERNA: A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO. Francisco Luiz Corsi	105
O CASO COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL: UMA "COMPANY-TOWN" NOS TRÓPICOS E A CRIAÇÃO DE UM "NOVO HOMEM" Hélio de Lena Júnior	127
A HERANÇA FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO SEGUNDO MILITARES DOS EUA (1942-1945) Dennison de Oliveira	147
O SOLDADO E O SOBREVIVENTE: DESAFIOS DO ESTUDO DA SHOÁ NO BRASIL Michel Gherman	177
O PARTIDO NAZISTA E O MITO DA QUINTA COLUNA NO BRASIL Luís Edmundo de Souza Moraes ⁶ e Igor Gak	197
A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL Fábio Koifman	237

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

EDITORIAL

A presente edição é composta por um rico e variado dossiê sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, resultado de Simpósio Internacional organizado pelo INEST-UFF, em agosto de 2015, com apoio da CAPES e da FAPERJ. O professor Gabriel Passeti foi o Presidente da Comissão Organizadora do Simpósio e, nessa qualidade, assina a apresentação do referido Dossiê.

Se a Guerra se constitui em tema, por excelência, dos Estudos Estratégicos, a Segunda Guerra Mundial foi não só o mais terrível dos conflitos enfrentados pela humanidade, como também modificou para sempre a história do século XX. Devido a sua abrangência e múltiplas dimensões, tem gerado uma vasta literatura que não para de aumentar.

No Brasil, uma nova geração de pesquisadores profissionais, com variada formação, tem gerado inovadora bibliográfica visando melhor esclarecer a participação do país na conflagração. Embora a atuação brasileira, em comparação com os países centrais na época, tenha sido de menor monta, ela figurará como um dos momentos mais expressivos de sua História Militar, senão mesmo o mais importante, devido a sua complexidade.

O dossiê publicado neste número da REST traz à consideração da comunidade científica, no âmbito dos Estudos Estratégicos, novas interpretações apoiadas em metodologias e técnicas de pesquisa mais avançadas, assim como em teorias mais refinadas, sobre o papel do Brasil na Segunda Grande Guerra.

Niterói, dezembro de 2015.

Eurico de Lima Figueiredo

Editor-Chefe

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA: 70 ANOS

Gabriel Passetti ¹

Este dossiê publicado pela *REST – Revista Brasileira de Estudos Estratégicos* reúne nove artigos decorrentes de apresentações no evento “O Brasil na Segunda Guerra: 70 anos”, promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF), em agosto de 2015. Naquela oportunidade, especialistas brasileiros e estrangeiros debateram a participação brasileira no conflito, suas conexões internacionais, consequências e interesses internos. Aqueles debates e este dossiê não seriam possíveis sem o valioso apoio da CAPES.

O primeiro artigo é de Alexandre L. Moreli Rocha (FGV) com uma profunda revisão da historiografia e da história do espaço estratégico atlântico nos anos 1940. A partir dos debates e interesses de americanos e britânicos no controle dos aeródromos civis e militares no meio do Atlântico, o artigo delimita os embates dentro dos Aliados e como outros países, como Portugal e Brasil, procuraram se envolver na questão.

Esta temática dialoga com o artigo seguinte, “Portugal na Segunda Guerra Mundial: da neutralidade à co-beligerância”, de professor António Paulo Duarte (Instituto da Defesa Nacional e Universidade Nova de Lisboa – Portugal). A partir do mesmo caso das bases aéreas nos Açores, são discutidos os limites da neutralidade portuguesa no conflito e seus interesses e contingenciamentos pela permanência na aliança com a Grã-Bretanha.

Delmo de Oliveira Arguelhes (UniEURO) também analisa os posicionamentos internacionais de uma potência média no sistema, no caso o Brasil sob Getúlio Vargas. Seu foco recai sobre a III Conferência dos Chanceleres Americanos, de 1942, e como se alimentou um sonho de projeção mundial na Aliança com os Estados Unidos, procurando identificar as experiências e expectativas entrelaçadas que indicavam um futuro glorioso para o Brasil.

¹ Professor de História das Relações Internacionais na graduação em Relações Internacionais da UFF e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos, da Defesa e da Segurança (PPGEST-UFF), gabrielpassetti@id.uff.br

A análise da política econômica externa durante o conflito é de autoria de Francisco Luiz Corsi (Unesp). É apresentada a função estratégica da política externa daquele período, quando se conseguiu o financiamento externo do desenvolvimento e tecnologias cruciais para o avanço da industrialização. São comparadas as ações do período da Guerra ao momento anterior em que, mesmo sob o mesmo presidente, não é possível caracterizar a política econômica de forma semelhante.

O exemplo mais marcante desta política é analisado no artigo seguinte, "O caso Companhia Siderúrgica Nacional: uma 'company-town' nos trópicos e a criação de um 'novo homem'". Seu autor, Hélio de Lena Júnior (UniFOA), analisa a modernização conservadora brasileira a partir do caso específico da construção da siderúrgica e os projetos urbanos, sociais e políticos pensados para a cidade de Volta Redonda.

As relações entre os governos do Brasil e dos EUA, durante a Segunda Guerra, levaram a aproximações entre as Forças Armadas dos dois países. Dennison de Oliveira (UFPR) apresenta, em seu "A herança francesa no Exército Brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945)" o esforço da política externa militar dos EUA em "americanizar" o Exército Brasileiro, com suas doutrinas, métodos, táticas e respectivas armas, veículos e equipamentos.

Entre os milhares de soldados brasileiros que participaram da Segunda Guerra, o grupo composto pelos judeus é pouco analisado, apesar do tema ser central para o conflito. Michel Gherman (UFRJ) debate os desafios dos estudos da Shoá no Brasil, a pequena visibilidade daqueles soldados e os embates sobre seu lugar político e o dos sobreviventes do conflito na comunidade judaica brasileira.

O debate sobre os reflexos do conflito para o cotidiano brasileiro é o tema de "O Partido Nazista e o mito da *Quinta Coluna* no Brasil", de Luís Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ) e Igor Gak (UniRio). No artigo, são apresentados os embates entre as comunidades de origem alemã, os núcleos regionais e independentes do Partido e os órgãos oficiais do governo alemão. A partir de análise de caso, demonstra-se o mito construído em torno dessa suposta colaboração durante a Guerra e a ausência de planos do III Reich para a América do Sul.

Fábio Koifman (UFRRJ) apresenta os objetivos "branqueadores" da política imigratória brasileira antes e durante a Segunda Guerra Mundial e de que forma o desenrolar do conflito elencou novas questões. Sua análise demonstra como os preceitos eugenistas e as restrições políticas foram mantidos no período, bem como o governo lidou com os diferentes fluxos.

Com a publicação deste dossiê, a comissão organizadora do evento "O Brasil na Segunda Guerra: 70 anos" cumpre com seu objetivo de reunir especialistas de diferentes áreas para debater os reflexos deste conflito para o Brasil. As análises da política internacional, diplomacia, economia e imigração e seus reflexos nas dinâmicas internas do país demonstram a importância daquele conflito e a relevância das pesquisas nas diferentes áreas.

DOSSIÊ "O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA: 70 ANOS"

Apresentação de Gabriel Passetti

Um oceano de lacunas. Revisando a historiografia e a história do espaço estratégico atlântico nos anos 1940

Alexandre L. Moreli Rocha

Portugal na Segunda Guerra Mundial: Da neutralidade à Co-Beligerância

António Paulo Duarte - Instituto da Defesa Nacional (IDN) e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa - Portugal

A III Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista.

Delmo de Oliveira Arguelhes

A II Guerra Mundial e a política econômica externa: a questão do financiamento do desenvolvimento.

Francisco Luiz Corsi

O caso Companhia Siderúrgica Nacional: Uma "company-town" nos trópicos e a criação de um "novo homem"

Hélio de Lena Júnior¹

A herança francesa no Exército Brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945)

Dennison de Oliveira

O Soldado e o Sobrevivente: Desafios do Estudo da Shoá no Brasil

Michel Gherman

O Partido Nazista e o Mito da *Quinta Coluna* no Brasil.

Luís Edmundo de Souza Moraes⁶ e Igor Gak

A política imigratória brasileira e a Segunda Guerra Mundial

Fábio Koifman

UM OCEANO DE LACUNAS. REVISANDO A HISTORIOGRAFIA E A HISTÓRIA DO ESPAÇO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO NOS ANOS 1940

Alexandre L. Moreli Rocha¹

Resumo: Ao cruzar a história das relações transatlânticas, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria através do exame das diferentes ambições civis e militares ligadas ao espaço insular atlântico português entre 1942 e 1948, este artigo tem como objetivo questionar as narrativas existentes sobre a formação de um novo espaço estratégico no oceano no período. Ao evitar o corte cronológico de 1945 como marco transformador ou ponto de partida para interesses cruzando-se em meio ao Atlântico, o artigo pretende lançar um novo olhar sobre rivalidades dissimuladas, mas perenes e consequentes, como a anglo-americana atuando em Portugal, ou agendas políticas e econômicas marginalizadas pela literatura nesse contexto, embora decisivas, como a brasileira.

Palavras chave: Segunda Guerra Mundial, Portugal, Atlântico, Açores, Brasil

Abstract: By crossing the Transatlantic History, the History of the Second World War and the works on the origins of the Cold War, this article aims to question the narratives on the civil and military ambitions linked to the Portuguese Atlantic and Insular territory from 1942 to 1948. By avoiding considering 1945 as a turning point, this article intends to shed new light on the Anglo-American dissimulated rivalries regarding their interests in Portugal at the time. It also aims to unveil the agenda of other actors concerned with the political and economic future of the Atlantic region, as the Brazilians.

Keywords: Second World War, Portugal, Atlantic, Azores, Brazil

¹ Doutor em História das Relações Internacionais pelo *Institut Pierre Renouvin* da *Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne*, Coordenador do Centro de Relações Internacionais e professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, alexandre.moreli@fgv.br.

Introdução

Constrangido por razões orçamentárias e estratégicas, Ray Mabus, *Secretary of the Navy* dos Estados Unidos, acabou declarando em plena Lisboa, no dia 15 de novembro de 2011, que, apesar da importância estratégica da presença americana no arquipélago português dos Açores, localizado em meio ao Atlântico, o futuro permanecia incerto. Segundo Mabus, “deixar os Açores [era] uma das opções sendo consideradas” (PAJ.CM, 2011a). Enquanto a preservação contínua de uma base militar americana nas mencionadas ilhas desde 1944 ilustra bem sua importância, a eventual saída provocou um debate tão intenso quanto o de 70 anos atrás, quando forças anglo-americanas lá se instalaram. Entretanto, apesar da similitude de tom, houve uma mudança radical de posições: enquanto Lisboa resistira duramente a uma primeira presença estrangeira em suas ilhas, hoje são os americanos que querem sair e os portugueses que os desejam lá (PAJ.CM, 2011b).

O objetivo primordial deste artigo, cruzando a história das relações transatlânticas, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, é o de interrogar as fórmulas segundo as quais, entre 1942 e 1948, americanos e britânicos construíram e acionaram políticas concorrentes sobre o controle de aeródromos civis e militares no meio do oceano Atlântico. Mais especificamente, pretende-se entender como a literatura existente lida com as formas pelas quais Portugal, mas também outras potências atlânticas, como o Brasil, acabaram envolvidas nesses acontecimentos. Finalmente, serão examinadas as modalidades através das quais Londres percebeu e reagiu às iniciativas de Washington, que se intrometia em um território considerado, pela Inglaterra, como sua “zona prioritária de responsabilidade”². Em suma, tratar-se-á dos últimos instantes de uma importante rivalidade ocidental antes da criação da Aliança Atlântica de 1949.

² Arquivos Nacionais do Reino Unido. PREM 3/362/6. Telegrama nº 995, de 2 de março de 1943, de Lord Halifax à Anthony Eden.

As lacunas da historiografia

Sem surpresa, tem sido sobretudo a historiografia portuguesa a dedicar, nas últimas décadas, centenas, senão milhares, de páginas à importância do espaço atlântico e dos Açores nesse decisivo período de meados dos anos 1940³. Para além de sua histórica trajetória (e dependência) oceânica e dos diversos arquipélagos onde rotas de comboios de suprimento e submarinos se cruzavam, faz-se importante recordar que Portugal controlava, à época, milhares de quilômetros de territórios costeiros entre Lisboa e Luanda.

Ao reconhecer que a neutralidade oficial portuguesa durante a guerra sofreu para encontrar um equilíbrio entre os interesses do Eixo e os dos Aliados, historiadores distinguem um real processo de aproximação ao último grupo enquanto Mussolini caía e Hitler começava a enfrentar o pior período da guerra de usura, que sempre quisera evitar. Tal processo, contudo, não teria se desenrolado tranquilamente. Em princípio advogados pelo *Foreign Office* britânico, reconhecidamente um interlocutor privilegiado em Lisboa, os interesses americanos teriam sofrido resistência devido à enorme

³ Dentre as principais obras, que incluem algumas reflexões de autores não lusitanos, pode-se citar: ANDRADE, Luis M. Vieira, "A importância geoestratégica dos Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLV, Tomo I, 1988, p. 1389-1397, FERREIRA, José Medeiros. "Os Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLV, Tomo I, 1988, p. 73-90, ANDRADE, Luis M. Vieira. *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO*. Ponta Delgada, Impraçor S. A., 1992, 260 p., TELO, Antonio J. *Os Açores e o controlo do Atlântico*. Lisboa, Asa, 1993, p., ANTUNES, José Freire. *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores (1941-1945)*. Alfragide, Ediclube, 1995, 163 p., PETER, Felicitas von. "Apanhados de surpresa? A embaixada alemã e o acordo dos Açores", In: *Penelope*, n. 22, 2000, p. 35-51, RODRIGUES, Luís Nuno. "George Kennan e as negociações luso-americanas sobre os Açores", In: *Relações Internacionais*, Portugal, dezembro, 2004, n. 4, p. 1-11, RODRIGUES, Luís Nuno. *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa, Prefacio, 2005, 209 p., CASTAÑO, David. *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa, Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático, 2006, 206 p., ROCHA, Alexandre Luis Moreli. "As pressões dos aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943 : da neutralidade à colaboração", In *Revista de Historia*, Departamento de Historia da Universidade de São Paulo, n. 161, 2009, p. 113-144, FERREIRA, José Medeiros. *Os Açores na política internacional*. Lisboa, Tinta da China, 2011, 181 p.

desconfiança do ditador português António de Oliveira Salazar para com Washington. De acordo com os representantes americanos em Lisboa no início de 1943, para Salazar, uma vitória encabeçada pelos Estados Unidos significaria “o triunfo do materialismo de *Wall Street* e da imoralidade de *Hollywood*, sem mencionar a ameaça para as ilhas portuguesas do Atlântico”⁴.

Dessa forma, resumem os trabalhos conhecidos, explicar-se-ia o longo tempo que os americanos levaram para concretizar um interesse inicial, manifestado em 1943 na sequência dos sucessos da operação *Torch* de invasão do norte da África e que reconfigurou a Batalha do Atlântico, de estabelecer uma presença definitiva nas estratégicas ilhas atlânticas lusitanas. Tal objetivo seria alcançado somente em 1948 (após uma série de acordos provisórios), quando foi assinado o tratado base que sustenta a hoje ameaçada presença da *65th Air Base Wing* no espaço insular.

Todavia, documentos ainda não considerados para tal reflexão presentes nos arquivos franceses propõem uma interpretação diferente⁵.

Para o regime de Vichy, sem direto interesse no dossiê dos Açores, mas acompanhando de perto as discussões que poderiam afetar colateralmente seus interesses na costa africana, uma relação de força áspera entre os anglo-americanos teria se instalado sobre essa questão e influenciado fundamentalmente as relações de ambos com o governo português. Se tal hipótese se mostrasse defensável, seria possível afirmar que teriam sido menos as resistências de Salazar a uma política atlantista americana e mais o jogo duplo de um desleal aliado, o *Foreign Office*, o principal fator atrapalhando os planos de Washington por anos. Como, entretanto, questionar a *special relationship*, aparentemente tão bem construída por Churchill e Roosevelt?

⁴ Arquivos Nacionais dos Estados Unidos. RG 59, file 853, box 5263. Carta n. 808, de 4 de fevereiro de 1943, de Bert Fish ao Secretário de Estado, contendo o anexo “Situation of Portugal at the Outset of 1943”.

⁵ A análise dos arquivos franceses foi realizada durante as pesquisas de mestrado, que deram origem a este trabalho: ROCHA, Alexandre Luis Moreli. *Les négociations entre les Etats-Unis, le Portugal et le Royaume-Uni pour le contrôle de l’Atlantique à partir de l’archipel des Açores vues à travers le réseau diplomatique français. 1943-1948*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea dos Mundos Estrangeiros e das Relações Internacionais apresentada na *Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne* em outubro de 2007, 207 p.

Na hipótese da manutenção de uma cooperação total anglo-americana em relação aos Açores que, de fato, domina as narrativas até hoje⁶, fica difícil entender as razões pelas quais, após a cessão por Lisboa a Londres, em agosto de 1943, de direitos para um aeródromo na Ilha Terceira, os americanos insistiram com firmeza para obter eles mesmos direitos semelhantes, para uso exclusivo e em uma diferente ilha do arquipélago.

⁶ As várias questões levantadas pela consulta aos arquivos franceses, na realidade, ou não tinham sido consideradas pelos numerosos trabalhos já publicados (inclusive fora de Portugal), ou o tinham somente de forma sucinta, demandando nova reflexão, como na obra *Salazarisme et Fascisme* de Yves Léonard (Paris, Chandeigne, 1995, 223 p.) e de outros artigos dispersos e mais gerais sobre a posição portuguesa durante a guerra (BESSA, Carlos. "La neutralité portugaise dans la Seconde Guerre Mondiale", In: ROULET, Louis-Edouard. *Les Etats Neutres Européens et la Seconde Guerre Mondiale*. Neuchâtel, Editions de la Braconnière, 1985, p. 135-153 e ROCHA, Alexandre Luis Moreli. "L'archipel portugais des Açores dans le contexte de la transition vers le conflit Est-Ouest. 1946-1947, l'atlantisme et la fin du contrôle anglais sur l'océan", In: *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, Paris, número 27, primavera de 2008, p. 77-89). Como dito, as obras não lusófonas abordando mais particularmente as questões estratégicas e políticas relativas aos Açores são escassas. Não obstante, faz-se importante destacar alguns trabalhos da historiografia espanhola ou publicados em espanhol (BARRIO, Antonio Marquina. *España en la política de seguridad occidental, 1939-1986*. Madrid, Servicio de Publicaciones del EME, 1986, 1022 p., LEZCANO, Victor Morales. "Azores, Canarias y Cabo Verde en la estrategia 'preventiva' de Gran Bretaña y los EE-UU (junio-1940-diciembre 1942)", In: *II Aula Canarias y el Noroeste de Africa*, Madrid, Cabildo Insular de Gran Canaria, 1988, p. 469-474, número 8 da revista *Proserpina*, publicada em 1989 e dedicada à Espanha, à Portugal e à OTAN, 180 p., REDONDO, Juan Carlos Jiménez. *Franco y Salazar : Las Relaciones Hispano-Portuguesas en el Marco de la Guerra Fria (1930-1955)*, publicado em português em 1996, TEIXEIRA, Nuno Severiano. "La política exterior portuguesa, 1890-1986", In: PINTO, Antonio Costa. *Portugal Contemporaneo*. Madri, Sequitur, 2000, p. 57-84 e outros autores como Javier Tussel ou Stanley Payne, que trabalharam marginalmente sobre Portugal em suas obras sobre a Espanha durante a Segunda Guerra (TUSSEL, Javier. *Franco, España y la II Guerra Mundial. Entre el Eje y la neutralidad*. Madri, Temas de Hoy, 1995, 709 p., PAYNE, Stanley G. *Franco y Hitler. España, Alemania, la Segunda Guerra Mundial y el Holocausto*. Madri, La esfera de los libros, 2008, 473 p.). É preciso igualmente lembrar dos trabalhos publicados em língua inglesa, como VINTRAS, R. E. *The Portuguese Connection. The Secret History of the Azores Base*. Londres, Bachman & Turner, 1974, 183 p., STONE, Glyn A. "The Official British Attitude to the Anglo-Portuguese Alliance, 1910-1945", In: *Journal of Contemporary History*, Londres, volume 10, number 4, October 1975, p. 729-746, SWEENEY, Jerry K. "Genesis of an Airbase: The United States, Portugal and Santa Maria", In: *Aerospace Historian*, vol. XXIV, dezembro de 1977, p. 222-227, WHEELER,

Na realidade, os diplomatas do *Quai d'Orsay* (como é conhecido o Ministério das Relações Exteriores da França) e os adidos militares franceses trabalhando para o serviço de inteligência da Marinha, em Lisboa, relatavam constantemente a seus superiores, entre 1942 e 1948, uma rivalidade crescente e árdua entre Londres e Washington pela supremacia política, militar, cultural e econômica em Portugal, sem mencionar as tentativas de instrumentalização de Brasil e Espanha nessa contenda⁷.

Como relatou o adido naval francês quando se instalou na capital portuguesa em janeiro de 1942, acostumada há séculos a ter Lisboa na sua "órbita", Londres tinha muita dificuldade em aceitar o estabelecimento de Washington na sua zona de influência⁸.

Douglas L. "The Azores and the United States (1787-1987): Two Hundred Years of Shared History", In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLV, Tomo I, Angra do Heroísmo, 1988, p 55-71, SWEENEY, Jerry K. "The Unwanted Alliance: Portugal and the United States", In: BILLS, Scott L; SMITH, E. Timothy. *The romance of history: essays in honor of Lawrence S. Kaplan*. Kent, The Kent State UP, 1997, p. 214-227, GROVE, Eric. "The Azores and British Naval Strategy", In: *Actas do V Coloquio Internacional de Historia das Ilhas do Atlântico*, Angra do Heroísmo, 2000, p. 161-170, HERZ, Norman. *Operation Alacrity. The Azores and the War in the Atlantic*. Annapolis, Naval Institute Press, 2004, 368 p., CONVERSE III, Elliot V. *Circling the Earth. United States Plans for a Postwar Overseas Military Base System, 1942-1948*. Maxwell Air Force Base, Alabama, Air UP, 2005, 234 p. RODRIGUES, Luis Nuno. "Crossroads of the Atlantic: Portugal, the Azores and the Atlantic Community (1943-57)", In: AUBOURG, Valérie; BOSSUAT, Gérard; SCOTT-SMITH, Gilles. *European Community, Atlantic Community?*. Paris, Edições Soleb, 2008, p. 456-467.

⁷ Mesmo se diversos estudos sobre o papel do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial existem, quase nenhum analisa com profundidade a relação do país com os portugueses e as parcerias com Washington nesse dossiê. Para as obras publicadas e que tangenciam o tema, faz-se importante mencionar: MCCANN, Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton, NJ, 1973, 527 p. HILTON, Stanley E. *O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 203 p. HUMPHREYS, R. A. *Latin America in the Second World War*. Vol. II, Londres, 1982, p. 59-85. SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos*. São Paulo, Fundação Nacional pro Memória, 1985, 488 p. MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e apos a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1991, 116 p. CERVO, Amado Luiz. *A Parceria Inconclusa. As relações entre Brasil e Portugal*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

⁸ Arquivo Histórico das Forças Armadas da França. Arquivo da Marinha. Série 2 BB7 Li 3 - 1939/1947. Relatório de atividade n. 02 de 27 de janeiro de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado francês, Marinha.

Nesse contexto, ainda segundo os franceses, a relação de força entre essas duas potências teria sido tão áspera a ponto de se tornar força incontornável nas relações de cada um desses atores com o governo português⁹. Considerando essas novas hipóteses, um reexame da literatura existente apresenta-se como primeiro passo necessário na tentativa de propor narrativas alternativas.

⁹ Como dito, as referências francesas às disputas anglo-americanas em Portugal foram constantes entre 1942 e 1948, sendo mesmo tomadas como um dos pilares da relação de Lisboa com o restante do ocidente. Os documentos chave ilustrando esses relatos nos arquivos franceses são os seguintes: Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Guerre 1939-1945 – Londres-Alger, vol 1288. Carta n. 24, de 07 de julho de 1943, de M. Charles Clarac, secretário da embaixada, chefe da missão francesa em Portugal à M. Massigli, embaixador de França, comissário de negócios estrangeiros em Alger. Série Guerre 1939-1945 – Londres-Alger, volume 1289. Carta 4082/RG, de 24 de março de 1944, do comandante chefe do C.F.L.N. em Alger ao comissário de negócios estrangeiros. Série Guerre 1939-1945 – Vichy, sous-série Europe, vol. 651. Carta n. 141, de 25 de abril de 1944, do ministro da França em Lisboa ao ministério dos negócios estrangeiros. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 22. Carta no S/II de 28 de fevereiro de 1945, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal, à Georges Bidault, ministro dos negócios estrangeiros. Carta no 250, de 6 de dezembro de 1945, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal, à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 26. Carta no 68/EU, de 27 de março de 1946, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 21. Carta no 86/CM, de 3 de junho de 1946, de M. R. de Nerciat, encarregado dos negócios da França a.i. em Portugal à Georges Bidault. Carta no 173/EU, de 13 de agosto de 1946, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 26. Carta no 272/EU, de 12 de março de 1947, de M. de Nerciat, encarregado dos negócios da França a.i. em Portugal à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 25. Carta no 134/EU, de 16 de fevereiro de 1948, de Jean du Sault, ministro da França em Portugal à Georges Bidault. Carta no 1423/EU, de 25 de junho de 1948, de Henri Bonnet, embaixador da França nos Estados-Unidos, à Georges Bidault. Em relação aos arquivos militares, consultar: Arquivo Histórico das Forças Armadas da França. Arquivo da Marinha. Série 2 BB7 Li 3 – 1939/1947. Relatório de atividade n. 02, de 27 de janeiro de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado Francês, Marinha. Relatório de atividade n. 14, de 11 de julho de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado Francês, Marinha. Relatório de atividade no 19, de 15 de setembro de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado Francês, Marinha. Série 2 BB7 Li 4. 1939/1947. Note 229/M de 27 de novembro de 1944, do chefe de Serviço ao Comissariado da Marinha, Charles Brun, ao D.T.S.S. – Marinha (R2B), Ministério da Marinha, E.M.G. 2^{ème} Bureau.

Em Portugal, os primeiros trabalhos completos sobre a história do país durante a Segunda Guerra, como os do historiador Antonio Telo sobre o percurso político-militar português durante o conflito (TELO, 1987; TELO, 1990-1991) e sobre a importância estratégica do arquipélago dos Açores (TELO, 1993), apresentam as vantagens e as desvantagens do desenvolvimento de projetos de pesquisa nos anos que se seguiram à Revolução dos Cravos e ao reestabelecimento de um Estado Democrático de Direito no país.

Primeiramente, faz-se necessário destacar os resultados de tais empreitadas, pois procuraram respeitar os mais rigorosos métodos científicos da História. Nesse espírito, Telo consultou uma série de arquivos americanos e britânicos, além dos portugueses, e analisou-os de uma maneira praticamente inédita até então¹⁰. Ademais, como o próprio historiador ressalta na Introdução de sua obra de 1987 sobre os primeiros momentos da Segunda Guerra, Telo esforçou-se para não seguir os esquemas inteiramente ideológicos das monografias existentes e para abandonar “a historiografia oficial do Estado Novo”. Finalmente, teve o cuidado de não seguir inconscientemente a literatura que, apesar de buscar combater aquela oriunda do regime autoritário, apresentava seus mesmos problemas (TELO, 1987, p. 5-7).

De fato, ainda que novas pesquisas tenham ganhado vida nas quase três décadas que seguiram o *Portugal na Segunda Guerra*, de Telo, as polêmicas prosseguem na produção historiográfica portuguesa¹¹, fenômeno igualmente presente na vizinha Espanha e também ligado à

¹⁰ Vários trabalhos anteriores foram publicados por colaboradores ou simpatizantes do regime de Salazar trazendo, em diversas ocasiões, narrativas apologéticas dos atos do ditador. Como exemplos: CASTRO, Augusto de. *Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa Durante a Guerra*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1954, 149 p. MOREIRA, Adriano. “Neutralidade colaborante”, In: *Comunidades Portuguesas*, vol. 6-8, ano II, abril-outubro de 1967, p. 6-19. NOGUEIRA, Franco. *Salazar*. Vol. III (*As Grandes Crises, 1936-1945*). Porto, Civilização, 1978, 590 p. NOGUEIRA, Franco. *Salazar*. Vol. IV (*O Ataque, 1945-1958*). Porto, Civilização, 1980.

¹¹ Sobre tais embates, consultar, por exemplo, as repercussões em torno da publicação, em 2009, da obra *História de Portugal* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 976 p.), dirigida por Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (ALMEIDA, São José. “A História de Rui Ramos desculpabiliza o Estado Novo?”, In: *Público*, caderno P2, Temas, 31/05/10 e OLIVEIRA, Pedro Aires. “The Contemporary Era”, in e-JPH, 2010, vol.8, no.2, p.46-51), e o relatório crítico sobre a obra de 2008 de Manuel Loff (“*O nosso século é fascista!*”. *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*). Porto, Campo das Letras, 2008, 954 p.) em REIS, Bruno Cardoso. “Salazar, Franco e a efêmera nova ordem internacional nazi-fascista”, In: *Relações Internacionais*, Lisboa, vol. 27, setembro de 2010, p. 129-138.

sombra do antigo regime autoritário¹². A publicação, somente em 2009, da primeira biografia de Salazar por um acadêmico no pós-Estado Novo, por exemplo (MENESES, 2009), ilustra bem o longo caminho que ainda precisa ser percorrido.

A despeito da seriedade de seu trabalho e diante dos já mencionados relatos presentes nos arquivos franceses, não consultados por Telo, algumas lacunas persistem no conjunto de sua obra. Antes, porém, de avançar sobre tais críticas, é preciso lembrar das ressalvas adiantadas pelo próprio Telo quanto ao acesso parcial que teve aos arquivos portugueses e à consequente impossibilidade de realizar um trabalho englobando uma maior complexidade de perspectivas. A seguir, é igualmente necessário considerar as dificuldades inerentes à escritura vanguardista de uma história que, até então, não encontrava pares para o diálogo, componente essencial do trabalho acadêmico.

A mentalidade “corporativa e limitada”, como o historiador mesmo definiu dominando Portugal até os anos 1980 e sendo ainda influente durante os anos 1990 (TELO, 1987, p. 5), impediu o acesso integral às fontes portuguesas durante demasiado tempo e mesmo sob o regime democrático. Um exemplo claro diz respeito aos arquivos de Salazar, cuja análise encontra-se ausente no livro de Telo de 1987, mas também em outras obras importantes como *Portugal entre a Paz e a Guerra*, de Fernando Rosas, publicada em 1990 (Lisboa, Editorial Estampa, 484 p.) e *Portugal e o Plano Marshall*, de Fernanda Rollo, publicado em 1994 (Lisboa, Editorial Estampa, 355 p.).

Sem surpresa, tais entraves impactam o balanço que se pode fazer da produção sobre as relações exteriores do Estado Novo português realizada até finais do século XX¹³. Ainda hoje, devido a diversas limitações, por exemplo, de recursos financeiros e humanos, a consulta de fundos como os arquivos produzidos pela embaixada de Portugal na Grã-Bretanha ou no Brasil, correspondentes ao período considerado neste artigo, encontra-se dificultada pela falta de inventários para esses documentos junto ao Arquivo Histórico-Diplomático de Portugal.

¹² Sobre os embates espanhóis, consultar, por exemplo, a recente polémica em torno da publicação do *Diccionario Biografico Español* (MADRI, 2011) editado pela Real Academia de la Historia española, em MARCOS, J.M; CORROTO, P; JAEN, B. Garcia. “Los historiadores se alarman ante la hagiografia de Franco”, In: *Publico*, 30/05/11.

¹³ Telo destaca as várias desculpas (“mas nenhuma válida”, diz ele) para impedir o acesso dos pesquisadores a diversos fundos de arquivos portugueses, sobretudo o de Salazar: “ainda não foram classificados; ninguém sabe onde estão; é preciso autorização especial para consulta (passados que são mais de 40 anos!!); não é permitida a consulta; não há arquivo histórico; os documentos foram retirados por mão desconhecida” (TELO, 1987, p. 6).

Apesar de tais restrições, juntamente com Fernando Rosas, José Medeiros Ferreira e Nuno Severiano Teixeira, dentre outros¹⁴, difícil negar que Antonio Telo acabou estabelecendo as bases de uma nova era para a história de Portugal. Entretanto, como ele próprio ressaltou, seus livros “não [eram], nem [tinham] a intenção de ser, as obras definitivas sobre o período” (TELO, 1987, p. 7).

Mesmo com as ressalvas e licenças dessa primeira geração de historiadores do novo regime democrático, os parâmetros de interpretação que estabeleceram têm sido raramente aprofundados ou contestados nos trabalhos realizados nas últimas duas décadas. Se agruparmos, por exemplo, as obras que consideram os aspectos estratégico-militares, ideológicos ou socioeconômicos que atravessam ou desconsideram fronteiras e inserem Portugal no espaço atlântico e global ao longo dos anos 1940, a historiografia recente, por não multiplicar o cruzamento de fontes, ainda tem dificuldade em responder às questões que o referido exame de fontes francesas levantou.

Na verdade, a ausência de diálogo com uma cada vez mais vasta historiografia sobre a Guerra Fria, sobre as mudanças do Sistema de Segurança Nacional nos Estados Unidos, sobre a integração europeia ou sobre o engajamento brasileiro na guerra, que afetaram diretamente Portugal à época, aliada a uma utilização limitada das fontes portuguesas e a uma carência de simultâneo cruzamento de arquivos dos Estados Unidos, da Espanha, da Grã-Bretanha e do Brasil podem igualmente explicar as lacunas que ainda persistem.

Para uma nação projetada no mundo atlântico, índico e pacífico como foi Portugal até o século XX, a reconstituição dos laços das relações internacionais e transnacionais nos quais os portugueses encontravam-se não pode ser feita sem considerar uma multiplicidade de fontes. Na insuficiência desse cuidado, continuará difícil medir, de maneira consequente, por exemplo, o peso do poder britânico e americano nos ombros do líder português no momento em que as

¹⁴ Consultar, por exemplo: TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico”, In: *Análise Social*, Lisboa, 4ª série, volume XXVIII, n. 120, 1993-1, p. 55-80. ROSAS, Fernando. *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*. Lisboa, Fragmentos, 1988, 147 p. FERREIRA, José Medeiros. “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, In: *Política Internacional*, Lisboa, vol. 1, n. 6, primavera de 1993, p. 113-156.

Nações Unidas começaram a ganhar a guerra, assim como a capacidade de reação de Lisboa e a extensão da repercussão das ambições de vizinhos do Atlântico sobre territórios estratégicos como aqueles do espaço insular.

As lacunas das interrogações

De fato, uma das perguntas que ainda merecem ser feitas em relação aos Açores faz referência à extensão da capacidade dos países interessados por esse território de conduzir ou influenciar o jogo de forças em Lisboa. Antes de se lançar nessa missão, a primeira precaução que o historiador deve tomar é a de não considerar a ascensão ou o declínio do poder das nações envolvidas como fatos dados ou presumidos. Particularmente em relação aos Estados Unidos, não é difícil encontrar, por exemplo, narrativas que os apresentem como os naturais ou óbvios herdeiros do antigo controle britânico do espaço atlântico na segunda metade dos anos 1940 e, para a reflexão aqui avançada, a evidente potência a instalar permanentemente bases em territórios insulares do oceano. Portugal, nesse suposto contexto e apesar de lançar algumas rugas para atrapalhar esse processo, seria mais um exemplo a confirmar a regra de inclinação das demais potências diante dos interesses de Washington.

Entretanto, como lembra o historiador Matthew Connelly, o que alguns historiadores da história das relações internacionais envolvendo os Estados Unidos consideram como “axiomático – o poder excepcional da América – apresenta-se, na verdade, cada vez mais como uma presunção, uma hipótese que a metodologia deles é incapaz de testar”. Os historiadores somente conseguirão entender a extensão do poder ou o que ele realmente representa, conclui Connelly, quando conseguirem determinar “o que o poder consegue realizar caso a caso” (CONNELLY, 2002, p. 8).

Ao tomar mais essa consideração em conta, parece possível avançar a pergunta que deixou de ser feita durante as décadas em que a tensão nuclear parecia paralisar o mundo sob as mãos de Washington e Moscou: um teste de potência levando em conta as negociações sobre o controle do espaço atlântico na saída da Segunda Guerra pode resultar em novas narrativas sobre conflitos de interesses e sobre as relações transatlânticas?

Essa seria, contudo, apenas a primeira de uma série de novas interrogações necessárias a fim de decifrar os enigmas presentes nos truncados relatos franceses, acima mencionados. Por que, por exemplo, os americanos conseguiram obter somente em 1948 um acordo permanente cobiçado (e esperado) militarmente e economicamente desde 1942? Como explicar, ademais, os relatos dos franceses em Lisboa se o declínio britânico teria sido evidente, se “não há qualquer conflito de interesses” entre Washington e Londres em relação a Portugal, como afirma Antonio Telo, e se a “relação especial” dava o tom das tratativas?¹⁵ Qual teria sido, também, o papel de nações como o Brasil e a Espanha, intimamente ligadas à política estrangeira portuguesa na época e igualmente interessadas no espaço atlântico e nas relações transatlânticas desenhando-se para o pós-guerra?¹⁶ Finalmente, se o jogo nos bastidores foi tão forte como novas evidências indicam, qual teria sido a real dimensão do espaço de autonomia de decisão do regime autoritário português na conduta de sua política interna e externa?

A obra de Roland Vintras, *The Portuguese Connection*, publicada em 1974, permanece uma das mais citadas nos trabalhos dos historiadores sobre o caso das bases nos Açores, servindo como interessante ponto de partida na tentativa de responder às interrogações acima expostas.

¹⁵ Essa análise fez referência ao ano de 1945. Entretanto, em nenhum trecho de sua obra aparecem as hostilidades anglo-americanas como as ressaltadas pelos franceses. Telo explicou o atraso dos aliados na obtenção de uma base nos Açores (os britânicos, em finais de 1943, e os americanos, em finais de 1944) por diferenças profundas de entendimento entre diplomatas do *Foreign Office* e militares em *Whitehall* (TELO, 1991, p. 138-144 e 219).

¹⁶ Além dos próprios franceses, diversas missões diplomáticas em Lisboa indicaram o importante valor de Madri e do Rio de Janeiro para os portugueses. O *Foreign Office* chegou mesmo a declarar que a política estrangeira de Portugal baseava-se de maneira equilibrada em três eixos: o britânico, o brasileiro e o espanhol (Arquivos Nacionais do Reino Unido. FO 371/31114. *Handbook paper 'Portuguese Foreign Policy'* de 3 de junho de 1942). Sobre os interesses brasileiros, ver ROCHA, Alexandre L. Moreli. “An American Mission: the Appointment of João Neves da Fontoura as new Brazilian Ambassador to Portugal in 1943”, In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 11, n. 3, p. 264-277, 2013. Sobre os interesses espanhóis, ver: BUCHANAN, Andrew N. “Washington’s ‘silent ally’ in World War II? United States policy towards Spain, 1939-1945”, In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 7, n. 2, p. 93-117, 2009.

Wing Commander das forças britânicas durante a guerra, Vintras participou ativamente das negociações secretas entre Londres e Lisboa sobre as questões de segurança do território português entre 1940 e 1943. Sua obra se apresenta como uma combinação entre uma autobiografia e um testemunho, o que o próprio autor não nega (VINTRAS, 1974, p. 15). Apesar de trazer um relato anedótico interessante sobre os bastidores das negociações, o texto avança muito pouco nas explicações sobre os verdadeiros desafios diplomáticos, militares e mesmo econômicos em jogo. Presumindo a total cooperação portuguesa¹⁷ e afastando as disputas com os Estados Unidos, não explora os eventos do final de 1942 e início de 1943 (quando começou a corrida para as bases nas ilhas portuguesas) que foram determinantes para o desenrolar das tensões até 1948 (VINTRAS, 1974, p. 42, 89-92).

A crítica áspera de Vintras às iniciativas de Roosevelt para colocar um pé nos Açores, sobretudo o pedido de apoio ao ditador brasileiro Getúlio Vargas em janeiro de 1943, não ultrapassa duas ou três linhas enquanto historiadores como Frank McCann sublinharam que, na realidade, tratava-se de um momento decisivo nas relações americano-brasileiras¹⁸. Vintras também não considerou o momento de apogeu das fricções entre americanos e britânicos durante a guerra que, apesar de dissimuladas, foram intensas exatamente entre finais de 1942 e início de 1943, como aponta o historiador Mark Stoler (2000, p. 146-164). Em relação aos Açores, o militar reformado britânico deixou de considerar uma das mais notórias manifestações da mencionada rivalidade: a reunião bilateral de maio de 1943, em Washington, quando Londres mostra que “ainda tem garras” (VINTRAS, 1974, p. 42-47; TELO, 1993, 382-393). Na realidade, apesar da importância que lhe foi dada pela historiografia, a narrativa de Vintras apresenta-se como mais um relato testemunhal entre inúmeros outros, devendo ser considerado pelos historiadores como tal¹⁹.

¹⁷ O autor chega mesmo a afirmar que os portugueses declararam-se prontos para combater a Alemanha assim que a ordem chegasse de Londres, relato que dificilmente encontra respaldo na literatura existente (VINTRAS, 1974, p. 31).

¹⁸ Antonio Telo comenta igualmente esse episódio não o considerando, entretanto, como central. O historiador português considera, na verdade, que Roosevelt pensava ser “inconcebível” a utilização de tropas brasileiras na instalação de bases nos Açores (TELO, 1990, p. 143. MCCANN, 1973, p. 351).

¹⁹ Um outro testemunho de um britânico implicado diretamente no caso dos Açores foi publicado, em 1991, por Frank Roberts, antigo responsável pelos assuntos portugueses no *Foreign Office*. De maneira muito breve, segue a mesma perspectiva

O exame da historiografia espanhola, uma das poucas a tratar do assunto para além da portuguesa em razão, sobretudo, do domínio sobre o também atlântico arquipélago das Canárias, dá margem a um resultado similar ao encontrado na obra de Vintras. Nela também se identifica uma cooperação anglo-americana praticamente total em relação ao espaço insular atlântico.

Partindo da operação *Torch* e da interrogação sobre como o mundo ibérico entraria nos projetos estratégicos de Londres e Washington para a guerra e para o pós-guerra, o historiador Antonio Marquina Barrio considerou como central a suposta “relação especial” entre essas capitais (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 85). Ademais, assim como seus colegas portugueses, o espanhol fez da conferência de Washington de maio de 1943 o ponto de partida do interesse e das negociações para obter facilidades militares nos Açores. Sobre as relações anglo-americanas, ressaltou somente que os britânicos teriam considerado a política americana vis-à-vis de Portugal como ingênua e inepta por ser proveniente de uma nação que, na realidade, não conhecia o terreno onde entrava. Caberia, assim, a Londres, defender os interesses dos Estados Unidos, mas sempre liderando o processo (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 95).

Já seu colega Victor Morales Lezcano, em uma obra fundadora para a historiografia espanhola sobre a Segunda Guerra Mundial, publicada em 1980, apontou – ainda que discretamente – algumas tensões existentes dentro do pilar ocidental das Nações Unidas. Segundo Lezcano, “o imperialismo britânico resistiu a fazer concessões que poderiam ameaçar suas expectativas hegemônicas nos anos de pós-guerra” (MORALES LEZCANO, 1980, p. 165). Infelizmente, o historiador espanhol deixa de explorar essas contradições para com os interesses cruzando-se em terreno português.

de seu colega Vintras, apesar de evocar uma certa incompreensão frente às reticências do exército americano em seu trato com Salazar (ROBERTS, 1991, p. 67). Vale observar que, em 1968, o mesmo Frank Roberts confessara que os Estados-Unidos haviam sido, desde o começo, “positivamente hostis” (*positively hostile*) às negociações luso-britânicas sobre as bases nos Açores (The Churchill Archives Centre. Churchill College. Cambridge. Frank Roberts Papers. ROBT/2. Minuta do relatório crítico a ser publicado no *Der Spiegel* de 9 de Setembro de 1968).

Partindo da operação *Torch* e da interrogação sobre como o mundo ibérico entraria nos projetos estratégicos de Londres e Washington para a guerra e para o pós-guerra, o historiador Antonio Marquina Barrio considerou como central a suposta “relação especial” entre essas capitais (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 85). Ademais, assim como seus colegas portugueses, o espanhol fez da conferência de Washington de maio de 1943 o ponto de partida do interesse e das negociações para obter facilidades militares nos Açores. Sobre as relações anglo-americanas, ressaltou somente que os britânicos teriam considerado a política americana vis-à-vis de Portugal como ingênua e inepta por ser proveniente de uma nação que, na realidade, não conhecia o terreno onde entrava. Caberia, assim, a Londres, defender os interesses dos Estados Unidos, mas sempre liderando o processo (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 95).

Já seu colega Victor Morales Lezcano, em uma obra fundadora para a historiografia espanhola sobre a Segunda Guerra Mundial, publicada em 1980, apontou – ainda que discretamente – algumas tensões existentes dentro do pilar ocidental das Nações Unidas. Segundo Lezcano, “o imperialismo britânico resistiu a fazer concessões que poderiam ameaçar suas expectativas hegemônicas nos anos de pós-guerra” (MORALES LEZCANO, 1980, p. 165). Infelizmente, o historiador espanhol deixa de explorar essas contradições para com os interesses cruzando-se em terreno português.

Retomando a literatura lusófona para o exame das publicações mais recentes, faz-se importante mencionar, primeiramente, o conjunto de artigos que José Medeiros Ferreira lançou ao longo dos anos 1980 sobre o assunto. Nesses textos, ele acaba afirmando que, de maneira geral, havia um interesse estratégico em obter bases nas ilhas atlânticas a fim de viabilizar projeção de força no longo prazo, mas que uma decisão “dos aliados” nesse sentido somente foi tomada quando percebeu-se que os alemães não mais poderiam invadir a Península Ibérica, ou seja, em meados de 1943.

Ao considerar tais interesses como dos “aliados”, mas também ao desconsiderar o emprego dos porta-aviões de forma mais intensa na caça aos submarinos do Eixo logo na sequência de *Torch*, e sem nem mesmo levar em conta a agenda brasileira de preparação para o emprego de uma força expedicionária ou as rusgas anglo-americanas, Ferreira acaba não identificando o início do processo de

tomada de decisão sobre as ilhas nas diferentes capitais envolvidas já em 1942, e com consequências para toda a década de 1940 no espaço atlântico (FERREIRA, 1980, p. 117; FERREIRA, 1988, 82-83).

Outra obra digna de menção é a de José Freire Antunes que, em 1995, publicou *Roosevelt, Churchill e Salazar: A Luta pelos Açores 1941-1945* (Difusão Cultural, 163 p.). Tendo que enfrentar, entretanto, os mesmos percalços que António Telo diante do acesso limitado aos arquivos portugueses, acabou utilizando essencialmente as fontes do *Foreign Office* e do arquivo presidencial Franklin Roosevelt. Diante desse *corpus* documental, Antunes acabou identificando de forma pertinente a transição do posto de potência hegemônica em Portugal entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos sem, entretanto, propor uma narrativa alternativa à existente de uma passagem tranquila de poder entre as duas nações. Apesar de apontar para um esgotamento de forças do lado britânico, Antunes não mencionou rivalidades, nem o jogo nos bastidores que os arquivos franceses acabariam revelando. Apesar do mérito de reconhecer algumas discordâncias políticas presentes nas dinâmicas da aliança anglo-americana sobre o dossiê das ilhas no final do ano de 1943 (abordadas rapidamente, mas equivocadamente esquecidas quando passou ao trato das negociações em 1944), deixou de analisar em detalhes os debates dentro das administrações aliadas, o que poderia revelar, de forma mais clara, a dimensão das discórdias. Antunes deixou de lado, por exemplo, as razões pelas quais o *Foreign Secretary*, Anthony Eden, e a sua equipe lutaram contra as promessas feitas por Churchill a Roosevelt sobre a cooperação britânica em relação aos interesses americanos no Atlântico (ANTUNES, 1995, p. 98-111). Também, não considerou o papel muito marginal dedicado ao *State Department* americano, diante do protagonismo e da rivalidade interna com a Casa Branca, e as decorrentes dificuldades da administração americana em defender os interesses do país sobre os mares e em Portugal.

Ademais, ao propor o corte cronológico final de sua reflexão para 1945, escapou a Antunes a possibilidade de analisar a continuidade dos esforços americanos para estabelecer e consolidar sua influência política e militar em Lisboa, que tem como marco incontornável 1948. Finalmente, o autor acaba subestimando a presença do Brasil na rede das relações transatlânticas ao concluir que a capacidade de influência de Getúlio Vargas sobre Salazar seria mais uma "especulação voluntarista" de Roosevelt, e não algo "fundamentado" (ANTUNES, 1995, p. 94). Sem mencionar o peso

da comunidade portuguesa instalada no Brasil, nem o das importantes remessas financeiras para a balança de pagamento de Portugal, Antunes esqueceu igualmente a “procura por poder” da nação sul-americana e a disposição de o Rio de Janeiro de correr certos riscos para aproveitar as oportunidades que surgissem no caminho do engajamento na guerra (ROLLAND, 1999, p. 277).

Ainda que os debates historiográficos sobre o assunto tenham sido mais intensos entre o fim dos anos 1980 e o fim dos anos 1990, as publicações em Portugal nos últimos quinze anos são prova do interesse que ainda existe sobre essas ilhas atlânticas e sobre como elas projetam Portugal no mundo²⁰. Apesar de renovada qualidade nos trabalhos, o hiato das interrogações (e das respostas), entretanto, continua.

Apesar de uma síntese exaustiva dos trabalhos sobre a política estrangeira de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial e de uma reflexão profunda sobre a política portuguesa, um artigo de Fernando Rosas sobre o tema, publicado em 2002, não menciona as contradições presentes nos arquivos franceses e conduz os leitores a se interrogarem com ainda mais intensidade quanto à capacidade de manobra de Salazar diante dos pedidos urgentes dos anglo-americanos sobre as ilhas atlânticas. O papel de brasileiros e espanhóis, ademais, continua de fora das análises (ROSAS, 2002, p. 268-282).

Em 2005, em uma obra intitulada *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, que retomou dois artigos publicados no ano anterior e levou mais adiante o debate em diversos sentidos (RODRIGUES, 2005, 2004a, 2004b), o historiador Luis Nuno Rodrigues voltou às negociações em torno da cessão das bases nos Açores. Utilizando, segundo o próprio autor, “as pesquisas mais

²⁰ Ademais, é preciso destacar uma vez mais a recente publicação da primeira biografia política de Salazar feita por um acadêmico, o historiador Filipe Ribeiro de Meneses, apesar de a obra não tratar diretamente e exclusivamente dos Açores. Enquanto Meneses ressalta genericamente que « os britânicos e os americanos, de uma certa maneira, tornaram-se rivais pelo direito de estabelecer bases nos Açores », ele põe em perspectiva a discordância entre os dois aliados e insiste na interpretação segundo a qual Washington tinha decidido se afastar da administração do dossiê a fim de não atrapalhar as negociações luso-britânicas. Mais adiante em sua obra, conclui que, frente ao sucesso britânico em conseguir acesso em agosto de 1943, só então os americanos pediram, e sem muitas dificuldades, direitos equivalentes. Mesmo se essa leitura está somente parcialmente equivocada, ela não valoriza as vivas discussões existentes nos bastidores e esquece por completo as demandas americanas do início de 1943, do papel do Brasil e de como os britânicos buscaram sabotar, durante anos, os interesses americanos (MENESES, 2009, p. 300 e seguintes).

recentes sobre o assunto”, Rodrigues seguiu, entretanto, o mesmo caminho trilhado até então pela historiografia, dando prioridade à análise das perspectivas e dos arquivos portugueses quanto às dinâmicas anglo-americanas.

Sem levar em consideração os arquivos americanos (com exceção dos publicados na série *Foreign Relations of the United States*) ou os britânicos, e sem examinar fontes francesas, brasileiras e espanholas, a obra não consegue responder às interrogações aqui consideradas. Enquanto o historiador percebe que a aproximação entre Salazar e os americanos enfrentou importantes dificuldades, ele as explica sobretudo através das reticências, dos preconceitos e da desconfiança do Salazar vis-à-vis Washington (às vezes, vice-versa). Rodrigues aponta igualmente as repercussões das rivalidades anglo-americanas sobre a questão sem, entretanto, dedicar muito espaço à sua análise.

Em relação ao fim do ano de 1943, por exemplo, o historiador ressaltou que os Estados Unidos teriam decidido não mais ter os britânicos como intermediários nas negociações com Lisboa. Entretanto, diagnosticou a iniciativa americana de maneira incompleta e deslocada no tempo, explicando-a somente como “uma clara indicação do novo papel hegemônico que os Estados Unidos preparavam-se a assumir no Ocidente” em oposição ao “gradual afastamento” da Inglaterra desse mesmo papel (RODRIGUES, 2005, p. 49-66). Finalmente, ao afirmar que uma contestação a essa mudança teria vindo somente dos portugueses, presume uma anuência, ainda que tácita, por parte dos britânicos. Retoma, dessa forma, a interpretação formulada ao longo dos anos 1980 e 1990, ilustrada pelo seguinte trecho da obra coletiva organizada por Rogério de Carvalho à época: “...a Inglaterra cede frente às ambições americanas e deixa o caminho livre, ela não se sente em condição de contrariar as pretensões americanas...” (CARVALHO, 1990, p. 408).

Enquanto Rodrigues priorizou as relações luso-americanas, em 2006, o historiador David Castaño, por sua vez, ofereceu uma reflexão sobre as relações luso-britânicas para o mesmo período em *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Quando, entretanto, evocou as questões relativas a Washington, Castaño retomou o argumento de seus predecessores afirmando existir uma entente geral anglo-americana nas políticas relativas à utilização dos Açores e da aproximação com Salazar (CASTAÑO, 2006, p. 22-27).

Finalmente, em 2011, ao publicar *Os Açores na política internacional*, José Medeiros Ferreira retomou a temática das relações transatlânticas durante os anos 1940 ao lembrar, de maneira pertinente, a necessidade de os historiadores darem mais atenção ao cruzamento de múltiplos interesses nos territórios insulares portugueses. Para além das agendas de Washington e Londres, Ferreira ressalta que devem ser consideradas diversas outras, como as de Berlim e Paris (FERREIRA, 2011, p. 10-11). Entretanto, ao fazer uma vez mais referência à obra e aos testemunhos do britânico Roland Vintras, e ao apenas reconhecer e brevemente mencionar a substituição de Londres por Washington em relação à hegemonia atlântica, Ferreira não identificou os debates conflituosos nos bastidores e a determinação de parte considerável da administração britânica para evitar ou controlar ao máximo uma aproximação luso-americana. Entre as páginas 62 e 63, o historiador resume bem as linhas gerais da interpretação ainda dominante sobre os fatos verificados no início das negociações, em Lisboa, para a instalação dos aeródromos nos Açores:

... os Aliados não queriam arriscar a quebra de neutralidade da Península Ibérica nem a invasão desta por tropas alemãs. Precisavam primeiro de ganhar a batalha do Norte da África. E, só depois desta, os Açores são encarados como possível ponto de articulação e de projecção de forças entre a América e a Europa. (...) A partir daí, a utilização dos Açores pelos Aliados não se deve fazer contra Lisboa. Daí as negociações diplomáticas de 1943. Dos estudos que efectuei posso concluir que os Aliados só se decidiram pela utilização dos Açores depois de terem a certeza de que os Alemães não tinham possibilidades de invadir a Península Ibérica. Por isso, só após a resolução vitoriosa da campanha no Norte de África se decidem a pedir facilidades nos Açores (FERREIRA, 2011, p. 62-63).

Sobre as relações anglo-americanas nesse contexto, Ferreira escreve somente ter acontecido uma “troca de posições sobre quem dominava este ponto do Atlântico”, sem nada mais acrescentar (FERREIRA, 2011, p. 60). Finalmente, raros foram os trabalhos a dialogar com uma literatura que, desde finais dos anos 1970 e aproveitando-se de uma inédita desclassificação de documentos, desafiaram a construção do mito da *special relationship* anglo-americana questionando os supostos fundamentos do corolário lançado por Winston Churchill entre 1948 e 1953 em seu *The Second World War* (Londres, Houghton Mifflin Company)²¹.

Diante de tal balanço historiográfico, quase todas as interrogações aqui avançadas permanecem sem resposta: Londres teria realmente aceitado seu declínio e a nova liderança americana sobre sua antiga zona de influência? Quando e como Washington aceitou sua nova posição no sistema atlântico e decidiu pelo abandono do isolacionismo? Se decididos a dominar o Atlântico, quais interesses militares, políticos e econômicos avançavam sobre Portugal e quais resistências enfrentaram? Quanto valia Portugal, seu império e o regime de Salazar para os olhos da administração Roosevelt e Truman? Qual a percepção do jogo de poder entre os diferentes atores envolvidos e suas capacidades de reação? Quais foram os atores nacionais mais importantes dentro dos seguintes processos de tomada de decisão?

²¹ Cf. por exemplo: THORNE, Christopher. *Allies of a Kind. The United States, Britain, and the War Against Japan, 1941-1945*. Oxford: Oxford UP, 1978 e HATHAWAY, Robert M. *Ambiguous Partnership. Britain and America, 1944-1947*. New York: Columbia University Press, 1981. Ver também: REYNOLDS, David. *In Command of History: Churchill Fighting and Writing the Second World War*. New York: Basic Books, 2007.

²² Os resultados finais e completos podem ser conhecidos em ROCHA, Alexandre L. Moreli. *Alliances équivoques et rivalités anglo-américaines au cœur de l'Atlantique. L'archipel des Açores entre Seconde Guerre mondiale et Guerre froide (1942-1948)*. 2012. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Institut Pierre Renouvin, Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, 2012.

As lacunas das estratégias

As tentativas de responder a tais perguntas e de aprofundar as reflexões existentes, neste texto apenas esboçadas, exigiu a preparação de um *corpus* documental formado por uma multiplicidade de fontes preservadas por mais de quarenta e cinco instituições espalhadas por seis países diferentes²². Apesar de a literatura já ter identificado os acordos chave para a instalação de interesses britânicos e americanos no espaço atlântico entre a saída da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria (para os Açores: o acordo luso britânico de 1943, os acordos luso-britânico-americanos de 1944 e 1946 e o acordo luso-americano de 1948), eles ainda servem de importante guia e referência para determinar os momentos de real tensão e de transição de domínio da zona de influência portuguesa.

O breve trabalho de revisão desses acontecimentos, aqui proposto, baseou-se em uma análise diacrônica dos interesses cruzando-se no coração do oceano. Em primeiro lugar, foi necessário reconsiderar a neutralidade de Portugal frente à guerra e o papel do já mencionado triplo pilar (Grã-Bretanha, Espanha e Brasil) em sua política interna e externa com efeitos para muito além da diplomacia²³. A seguir, examinou-se exaustivamente a extensão dos interesses americanos nas ilhas, bem como os laços entre Washington, Rio de Janeiro e Madri forjados a fim de criar canais de comunicação e influência em Lisboa. Finalmente, acabou-se por identificar uma real e conseqüente reação de significativa parcela da administração em Londres contra os avanços de Washington sobre o espaço atlântico ilustrado pelos territórios insulares portugueses.

²³ Para além das desconfianças frente à histórica rivalidade com o vizinho ibérico, para Portugal, o Brasil continuava representando uma fonte de renda importante com as transferências unilaterais, para além de os dois países dividirem uma elite intelectual e econômica importante e colaborarem em termos de repressão a movimentos progressistas. Os britânicos, por sua vez, além de uma longínqua relação (dita "a mais velha das alianças") e de ainda avizinharem os portugueses em presenças imperiais mundo afora, detinham diversos e importantes investimentos, como contratos de produção e de transmissão de eletricidade e uma dívida de guerra crescente para com Lisboa (GOMEZ, 2001, PAULO, 2000, STONE, 1974, STONE, 1994). Ver, também: Arquivos Nacionais do Reino Unido. FO 371/67864. Memorando de 24 de fevereiro de 1947, de Oliver Harvey ao *Western Department*. FO 371/67860. Carta n. 54, de 3 de março de 1947, de O'Malley ao *Foreign Office*. FO 371/67858. Carta n. 110, de 21 de maio de 1947, de Charles Stirling, conselheiro na Embaixada da Grã-Bretanha em Portugal, ao *Foreign Office*.

As diferentes percepções sobre o futuro do império britânico em *Whitehall* (centro da administração) fizeram com que militares, mas sobretudo os diplomatas e setores privados da atividade econômica, como o da aviação civil, discordassem e, muitas vezes, sabotassem os planos do *Cabinet* ou do *Treasury* de retirar a presença britânica do Atlântico norte e investir no Mediterrâneo e nas rotas para a Índia (LEWIS, 2008, p. 252-264)²⁴. Finalmente, para evocar a *contrario sensu* uma analogia cara a Geir Lundestad, interesses estratégicos e comerciais americanos empurraram a Casa Branca a avançar sobre o Atlântico norte antes que o império fosse “convidado” a instalar-se definitivamente nesse espaço e na Europa (LUNDESTAD, 1984, p. 1-21).

Quando do exame da literatura existente e das diversas fontes, pode-se afirmar que o período compreendido entre o desencadeamento da operação *Torch*, em novembro de 1942, e a assinatura do primeiro acordo dos Açores, em agosto de 1943, marcou a introdução, em Portugal, do que o historiador britânico David Reynolds (1982) chamou de “cooperação competitiva” e não de uma *special relationship*. As terras lusitanas teriam sido, dessa forma, mais um palco em que as tensões no interior da aliança de guerra manifestaram-se duramente colocando em questão, em diversas ocasiões, a coesão das Nações Unidas.

O fato de Roosevelt ter solicitado ao ditador brasileiro Getúlio Vargas uma intervenção junto a Salazar em favor de uma ocupação dos arquipélagos atlânticos pelas tropas brasileiras significava muito mais do que uma preocupação com os U-Boats alemães entre 1942 e 1943. Ainda que as primeiras narrativas sobre a instalação de aeródromos nas ilhas portuguesas tenham se preocupado com esse aspecto estratégico, limitado à guerra, tratava-se de uma forma de contornar o monopólio britânico das conversas em Lisboa, de instrumentalizar interlocutores acreditados como de fácil trânsito perante a elite dirigente portuguesa e de eleger o Brasil como um dos xerifes regionais para o futuro sistema de segurança hemisférico.

²⁴ Ver, também: Arquivos Nacionais do Reino Unido. FO 371/60270. Carta de 10 de abril de 1946 do *Treasury* britânico a Oliver Harvey. FO 371/60271. Carta de 6 de maio de 1946, de Dalton ao *Foreign Office*.

Esse projeto, ainda hoje pouco considerado, provocou uma reação imediata e firme dos britânicos, que duraria anos. Enquanto Londres conseguiu paralisar as iniciativas brasileiras e americanas, já no início de 1943, prometendo defender os interesses americanos e dividir os frutos de uma negociação com Salazar, convenceu o dirigente português a assinar um acordo exclusivo de utilização das ilhas dos Açores, irritando profundamente Washington, marginalizando o Rio de Janeiro e iniciando uma batalha que duraria até 1948. Em questão também estava o controle das rotas aéreas transatlânticas, que submetia à potência hegemônica todos os interesses comerciais da aviação civil nesse espaço em tempos em que a linha Londres-Nova Iorque, por exemplo, já a mais lucrativa do mundo, tinha que ser feita por escalas. Ademais, seduzir e cativar a elite dirigente e a sociedade portuguesa à época significava afastá-las das propostas de modernidade do Eixo e construir pontes para uma maior presença econômica e cultural tanto na metrópole como nas colônias no futuro.

Assim, enquanto os britânicos conseguiram o direito exclusivo de instalar e controlar bases nos Açores em agosto de 1943, os americanos imediatamente lançaram negociações diretas com Lisboa para alcançar os mesmos privilégios sem, entretanto, conseguir livrar-se dos obstáculos colocados sistematicamente por Londres. As negociações somente teriam algum sucesso para Washington em finais de novembro de 1944 e deixariam ainda mais visíveis as profundas divergências anglo-americanas.

Até que as bombas atômicas, em 1945, precipitassem o final da guerra, aviões e embarcações de ambos aliados transitaram pelo Atlântico norte utilizando os territórios insulares como ponto de apoio em um cenário de ainda indefinição sobre o futuro desse espaço estratégico e sobre o destino do regime autoritário português. Apesar de importante ator quando do início das negociações em 1943, o Brasil acabou encontrando seu espaço na guerra e no pós-guerra em outros cenários ao enviar tropas para lutar na Itália e ao ganhar assento na Conferência de São Francisco, de 1945, de criação da ONU.

No novo contexto de paz, que passava a impor a saída definitiva de ambas as potências das ilhas portuguesas, a rivalidade permaneceu um componente primordial das relações entre anglo-americanos e portugueses. As agendas de interesses, entretanto, evoluíram. Primeiro, com os interesses da aviação civil diminuindo

em razão de novas tecnologias e da perspectiva, no curto prazo, de que os voos transatlânticos se fizessem sem escalas nas ilhas. Segundo, em razão das transformações no desenho da fronteira estratégica americana que, para manter protegido seu território contra as novas ameaças da aviação de guerra e da bomba atômica, teriam agora que ser projetadas para além de suas costas, tendo como pilar fundamental os Açores. Terceiro, em razão do desgaste econômico-financeiro que o império britânico conheceu durante o conflito e que tornava impeditivo, até para seus mais ferventes defensores em Londres, a manutenção de sua presença global e do controle do Atlântico.

Nesse novo contexto, reabriram-se negociações com Salazar já em 1946, com uma posição firme dos militares americanos. A consolidação de uma rede mundial de bases apresentava-se como a única resposta aos interesses da *United States Army Air Force* e à degradação progressiva das relações com a União Soviética (LEFFLER, PAINTER, 2005, p. 15-41). As últimas reticências britânicas ainda seriam conhecidas através da defesa do sistema da Organização das Nações Unidas, recentemente nascido, como ideal para administrar os mecanismos de proteção da paz, sobretudo os militares, como uma rede mundial de bases.

Entre o final de 1945 e o verão de 1946, enquanto as primeiras atividades da ONU e das conferências de paz desenrolavam-se, os treinamentos dos bombardeiros atômicos B-29 nos Açores iniciavam-se. Na realidade, vários meses antes dos episódios chave que marcam o início da Guerra Fria como o discurso de Churchill sobre a Cortina de Ferro, o pedido de revisão do estatuto dos estreitos turcos por Moscou ou o anúncio do Plano Marshall, o jogo de bastidores já revelava a mudança decidida pelo presidente Truman em relação às preocupações estratégicas dos Estados Unidos. Iniciava-se o que o historiador Melvyn Leffler chamou de procura do *Preponderance of Power* (LEFFLER, 1992).

Da nova rodada de negociações iniciada em Portugal, era necessário entender os mecanismos e analisar o sentido. Num mundo cuja governança futura ainda era incerta e onde os contornos da Guerra Fria ainda não estavam claros, faz-se indispensável analisar em detalhe as novas proposições americanas apresentadas a Salazar.

O aumento em importância da *US Army Air Force*, vivendo seus últimos meses de submissão institucional ao Exército americano antes de se tornar uma força independente, dava os contornos do projeto de base nos Açores em tempo de paz. Os britânicos, especialmente através da divisão do *Foreign Office* responsável pela Europa, o *Western Department*, conseguiram apenas adiar, sem impedir, o envio de uma missão especial e secreta dos Estados Unidos a Lisboa para negociar uma presença definitiva nas ilhas e impor-se no espaço atlântico.

Um acordo de longo prazo, entretanto, ficou adiado em razão da crise dos estreitos turcos com os russos. 1946 conheceria apenas um trato precário e discreto entre anglo-americanos e portugueses a fim de evitar maiores protestos sobre a criação de uma rede global de bases (na qual os Açores eram apenas uma entre dezenas de peças), enquanto Moscou protestava contra as restrições de acesso de sua Marinha ao Mediterrâneo.

Finalmente, o aumento de tensões no sistema internacional entre o final de 1946 e o início de 1947 (como, por exemplo, o fracasso do plano Baruch, os impasses em relação à Alemanha e a proclamação da Doutrina Truman) criou condições mais seguras para que os americanos voltassem à carga na construção de seu sistema global de bases, mas também para que o regime autoritário português entendesse que uma política atlantista seria a melhor garantia de sua própria sobrevivência e contra a progressão de tanques soviéticos em direção à Europa Ocidental. O declínio da potência britânica, clara nas restrições impostas pelo *Treasury* aos diplomatas e aos militares que ainda intencionavam oferecer a Salazar uma alternativa aos americanos, levou o português a procurar, em Washington, uma aliança até então inédita.

Nesse contexto, durante o segundo semestre de 1947, as negociações luso-americanas renovaram-se contando, então, com um claro e inédito incentivo de Londres. Muito antes da assinatura do Tratado do Atlântico Norte de 1949, os Estados Unidos já concretizavam sua estratégia de instalação e manutenção de bases em tempos de paz na Europa. Em fevereiro de 1948, acabou sendo assinado o acordo consolidando os objetivos de Washington e que até os dias atuais preserva suas forças nas ilhas atlânticas.

O estudo das relações diplomáticas, condicionadas pelos fatores geoestratégicos e econômicos, permitiu, portanto, identificar os elementos estruturantes das relações internacionais em questão e interrogar o alcance da tradicional e antiga aliança luso-britânica. As rivalidades puseram em jogo uma retórica de cooperação total entre Washington e Londres sobre o território português, revelando disputas nos bastidores impregnadas de alterações e, até mesmo, de certa violência e de um desprezo amargo. Esses eventos, entretanto, tiveram um impacto nas relações regionais e transatlânticas de outros atores, como o Brasil, aos quais foram oferecidas oportunidades de projeção de influência, improváveis em outros contextos históricos. Apesar de terem sido perdidas pelo Rio de Janeiro, essas ocasiões cruzaram-se tanto quanto as de Washington, Lisboa e Londres no meio do oceano, deixando rastros que agora podem ser melhor entendidos.

Fundos de arquivo consultados:

Arquivo Histórico das Forças Armadas da França. Arquivo da Marinha. Deuxième Bureau (Service de renseignements).

Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Guerre 1939-1945 – Londres-Alger.

Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Guerre 1939-1945 – Vichy.

Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Europe 1944-1949 – Portugal.

Cambridge University. Churchill College. The Churchill Archives Centre. Frank Roberts Papers.

Arquivos Nacionais do Reino Unido. Prime Minister Papers.

Arquivos Nacionais do Reino Unido. Foreign Office.

Arquivos Nacionais dos Estados Unidos. Record Group 59 (State Department).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, São José. "A História de Rui Ramos desculpabiliza o Estado Novo?", In: *Público*, caderno P2, Temas, 31 mai 2010.

ANDRADE, Luis Manuel Vieira. *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO*. Ponta Delgada: Impraçor S. A., 1992.

_____. "A importância geoestratégica dos Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLV, Tomo I, 1988, p. 1389-1397.

ANTUNES, José Freire. *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores (1941-1945)*. Alfragide: Ediclube, 1995.

BARRIO, Antonio Marquina. *España en la política de seguridad occidental, 1939-1986*. Madri: Servicio de Publicaciones del EME, 1986.

BESSA, Carlos. "La neutralité portugaise dans la Seconde Guerre Mondiale", In: ROULET, Louis-Edouard. *Les Etats Neutres Européens et la Seconde Guerre Mondiale*. Neuchâtel : Editions de la Braconnière, 1985, p. 135-153.

BUCHANAN, Andrew N. "Washington's 'silent ally' in World War II? United States policy towards Spain, 1939-1945", In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 7, n. 2, 2009, p. 93-117.

CASTAÑO, David. *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Historico Diplomático, 2006.

CASTRO, Augusto de. *Subsidios para a Historia da Politica Externa Portuguesa Durante a Guerra*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1954.

CERVO, Amado Luiz. *A Parceria Inconclusa. As relações entre Brasil e Portugal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CONNELLY, Matthew. *A Diplomatic Revolution. Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era*. New York: Oxford University Press, 2002.

CONVERSE III, Elliot. *Circling the Earth. United States Plans for a Postwar Overseas Military Base System, 1942-1948*. Alabama: Air University Press, 2005.

FERREIRA, José Medeiros. *Os Açores na política internacional*. Lisboa, Tinta da China: 2011.

_____. "Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU", In: *Política Internacional*, v. 1, n. 6, 1993, p. 113-156.

_____. "Os Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Historico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. 45, n. 1, 1988, p. 73-90.

_____. "Reflexões sobre a Importância Estratégica das Ilhas Atlânticas", In: *Nação e Defesa*, Lisboa, n. 13, 1980, p. 117

GROVE, Eric. "The Azores and British Naval Strategy", In: *Actas do V Coloquio Internacional de Historia das Ilhas do Atlântico*, Angra do Heroísmo, 2000, p. 161-170.

HATHAWAY, Robert. *Ambiguous Partnership. Britain and America, 1944-1947*. New York: Columbia University Press, 1981.

HERZ, Norman. *Operation Alacrity. The Azores and the War in the Atlantic*. Annapolis: Naval Institute Press, 2004.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HUMPHREYS, Robert. *Latin America in the Second World War: Vol. II, 1942-1945*. Londres: Athlone Press, 1982, p. 59-85.

LÉONARD, Yves. *Salazarisme et Fascisme*. Paris: Chandeigne, 1995.

LEWIS, Julian. *Changing Direction. British Military Planning for Post-war Strategic Defence, 1942-1947*. New York: Routledge 2008.

LEZCANO, Victor Morales. "Azores, Canarias y Cabo Verde en la estrategia 'preventiva' de Gran Bretaña y los EE-UU (junio-1940-diciembre 1942)", In: *II Aula Canarias y el Noroeste de Africa*. Madrid: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1988, p. 469-474.

LUNDESTAD, Geir. "Empire by Invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952", In: *The Society for Historians of American Foreign Relations Newsletter*, n. 15, 1984, p. 1-21.

MARCOS, J; CORROTO, P; JAEN, B. "Los historiadores se alarman ante la hagiografia de Franco", In: *Publico*, 30 mai 2011.

MARQUINA BARRIO, Antonio. *España en la Política de Seguridad Occidental (1939-1986)*. Madri: Servicio de Publicaciones del EME, 1986.

MCCANN, Frank. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

LEFFLER, Melvyn. *A Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press, 1992.

_____. "National security and US foreign policy", In: LEFFLER, Melvyn e PAINTER, David. *Origins of the Cold War. An International History*. 2a ed., Nova Iorque: Routledge, 2005, p. 15-42.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: A political Biography*. New York: Enigma Books, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; VASCONCELOS, Bernardo (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

MORALES LEZCANO, Victor. *Historia de la No-Beligerancia Española durante la Segunda Guerra Mundial*. Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1980.

MOREIRA, Adriano. "Neutralidade colaborante", In: *Comunidades Portuguesas*, v. 6-8, n.2, 1967, p. 6-19.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar. Vol. IV: O Ataque, 1945-1958*. Porto: Civilização, 1980.

_____. *Salazar. Vol. III: As Grandes Crises, 1936-1945*. Porto: Civilização, 1978.

OLIVEIRA, Pedro Aires. "The Contemporary Era", In: *e-JPH*, v.8, n. 2, 2010, p.46-51.

PAJ.CM. Paulo Portas: Lajes is essential for Portugal and United States relations – Portugal. *Portuguese American Journal*, 3 dez 2011b. Disponível em: <<http://portuguese-american-journal.com/paulo-portas-lajes-are-essential-for-portugal-and-united-states-relations---portugal/>>. Acesso em: 29 jul 2015.

_____. Ray Mabus: United States presence at Lajes Air Base uncertain – Portugal. *Portuguese American Journal*, 16 nov 2011a. Disponível em: <<http://portuguese-american-journal.com/ray-mabus-united-states-presence-at-lajes-air-base-uncertain-portugal/>>. Acesso em: 29 jul 2015.

PAYNE, Stanley. *Franco y Hitler. España, Alemania, la Segunda Guerra Mundial y el Holocausto*. Madri: La esfera de los libros, 2008.

PETER, Felicitas von. "Apanhados de surpresa? A embaixada alemã e o acordo dos Açores", In: *Penelope*, n. 22, 2000, p. 35-51.

REDONDO, Juan Carlos Jiménez. *Franco e Salazar : as relações luso-espanholas durante a guerra friaFria (1930-1955)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

REYNOLDS, David. *In Command of History: Churchill Fighting and Writing the Second World War*. New York: Basic Books, 2007.

_____. *The Creation of the Anglo-American Alliance 1937-1941: A Study in Competitive Co-operation*. Chapel Hill: North Carolina University Press, 1982.

ROCHA, Alexandre L. Moreli. "An American Mission: the Appointment of João Neves da Fontoura as new Brazilian Ambassador to Portugal in 1943", In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 11, n. 3, 2013, p. 264-277.

_____. *Alliances équivoques et rivalités anglo-américaines au cœur de l'Atlantique. L'archipel des Açores entre Seconde Guerre mondiale et Guerre froide (1942-1948)*. 2012. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Institut Pierre Renouvin, Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, 2012.

_____. "As pressões dos aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943 : da neutralidade à colaboração", In *Revista de Historia*, Departamento de Historia da Universidade de São Paulo, n. 161, 2009, p. 113-144.

_____. "L'archipel portugais des Açores dans le contexte de la transition vers le conflit Est-Ouest. 1946-1947, l'atlantisme et la fin du contrôle anglais sur l'océan", In: *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, n. 27, 2008, p. 77-89.

_____. *Les négociations entre les Etats-Unis, le Portugal et le Royaume-Uni pour le contrôle de l'Atlantique à partir de l'archipel des Açores vues à travers le réseau diplomatique français. 1943-1948*. 2007. 207 f. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea dos Mundos Estrangeiros e das Relações Internacionais - Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, Paris. 2007.

RODRIGUES, Luis Nuno. "Crossroads of the Atlantic: Portugal, the Azores and the Atlantic Community (1943-57)", In: AUBOURG, Valérie; BOSSUAT, Gérard; SCOTT-SMITH, Gilles. *European Community, Atlantic Community?*. Paris: Edições Soleb, 2008, p. 456-467.

_____. *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa, Prefacio, 2005.

_____. "A Base Americana de Santa Maria", In: *História*, v. 26, n. 71, 2004a, p. 34-41.

_____. "George Kennan e as Negociações Luso-Americanas sobre os Açores", In: *Relações Internacionais*, n. 4, 2004b, p. 53-63.

ROLLAND, Denis. "Le Brésil et la guerre étrangère: discours sur la guerre, équilibre international et puissance nationale", In: MATTOSO, Katia de Queiros; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.). *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux, XVIe-XXe siècles*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.

ROSAS, Fernando. "Portuguese neutrality in the Second World War", In: WYLIE, Neville. *European Neutrals and Non-Belligerents during the Second World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 268-282.

_____. *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*. Lisboa: Fragmentos, 1988.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos*. São Paulo: Fundação Nacional Pró Memória, 1985.

STOLER, Mark A. *Allies and Adversaries. The Joint Chiefs of Staff, the Grand Alliance, and U.S. Strategy in World War II*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

STONE, Glyn. "The Official British Attitude to the Anglo-Portuguese Alliance, 1910-1945", In: *Journal of Contemporary History*, v. 10, n. 4, 1975, p. 729-746.

SWEENEY, Jerry. "Genesis of an Airbase: The United States, Portugal and Santa Maria", In: *Aerospace Historian*, v. 24, 1977, p. 222-227.

_____. "The Unwanted Alliance: Portugal and the United States", In: BILLS, Scott; SMITH, Timothy. *The romance of history: essays in honor of Lawrence S. Kaplan*. Kent: The Kent State University Press, 1997, p. 214-227.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. "La política exterior portuguesa, 1890-1986", In: PINTO, Antonio Costa. *Portugal Contemporaneo*. Madri: Sequitur, 2000, p. 57-84.

_____. "Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico", In: *Análise Social*, v. 28, n. 120, 1993, p. 55-80

TELO, Antonio José. *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa: Asa Literatura, 1993.

_____. *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. 2 volumes. Lisboa: Vega, 1990-1991.

_____. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987.

THORNE, Christopher. *Allies of a Kind. The United States, Britain, and the War Against Japan, 1941-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

TUSSEL, Javier. *Franco, España y la II Guerra Mundial. Entre el Eje y la neutralidad*. Madri: Temas de Hoy, 1995.

VINTRAS, Roland Eugene *The Portuguese Connection. The Secret History of the Azores Base*. Londres: Bachman & Turner, 1974.

WHEELER, Douglas L. "The Azores and the United States (1787-1987): Two Hundred Years of Shared History", In: *Boletim do Instituto Historico da Ilha Terceira*, v. 45, Tomo I, Angra do Heroísmo, 1988, p 55-71.

PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: DA NEUTRALIDADE À CO-BELIGERÂNCIA

António Paulo Duarte*

Resumo: O presente texto dissecar analiticamente a política de neutralidade do regime do Estado Novo português durante a 2ª Guerra Mundial. Tradicionalmente, a historiografia tem aceitado como correta a ideia de que Portugal tomou uma posição neutral durante o segundo conflito mundial. Na realidade, a neutralidade evoluiu ao longo da conflagração de equidistante a estrita e depois a benevolente. Estes conceitos refletem a postura de Portugal face a sua tradicional aliada, a Grã-Bretanha. Eles exprimem uma realidade escondida, a de que a neutralidade portuguesa serviu sempre a estratégia global da Grã-Bretanha. Assim, a neutralidade benevolente pró-aliada, a partir de 1943, não espelha mais do que o estado de co-beligerância de Portugal ao lado das Nações Unidas. Na realidade, a posição que Portugal tomou durante a 2ª guerra mundial, espelha tanto as dimensões do seu (reduzido) poder estratégico quanto a sua situação geopolítica e geoestratégica *vis-a-vis* os poderosos atores envolvidos na conflagração.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Neutralidade, Co-beligerância, Portugal, Geopolítica.

* Instituto da Defesa Nacional e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa - Portugal

Abstract: This text analyses the neutrality policy of the Estado Novo regime Portuguese during the World War II. Traditionally, the historiography has accepted as correct the idea that Portugal has taken a neutral position during the Second World War. In fact, neutrality evolved over the conflagration equidistantly strict and then benign. These concepts reflect the attitude of Portugal against its traditional ally, Britain. They express a hidden reality that the Portuguese neutrality has always served the overall strategy of Britain. Thus, the favorable neutrality to the allies, from 1943 does not reflect more than the co-belligerence state Portugal UN side. In fact, the position that Portugal has taken during the World War II, both mirrors the dimensions of their (reduced) strategic power as its geopolitical and geostrategic position *vis-a-vis* the powerful actors involved in the conflagration.

Keywords: World War II, Neutrality, Co-belligerence, Portugal, Geopolitics

Introdução

Os manuais escolares portugueses – dotados de um programa oficial que exprime a visão histórica mais consensual que sobre Portugal existe – dizem que Portugal foi neutral durante a II Guerra Mundial, tendo não obstante na fase final da conflagração, e por causa da velha aliança que existia entre este país e a Grã-Bretanha (que oficialmente data de 1386), permitido a instalação de uma base britânica, e em consequência aliada, nas lajes (ilha da Terceira, Açores):

Apesar de muitas afinidades do seu regime com o fascismo italiano, o Estado Novo preservou a neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial. (...). Em 1943, sentido a tendência para a vitória dos aliados, e a pedido destes, o governo português concedeu o uso da base aeronaval das Lajes, nos Açores ao Reino Unido e a seguir aos EUA (LAGARTIXA, SARDINHA, GOMES, LOPES, s/d: p. 152).¹

A realidade histórica é todavia bem mais complexa e pode, no limite, questionar mesmo a ideia de que Portugal foi efetivamente neutral durante toda a Segunda Guerra Mundial.

¹ Trata-se de uma manual de história para alunos do 9º ano de escolaridade, com idades em redor dos 14-16 anos. Os autores do manual, consciente ou inconscientemente, fazem os alunos confundir afinidades ideológicas com racionalidades geopolíticas. Apesar de Oliveira Salazar e de muitos dos seus mais próximos apoiantes terem uma maior afinidade ideológica com os “regimes de autoridade” como então descreviam o tipo de regimes que apoiavam, havia plena consciência de que, em termos geopolíticos e geoestratégicos, Portugal deveria de estar com a Grã-Bretanha, aquele país que melhor serviria o desígnio de independência de Portugal. Reconheça-se todavia que pode ser uma subtilidade, talvez excessiva, para precisar a jovens da idade referida.

Em julho de 1938, em documento endereçado pelo Major-General do Exército Júlio de Moraes Sarmiento a Oliveira Salazar, Presidente do Conselho do Governo de Portugal, aquele afirmava, logo no seu preâmbulo, que não se podia deixar de ter em conta a possibilidade de eclodir uma guerra na Europa e que, nesse caso, só era neutro quem o podia ser e quem tivesse força para o ser.²

Vágner Camilo Alves, a respeito do Brasil na II Guerra Mundial, observa que os pequenos e médios Estados, considerando que as guerras se tendem a configurar como grandes estruturas aglutinadoras, dispõem de uma liberdade de ação condicionada e balizada pelos interesses, em digladiacção, das potências hegemónicas beligerantes.

A guerra total (...) torna a capacidade de ação autónoma dos Estados periféricos ainda mais restrita. (...). Entretanto, aumentam as possibilidades de tais Estados angariarem alguns frutos desta situação, negociando os seus alinhamentos ao poder regional preponderante, antes que este esteja capacitado a praticamente exigí-lo (ALVES, 2002, p. 41).

A ótica expressa por Vágner Camilo Alves, simultaneamente contrastante e concordante com a perspetiva do Major-General do Exército Júlio de Moraes Sarmiento, espelha a leitura interpretativa que este texto fará da postura de Portugal durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Com efeito, a leitura que se fará da postura de Portugal no contexto da II Guerra Mundial evidencia a influência determinante dos grandes poderes na sua configuração e espelha a dimensão exógena da posição deste país no mundo.

² Carta do Major-General do Exército Júlio de Moraes Sarmiento ao Ministro da Guerra e Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, datada de 12 de julho de 1938, Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar/Comissão do Livro Branco/Missão Militar Britânica (AN/TT/AOS/CLB/MMB2), proc. 3, pasta 1, ponto 1, doc. CSE, nº 600, citado em DUARTE (2010: p. 144).

Portugal era um pequeno poder vulnerável no sistema internacional e no quadro da II Guerra Mundial, pelo que, considerando a ótica do general Júlio de Moraes Sarmento, a sua neutralidade estava condicionada aos interesses dos poderes beligerantes, o que, em acordo com os modernos prismas teóricos, que observam que as pequenas potências tem de se adaptar ao rumo das grandes potências, em conflitos de ampla dimensão, configura a neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial como um fenómeno que tem inequivocamente de ser entendido no contexto da dialética do próprio conflito e não como uma mera e pura expressão de uma vontade própria. Por outras palavras, se Portugal foi neutral durante a II Guerra Mundial, essa neutralidade deriva menos da sua capacidade de se eximir à contenda e mais como um produto do jogo de vontades e interesses das várias grandes potências que tinham capacidade de intervir e influenciar a sua postura no seu próprio espaço.

É certo que, como veremos, a neutralidade portuguesa advinha igualmente da própria vontade de quem dirigia o Estado português e a sua política externa, na verdade, tão só o Presidente do Conselho, Ministro da Guerra e Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar (que de qualquer modo encarnava a perspectiva da quase totalidade da nação). Mas se essa vontade existisse sem o consentimento dos diversos poderes em digladição, dificilmente a neutralidade portuguesa poderia ter durado ao longo da conflagração. É da relação com estes poderes e da forma como Portugal vai servindo os diversos interesses das grandes potências, principalmente, a vontade britânica (e depois, dos Estados Unidos da América) de neutralizar a Espanha por via da neutralidade portuguesa, o elemento fundamental para afastar a guerra de Portugal.

Toda esta perspectiva espelha no fundo aquilo que se pretende dar a entender como a ideia de a vida internacional ter uma dimensão sistémica e com o conceito de sistema internacional. No fundo, o significado de internacional aponta precisamente para a ideia de interação entre entidades nacionais.³

³ Veja-se as concepções neorrealistas ou do realismo neoclássico, por exemplo, que alicerçam-se na ideia de um sistema internacional baseado num contínuo jogo interações entre unidades, elas próprias em tensão entre o que interno e o que é externo (DOUGHERTY E PFALTZGRAFF JR., 2003: pp. 79-122).

Em julho de 1938, em documento endereçado pelo Major-General do Exército Júlio de Moraes Sarmiento a Oliveira Salazar, Presidente do Conselho do Governo de Portugal, aquele afirmava, logo no seu preâmbulo, que não se podia deixar de ter em conta a possibilidade de eclodir uma guerra na Europa e que, nesse caso, só era neutro quem o podia ser e quem tivesse força para o ser.²

Vágner Camilo Alves, a respeito do Brasil na II Guerra Mundial, observa que os pequenos e médios Estados, considerando que as guerras se tendem a configurar como grandes estruturas aglutinadoras, dispõem de uma liberdade de ação condicionada e balizada pelos interesses, em digladiação, das potências hegemônicas beligerantes.

A guerra total (...) torna a capacidade de ação autônoma dos Estados periféricos ainda mais restrita. (...). Entretanto, aumentam as possibilidades de tais Estados angariarem alguns frutos desta situação, negociando os seus alinhamentos ao poder regional preponderante, antes que este esteja capacitado a praticamente exigí-lo (ALVES, 2002, p. 41).

A ótica expressa por Vágner Camilo Alves, simultaneamente contrastante e concordante com a perspectiva do Major-General do Exército Júlio de Moraes Sarmiento, espelha a leitura interpretativa que este texto fará da postura de Portugal durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Com efeito, a leitura que se fará da postura de Portugal no contexto da II Guerra Mundial evidencia a influência determinante dos grandes poderes na sua configuração e espelha a dimensão exógena da posição deste país no mundo.

² Carta do Major-General do Exército Júlio de Moraes Sarmiento ao Ministro da Guerra e Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, datada de 12 de julho de 1938, Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar/Comissão do Livro Branco/Missão Militar Britânica (AN/TT/AOS/CLB/MMB2), proc. 3, pasta 1, ponto 1, doc. CSE, nº 600, citado em DUARTE (2010: p. 144).

Portugal era um pequeno poder vulnerável no sistema internacional e no quadro da II Guerra Mundial, pelo que, considerando a ótica do general Júlio de Moraes Sarmento, a sua neutralidade estava condicionada aos interesses dos poderes beligerantes, o que, em acordo com os modernos prismas teóricos, que observam que as pequenas potências tem de se adaptar ao rumo das grandes potências, em conflitos de ampla dimensão, configura a neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial como um fenómeno que tem inequivocamente de ser entendido no contexto da dialética do próprio conflito e não como uma mera e pura expressão de uma vontade própria. Por outras palavras, se Portugal foi neutral durante a II Guerra Mundial, essa neutralidade deriva menos da sua capacidade de se eximir à contenda e mais como um produto do jogo de vontades e interesses das várias grandes potências que tinham capacidade de intervir e influenciar a sua postura no seu próprio espaço.

É certo que, como veremos, a neutralidade portuguesa advinha igualmente da própria vontade de quem dirigia o Estado português e a sua política externa, na verdade, tão só o Presidente do Conselho, Ministro da Guerra e Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar (que de qualquer modo encarnava a perspectiva da quase totalidade da nação). Mas se essa vontade existisse sem o consentimento dos diversos poderes em digladição, dificilmente a neutralidade portuguesa poderia ter durado ao longo da conflagração. É da relação com estes poderes e da forma como Portugal vai servindo os diversos interesses das grandes potências, principalmente, a vontade britânica (e depois, dos Estados Unidos da América) de neutralizar a Espanha por via da neutralidade portuguesa, o elemento fundamental para afastar a guerra de Portugal.

Toda esta perspectiva espelha no fundo aquilo que se pretende dar a entender como a ideia de a vida internacional ter uma dimensão sistémica e com o conceito de sistema internacional. No fundo, o significado de internacional aponta precisamente para a ideia de interação entre entidades nacionais.³

³ Veja-se as concepções neorrealistas ou do realismo neoclássico, por exemplo, que alicerçam-se na ideia de um sistema internacional baseado num contínuo jogo interações entre unidades, elas próprias em tensão entre o que interno e o que é externo (DOUGHERTY E PFALTZGRAFF JR., 2003: pp. 79-122).

Ora, nesse sentido, a neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial é uma neutralidade condicionada e esse condicionamento faria, com a viragem definitiva da evolução da guerra a favor da "Causa das Nações Unidas", com que Portugal, progressiva e inequivocamente, se alinhasse com esse bloco, passando de uma neutralidade, na realidade colaborante com a causa britânica, a uma co-beligerância camuflada ao lado das potências aliadas.

1 O Contexto da Neutralidade Portuguesa na II Guerra Mundial

Em nota enviada para a Imprensa, aquando da eclosão da II conflagração Mundial, em princípios de setembro de 1939, o Presidente do Conselho (equivalente a Primeiro-Ministro) Oliveira Salazar, define a posição de Portugal na guerra que então eclodia:

"Felizmente, os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, a que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade". (...). "O governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da providência poder manter a paz para o povo português" (SALAZAR, 1943: p. 174).

Um insuspeito biógrafo de Salazar, a respeito da nota que o Presidente do Conselho faz publicar, a definir a posição de Portugal aquando da eclosão da II Guerra Mundial, afirma:

"A) Não faz uma declaração solene de neutralidade, menciona apenas uma situação de neutralidade."

"B) Não publica decreto ou outro diploma legal. Política e juridicamente mantém aberto o caminho para alterações que as circunstâncias acaso venham a impor" (NOGUEIRA, s/d: p. 228).

Analise-se então a declaração de neutralidade do governo português: ela enfatiza a vontade de paz, que o país deseja; mas apela à providência para que esta se possa manter; Portugal define-se como neutral; mas afirma a sua vinculação à aliança com a Grã-Bretanha, uma das principais grandes potências beligerantes, na guerra que então eclodia, um dos futuros "big three", juntamente com os Estados Unidos da América e a União Soviética, como acabariam por ser denominadas as mais relevantes nações aliadas e os seus líderes. Há assim nesta declaração uma certa contradição nos termos da afirmação de neutralidade, uma neutralidade que teria de ser, como o seu significado demanda, isenta, mas que termina por afiançar a fidelidade a um dos lados da contenda. Por sua vez,

não é uma declaração com estatuto legal e solene, uma afirmação jurídica e em consequência estatutária de absoluta isenção entre ambas as partes, apenas e só uma afirmação pública, num contexto preciso.

Essa declaração espelhava, no fundo, a situação geopolítica de Portugal em 1939.

Portugal era, em 1939, uma pequena nação europeia (cerca de 92.000 km² e 7.000.000 de habitantes na metrópole e nas ilhas dos Açores e Madeira, vistas como parte integrante da parte metropolitana do país), mas uma grande nação colonial, dotada, referia a constituição, do "Império Colonial Português" (composto por Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Fortaleza de São João de Ajudá, Estado Português da Índia, Timor e Macau), com territórios espalhados pela África, a Ásia e o Pacífico, cerca de 2.100.000 de km² além-mar, tutelados a partir de Lisboa. A natureza "colonial" de Portugal era, na verdade, observada pelas próprias elites políticas, económicas ou culturais portuguesas como uma característica visceral da sua identidade (PALMEIRA, 2006: pp. 55-56 e 62-64; DUARTE, 2010b: pp. 72-73). Ela exprimia-se numa frase cunhada, pelo menos segundo ele próprio o dizia, por um dos grandes colonialistas de Portugal, o General Norton de Matos: "Portugal Maior" (MATOS, 2005, 3: pp. 469 e 473).

Portugal tinha como único vizinho ibérico e como único circunjacente terrestre a Espanha, à época, com cerca de 30.000.000 de habitantes, com uma dimensão territorial de 502.000 km², muito maior, na ibéria, que o daqueloutro, cerca de cinco vezes mais vasto. Curiosamente, todavia, a Espanha teria apenas um quarto da dimensão de Portugal, se à sua área metropolitana juntarmos os seus territórios ultramarinos (cerca de 2.200.000 Km² de territórios sob soberania portuguesa – incluindo-se aqui a metrópole e as colónias – contra os 502.000 km da Espanha).⁴

⁴ Na verdade, juntado ao espaço metropolitano de Espanha os territórios sobre tutela espanhola (Sahara Ocidental, Ifni, Marrocos espanhol e a Guiné Equatorial), a Espanha aproximar-se-ia de 850.000 de km² contra 2.200.000 km² do espaço mundial sob soberania portuguesa. Para uma maior precisão ficam aqui as indicações disponíveis: Para Portugal: Angola – 1.246.000 km²; Moçambique – 801.590km²; Guiné-Bissau – 36.544km²; Cabo Verde – 4033km²; São Tomé e Príncipe – 1001Km²; Timor Leste – 15.007km²; Estado Português da Índia (cidades de Goa, Damão e Diu). A fortaleza de São João de Ajudá tinha uma dimensão absolutamente negligenciável. Para a Espanha: Sahara Espanhol – 282.000 km²; Marrocos espanhol – 20.948km²; Guiné Equatorial – 28.051km²; Território do Ifni – 1502km².

Assim, não admira que pela pura geografia, diz Tiago Moreira de Sá, a política externa portuguesa tenha quase sempre assentado no equilíbrio entre a terra e o mar. A Espanha era tradicionalmente vista como a mais séria ameaça à independência de Portugal, considerando que tende, quer pela sua dimensão geográfica, quer pela sua centralidade geopolítica, a absorver em si todo espaço ibérico. E para a sua segurança externa, Portugal dispunha de uma velha aliança com a principal potência marítima do mundo até então, o Reino Unido, um tratado que vigorava supostamente desde 1386. A natureza da política externa e da geopolítica e geoestratégia de Portugal foi sempre esta balança entre a terra e o mar (SÁ, 2015: 37-38).

Esta situação, assim dita, parece simples, mas era muito mais complexa na época em causa. A suposta principal e tradicional ameaça a Portugal, a Espanha, tendo atravessado uma guerra civil devastadora entre 1936 e 1939, tinha agora um regime de cariz autoritário, fascizante, diriam alguns, que todavia fora fortemente apoiado pelo Estado Novo de Oliveira Salazar,⁵ nas próprias palavras Presidente do Conselho correlacionado ideologicamente com as novas e modernas correntes políticas de "autoridade" que modificavam nos anos trinta a paisagem política da Europa. Como reconhecia Salazar, no início dos anos trinta do século XX, numa entrevista a António Ferro – num conjunto de entrevistas que se tornaram míticas na construção do Estado Novo e da figura de ditador português – havia uma proximidade entre o fascismo e o novo regime de Portugal: "o reforço da autoridade" (SALAZAR e FERRO, 2003: p. 49).

Por sua vez, o principal aliado de Portugal – o Reino Unido – não se coibira por várias vezes, no final do século passado e no atual século, de propor à Alemanha, sua rival mundial, a partilha das colónias portuguesas (1898, 1912-1913, 1935). Esta situação motivava nos decisores políticos portugueses à época amiudadamente desconfianças sobre a postura da Grã-Bretanha para com Portugal e questionava a confiança com este país poderia olhar para a sua mais poderosa aliada (DUARTE, 2010: pp. 128-132 e 141-142).

⁵ Veja-se, entre outros, DELGADO (s/d).

O quadro e a correlação de forças em que se inseria o Estado Novo português não permitia uma leitura simples do tablado internacional, configurando-se, face a Portugal, cada um dos principais atores que intervinham no xadrez peninsular e no espaço Atlântico, a saber, a Espanha, a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos da América, como inimigos e/ou como aliados, ou como neutros, em tempos igualmente distintos, específicos e próprios, de acordo com o decorrer da II Guerra Mundial.

Os objetivos que configuravam a estratégia de Salazar e de Portugal na Segunda Guerra Mundial eram em suma os seguintes: neutralizar a Península Ibérica como garantia da manutenção da neutralidade portuguesa; a neutralidade portuguesa serviria a manutenção do regime do Estado Novo; a neutralidade ibérica servia os interesses da Grã-Bretanha, afastando a Alemanha do Atlântico e do Mediterrâneo Ocidental, protegendo a principal base britânica nessa região, Gibraltar. A chave do sucesso da estratégia portuguesa derivaria de servir a estratégia britânica, no que se refere à neutralização da Espanha, e o êxito da estratégia britânica para a Península Ibérica dependia de servir a estratégia de Portugal, nomeadamente no que respeitasse à garantia de inviolabilidade da sua soberania, fosse na metrópole, fosse no ultramar. Se ambas as estratégias se conciliassem, os objetivos de cada um dos aliados seriam sem dúvida alcançados.

2 A 1ª fase da neutralidade portuguesa: uma “neutralidade colaborante”; neutralizar a Espanha, afastando-a do Eixo: março de 1939 a junho de 1940.

Com o fim da guerra civil, a Espanha opta por assegurar a sua neutralidade, para fazer face a qualquer eventualidade que pudesse advir das democracias ocidentais (dada a sua relação com o Eixo gerar nestas bastante suspeita), em caso de contenda europeia, propondo a Portugal um Tratado de Amizade e Não-agressão. Contando com o suporte britânico, que desejava igualmente assegurar a neutralidade da ibéria em caso de conflagração europeia, e que insta Lisboa a aceitar o pedido de Burgos, os Estados português e espanhol assinam em 17 de março de 1939 o Tratado de Amizade e Não-Agressão.

Na realidade, a ideia, oriunda dos nacionalistas espanhóis, já fora aventada em meados de 1938, quando da agudização da crise dos sudetas, do nome das populações de origem germânica que habitavam a região do mesmo nome (que opusera a Alemanha Nazi à Checoslováquia e aos seus aliados, a França e a Grã-Bretanha) e do receio de que uma conflagração na Europa levasse a coligação anglo-francesa a apoiar a já cambaleante República Espanhola contra Burgos, então vista como aliado da Alemanha Nazi. À altura Portugal não dera seguimento à proposta espanhola, apresentada por Nicolás Franco, irmão de general Franco, e representante dos nacionalistas em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiro português. Mas com o fim da Guerra Civil Espanhola e com o reconhecimento de governo de Franco como legítimo governo espanhol por todas as potências europeia, incluindo a França e a Grã-Bretanha, liberara-se todos os constrangimentos que tinham inibido Portugal de aceder em 1938 a proposta vinda de Burgos, para que um Tratado de Amizade e Não-Agressão fosse assinado entre ambos os países, tanto mais quanto este tratado servia os propósitos de reforçar a neutralização da Península Ibérica procurados por Lisboa e Londres e deslaçava um pouco Madrid da sua proximidade ao Eixo (TELO, s/ d.: pp. 36-37 e 42-44).

3 A 2ª fase da neutralidade: dirimir a ameaça da beligerância espanhola (julho de 1940 a março de 1941)

Todavia, espantosamente célere e traumatizante, porque inesperada para a maioria dos observadores, derrota da França frente à Alemanha em maio-junho de 1940, lançou a perturbação no quadro estratégico em que tinha sido assinado o Tratado de Amizade e Não-Agressão, fazendo a Espanha titubear na sua neutralidade, reforçando as tentações de beligerância em prol do Eixo. Com os alemães nos Pirenéus após vitória esmagadora e impressionante sobre a França e os seus aliados (e a retirada britânica do continente, deixando seu exército quase desarmado para futura contingência de uma invasão alemã das ilhas britânicas), ao mesmo tempo em que a Itália adquiria o estatuto de beligerante, e se alinha com a Alemanha, despontam as tentações espanholas de beligerância: declaração por Franco da “não-beligerância” espanhola (junho de 1940). O contexto em que se inseria a neutralidade ibérica e a posição de Portugal deteriora-se rapidamente e ensombra-se a manutenção da paz na península.

É nesse tablado de inflexão da posição espanhola que é assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão de 29 de julho de 1940: para Portugal, trata-se de aproveitar uma oportunidade, no momento em que todos os riscos se parecem conciliar, para conter as veleidades espanholas, dando a entender uma aproximação de Portugal à Espanha, em detrimento do Reino Unido. Essa oportunidade deriva de um encontro entre Serrano Suñer e Pedro Teotónio Pereira. Aquele deseja uma demonstração de Portugal de uma maior proximidade à Espanha (e afastamento da sua tradicional aliada, a Grã-Bretanha). Lisboa aceita assim assinar o protocolo adicional, mas como forma de robustecer a neutralidade ibérica e afastar a Espanha da beligerância. Cada parceiro joga um jogo dúplice e procura que o tratado sirva os seus interesses. A linguagem, retirada dos termos da *Entente Cordiale*, pelos signatários portugueses, visava fazer com que ambos os países pudessem “concertar-se” sobre as ameaças à paz na Península Ibérica. Na prática, cada um dos assinantes visava com esta adenda objetivos discrepantes, mas suficientemente ambíguos para que os proponentes e signatários se sentissem satisfeitos com o resultado. Para Portugal, estes documentos diplomáticos reforçavam a neutralidade espanhola; para Madrid, os mesmos documentos afastavam Portugal da aliança com a Grã-Bretanha (PEREIRA, 2012: pp. 227-232). O Diplomata Bernardo Futscher Pereira realça que o sucesso do tratado e da adenda ao tratado está na ambiguidade dos racionais nele inscritos, o que servia ambos os signatários (PEREIRA, 2012: p. 232).

Com efeito, falar das tentações espanholas de intervenção na guerra, não significa não obstante dar a entender uma expressa vontade da Espanha aderir à causa do Eixo e entrar desde logo na conflagração ao lado da Alemanha Nazi e da Itália Fascista. A “não-beligerância” espanhola é ainda hoje objeto de debate, arguindo-se entre os diversos argumentos que ela tanto poderia exprimir efetivamente a vontade de Franco e de os elementos mais radicais do regime franquista de se coligar definitivamente com o Eixo, em prol de uma política de conquistas imperiais, como de ser uma forma de contenção das pressões alemãs para a participação da Espanha na contenda, que a vitória de maio-junho de 1940 sobre a França teriam tornado avassaladoras. Seja como for, por meados de 1940 há clara tendência na historiografia espanhola para observar por

parte dos setores mais aguerridos do poder franquista e do próprio Franco tentações belicistas mais agudas (veja-se por exemplo AGUDO, 2009: pp.123 e ss.).

Independentemente de qual fosse a verdadeira natureza da intenção espanhola após a declaração da “não-beligerância”, a posição de Portugal tem de adquirir uma nova tonalidade, a de uma neutralidade estrita ou equidistante: equivaler o Reino Unido e a Alemanha no que tange às relações oficiais com ambos os países, dando a entender um certo afastamento em relação à Grã-Bretanha e à aliança e uma aproximação à Espanha, ao mesmo tempo que se continua com redobrados mas mais dissimulados esforços a apoiar a política britânica de conservar a todo o custo na neutralidade espanhola (ações combinadas entre o embaixador português e britânico em Espanha, respetivamente Pedro Teotónio Pereira e Samuel Hoare).

Ao mesmo tempo, e precavendo, dentro do possível, o pior, dá-se reinício às negociações sobre a defesa militar entre Portugal e a Grã-Bretanha, que se irão consumir na delineação de uma estratégia de defesa militar baseada nas velhas “Linhas de Torres Vedras” e na aceitação, pela parte portuguesa, da necessidade de evacuação dos órgãos de soberania portugueses para os Açores em caso de invasão hispano-alemã ou alemã do país (as negociações e os planos estratégicos de defesa militar durante o ano de 1940 estão descritos de forma pormenorizada em DUARTE, 2010: 162-170).

4 A 3ª fase da neutralidade: conter os Estados Unidos nos Açores (Março de 1941-Junho de 1941). Reforçar neutralidade equidistante

Com o isolamento da Grã-Bretanha numa Europa sob domínio alemão, a “Defesa do Hemisfério” por parte dos Estados Unidos da América é incrementada: nessa conjuntura, o Estado-Maior Conjunto dos Chefes Militares dos Estados Unidos da América receia uma intervenção do Eixo no corredor Dakar-Natal e assim os Açores tornam-se uma preocupação acrescida para os norte-americanos; os estrategos militares dos Estados Unidos da América julgam poder haver de uma ação surpresa da Alemanha com vista a ocupar o arquipélago. Os Açores servem tanto para plataforma avançada para um assalto a partir da Europa sobre o hemisfério ocidental, como para a sua defesa avançada, a primeira barreira de defesa. A pressão

para a sua ocupação avoluma-se consideravelmente. Trata-se de obviar à sua ocupação pela Alemanha Nazi antes de mais nada. A Grã-Bretanha, sem Portugal ter disso consciência, modera ímpetos dos Estados Unidos da América, ao mesmo tempo que insta Portugal para prover de forma mais musculada a defesa militar dos Açores.

A defesa militar dos Açores não tinha sido para Portugal uma prioridade, aquando da eclosão da guerra: com a hegemonia naval anglo-francesa no Atlântico, as ilhas açorianas estavam por isso mesmo muito seguras, e só com a queda da França em junho de 1940 e as mudanças da situação estratégica global, se começou a olhar com preocupação para a defesa do arquipélago. Em setembro de 1940 são dadas as primeiras instruções de Lisboa para reforçar a defesa das ilhas açorianas. Inicia-se o desenho de um dispositivo militar defensivo, focado primeiramente na resposta a um golpe de mão germano-italiano. E começa-se a edificar o artilhamento das ilhas com artilharia de defesa de costa (com material obsoleto, na verdade) (DUARTE, 2010: 190-191). Mas o grosso dos primeiros contingentes de reforço só é encaminhado para as ilhas a partir de março de 1941, concomitantemente com as declarações públicas sobre as preocupações dos Estados Unidos com as ilhas, pela voz, primeiro, do Senador Claude Pepper, amigo pessoal de Presidente Franklin D. Roosevelt e depois deste próprio, e que intimida muito o governo de Lisboa (PEREIRA, 2012: pp. 258-274).

Um total de 13063 expedicionários chegaram aos Açores até ao final de 1941. A guarnição teria, apenas, cerca de 4000 efetivos em março de 1941, antes do envio destes expedicionários. Para os Açores seriam enviados até 1944, 28582 militares portugueses. A defesa militar dos Açores seria reforçada em duas grandes vagas, a primeira ao longo dos dois semestres intermédios de 1941, como já se indicou, e a segunda na primavera e verão de 1943, coincidindo, de novo, com o aumento de pressões externas, por parte dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, sobre a soberania portuguesa das ilhas (DUARTE, 2010: pp. 192-193).

A defesa dos Açores é assim efetuada, não tanto por resposta a uma ameaça alemã (na verdade uma invasão nunca foi seriamente ponderada por Berlim, dada a distância do arquipélago em relação ao continente europeu), mas como réplica à intensa pressão anglo-americana sobre as ilhas. Para Portugal, o maciço envio de reforços demonstraria a capacidade nacional de ripostar a um golpe de mão

militar alemão ao mesmo tempo que, e isto era o mais relevante, visava afirmar a vontade portuguesa de manter a soberania sobre as ilhas e por essa via dissuadir uma ação direta sobre os Açores por parte dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, enquanto veladamente avisava Londres que de que uma agressão poderia ter como consequência a beligerância da Península Ibérica (e por conseguinte a destruição da estratégia britânica para a ibéria).

5 A 4ª fase da neutralidade: a “neutralidade equidistante” num contexto de insularidade ibérica face aos principais Teatros de Guerra da conflagração (junho de 1941 a novembro de 1942)

Em Junho de 1941 começa a “rassenkrieg” contra a Rússia Soviética pela Alemanha Nazi (KERSHAW, 2000: pp. 339 e ss; BEEVOOR, 1999: p. 15). Para Salazar, a guerra “retoma o seu curso natural” (antibolchevista), o que poderia no limite assegurar uma paz de compromisso entre a Grã-Bretanha e a Alemanha Nazi, no rescaldo do aniquilamento do bolchevismo. Oliveira Salazar não teve capacidade de entender as dinâmicas políticas extremistas hiperdestrutivas que conduziam o regime de Hitler e a Alemanha Nazi, (PEREIRA, 2012: pp. 282-284). A destruição do bolchevismo que o Presidente do Conselho de Portugal idealizava enquadrava-se numa racionalidade em que a ação política tinha fitos moderados e em que era a própria ideologia bolchevista a ser o responsável pela sua destruição, enquanto fórmula política maligna. E a destruição do bolchevismo era por Oliveira Salazar vista como um importante elemento de reconciliação da Grã-Bretanha e da Alemanha e em consequência, para uma paz de compromisso.

Em fevereiro de 1941 tinha início, igualmente, a campanha Líbia do “Deutsches AfrikaKorps” (o corpo de exército alemão enviado para África), em resposta a derrota italiana no Egito. Concomitantemente a guerra submarina expandia-se no Atlântico. A guerra afastava-se momentaneamente da Península Ibérica, mas o seu resultado final era uma incógnita e a evolução da contenda à época seguia um rumo que parecia muito favorável à Alemanha Nazi. A crença na inevitabilidade da derrota soviética era muito forte entre as elites do regime português. Não sendo efetivamente germanófilas, estas elites, pelo seu profundo anti bolchevismo e anticomunismo, estavam de coração ao lado da campanha militar alemã no leste, e crentes na invencibilidade alemã.

Dentro do quadro geral com que anteviam o fim da guerra, tratava-se de preparar Portugal para uma Europa Germânica após o esmagamento da Rússia Soviética, o que implicava uma política de máxima equidistância face à Grã-Bretanha. A neutralidade equidistante robusteceu-se. As tensões entre Lisboa e Londres são neste período bem mais tensas, dado Portugal optar por uma contida relação com a Grã-Bretanha, receando que uma atitude mais colaborante com o seu velho aliado fosse pretexto para uma vindicta germânica curta e brutal, resolvida a questão no leste da Europa e assegurada definitivamente a hegemonia alemã na Europa continental.⁶

6 A 5ª fase da neutralidade: O bloco Ibérico como “Instrumento de Paz” ou a insularização dos regimes ibéricos face ao recuo da natural evolução política da Europa (novembro de 1942 a outubro de 1943)

Com a “Operação Torch” (novembro de 1942), o desembarque aliado no Norte de África, que selaria em definitivo a derrota do Eixo nesse continente, e a catastrófica derrota alemã e de seus aliados em Estalinegrado pelo Exército Vermelho (novembro de 1942 – janeiro de 1943), a guerra começa a mudar de feição. As derrotas do Eixo evidenciam o progressivo esgotamento da sua pujança bélica.

A Espanha reentra, na prática, na “neutralidade estrita”, de forma definitiva, ainda que não oficial. Nesse contexto dá-se uma mudança no governo em Madrid com a ascensão do Conde Jordana ao Ministério dos Assuntos Exteriores, um moderado, referenciado pelo embaixador português em Madrid, como amigo de Portugal. A política externa que o Conde Jordana prossegue fá-lo aproximar-se de Portugal, com isso visando demonstrar aos aliados o seu afastamento face à causa nazi e procurando reforçar a colaboração política entre Lisboa e Madrid. Aparece então o “bloco ibérico”, que mais não era que uma busca de “insularização dos regimes ibéricos” face a um futuro que já não correspondia evidentemente às suas expectativas.

⁶ É neste período que se dá a crise mais grave entre Lisboa e Londres durante toda a II Guerra Mundial, a ocupação por forças australianas e holandesas do território português de Timor Leste em dezembro de 1941 (vejam-se mais pormenores para o fim deste texto).

Esta evolução espanhola fora-se acentuando ao longo do ano de 1942, também por efeito da derrota alemã em frente de Moscovo no Inverno de 1941-1942 e em consequência da entrada dos Estados Unidos na conflagração em dezembro de 1941. É nesse contexto que Franco e Salazar se encontram pela primeira vez em fevereiro de 1942 em Sevilha. Este encontro marca um reforço da aproximação ibérica, ainda que nas conversas tidas entre ambos os ditadores, em alguns dos topos espanhóis ainda se sentissem tentações beligerantes, que levaria a uma muito maior intimidade nos anos subsequentes entre os dois regimes autoritários ibéricos num contexto de progressiva “insularização” ideológica (PEREIRA, 2012: pp. 323-325 e 256-357, TISCAR, 2014: 39-43).

Para Portugal, esta inflexão de Espanha é uma bênção. Afasta da Península Ibérica o espectro da guerra e robustece a neutralidade peninsular e a possível criação de um bloco que protegesse os regimes ibéricos da evolução que a guerra parece começar a denotar: a vitória dos anatemizados ideias liberais ou bolchevistas. Mas esta evolução interna da Península Ibérica, a caminho de uma efetiva neutralidade, concorrendo com o progresso da guerra a favor da “Causa das Nações Unidas”, também distende as relações anglo-portuguesas, até então sob forte pressão, dada a preocupação de Lisboa com a Alemanha e o receio de que uma neutralidade distante da equidistante estimulasse uma ação direta de Berlim sobre Portugal.

7 A 6ª fase da neutralidade – a “neutralidade colaborante” – ou uma co-beligerância disfarçada: a adaptação ao pós-guerra (agosto de 1943 a maio de 1945) [1]

Com o robustecimento da presença dos Estados Unidos na Europa (Grã-Bretanha) e a preparação, pelos aliados, da invasão do continente sob domínio alemão, retornou o interesse dos Estados Unidos da América pelos Açores, e concomitantemente, um novo reforço maciço de reforços militares portugueses para as ilhas.

A nível político de topo (nomeadamente entre Roosevelt e Churchill), nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha, e entre ambos os aliados, debate-se então se os Açores devem ser ocupados imediatamente ou se deve-se desenvolver uma negociação séria, relativamente a essas ilhas, com Portugal, sendo que, se este país se recusar a ceder bases às “nações unidas” no arquipélago, se seguiria imediata ação militar de ocupação do mesmo.

O debate anglo-americano termina com o triunfo de Anthony Eden, Ministro dos Negócios Estrangeiros Inglês (*Foreign Secretary*), que demanda que se faça primeiro uma negociação séria com Portugal sobre bases aliadas nos Açores. Para o efeito, o pedido da Grã-Bretanha para que Portugal lhe ceda bases nos Açores é feito no quadro de invocação da aliança anglo-lusa (Agosto de 1943) o que desfaz de imediato qualquer nó górdio. Portugal aceita imediatamente o pedido e cede bases à Grã-Bretanha nos Açores (ilha Terceira, Base das Lajes, para além de outras facilidades no território). Na realidade, um mal-entendido prolonga ainda por dois meses as negociações. Para Portugal, a aceitação do pedido não inviabilizava um prolongado ajuste sobre a instalação de forças britânicas nas ilhas, mas para a Grã-Bretanha, feita a cedência, as negociações finais, um mero proforma,

deveriam ser rápidas. Aceite o pedido de cedência de uma base nos Açores à Grã-Bretanha, no quadro da aliança por este país invocada, em agosto de 1943, a 8 de outubro de 1943, as primeiras forças britânicas desembarcaram no arquipélago (uma longa descrição das negociações e do seu contexto pode encontrar-se em TELO, 1991, I: pp. 137-181).

A base das Lajes era uma plataforma para o tráfego aéreo logístico entre a América do Norte, a Europa e o Norte de África, tendo centenas de milhares de aparelhos passado por ela nos últimos dois anos da II Guerra Mundial, e para a guerra antissubmarina (aviões de patrulha de longo alcance que cobrem a última faixa ainda não coberta permanentemente por meios aéreos do Atlântico Norte). Na realidade, quanto as bases são cedidas à Grã-Bretanha, os aliados já tinham derrotado as alcateias submarinas alemãs naquilo a que se denominou de Batalha do Atlântico, sendo por isso as instalações das Lajes, verdadeiramente, muito mais relevantes para o transporte aéreo estratégico entre as duas margens do Atlântico norte (TELO, 1993: pp. 419-445).

As forças militares dos Estados Unidos da América podiam utilizar a base das Lajes, mas desejavam para eles próprios uma base nas ilhas açorianas, pelo que se desenvolveram complexas negociações entre Portugal e os norte-americanos, até que em novembro de 1944 houve a cedência de uma base aérea em Santa Maria aos Estados Unidos da América. Em troca, era dada a garantia

de que forças portuguesas participariam na libertação de Timor Português, ocupado pelos japoneses em princípios de 1942, o que justificaria aquilo que era efetivamente uma quebra da neutralidade por parte de Portugal. Para a pequena história saliente-se que este pretensão provocou reais engulhos nos norte-americanos conscientes da impreparação lusa no que se refere a qualquer tipo de operação militar, e ainda mais no que se refere às á altura muito modernas operações anfíbias, até que alguém se lembrou de que não haveria problema em aceder a essa intensão portuguesa porquanto jamais se previa uma ação militar dos Estados Unidos ou dos seus aliados sobre a ilha de Timor (TELO, 1991, II: pp. 193-208).

A questão de Timor⁷ e a sua resolução serviram como justificação para se afirmar publicamente que Portugal não quebrava a neutralidade, porquanto era impossível invocar uma multissecular aliança no acordo luso-estadunidense para a instalação de uma base militar norte-americana em Santa Maria, Açores. Considerou-se então que a ocupação de Timor Leste por forças japonesas legitimava uma intervenção de Portugal no teatro de guerra da Ásia-Pacífico, sem todavia obrigar à quebra de neutralidade na Europa (PEREIRA, 2012: pp. 426-427). A base em Santa Maria, Açores, era assim cedida aos norte-americanos em intercâmbio do apoio destes a reocupação de um território usurpado pelo Japão aos portugueses, num teatro de guerra afastado da Europa. Obviamente, era deixado de lado o facto de a base de Santa Maria servir para combater o Eixo na Europa, não na Ásia-Pacífico.

Na realidade, desde a cedência de bases à Grã-Bretanha nas ilhas dos Açores que Oliveira Salazar e a diplomacia portuguesa tinham a consciência de ter quebrado uma barreira e de se ter posto ao serviço de um dos blocos beligerantes. Essa consciência é visível nas estapafúrdias justificações que por várias vezes Salazar resolveu

⁷ A questão de Timor Leste: após Pearl Harbour, em nome da defesa das ilhas indonésias e da Austrália contra o Japão, e enquanto decorriam negociações entre Lisboa e Londres, forças holandesas e australianas ocuparam o território português de Timor Leste (dezembro de 1941). Esta ação legitimou a entrada de forças militares japonesas em Timor Leste subsequentemente (janeiro de 1942). Dado o interesse, continuamente manifestado, da Austrália por Timor Leste, para Salazar a manutenção da soberania portuguesa sobre este território era uma preocupação: o acordo em torna da cedência de uma base aos Estados Unidos da América asseguraria o apoio deste país à reocupação, finda a guerra, por Portugal da sua colônia da Ásia-Pacífico.

apresentar ao embaixador alemão em Lisboa, quer legitimando tal ato com a aliança plurissecular o que implicava para Portugal uma "neutralidade condicionada" (o que já era uma admissão de adesão a um dos blocos), quer expondo uma duvidosa teoria de que uma muito pequena quebra de neutralidade num espaço circunscrito, o dos Açores, não negaria a qualidade geral de neutralidade a que o país se obrigava. Esta última explicação, quando o embaixador da Alemanha, Von Hoyningen-Huene, a recebeu, pareceu-lhe tão confusa que ele a mandou traduzir para alemão para a melhor entender e a poder reportar com precisão aos seus superiores (MENEZES, 2010: pp. 311-312). Na realidade, com a viragem da guerra a favor da "Causa das Nações Unidas", Portugal fez um rápido caminho de aproximação aos aliados. Salazar fê-lo circunspectamente, mas ainda assim fê-lo, considerando que as condicionantes que balizavam o tablado geopolítico e geoestratégico de Portugal lhe impunham uma relação amigável e íntima com as potências que hegemonizavam o espaço atlântico: a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. No fundo, esta evolução era igualmente o espelho de que a neutralidade portuguesa sempre dependera da boa vontade dos interesses das grandes potências beligerantes e nunca deixara de ser efetivamente uma "neutralidade condicionada".

8 Comparação: Portugal na I e na II Guerra Mundial

Portugal foi um Estado beligerante na I Guerra Mundial e neutral na II Guerra Mundial. Esta posição internacional do país indicaria objetivos distintos, tratando-se até de regimes muito distintos – uma República Liberal e um Estado Novo autoritário, à época, com laivos fascizantes - todavia, e na verdade, em ambas as situações os objetivos foram na realidade iguais.

Já se observou a postura de Portugal durante a II Guerra Mundial. Viu-se como Portugal manteve-se fiel à aliança com a Grã-Bretanha e passou de uma "neutralidade colaborante" com a sua aliada a uma efetiva co-beligerância com os aliados. Mesmo no período em que a neutralidade foi mais equidistante, no curto tempo de hegemonia alemã no continente europeu, nunca Portugal deixou de ter em consideração que dependia do seu aliado anglo-britânico e tinha todo o interesse em servir os objetivos da Grã-Bretanha na Ibéria. Os objetivos de Portugal na II Guerra Mundial, tal qual Salazar os viu, foram os seguintes:

- 1) Preservar o regime político do Estado Novo;
- 2) Ampliar a margem de manobra de Portugal face às grandes potências, com particular ênfase na autonomia em relação à velha aliada – a Grã-Bretanha;
- 3) Assegurar a independência nacional.⁸

E os objetivos de Portugal na I Guerra Mundial, considerando a sua beligerância, desde 1916 eram os subsequentes:

- 1) Preservar o regime político Republicano;
- 2) Ampliar a margem de manobra de Portugal face às grandes potências, com particular ênfase na autonomia em relação à velha aliada – a Grã-Bretanha, inserindo o país no quadro regular das relações internacionais da Europa;
- 3) Assegurar a independência nacional.⁹

A razão que move esta completa similitude deriva, no essencial, do carácter da posição de Portugal no Mundo, que Adriano Moreira qualifica como de “Estado exógeno”, ou seja, um Estado muito vulnerável às dinâmicas do sistema internacional, em vista da sua situação geoestratégica no tablado global e das suas debilidades intrínsecas.¹⁰ Portugal, como têm observado diversos economistas e historiadores económicos, era um país relativamente imune às grandes crises da economia mundial, por meados do século XX, pouco integrado no mercado global e com uma estrutura económica fortemente alicerçada na agricultura e ainda numa forma de agricultura com fortes laivos de subsistência, mas se economicamente

⁸ Estes objetivos são uma síntese alicerçada na leitura de diversas obras, muitas das quais citadas na bibliografia. (vejam-se: TELO, s/d, TELO, 1991, MENESES, 2010, PEREIRA, 2012).

⁹ Uma síntese notável dos objetivos nacionais do regime vigente em Portugal aquando da beligerância portuguesa na Grande Guerra pode encontrar-se na obra de TELO, 2010, I, pp. 299-301. Para uma síntese das diversas leituras das razões da participação portuguesa na I Guerra, vejam-se os textos de DUARTE e REIS, 2014, pp. 110-116, e de DUARTE, 2015.

¹⁰ Adriano Moreira tem desenvolvido este conceito em variados escritos e em diversos fóruns. Uma definição concetual de “Estado exógeno” encontra-se na introdução à obra já referenciada de José Palmeira (MOREIRA, 2006; p. 17). O autor destas linhas todavia já nos anos 90 do século XX salientara a dimensão exógena da posição internacional de Portugal na modernidade e na contemporaneidade numa obra que escreveu sobre o equilíbrio ibérico. Portugal, perdida a plena autonomia com a União Ibérica, e com a Restauração de 1640, cada vez mais dependerá de apoios externos para responder às crises e conflitos internacionais que se desenvolveram na Europa na modernidade e no globo na contemporaneidade e que ameaçavam a sua independência e/ou a sua segurança (DUARTE, 2003, II parte).

o país estava quase eximido, por exemplo, dos efeitos económicos da crise de 1929, que pouco o tocou,¹¹ o mesmo não se poderia dizer quando se passava para as questões estratégicas e bélicas-estratégicas que afetavam o globo, e principalmente o espaço euro-atlântico, dada a sua posição geoestratégica e a sua relevância para a estratégia militar das diversas potências que nesse espaço se digladiavam, com especial relevo para a complexa relação que decorria da velha aliança anglo-lusa, em que a desequilibrada correlação de forças entre ambos os parceiros engendrava sempre volumosas suspeitas, por parte da parte mais débil, das intenções reais do elemento mais poderoso, em consequência, acentuado a sensação de vulnerabilidade portuguesa e a preocupação com a preservação dos diversos elementos da identidade nacional que delineavam a ação governativa de quem administrava essa governação.

Assim sendo, quer para os sectores da República Liberal que promoveram a beligerância, quer para o Estado Novo de Oliveira Salazar que buscou a neutralidade, os propósitos eram similares, assegurar a autonomia do regime face às pressões externas, fosse de que poder fosse, ampliando no processo a margem de manobra de Portugal vis-à-vis a Grã-Bretanha, a velha aliada, o que em última análise significaria igualmente assegurar a independência nacional. Na realidade, uma das grandes vulnerabilidades dos regimes políticos portugueses decorria da natureza exógena da posição de Portugal, porquanto esta os fragilizava perante as pressões externas dos Estados mais poderosos do sistema internacional. A pervivência de cada um dos regimes que se sucederam na primeira metade do século XX em Portugal, acabava por se confundir com a perdurabilidade nacional, tornando assim um fito axial da política externa portuguesa a própria existência daqueles.

Essa situação, é preciso reconhecê-lo, advinha também da falta de consenso interno sobre a legitimidade dos regimes em causa. Esses regimes, fruto de revoluções ou golpes militares, quer a República Liberal, quer o Estado Novo autoritário, jamais adquiriram um consenso suficientemente abrangente para sentir que o país os reconhecia integralmente e essa situação, obviamente, densificava o seu sentimento de vulnerabilidade, fosse interna, fosse externa. A vulnerabilidade

¹¹ Sobre a economia portuguesa no século XX e onde se salienta o reduzido impacto da crise de 1929 em Portugal, veja-se, como exemplo, uma síntese em LOPES, 2004: p. 191 (para a realidade económica do país nos anos 30 e o impacto reduzido do “Crash” norte-americano).

interna e externa de ambos os regimes, por muito diferentes que fossem ideologicamente, fazia com que a sua preservação fosse o objetivo prioritário num sistema internacional em que a guerra revolvía todo o equilíbrio passado. Mas a conflagração era vista, não só como uma ameaça, mas também como uma oportunidade de favorecer um melhor posicionamento do país no sistema internacional.¹²

A ideia da necessidade de adaptabilidade de Portugal ao sistema internacional, tão típica da diplomacia nacional,¹³ fazia com que se olhasse para a contenda como uma oportunidade para robustecer a posição internacional portuguesa e, em consequência, do regime, que em cada conflagração europeia vigorava no país – esta perspetiva é talvez mais visível em 1914-1918 que em 1939-1945, todavia esteve sempre presente em ambos os momentos – e isso passava por um reequilíbrio da correlação de forças no quadro da aliança anglo-lusa mais favorável ao parceiro mais fraco. Sendo o país muito mais vulnerável às atitudes que a velha aliada tinha para com ele do que a qualquer outra potência, a ampliação da margem de manobra de Portugal vis-à-vis a Grã-Bretanha era condição muito relevante para assegurar a perdurabilidade do regime e a inserção nacional no sistema internacional com maior e mais lata autonomia.

Obviamente, com um regime dotado de maior capacidade de ripostar às pressões externas e com uma mais lata autonomia estratégica face à velha aliada, a manutenção da independência nacional adquiria maior viabilidade. A perdurabilidade do regime e mais segura integração no sistema internacional eram, na ótica de cada um dos sistemas políticos que vigoraram, na I e na II Guerras Mundiais em Portugal, as condições chave para assegurar a independência nacional.

¹² Sobre o acossamento a que estava submetida a I República, quer fosse movida pelas profundas dissensões internas, quer resultasse das desconfianças sobre a identidade, revolucionária ou não, deste regime pelas grandes potências europeias, e para uma síntese, DUARTE (2014). Sobre a natureza acossada do Estado Novo, talvez nada a expresse melhor que a permanente busca, por Salazar, da perdurabilidade e sustentabilidade do seu poder e que é descrita e explicada por ROSAS (2012).

¹³ Como dizia, em carta, Pedro Teotónio Pereira, então embaixador de Portugal no Reino Unido, a Oliveira Salazar, em 1956, Portugal “[coloca] os seus interesses no plano das relações mundiais” (Almeida, 2008: p. 516), em suma, busca encaixar aquilo que lhe convém de acordo com aquilo que convém.

Conclusões

Portugal foi oficialmente neutral durante a II Guerra Mundial. Mas se essa era a vontade de quem administrava os negócios nacionais, a capacidade de assegurar a neutralidade estava muito longe de ser um dado adquirido.

Portugal era e é um Estado exógeno, vulnerável às pressões externas, dada a sua fragilidade intrínseca. Essa fragilidade era, nesta época, menos económica – a sua pobreza com uma economia basicamente assente na produção agrícola com fortes laivos de subsistência, ironicamente, ampliava-lhe a independência por via de uma não dependência dos mercados internacionais – que estratégico-militar, onde pela sua posição geográfica e pela relevância geoestratégica, se tornava um potencial espaço (ou espaços, dado os territórios ultramarinos) de digladição entre as grandes potências.

A neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial inscreveu-se, assim, na estratégia britânica de neutralização da Espanha e da defesa da muito estratégica base de Gibraltar.

Foi a concordância entre a vontade do Estado Novo em ser neutral na grande conflagração e a estratégia britânica de neutralizar a Espanha usando a neutralidade portuguesa o fundamento desta mesma neutralidade.

E a neutralidade foi mantida porquanto a Espanha titubeou no seu desejo de beligerância e preservou de facto a sua neutralidade e a Alemanha nunca encarou seriamente durante a conflagração uma intervenção na Península Ibérica.

No período mais complicado da guerra para os aliados, em que a Alemanha parecia assegurar uma efetiva hegemonia na Europa (1941-42), Portugal desenvolveu aquilo a que se chamou “uma neutralidade equidistante” e adquiriu a mais lata autonomia estratégica face à Grã-Bretanha que teve durante a II Guerra Mundial, não obstante, mesmo assim, ao preservar a Espanha neutral, o país servia os interesses estratégicos do seu aliado.

Com a viragem da guerra a favor da “Causa das Nações Unidas”, Portugal viu-se na imposição de fornecer bases aos aliados anglo-americanos, bases essas, que para além de um propósito logístico, tinham um carácter bélico, tornando efetivamente o país co-beligerante; a neutralidade conservou-se formalmente.

A posição de neutralidade que Portugal teve na II Guerra Mundial, pese o seu desejo de a assegurar, foi menos fruto da sua vontade, que dos interesses das grandes potências, a começar pelos da sua velha aliada, a Grã-Bretanha.

Oliveira Salazar soube todavia desenvolver uma estratégia de política externa e uma estratégia diplomática que, encaixando os interesses das potências hegemónicas, em cada momento, serviam igualmente os seus interesses e dos de Portugal.

A natureza adaptativa da diplomacia nacional e da estratégia nacional, procurando enquadrar-se nas telas que o revolvimento da guerra iam produzindo, destruindo e reconstruindo, possibilitavam aos decisores portugueses olhar para a conflagração não só como um risco ou uma ameaça, mas também como uma oportunidade para robustecer internacionalmente a posição do país no sistema internacional. A viragem da posição de Portugal com a cedência de bases nos Açores à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos da América é um exemplo de como a diplomacia e os estrategos nacionais souberam encaixar o país no comboio dos vencedores, preservando não só a independência portuguesa mas também o regime do Estado Novo no pós-guerra.

A intervenção do Brasil na II Guerra Mundial tal qual a neutralidade portuguesa resultam da capacidade de as lideranças de cada país em, encaixando os interesses das grandes potências, virtualizar estes em prol de Portugal e do Brasil.

Bibliografia

ALMEIDA, João Miguel. *Oliveira Salazar/Teotónio Pereira. Correspondência Política*. Círculo de Leitores/Temas e Debates/IHC: Lisboa, 2008.

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial. História de um Envolvimento Forçado*. PUC Rio/Edições Loyola: Rio de Janeiro/São Paulo, 2002.

BEEVOR, Antony. *Stalingrad*. Penguin Books: London, 1999.

DELGADO, Iva. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Publicações Europa-América: (s/l), (s/d).

DOUGHERTY E. e PFALTZGRAFF JR., Robert, *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Gradiva: Lisboa, 2003.

DUARTE, António Paulo. *O Equilíbrio Ibérico, História e Fundamentos (Séc. XII – XX)*, Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2003.

DUARTE, António Paulo. *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958*. ICS: Lisboa, 2010.

DUARTE, António Paulo. "Portugal maior", *Limes (Rivista Italiana di Giopolitica)*. Roma, Nº 5, pp. 67-74. 2010b.

DUARTE, António Paulo. "A Guerra Civil Larvar e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra". In: TELO, António José (Coordenação). *A Grande Guerra: Um Século Depois. Atas*. Academia Militar/Fronteira do Caos: Lisboa 2014, pp. 78-99.

DUARTE, António Paulo. "A Beligerância de Portugal na Grande Guerra – Entre a Guerra Civil Larvar e a Guerra Internacional: Uma Leitura Historiográfica". *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Nº 5, 5ª Vol., janeiro-junho de 2013/julho-dezembro de 2013/janeiro-junho de 2014, 2015, 5ª edição, pp. 179-202.

DUARTE, António Paulo; REIS, Bruno Cardoso. "O Debate Historiográfico sobre a Grande Guerra de 1914-1918". *Nação e Defesa*, nº 139, 5ª Série, 2014, pp. 100-122

KERSHAW, Ian. *Hitler. 1936-1945. Nemesis*. Allen Lane / The Penguin Press: London /New York, 2000.

LAGARTIXA, Custódia, SARDINHA, Helena, Gomes, José, LOPES, Paula Catarina. *Hora H9*. Lisboa: Raíz, (s/d).

LOPES, José Silva. *A Economia Portuguesa no Século XX*. ICS: Lisboa, 2004.
MATOS, Norton de. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 3º v. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2005.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar. Uma Biografia Política*. Lisboa: D. Quixote, 2010.

MOREIRA, Adriano. "Prefácio". In: PALMEIRA, José. *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio, 2006, pp. 17-19.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar. Vol. III. As Grande Crises (1936-1945)*. Livraria Civilização Editora: Porto, (s/d).

PALMEIRA, José. *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio, 2006.

PEREIRA, Bernardo Futscher. *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Lisboa: D. Quixote, 2012.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.

ROS AGUDO, Manuel. *A Grande Tentação. Os Planos de Franco para Invadir Portugal. Franco, o Império Colonial e o Projeto de Intervenção de Espanha na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Casa das Letras, 2009.

SÁ, Tiago Moreira de. *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS): Lisboa, 2015.

SALAZAR, António de Oliveira, *Notas e Discursos Políticos (1938-1943)*. Coimbra: Coimbra Editora, 3º vol., 1943.

SALAZAR, António de Oliveira e FERRO, António. *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003.

TELO, António. *Primeira República. I*. Editorial Presença: Lisboa, 2010.

TELO, António. *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Asa: Porto, 1993.

TELO, António. *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*. 2 Vols., Lisboa: Veja, 1991.

TELO, António. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Perspetivas e Realidade, (s/d).

TISCAR, Maria José. *O Pacto Ibérico, a NATO e a Guerra Colonial*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto da Defesa Nacional: Lisboa, 2014.

A III CONFERÊNCIA DOS CHANCELERES AMERICANOS DE 1942: O PONTO DECISIVO DA POLÍTICA EXTERNA GETULISTA

Delmo de Oliveira Arguelhes¹

Resumo: A porta de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi justamente a Conferência dos Chanceleres do Rio de Janeiro, em 1942. Tal conferência foi central na política externa conduzida por Getúlio Vargas. Por um lado garantiu a concretização da longa, lenta e sutil negociação entre Vargas e Roosevelt, a aliança entre Brasil e Estados Unidos. Por outro, conduziu o Brasil a participar ativamente do conflito, a partir de 1944. Após janeiro de 1942, portanto, Vargas abandonou a política de neutralidade diante dos Aliados e do Eixo, almejando um lugar de destaque para o Brasil na política internacional. A geopolítica mundial surgida após 1945, no entanto, não garantia ao país a mesma posição estratégica dos anos 1933-42.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Segunda Guerra Mundial; Sistema pan-americano.

¹ Doutor em História das Ideias (UnB, 2008). Pós doutorando em Estudos Estratégicos (INEST – UFF). Professor do Programa de Mestrado em Ciência Política da UniEURO (Brasília, DF).

Abstract: Brazil's gateway to World War II was precisely the Conference of Foreign Ministers of Rio de Janeiro in 1942. This conference was central to the foreign policy conducted by Getulio Vargas. On the one hand ensured the achievement of long, slow and subtle negotiation between Vargas and Roosevelt, the alliance between Brazil and the United States. On the other, it led Brazil to actively participate in the conflict, from 1944. After January 1942, Vargas abandoned the policy of neutrality in the face of Allies and Axis, aiming for a prominent place for Brazil in international politics. The geopolitical world that emerged after 1945, however, no guarantee to the country the same strategic position of the years 1933-42.

Keywords: Brazilian foreign policy; Second World War; Pan-American system.

A Segunda Guerra Mundial (1939-45) foi o ato final de um drama que alguns estudiosos denominam *A Guerra dos Trinta Anos do Século XX* (1914-45). Esta modificou o cenário mundial drasticamente, colocando em xeque até mesmo a ideia de civilização, diante da prática da guerra total. Houve uma queda vertiginosa da influência europeia no mundo e ascensão das superpotências Estados Unidos e União Soviética; início do fim do colonialismo; novos desafios foram colocados em todos os campos, desde a política, sociedade e economia até o direito, educação e produção cultural.

A política externa do Primeiro Governo Vargas (1930-45) foi, e ainda é, objeto de inúmeras pesquisas acadêmicas, mobilizando grande interesse não apenas do mundo acadêmico, como também do público em geral. Tal interesse é motivado não apenas pelo envolvimento do país no conflito em si, como também pelo início de transformações profundas que o Brasil sofreu em meados do século XX, como a industrialização de fato – processo concluído ao final do Governo Kubitschek (1956-60) –, como também em modificações nas estruturas sociais e políticas. Neste cenário multifacetado e movente, o Brasil buscou um lugar no mundo, ao mesmo tempo que se modificava. A política externa de Vargas é tida como pragmática e exemplar. Ele teria conduzido a aproximação do Brasil com os Estados Unidos de modo a extrair o máximo de vantagens para a visão desenvolvimentista que tinha sobre o país.

Elegemos aqui, como centro de nossa narração a *III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*, no Rio de Janeiro – objeto de nossa dissertação de mestrado (ARGUELHES, 1996). Não foi apenas o momento temporal que marcou o fim da neutralidade brasileira, mas, através de negociações sutis com o governo norte-americano, alimentou-se um sonho, uma projeção mundial da nação, como aliado preferencial da superpotência ocidental. Experiências e expectativas entrelaçadas que indicavam um futuro auspicioso para o Brasil. No entanto, o projetar para o futuro é, no mínimo, algo um tanto quanto complicado. Experiência e expectativa não são figuras simétricas, nem tampouco imagem especular uma da outra (KOSELLECK, 2006: 310). São temporalidades que se projetam ao passado (a memória da experiência) e ao futuro (o horizonte movente das expectativas) e fornecem pistas valiosas para a narrativa histórica. A guerra mundial havia colocado uma grande oportunidade e bastaria ao governo brasileiro aproveitá-la em nome de um projeto nacional.

Muitos autores perguntaram acerca da margem de manobra brasileira à época, ou seja, qual o limite para a atuação do país no palco da política internacional. O limite externo para tal projeção: o quanto o país poderia avançar no sistema. Afinal de contas, Vargas soube negociar e se impor perante os Estados Unidos. Siderúrgicas, armas modernas, novos fluxos de investimentos. Tudo isso pode ser considerado subsídio para o desenvolvimento, mas também são símbolos poderosos de progresso e poderio. Conforme a assertiva de Jean-Baptiste Duroselle, enquanto existem atos de política interna pura, não existe política externa pura; todo ato de política externa tem reflexos internos (2000: 57). Então, talvez seja lícito perguntar não até que ponto desejamos agir no cenário internacional; mas como esse *acting-out* oferece imagens de grandiosidade para o público interno e até que ponto a ação externa gira em torno das repercussões domésticas.

Após a Conferência do Rio de Janeiro, as demandas norte-americanas em relação ao Brasil diminuíram consideravelmente, junto com a capacidade de negociação nacional *vis-a-vis*. As esperanças e frustrações desse posicionamento brasileiro foram muito bem expressas no título de um livro de Gerson Moura, *Sucessos e ilusões* (1991).

A Crise de 1929 e a subsequente recessão da década de 1930 desestabilizaram não apenas as economias nacionais e o jogo de trocas internacional, como também provocaram abalos nas relações políticas entre os países. A partir do governo Franklin D. Roosevelt (1933-45), além de modificar a atitude política em relação à América Latina, os Estados Unidos reviram também seu plano de investimentos para a região, mudando as áreas de atuação do capital e passaram a enfrentar um novo problema, a concorrência alemã.

A Alemanha passou por várias crises econômicas e políticas após a Grande Guerra de 1914-18. Com a nação germânica em crise (a lógica do quanto pior, melhor), o Partido Nazista conseguiu chegar ao poder, em janeiro de 1933. Poucos meses depois, Adolf Hitler passou a engendrar um estado de exceção o qual, após setembro de 1939, tornou-se totalitário. Objetivando reerguer economicamente a Alemanha, foram feitos grandes investimentos na indústria de base e principalmente na indústria bélica, apesar do Tratado de Versalhes proibir a existência de uma força realmente efetiva. Para escapar do controle aliado (principalmente da França e da Grã-Bretanha), os alemães produziam tanques e aviões em instalações disfarçadas e os testavam na Itália e União Soviética, desde a década de 1920. Com a subida ao poder dos nazistas, a pesquisa e o desenvolvimento bélicos foram intensificados, principalmente após a denúncia do Tratado de Versalhes (1935), quando foi oficializada a existência da *Luftwaffe* (Força Aérea) e das *Panzer Division* (Divisões Blindadas). Sendo um país pobre em alguns recursos naturais, a Alemanha necessitava importá-los para seu parque industrial e, como a maior parte da África e da Ásia estava sob o jugo colonial, a América Latina tornou-se o fornecedor de matéria-prima ideal para o *III Reich*.

De 1933 até 1939, o comércio entre a Alemanha e a América Latina, mais especificamente, Brasil e Argentina, cresceu progressivamente, ante grande apreensão norte-americana. O comércio com a Alemanha era feito através do sistema ASKI (Marcos de Compensação) onde o valor da mercadoria exportada para os alemães era creditado no *Reichsbank* e só poderia ser utilizado para pagar as importações de produtos alemães (McCANN Jr, 1973: 150).

Obviamente isso feria os interesses mercantis norte-americanos, pois era mais favorável o livre-comércio, diferente da situação do Brasil e da Alemanha, onde a escassez de dólares e de libras fez com que o sistema ASKI se tornasse atraente para ambos. Em 1938, os maiores fornecedores externos do Brasil eram os alemães, enquanto nas exportações do país, a Alemanha estava em segundo lugar, superada apenas pelos Estados Unidos.

Com este quadro formado, tornou-se necessário para os Estados Unidos neutralizar a crescente influência alemã na América Latina e conquistar o apoio continental. Essa questão não resumia-se apenas à Alemanha; A hegemonia norte-americana na região dependia da capacidade de erradicar, ou pelo menos diminuir radicalmente, o comércio europeu como um todo. O presidente Franklin Roosevelt lançou então a política da Boa Vizinhança, em substituição a do *Big Stick*. Visava assim conquistar 'corações e mentes' latino-americanos, sem a necessidade do uso da força. A política de Boa Vizinhança forneceu aos Estados Unidos a aparência amigável e desinteressada tão exaltada pelo seu discurso pan-americanista. Pela localização e dimensão, o Brasil se tornou o país-chave, a pedra angular na qual os norte-americanos tentariam montar seu sistema de poder no continente, ou seja os Estados Unidos queriam agregar uma rede de Estados subordinados ao sul do Rio Grande sob sua direção e dependência político-econômica (MOURA, 1980: 41), visando assim projetar sua influência ao resto do planeta. A partir desse momento, os Estados Unidos passaram a formular sua política de defesa não mais em termos nacionais, mas sim em termos continentais (GAMBINI, 1977: 32).

Neste contexto, a importância relativa do Brasil no cenário mundial cresceu num nível sem precedentes, aumentando assim sua capacidade de negociação perante os grandes países capitalistas. Vargas percebeu esse fato e aproveitou-se disso para conseguir subsídios no exterior para a modernização nacional, listando vários pontos a serem alcançados pela política exterior: construção de uma usina siderúrgica, para a incipiente indústria brasileira, intensificação dos investimentos estrangeiros e reequipamento das forças armadas. A cada recusa norte-americana de fornecer ajuda, os alemães acenavam com disposição a satisfazer as necessidades do Brasil, logo os Estados Unidos tiveram que ceder a fim de ganhar a confiança brasileira.

Em 1938 Getúlio Vargas nomeou Oswaldo Aranha Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Aranha, grande admirador dos Estados Unidos, representava a face pan-americanista do governo Vargas, enquanto as instituições eram ditatoriais e outros membros do governo eram admiradores de regimes fascistas, fornecendo assim uma imagem ambígua, que contribuiu para o não-alinhamento brasileiro até 1942, e deu a Getúlio Vargas uma relativa margem de manobra para negociar perante os blocos de poder emergentes no cenário mundial. Costumava-se dividir os membros do governo em *americanófilos* e *germanófilos*. A imagem do 'perigo alemão' já era usada pela imprensa norte-americana desde o início do século XX. Insistia no expansionismo germânico, afirmando que as colônias de alemães no sul do Brasil, por exemplo, poderia ser usadas como cabeça de ponte de uma anexação territorial considerável. Assim como também os alemães gostavam de lembrar que o real sentido da Doutrina Monroe era a América para os Norte-Americanos.

Para tentar varrer a influência germânica na América Latina, os Estados Unidos lançaram uma ofensiva em três dimensões – política, econômica e cultural – criando inclusive um departamento especial para promover a amizade na região (McCANN Jr, 1973: 107). A criação do personagem Zé Carioca de Walt Disney e visitas ao país de astros de Hollywood, que angariavam a simpatia da população, foram incentivados por este departamento. Vargas percebeu e fez uso disso. O caso da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, que será visto adiante, é exemplar.

O discurso pan-americanista foi a mola mestra para a hegemonia norte-americana no continente. Em 1936 realizou-se em Buenos Aires a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, onde foram aprovadas várias resoluções, que previam a limitação de armamentos das nações americanas, prevenção de guerras entre os países do continente e a principal, o protocolo relativo a não-intervenção, que afirmava que nenhum país americano poderia interferir nos assuntos internos de outro (MRE, 1938: 14-5), o que marcava a renúncia formal dos Estados Unidos à política do *Big Stick*. Em 1938, a VIII Conferência Internacional Americana, realizada em Lima, reforçou os pontos aprovados em Buenos Aires dois anos antes: a não-intervenção e a resolução de controvérsias por meios pacíficos.

Também a Conferência de Lima aprovou o não-reconhecimento de aquisições territoriais por meio da força das armas (MRE, 1943: 134-40) e previu a existência de reuniões de consulta dos chanceleres dos países americanos quando a situação o exigisse (SEITENFUS, 1985: 256).

Nas primeiras horas de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, iniciando a II Guerra Mundial. Três dias depois a Grã-Bretanha e França declararam-lhe guerra. De acordo com os protocolos de Lima, foi convocada a I Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, na Cidade do Panamá, para decidir a posição do continente diante do conflito europeu. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, essa Conferência era a tentativa de arregimentação dos países latino-americanos para formar um pacto de defesa sob a liderança dos Estados Unidos (SEITENFUS, 1985: 257). A principal declaração da Conferência foi a neutralidade do continente. As normas internacionais acerca da neutralidade são baseadas nas convenções da Conferência de Haia, realizada em 1907. Essas convenções tentaram estabelecer algumas regras que devem ser observadas pelos países beligerantes e neutros. Entre os deveres dos países neutros está a proibição de entregar material bélico aos países beligerantes; o Estado neutro pode receber em seu território unidades militares dos países em conflito, contudo é obrigado a vigiá-los, para impedir que voltem a participar das operações bélicas (MOSCONI, 1993: 821-4). Foi declarada também uma zona de exclusão no oceano Atlântico, visando proteger os países americanos do conflito.

Pelo fato de possuírem colônias na América, França e Grã-Bretanha foram beneficiadas por essa medida. Com o decorrer das operações bélicas, a zona de exclusão era constantemente desrespeitada, apesar dos protestos dos países americanos e ocorreram vários incidentes, inclusive o afundamento do encouraçado de bolso Admiral Graf von Spee pelos próprios tripulantes ao largo da foz do rio da Prata, para escapar da perseguição da marinha britânica. Neste período houve um grave desentendimento entre o Brasil e a Grã-Bretanha, devido ao bloqueio montado pelos britânicos contra os alemães. Um navio carregado de armas compradas pelo Brasil da Krupp foi aprisionado pela Marinha Real, apesar do protesto brasileiro. A intermediação dos Estados Unidos garantiu a entrega do material bélico no país.

Após a conquista da Polônia e sua partilha entre a Alemanha e União Soviética, o conflito entrou na fase da *Guerra de Mentira*, que correspondeu cronologicamente ao outono e inverno no hemisfério norte. França e Grã-Bretanha esperavam pelo próximo movimento alemão. Em março de 1940, para garantir o suprimento de minério de ferro das minas suecas, e proteger o flanco norte do Reich, a *Wehrmacht* (Forças Armadas germânicas) ocupou a Dinamarca e a Noruega. Em maio, os alemães invadiram a Bélgica e a Holanda e, embora os franceses e ingleses acreditassem que o ataque alemão seria na direção da fronteira belga para Paris, as *Panzer Division* atacaram pela floresta das Ardenas em direção ao Canal da Mancha, separando o Exército Francês da Força Expedicionária Britânica. Divididos, ingleses e franceses foram facilmente derrotados.

Após a queda da França, em 22 de junho de 1940, foi convocada a II Reunião de Consulta dos Chanceleres, em Havana, para discutir o destino das colônias em território americano dos países conquistados, ou seja, França e Holanda. A Conferência não reconheceu nenhuma passagem de soberania de territórios não-autônomos do continente de países europeus para outras potências extra continentais, i.e. Alemanha. Para solucionar esse problema foi assinada a Ata de Havana que previa a administração dessas colônias por uma comissão continental. Foi reafirmada também a neutralidade do continente, medidas para assegurar a paz no hemisfério ocidental e medidas para incrementar a cooperação econômica interamericana (MRE, 1944a: 19-21). Além disso foram aprovadas ao todo 21 resoluções. A resolução VIII recomendava cuidado com a "propagação de doutrinas tendentes a por em perigo o ideal democrático pan-americano e a comprometer a segurança e a neutralidade das repúblicas americanas" (MRE, 1944a: 20), numa alusão ao regime alemão e, também, ao soviético. Finalmente também havia uma resolução que previa que uma agressão a um país americano por outro país extra continental seria interpretado como uma agressão a todo o continente.

No decorrer do ano de 1940, o governo brasileiro ainda insistia junto aos Estados Unidos para reequipar as forças armadas e para a construção da usina siderúrgica, mas os norte-americanos recusavam. A Alemanha estava disposta a atender o Brasil, mas só poderia fornecer os equipamentos necessários após a guerra. Em junho de 1940, Getúlio Vargas fez dois discursos anunciando a falência da

democracia e elogiando o fascismo ('o futuro pertence aos regimes fortes'), que teve intensa repercussão na imprensa e opinião pública internacional. Comemorado nos países do Eixo e visto com preocupação pela imprensa norte-americana. Mais do que elogios e críticas, os discursos de Vargas eram uma mensagem direta aos Estados Unidos. Se os norte-americanos desejassem a cooperação brasileira, teriam que cumprir as exigências nacionais, ou então o Brasil teria uma segunda opção. E o recado foi bem compreendido pelo Presidente Roosevelt. Na segunda metade de 1940, os indícios de que os alemães poderiam ser vitoriosos a curto prazo eram grandes. A Batalha da Inglaterra ainda não havia terminado, e a *Operação Barbarossa*, a invasão da União Soviética, que só seria concretizada no ano seguinte, era desconhecida de todos. Para dar uma prova concreta ao Brasil de que a alinhamento com os Estados Unidos seria mais vantajoso, os norte-americanos assinaram o acordo da siderúrgica em 25 de setembro de 1940. Até o final de 1941, os governos brasileiro e norte-americano assinariam acordos militares, pois Washington precisava ganhar a confiança das lideranças militares nacionais, a fim de conseguir a cessão de bases no nordeste brasileiro (SEITENFUS, 1985: 351-3), que era vital para a estratégia norte-americana. Os Estados Unidos instalaram duas missões militares no Rio de Janeiro, no início de 1941 e, em outubro, foi assinado um acordo *Lend Lease* entre os dois países. Através das conferências interamericanas e negociações bilaterais, os Estados Unidos conseguiam gradualmente montar o seu sistema de poder.

Ao se realizar a II Conferência dos Chanceleres Americanos, na cidade de Havana, em 1940, foi aprovado um dispositivo que se transformou no motivo para a realização da Conferência do Rio de Janeiro: que um ataque a um país americano significava um ataque a todo continente. Esta resolução ajudou a abrir caminho para os acontecimentos posteriores, colocando a solidariedade continental em prática, diante da situação internacional.

Em oito de dezembro de 1941, dia seguinte ao ataque nipônico a Pearl Harbour, Getúlio Vargas enviou um telegrama a Roosevelt, afirmando que o governo brasileiro declarava-se "solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental" (MRE, 1944b: 97). O presidente norte-americano respondeu logo em seguida, agradecendo o apoio brasileiro, diante da

“crise provocada pelo traidor e não provocado ataque” (AGV, 1941: 41.12.09). A maioria dos países do continente americano, em dezembro de 1941, também se declarou solidário com os norte-americanos.

A Argentina, por sua vez, manifestou um discreto apoio, limitando-se a “considerar (...) como não beligerantes aos Estados Unidos da América, ao mesmo tempo que estendia ao Japão as disposições do decreto de neutralidade, ditado em 4 de setembro de 1939” (AGV, 1941: 41.12.18/3). Tal proposta estava de acordo com a proposição uruguaia, proclamada em junho de 1941, que estabelecia que “nenhum país americano que, em defesa de seus direitos, se achar em estado de guerra com países de outros continentes, será tratado como beligerante” (MRE: 1944b: 98), e assim contornavam-se as cláusulas da Convenção de Haia, acerca da neutralidade. O governo argentino não ousava ir além devido a pressões de grupos nacionalistas, que não desejavam que os Estados Unidos estendessem sua influência à Argentina. Foi necessário inclusive, o decreto de estado de sítio para manter a ordem interna (AGV, 1941: 41.12.18/3). O Chile, a princípio, reivindicou sediar a reunião de chanceleres, e solicitou também o envio de material bélico para reequipar as forças armadas, para tornar viável a defesa do país. Contudo, o Departamento de Estado Norte-Americano negou taxativamente, e assim os chilenos proclamaram sua neutralidade em 11 de janeiro de 1942 (SEITENFUS, 1985: 382), alegando que não seriam capazes de defender mais de quatro mil quilômetros de costa que possuíam de um eventual ataque japonês.

Quando foram consultados dias antes da Conferência do Rio de Janeiro, Peru, Bolívia e Paraguai manifestaram a vontade de manter a neutralidade, podendo formar um bloco dentro da conferência com argentinos e chilenos. Todavia, depois de muita negociação, Sumner Welles, Subsecretário de Estado norte-americano, conseguiu que esses países passassem a apoiar a tese de rompimento de relações com os países do Eixo.

Diante deste quadro, o apoio brasileiro à política externa norte-americana era fundamental no âmbito pan-americano. Vargas deixou claro que a cooperação com os Estados Unidos não seria devido a simpatias pessoais ou a compromissos do pan-americanismo, seria sim feita se os norte-americanos concordassem em suprir as necessidades nacionais. Apesar do acordo da siderúrgica já ter sido assinado em setembro de 1940, o governo brasileiro necessitava

também reequipar e modernizar as forças armadas, pois os acordos de 1941 permaneceram como letra morta. Para garantir o apoio brasileiro, Roosevelt escreveu a Vargas em 7 de janeiro de 1942, assegurando que forneceria ao Brasil, assim que estivessem disponíveis, os armamentos necessários para a defesa nacional e também agradecia a cessão das bases no Nordeste (AGV, 1942: 42.01.07/2).

A importância das bases nordestinas para os norte-americanos era imensa. Seria a ponte de ligação da América para a África, feita por aviões bombardeiros B-17 *Flying Fortress* e B-24 *Liberators*, até a Operação Tocha, realizada em novembro de 1942, que garantiu uma cabeça de ponte no litoral ocidental africano, facilitando assim a derrota do *Afrika Korps* alemão e a consequente expulsão das forças do Eixo do continente africano. Graças a isso, em 1943, os exércitos aliados invadiram a Itália. A cessão das bases nordestinas não foi conseguida sem esforço, sendo o resultado de um longo processo de negociação entre os dois governos. Em troca das bases, os norte-americanos começaram a enviar o material bélico para as forças armadas brasileiras, há muito tempo requerido, porém, não na quantidade esperada pelos militares brasileiros. Só alguns meses depois a remessa atingiu o volume esperado.

Na mesma carta de 7 de janeiro, Roosevelt lembrou também a importância da reunião dos chanceleres no Rio de Janeiro, da qual a segurança do Hemisfério Ocidental dependia diretamente, e ele estava bastante confiante na "liderança inspirada (...) do Chanceler Oswaldo Aranha com a colaboração (...) de Sumner Welles".

Para manter a aparente neutralidade brasileira antes da realização da Conferência, Luís Vergara, secretário pessoal de Vargas e Filinto Müller, Chefe de Polícia, garantiram a Kurt Prüfer, embaixador alemão, substituto de Karl Ritter, que o Brasil não romperia relações, nem declararia guerra ao Eixo, enquanto Oswaldo Aranha afirmou a Ugo Sola, embaixador italiano, que não cortaria relações diplomáticas e comerciais com a Itália (SEITENFUS, 1985: 368-70). Antes do ataque japonês, no dia 12 de novembro de 1941, Oswaldo Aranha havia declarado à imprensa que o Brasil não ficaria neutro, se a guerra atingisse diretamente o continente americano (AOA, 1941). Porém, Aranha foi forçado a se retratar perante os embaixadores do Eixo logo depois, desmentindo sua declaração.

A III Reunião dos Chanceleres teve início na capital brasileira no dia 15 de janeiro de 1942. Na abertura Vargas e Aranha discursaram. Vargas lembrou a posição firme e decidida do Brasil,

“fiel aos compromissos solenes” do movimento Pan-Americano e exaltou também a harmonia americana. Oswaldo Aranha declarou a “imortalidade da democracia” (MRE, 1944c: 112), apesar de representar um país que possuía um regime de exceção. Por sugestão dos chanceleres da Bolívia e da Argentina, Oswaldo Aranha foi indicado presidente da Conferência por aclamação, durante a 1ª reunião plenária (MRE, 1944c: 04).

Os participantes da Conferência ficaram divididos em duas comissões: a primeira, de Proteção do Hemisfério Ocidental, presidida pelo próprio Oswaldo Aranha; e a segunda, de Solidariedade Econômica, presidida pelo chanceler mexicano, Ezequiel Padilla. A indicação de Aranha para a 1ª comissão foi feita por Sumner Welles (MRE, 1944c: 05). Logo, o grande incentivador do alinhamento dos países latino-americanos com os Estados Unidos ocupou as posições-chave da Conferência, procurando garantir a unanimidade continental para o rompimento das relações com os países do Eixo.

Quando iniciou a Conferência, ficou claro para os representantes diplomáticos do Eixo que as notícias tranquilizadoras que eles obtiveram, extraoficialmente, de representantes do governo brasileiro de que o Brasil pretendia manter-se neutro, não estavam condizentes com a realidade. Logo, os embaixadores da Alemanha, Itália e Japão remeteram cartas a Oswaldo Aranha com ameaças veladas, numa última tentativa de fazer com que o Brasil mantivesse sua neutralidade diante da guerra, porque essa pressão exercida pelos três embaixadores era a última medida que podia ser tomada antes do início das hostilidades, que não interessava de modo algum aos países do Eixo.

Prüfer escreveu a Aranha afirmando que o rompimento das relações significava uma declaração de guerra (MRE, 1944c: 119). Ugo Sola iniciou a correspondência de maneira amistosa, dirigindo-se “não ao Chanceler do Brasil (...), mas especialmente ao amigo”, evocando os laços de amizade existentes entre os dois países. Contudo, deixou claro que se ocorresse o rompimento, o Eixo faria de tudo para ganhar a guerra (AGV, 1942: 42.01.16). A carta de Itaro Ishi, embaixador japonês, continha a mesma tese, de que o rompimento de relações diplomáticas e comerciais significava guerra, mas Ishi despachou também para o Ministro da Guerra, Gaspar Dutra, cópia da carta acrescida de um bilhete, onde pedia que Dutra interviesse pessoalmente, a fim de evitar o rompimento das relações nipo-brasileiras e a conseqüente quebra da neutralidade brasileira.

Além disso, Ishi tentou marcar uma audiência com Getúlio Vargas, com a mesma intenção. Apesar das ameaças, Ishi garantiu que mesmo se o Brasil se envolvesse na guerra, como aliado dos norte-americanos, os imigrantes japoneses no Brasil haviam sido instruídos para não criar nenhum transtorno para as autoridades (AGV, 1942: 42.01.17).

Para os três embaixadores, Oswaldo Aranha usou uma resposta-padrão, afirmando que o Japão tinha iniciado a agressão contra um país americano e a Alemanha e Itália haviam declarado guerra ao mesmo, deixando a decisão final para o "superior interesse continental" e que o Brasil não considerava o rompimento de relações, naquela circunstância, igual a uma declaração de guerra (MRE, 1944c: 121-3), apesar disso implicar diretamente em alinhamento, cessão de bases e fornecimento de material estratégico para os Estados Unidos. Assim, Aranha procurou isentar o governo brasileiro de qualquer responsabilidade pelos próximos acontecimentos.

A Reunião dos Chanceleres prosseguiu com os trabalhos divididos entre as duas comissões. A Comissão de Defesa do Hemisfério Ocidental foi dividida em duas subcomissões. A primeira acolheu projetos que tratavam das atividades subversivas (principalmente pró-Eixo), da solidariedade continental e da atitude dos países americanos diante da guerra, entre outros (MRE, 1942a). A segunda tratou dos problemas do pós-guerra, organização jurídica do continente e comunicações. A Comissão de Solidariedade Econômica, foi dividida em cinco subcomissões, que buscavam tratar da integração econômica continental para o esforço de guerra (MRE, 1942b). Com tudo isso, traduziu-se juridicamente o movimento que aliciou a maior parte do continente americano sob a direção e tutela dos Estados Unidos, em nome do Pan-americanismo. Nas palavras de Gerson Moura, os norte-americanos utilizavam o foro multilateral para obter "uma visão comum dos problemas internacionais e, a partir daí, realizar também ações comuns, que fortalecessem a liderança norte-americana no continente" (1991: 08).

Outro assunto abordado pela Reunião dos Chanceleres foi o acordo de paz entre Peru e Equador. Durante o ano de 1941, ocorreram diversos choques armados na fronteira entre os dois países, e em províncias equatorianas, como Loja, Zapotillo, Cazaderos, Maracá e El Oro, entre outras. O conflito entre os dois países era motivado pela discordância da linha de fronteira, numa região rica em minérios. Os governos norte-americano, argentino, chileno e

brasileiro ofereceram-se para mediar o conflito, para manter a harmonia pan-americana. Ficou acertada uma trégua e o acordo de paz ficou marcado para ser discutido e aprovado durante a Reunião dos Chanceleres no Rio de Janeiro. Após a assinatura do tratado, que se pensava seria definitivo, ficou acertado a retirada de tropas, fiscalizada pelos países mediadores, e a demarcação da linha de fronteira entre os dois países, e o Peru manteve os ganhos territoriais (MRE, 1944b: 06). Aparentemente resolvido, em 1981 e no começo de 1995, Peru e Equador voltaram a travar escaramuças na mesma fronteira demarcada há mais de 50 anos, mais especificamente na cordilheira do Condor, forçando uma nova intervenção diplomática dos países mediadores, sendo declarada nova trégua, que até o presente momento está sendo respeitada.

Os únicos percalços para a total 'harmonia pan-americana' foram postos pela Argentina e pelo Chile. O desejo de aprovar um documento prevendo rompimento automático de relações foi rejeitado por ambos, o que levou à aprovação apenas de uma recomendação de rompimento, pois teve que ser feita uma escolha: ou uma declaração firme e decidida sobre o rompimento aprovada pela maioria ou uma declaração mais branda que garantiria a unanimidade da Conferência. Historicamente a Argentina possuía uma política externa de contestação aos Estados Unidos, sendo o relacionamento entre ambos o maior problema da política externa argentina na época. Para aceitar as imposições norte-americanas havia muita resistência interna. O principal obstáculo para a política externa norte-americana na Conferência do Rio de Janeiro foi a Argentina, na sua impossibilidade de participar ativamente do movimento pan-americano, como era exigido pelos seus vizinhos.

É necessário acrescentar que não interessava, nem à Grã-Bretanha nem à Alemanha, a quebra de neutralidade argentina, pois estes dois países dependiam das exportações de carnes, couros e cereais platinos, e o alinhamento com os norte-americanos significaria que os navios que transportassem mercadoria argentina transformar-se-iam em alvos para os *U-Boote* alemães. Isso rendeu aos argentinos uma série de retaliações dos países americanos, capitaneados pelos Estados Unidos, até 1945, principalmente no âmbito político-econômico, como, por exemplo, não reconhecendo o governo Farrell, que ascendeu ao poder através de um golpe de Estado em 1943.

Em 1944, o governo argentino finalmente rompeu relações com o Eixo, o que não foi suficiente para que os norte-americanos relaxassem a pressão que vinham exercendo: promoveram sanções contra os argentinos até março de 1945, quando a Argentina finalmente declarou guerra à Alemanha e ao Japão, apesar da resistência interna. O Chile rompeu relações com o Eixo em 1943.

A recusa da Argentina e do Chile em aprovar o rompimento automático, ao invés da recomendação, atrapalhou, mas não comprometeu de maneira decisiva os resultados da Conferência. O jornal *The New York Times* noticiou esse fato como “a maior vitória diplomática da Argentina” (AGV, 1942: 42.01.19). Analisando comparativamente as atuações do Brasil, Argentina e Chile durante esse período, será possível obter uma visão sobre a importância relativa e a margem de manobra no plano internacional de cada país.

Em dezembro de 1941, conforme citado anteriormente, o governo chileno reivindicou sediar a 3ª Reunião e solicitou também o envio de armamento adequado para a proteção nacional, alegando inclusive que era iminente um ataque japonês à sua costa, na tentativa de ser incluído no programa *Lend Lease* norte-americano, entretanto isso não surtiu o efeito desejado pelos chilenos, o que fez com que, em represália, o governo chileno proclamasse sua neutralidade.

O Brasil tinha a posição estratégica mais importante para os norte-americanos. Do Nordeste podia-se alcançar o Norte da África com aviões. Oswaldo Aranha foi o maior incentivador da cooperação com os Estados Unidos no continente, além do Brasil ser considerado peça-chave do movimento pan-americano na América do Sul. Tudo isso elevou o poder de barganha brasileiro, fato que não aconteceu com o Chile, e Getúlio Vargas soube perceber e se utilizar desta situação. Para a questão alinhamento/neutralidade, pode-se fazer uma comparação entre Brasil e Argentina, sem deixar de observar que a importância relativa dos dois países no contexto internacional era diferente. Logo, supõe-se que a Argentina não conseguiria tantas vantagens quanto o Brasil no caso de alinhamento com os norte-americanos na Conferência do Rio, pelo fato de possuírem um poder de barganha menor e o Brasil enfrentaria sanções bem maiores que a Argentina caso mantivesse a neutralidade, pois a cooperação brasileira era fundamental para a estratégia norte-americana.

Como já foi afirmado anteriormente, o apoio brasileiro aos norte-americanos, não foi gratuito. O rompimento brasileiro com o Eixo e a cessão de bases no Nordeste aos norte-americanos só foi concretizada graças à inclusão do Brasil no programa *Lend Lease* que garantiu ao país o fornecimento de armamento moderno a um custo razoável. O acordo sobre armamentos foi finalmente assinado em 03 de março de 1942, diferente do tratado *Lend Lease* assinado em outubro de 1941, que não surtiu o efeito desejado pelos militares brasileiros, neste acordo os norte-americanos se comprometeram a fornecer armas e munições ao Brasil num valor total de 200 milhões de dólares, até 1948, e o governo brasileiro pagaria apenas 70 milhões de dólares por este material.

No último dia da Conferência, 28 de janeiro, foi assinada a ata final da reunião, com 41 resoluções, que tratavam de assuntos como: a recomendação de ruptura de relações com os países do Eixo; acordos de divisão da produção (entre matérias-primas e produtos manufaturados e industrializados), distribuição para o continente e orientação da produção para o esforço de guerra; medidas policiais e jurídicas contra as atividades subversivas, promovidas por nacionais do Eixo e simpatizantes; adesão à Carta do Atlântico; tratamento de não-beligerante às nações americanas que se encontrarem em guerra com potências extracontinentais; criação da Junta Interamericana de Defesa; manutenção e ampliação de rede de transportes e comunicações; e outras questões como saúde e salubridade pública e humanização da guerra, entre outras (MRE, 1944c: 131-65).

Analisando esse rol, nota-se a preocupação de tentar extirpar a influência europeia da América, principalmente dos países do Eixo e a colocação dos Estados Unidos como o 'grande irmão' do norte, que tutelaria as nações ao sul do Rio Grande. Além da dimensão política, percebe-se também que as resoluções referentes a estrutura econômica hemisférica atendiam às exigências da indústria norte-americana, orientando a produção continental de acordo com suas necessidades e situando a América Latina à condição de produtores de matérias-primas e de consumidores de produtos industrializados. Dois anos depois, em 1944, a Conferência de Bretton Woods estabeleceria as bases da nova ordem econômica mundial no pós-guerra, de acordo com a demanda dos países mais avançados economicamente, do mesmo modo que as resoluções da esfera econômico-financeira da Conferência do Rio de Janeiro.

No mesmo dia da assinatura da Ata Final, o governo brasileiro comunicou aos países do Eixo oficialmente a ruptura das relações diplomáticas e comerciais, aplicando a resolução I da Conferência, chamando de volta todos os brasileiros em serviço oficial nestes países e devolvendo os passaportes aos diplomatas do Eixo e seus familiares (MRE, 1944c: 127-30).

Após a III Reunião dos Chanceleres e a declaração brasileira de rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, as bases estratégicas do nordeste brasileiro e de Fernando de Noronha começaram a ser utilizadas efetivamente pelos norte-americanos e, em março de 1942, foi assinado outro acordo *Lend Lease* entre os dois países, que previa a entrega de material bélico norte-americano a preços e condições bem favoráveis para o Brasil. Contudo, no período 1942-3, esse acordo ainda não garantia a entrega de armamentos na quantidade pretendida pelas forças armadas brasileiras.

Entre fevereiro e março de 1942, o Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, chefou uma missão de funcionários do governo brasileiro aos Estados Unidos, para negociar e pôr em prática algumas das resoluções da III Reunião, buscando viabilizar a cooperação econômica entre os dois países. Foram assinados acordos sobre três pontos, que foram denominados Acordos de Washington: 1) as minas de minério de ferro de Itabira, propriedade da Grã-Bretanha; 2) financiamento para o fornecimento de material estratégico para os norte-americanos e 3) absorção do excedente de borracha brasileira pelo mercado norte-americano (MRE, 1944c: 33).

O acordo sobre as minas de Itabira garantiu a cessão, por parte da Grã-Bretanha, da propriedade das minas de minério de ferro para o Brasil e o *Eximbank* emprestou US\$ 14 milhões para a melhoria do transporte ferroviário e marítimo do minério. O acordo também previa que a produção das minas seria absorvida pelos mercados anglo-americanos. Para que o Brasil desenvolvesse a "produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais" (MRE, 1944c: 35) para a defesa continental, o *Eximbank* abriu um crédito de até US\$ 100 milhões, obedecendo a resolução II da Conferência do Rio de Janeiro, que recomendava "medidas para fortalecer as finanças dos países produtores" (MRE, 1944c: 134-5) para melhorar a produção e a distribuição.

No tocante ao acordo sobre a borracha, o Brasil se comprometeu a vender para os Estados Unidos toda a produção excedente de borracha e seus derivados industrializados, face a grande necessidade da indústria bélica norte-americana. Assim a *Rubber Reserve Company*, órgão do governo norte-americano, assumiu o controle da borracha brasileira no mercado continental. Também foram assinados outros acordos, durante o ano de 1942, sobre o café, cacau, babaçu, mamona e algodão, entre outros. A maior parte da produção brasileira de algodão era, até setembro de 1939, absorvida pela Alemanha. Quando começou a II Guerra Mundial, o comércio teuto-brasileiro foi drasticamente reduzido e o Japão aumentou suas importações de algodão brasileiro, que foram suspensas após a III Reunião dos Chanceleres. O acordo do algodão, assinado com os Estados Unidos, garantiu o escoamento do excedente da produção brasileira para os mercados canadense e o britânico (MRE, 1944c: 40). Graças a esses acordos cada vez mais o Brasil confirmava o seu lugar de fornecedor de matérias-primas e consumidor de produtos industrializados dos países desenvolvidos.

No fim do mês de maio de 1942, os governos brasileiro e norte-americano criaram a Comissão Técnica Militar Mista para estudar e propor acordos militares entre os dois países. Também foram postas em prática as resoluções XVII e XXXIX da Conferência, que tratavam respectivamente das atividades subversivas e da criação de uma junta de defesa continental (MRE, 1944c: 146; 162-3). Estabeleceu-se então, em abril de 1942, em Montevidéu, a Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, de acordo com a resolução XVII. Essa comissão deveria propor medidas aos países americanos para reprimir qualquer manifestação política favorável ao Eixo e prejudicial à estabilidade política do continente. A resolução estipulava algumas medidas necessárias, tais como: fechamento de associações; restrição do trânsito interno e de naturalização de nacionais do Eixo, registro dos mesmos perante as autoridades policiais; proibição de aquisição de aviões, armas de fogo, explosivos e radiotransmissores e finalmente limitação do trânsito dos mesmos pelas fronteiras dos países americanos. A Junta Interamericana de Defesa, segundo a resolução XXXIX que a criou, começou a funcionar em Washington. Os delegados designados para representar os países americanos na junta seriam os próprios adidos militares naquela capital. O objetivo da junta era a proposição de medidas para viabilizar a defesa do continente face ao conflito mundial (MRE, 1944c: 12).

Para diminuir ainda mais a influência ítalo-germânica no Brasil, os Estados Unidos financiaram a aquisição das empresas aéreas LATI e Condor, que eram propriedades italiana e alemã respectivamente, e assim o Brasil assumiu o controle das duas companhias que faziam rotas aéreas domésticas.

Após a III Reunião, os Estados Unidos lançaram uma série de represálias contra a Argentina, o 'mau vizinho' do continente americano que, junto com o governo chileno, não rompeu relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. As retaliações norte-americanas contra os argentinos duraram de 1942 até março de 1945, quando estes declararam guerra à Alemanha e ao Japão, e eram exercidas em duas esferas: na econômica e na política, movendo sanções comerciais e buscando desmoralizar o governo argentino, como, por exemplo, identificar os governantes argentinos como nazifascistas e assim justificar as medidas rigorosas empreendidas contra aquele país que se recusava a participar ativamente da comunidade pan-americana e a colaborar mais estreitamente com os norte-americanos.

O Brasil nesse contexto procurou agir com extrema cautela, pois como 'aliado especial dos Estados Unidos' na América do Sul, o governo Vargas tinha que apoiar a ação norte-americana, contudo o governo brasileiro também não desejava entrar em atrito com a Argentina. Assim, durante esse período, o Brasil agiu como um mediador entre os dois governos, procurando negociar com os argentinos a quebra da neutralidade platina. O governo argentino enfrentava, além da pressão norte-americana, uma pressão interna, no sentido contrário. Segundo Sandra Brancato, a parcela da opinião pública argentina que defendia a manutenção da neutralidade dividia-se em três segmentos:

a dos que [a] defendiam (...) devido aos interesses econômicos do país relacionados com suas fortes ligações comerciais com a Europa, especialmente a Grã-Bretanha; a dos que alegavam que as pressões externas não poderiam tolher o direito do país de se autodeterminar (...); a de importantes setores militares que na defesa do nacionalismo ou por uma certa identidade com a Alemanha nazista, resistiam em se unir aos aliados (BRANCATO, 1994: 259).

Entre 1943 e 1944, depois de várias intervenções diplomáticas do Brasil, o governo argentino, então chefiado pelo general Ramírez sinalizava o desejo de romper relações com a Alemanha e o Japão. Porém, devido à pressões internas, a Argentina se mantinha neutra. Além da opinião pública, o governo era pressionado também pelo grupo militar secreto GOU.² Finalmente em 16 de janeiro de 1944, Ramírez cederia às pressões externas e romperia as relações com a Alemanha e o Japão e, por esse motivo, foi substituído pelo general Farrell. Para os Estados Unidos só o rompimento não era suficiente: era preciso que a atitude da Argentina fosse mais contundente. Dessa forma, os norte-americanos não reconheceram o novo governo instalado em Buenos Aires e conclamaram as demais repúblicas americanas a fazer o mesmo; continuaram com as sanções econômicas e não aceitavam o ingresso dos argentinos na ONU, que estava em gestação, agregando inicialmente os países signatários da Carta do Atlântico. Apenas em março de 1945, depois da declaração de guerra à Alemanha e ao Japão, as repúblicas americanas reconheceram o regime argentino, na reunião de Chapultepec (BRANCATO, 1994: 259).

Apesar da declaração de guerra entre Alemanha e Estados Unidos ter sido feita em 11 de dezembro de 1941, os choques armados entre os dois países no Oceano Atlântico tiveram início nos meses anteriores. Entre 1940 e 1941, o presidente Roosevelt interpretava a neutralidade de seu país de um modo bastante flexível, contrariando as convenções internacionais sobre os Estados Neutros, fornecendo equipamentos bélicos pelo *Lend Lease* aos adversários da Alemanha e, ainda em 1940, a Marinha dos Estados Unidos doou à Marinha Real cinquenta contratorpedeiros antigos, em troca de bases navais nas Índias Ocidentais.

² O GOU, integrado por diversos oficiais das forças armadas argentinas, organizou dois golpes de Estado na primeira metade dos anos quarenta. Em 1943, levaram o general Ramírez à presidência e no ano seguinte o substituíram pelo general Edelmiro Farrell. Entre os integrantes do grupo estava o então coronel Juan Perón. A sigla GOU provavelmente significa *Grupo de Oficiales Unidos*.

No segundo semestre de 1941, ocorreram diversos incidentes entre a marinha norte-americana e a armada submarina alemã. Em setembro houve um combate, sem danos, entre um destróier e um submarino e poucos dias depois os navios norte-americanos estavam autorizados a atacar e destruir as belonaves alemãs em operação no Atlântico. Hitler, por outro lado, queria evitar um confronto direto com os Estados Unidos naquele momento e ordenou que os submarinos alemães só atacassem navios americanos se fossem hostilizados antes, pois os alemães, envolvidos na invasão da União Soviética e lutando contra os ingleses no Norte da África, não desejavam abrir uma nova frente de combate, contra um adversário dotado de um enorme parque industrial. Em outubro, outro combate resultou no afundamento do USS Reuben James, mas Hitler ensaiou um pedido de desculpas, discursando em novembro:

O presidente Roosevelt deu instruções aos navios norte-americanos para abrir fogo logo que avistarem navios alemães (...). Eu ordenei aos navios alemães que não abram fogo, quando avistarem navios norte-americanos, mas que se defendam, se forem atacados. Mandarei submeter a corte marcial qualquer oficial alemão que deixar de defender-se (*Apud* TOLLAND, 1978: 842).

Esse conflito não declarado nas águas do Atlântico, entre alemães e norte-americanos, só foi oficializado em dezembro. Depois do ataque japonês a Pearl Harbour, foram suspensas todas as restrições de ataque a navios dos Estados Unidos (dia 09) e a guerra foi declarada (dia 11). A decisão brasileira de fornecer material estratégico aos norte-americanos e de romper relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, em janeiro de 1942, transformou a frota mercante nacional num alvo óbvio para os *U-boote* alemães.

Em janeiro de 1942, o almirante Dönitz, chefe da armada submarina da *Kriegsmarine*, aproveitando o intenso tráfego marítimo na América do Norte e o despreparo e inexperiência dos norte-americanos para operações anti-submarinas, lançou a Operação *Paukenschlag*, enviando cinco submarinos para operar na área compreendida entre o cabo Hatteras (litoral da Carolina do Norte, Estados Unidos) e o Golfo de São Lourenço (Canadá). Nesta região,

na altura da cidade de Norfolk, foram vitimados os navios mercantes brasileiros Buarque (15 de fevereiro) e Olinda (18 de fevereiro) pelo submarino U-432, e depois o Arabutan (07 de março) foi a pique, atingido pelo U-155. Esses navios trafegavam como nos tempos de paz, com farta iluminação, muitos contatos pelo rádio e viajavam em linha reta. Os tripulantes do Arabutan conseguiram descrever o submarino que os vitimou para as autoridades navais norte-americanas, como possuindo sessenta metros de comprimento, entre oitocentas e mil toneladas de deslocamento e um canhão à frente e uma peça de artilharia antiaérea (*flak*) à ré (MRE, 1944d: 86-7); provavelmente um submarino Tipo VII alemão.

Os torpedeamentos de navios brasileiros continuaram e os submarinos italianos que serviam sob o comando da *Kriegsmarine* também obtiveram êxito, afundando o Cabedelo (25 de fevereiro) e o Comandante Lira (19 de maio). O último navio brasileiro vitimado nas costas dos Estados Unidos foi o Cairu (09 de março), perto de Nova Iorque.³ Depois da frutífera temporada de caça no litoral norte-americano, denominada pelos comandantes alemães de “alegre massacre” (MANSON, 1975: 68), pois, só em janeiro de 1942, foram afundados 62 navios aliados, que deslocavam ao todo 327.000 toneladas, a área de atuação de submarinos foi deslocada para o Mar do Caribe, onde foram afundados, entre outros, 10 navios brasileiros: Parnaíba (1^o de março); Gonçalves Dias (24 de maio); Alegrete (1^o de junho); Pedrinhas (26 de junho); Tamandaré (26 de julho); Barbacena e Piave (28 de julho); Lages, Osório e Imediato João Silva (27 de setembro). Durante o primeiro semestre de 1942, 585 navios aliados, que deslocavam um total de 3.081.000 toneladas, foram afundados pelos submarinos alemães (MRE, 1944c: 130). Nesta época os navios mercantes do Brasil já adotavam algumas medidas de proteção, como silêncio de comunicações, luzes apagadas durante a noite e navegação em linha tortuosa, que não evitaram o afundamento dos navios, mas, por outro lado, dificultaram um pouco o trabalho dos *U-boote*.

³ Uma lista completa pode ser encontrada em Seitenfus (1985: 406 *et seq*).

A primeira reação do governo brasileiro a estes ataques foi enviar, via Portugal, que cuidava dos interesses brasileiros em Berlim, diversos protestos ao governo alemão, mas os alemães sequer responderam. Diante do silêncio alemão, a administração Vargas editou os decretos-lei Nºs 4.166 e 4.283, de março e abril de 1942, respectivamente, e a portaria Nº 5.408 de abril de 1942, que estipulavam que os prejuízos infligidos pelos submarinos do Eixo à frota mercante nacional seriam ressarcidos pelos cidadãos da Alemanha, Itália e Japão, residentes no país (MRE, 1944c: 151-62).

Devido a escolta mais eficiente que estava protegendo os navios mercantes aliados no Atlântico Norte e para continuar com o elemento surpresa, Dönitz mudou a área de atuação dos submarinos para o sul, chegando até o Cabo da Boa Esperança. Na noite de 15 de agosto, mais cinco navios brasileiros foram vitimados, desta vez em águas nacionais: Aníbal Benévolo, Araras, Baependi, Itagiba e Araraquara. O Baependi transportava, entre outros, um contingente de soldados para Recife.

A situação havia chegado ao limite, o governo brasileiro precisava tomar uma posição mais firme em relação aos ataques dos submarinos alemães. A indignação popular aumentava a cada dia. Em 4 de julho (dia da independência dos Estados Unidos) aconteceu uma passeata, organizada pelo movimento estudantil, pelas ruas do Rio de Janeiro em apoio aos aliados e, no dia 18 de agosto, outro ato popular em protesto pelos ataques do Eixo à marinha mercante. Em 21 de agosto, o governo brasileiro remeteu, após reunião ministerial, comunicações aos governos alemão e italiano, reconhecendo o estado de beligerância entre eles. No fim do mês de agosto foi editado o decreto Nº 10.358, que declarava estado de guerra em todo o território nacional e suspendia diversas partes da Constituição (MRE, 1944c: 191-3), medida que não causou grandes mudanças no âmbito interno.

A partir de 1943, a importância do Brasil para os Estados Unidos se resumia basicamente ao apoio deste à política norte-americana na América do Sul. O valor estratégico do nordeste brasileiro diminuiu bastante após o sucesso da Operação Tocha, no fim de 1942, e graças a isso, os técnicos norte-americanos pensavam que não fosse necessário enviar mais armamentos para o Brasil, nos termos do *Lend Lease*, para a defesa do Nordeste de um eventual ataque do Eixo.

A participação ativa do Brasil na guerra, enviando tropas para a frente de combate serviu para, entre outras coisas, não só continuar mas aumentar o envio de armamentos norte-americanos. Contudo, o envolvimento brasileiro na guerra não foi planejado *a priori*. O ataque dos *U-boote* a navios brasileiros, seguido da reação popular de indignação e revolta, foram consequências da III Reunião dos Chanceleres, pois o Brasil rompera relações com o Eixo, cedera bases e fornecera matéria-prima estratégica para os Estados Unidos, o que eliminou qualquer tipo de restrição em relação a frota mercante nacional para a guerra submarina coordenada pelo Almirante Dönitz.

O passo seguinte para o Brasil foi decidir como seria a participação mais ativa na guerra. O envio de tropas para a área de combate era a medida mais lógica, porque garantiria a entrega de mais armamentos pelos Estados Unidos; maior prestígio político na América Latina; maior apoio político da população; experiência de combate num conflito moderno e, talvez, o direito a participar das conferências de paz. O projeto tinha um grande problema: o Brasil podia apenas fornecer soldados. Os armamentos, uniformes, treinamento, transporte, comunicações e apoio logístico teriam que ficar a cargo dos norte-americanos. Essas dificuldades esbarravam em outra questão: seria interessante para os Estados Unidos a presença de tropas brasileiras na frente de combate? O que o governo norte-americano desejava do Brasil foi obtido na Conferência do Rio de Janeiro.

Gerson Moura mostra muito bem o problema geral enfrentado por aqueles que desejavam ver a FEB lutando contra os nazifascistas, e as implicações práticas deste ato aparentemente simples de ser resolvido, mas que guardava inúmeras complicações:

O lento progresso da FEB teve consequências sérias para a política externa brasileira, em especial para as relações militares e políticas com os Estados Unidos (...). Em agosto de 1943, Dutra, o ministro da Guerra, procurou agir de modo mais incisivo na questão da FEB e foi aos Estados Unidos para conversações com as autoridades militares [norte-] americanas. No decorrer de suas entrevistas com o gen. Marshall, Dutra solicitou a remessa de armamentos novos (tanques) para o Brasil e sugeriu alterações nos planos de organização da

força expedicionária. Tentou também extrair dos americanos informações precisas sobre a época e o local em que as tropas iriam desembarcar. Marshall respondeu a Dutra com evasivas, observando que a primeira divisão da FEB não tinha sequer sido ainda organizada e não poderia ser enviada ao campo de batalha antes do início de 1944. (...) O resultado dessas circunstâncias foi que o fim do ano de 1943 foi um período de recriminações mútuas. Os brasileiros acusavam os Estados Unidos de haver extraído muitos ganhos do Brasil e de haver perdido seu interesse anterior; evidência disso era a hesitação dos Estados Unidos em despachar a FEB para o teatro de guerra. Washington respondia no mesmo tom, alegando que os brasileiros não tinham aceito plenamente a orientação do *War Department* e nem mesmo completado a organização das unidades da FEB (1991: 32-3).

O mais irônico desse jogo de acusações era que ambos os lados tinham razão: norte-americanos não conseguiam disfarçar uma *má vontade* em atender as demandas brasileiras; o governo brasileiro por outro lado, não conseguia nem sequer organizar as tropas que seriam enviadas ao teatro de operações.

A presença de tropas brasileiras na frente de combate não forneceria vantagem direta alguma para os exércitos aliados, como foi declarado pelos generais do alto comando conjunto. Posteriormente, o envio da Força Expedicionária Brasileira para um teatro de guerra secundário (a península itálica), longe das batalhas decisivas da frente russa e da Normandia, demonstrou a importância da contribuição brasileira para as operações bélicas, e essa contribuição só foi concretizada em 1944, depois de muita negociação entre Brasil e Estados Unidos. Em troca, os norte-americanos obtiveram o direito de uso das bases do Nordeste após o término do conflito. A situação política na Argentina em 1943/44 também pesou na decisão de fortalecer militarmente o Brasil e enviar a FEB para o campo de batalha. Após o término da II Guerra Mundial, foi muito útil para os Estados Unidos a influência que conseguiram sobre as forças armadas brasileiras.

Finalmente em fevereiro de 1943, o Brasil anunciou oficialmente a adesão à Carta do Atlântico e a Declaração das Nações Unidas, essa que derivou diretamente da primeira, onde os governos signatários se comprometiam a utilizar todos os seus recursos contra os países do Eixo. Antes de assinar a declaração, o governo brasileiro reconheceu o regime instalado na União Soviética, apesar do incômodo dessa atitude. Alguns anos depois, em 1947, o Brasil romperia as relações diplomáticas com os soviéticos.

A partir da década de trinta, os norte-americanos lançaram as bases da hegemonia continental, fundamentada na Política da Boa Vizinhança, passo a passo nas conferências interamericanas, desde Buenos Aires, em 1936, e Lima, em 1938, renunciando formalmente à intervenção direta nos assuntos internos dos países americanos. Com a I e a II Reuniões dos Chanceleres solidificou-se o conceito de solidariedade continental e de defesa coletiva, apoiados nas forças armadas e na indústria bélica dos Estados Unidos. Reforçando sempre o discurso de amizade, cooperação e bem-estar geral, os norte-americanos conseguiriam moldar política e economicamente o continente segundo suas necessidades.

Getúlio Vargas evitou, durante esse período, qualquer aliança com os blocos de poder mundiais, até que assegurasse os elementos necessários para o progresso nacional. A presença de simpatizantes dos Estados Unidos e da Alemanha dentro do governo permitiu que o Brasil mantivesse a posição entre os dois blocos e a posição estratégica brasileira, tanto política quanto geográfica, dentro da América do Sul e a situação internacional fez crescer bastante a margem de manobra nacional perante as potências. O início da guerra em 1939 e o bloqueio naval britânico às embarcações alemãs contribuíram para empurrar o Brasil para a órbita norte-americana. Contudo Vargas manobrou habilmente para se alinhar oficialmente apenas quando tivesse as garantias de suprimento das necessidades nacionais. Ou então até quando fosse possível fazer demandas. Esse momento foi a Conferência do Rio de Janeiro.

Entre 7 de dezembro de 1941 e 28 de janeiro de 1942, o Brasil ainda era um país oficialmente neutro. Entretanto, neste período, o governo brasileiro deu os passos finais em direção ao alinhamento de fato com os Estados Unidos. Quando os embaixadores do Eixo perceberam que o abandono da neutralidade brasileira era iminente

tentaram o único recurso que tinham em mãos para evitar esse fato, que não surtiu efeito. Os embaixadores da Alemanha e Japão fizeram ameaças e tentaram aliciar os membros do governo brasileiro simpatizantes do Eixo para forçar a manutenção da neutralidade nacional. O embaixador italiano, além das ameaças veladas, apelou para a amizade e o bom relacionamento entre os dois países. Este episódio mostrou que apesar da existência de duas correntes de opinião dentro do governo (germanófilos e americanófilos), as decisões mais importantes de política externa do Brasil, como a quebra da neutralidade e a declaração de beligerância, não encontravam oposição entre as lideranças civis e militares do país.

Aproveitando a sua posição privilegiada momentânea, o Brasil aspirava tornar-se uma potência associada aos Estados Unidos na América do Sul. O que contrariava o planejamento norte-americano. A Conferência do Rio de Janeiro foi o ápice de dois planos políticos: o brasileiro, que havia recebido as garantias de fornecimento que pleiteava há muito tempo; o norte-americano reservado para a América Latina, que conseguia, graças ao apoio brasileiro, por em ação a aliança continental, apesar do problema argentino. A Argentina não se alinhou aos Estados Unidos em janeiro de 1942 devido a diversos motivos: pressão da opinião pública e do grupo militar GOU, que eram contrários ao abandono da neutralidade e da interferência externa na política nacional, que traria, entre outras coisas, prejuízos à atividade mercantil platina.

As resoluções do Rio de Janeiro não se limitaram apenas ao problema político e militar, decorrente da guerra. As resoluções de cunho econômico moldaram a economia continental de acordo com as necessidades norte-americanas, como seria feito em escala mundial dois anos depois, em Bretton Woods. Os dirigentes do Brasil e do restante da América Latina, não conseguiram ou não queriam enxergar as medidas a longo prazo, contentando-se em resolver o problema imediato de produção e distribuição de matérias-primas. Politicamente a Conferência também preparou o continente para a divisão bipolar do pós-guerra.

Após a Conferência e a assinatura do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos, os militares brasileiros pensavam que iriam receber os tão esperados armamentos modernos, que atrasavam e não eram mandados na quantidade esperada. Com o sucesso da Operação Tocha, no fim de 1942, a importância estratégica do nordeste brasileiro diminuiu sensivelmente. O que poderia garantir o aumento

do volume de material bélico entregue no país, além de outras vantagens, seria a participação de tropas nacionais na frente de combate. O reconhecimento da beligerância entre Brasil e Alemanha, em agosto de 1942, foi motivado pelo torpedeamento da frota mercante brasileira por submarinos do Eixo, que foi causado pelo rompimento de relações diplomáticas e comerciais que foram a consequência imediata da Conferência do Rio de Janeiro. A participação direta do Brasil na guerra estendeu os ganhos materiais obtidos na III Reunião dos Chanceleres por mais tempo e também trouxe prestígio político para o país. Em troca, os Estados Unidos ganharam o direito de utilizar as bases brasileiras em tempo de paz e influenciaram bastante o pensamento militar brasileiro.

Após o conflito, o equívoco de que o Brasil seria uma potência associada aos Estados Unidos na América do Sul foi desfeito, apesar do país manter-se alinhado aos norte-americanos. Mas, qual foi o limite entre as atuações? O Brasil pendeu mais para *global player* ou para um ator performático, o qual visava o público interno? Talvez a trajetória da FEB possa oferecer um indício para tal questionamento. Entre a concepção da Força Expedicionária até o envio dos soldados para a Itália se passaram dois anos. Conforme afirmado acima, houve um 'jogo de empurra'. Mas, voltando a atenção para a postura brasileira – preocupação maior com o ato em si do que com os aspectos práticos do mesmo –, talvez seja lícito supor que a ênfase fosse a imagem interna do regime.

Fontes documentais avulsas

Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil (FGV – CPDOC)

Arquivo Getúlio Vargas (AGV)

Telegrama de Franklin Roosevelt a Getúlio Vargas. Documento Nº 41.12.09 – XXXVI-77, de 09 de dezembro de 1941.

Carta do embaixador do Brasil na Argentina, Rodrigues Alves, a Getúlio Vargas. Documento Nº 41.12.18/3 – XXXVI-83a, de 18 de dezembro de 1941.

Carta de Franklin Roosevelt a Getúlio Vargas. Documento Nº 42.01.07/2 – XXXVII-5, de 07 de janeiro de 1942.

Carta de Ugo Sola a Oswaldo Aranha. Documento Nº 42.01.16 – XXXVII-8, de 16 de janeiro de 1942.

Carta do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Carlos Martins Pereira e Souza, a Getúlio Vargas. Documento Nº 42.01.19 – XXXVI-15, de 24 de janeiro de 1942.

Carta de Itaro Ishi a Eurico Gaspar Dutra. Documento Nº 42.01.17 – XXXVII-18, de 27 de janeiro de 1942.

Arquivo Oswaldo Aranha (AOA)

O Jornal, edição de 13 de novembro de 1941.

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Diário das sessões da Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas – Nº 05. 20 de janeiro de 1942, 1942a.

Diário das sessões da Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas – Nº 07. 22 de janeiro de 1942, 1942b.

Referências bibliográficas

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. *A Conferência do Rio de Janeiro de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista*. Brasília: UnB (dissertação de mestrado), 1996.

_____. 'A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial'. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et alii (org). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, pp. 115-45.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. 'A neutralidade argentina na Segunda Guerra Mundial: efeitos sobre as relações entre Brasil, Argentina e Uruguai'. In Amado Cervo & Wolfgang Döpcke (org). *Relações internacionais dos países americanos – vertentes da história*. Brasília: Edunb, 1994, pp. 256-66.
Brasil, MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1936*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944b.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944c.

_____. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial, volume 2*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944d.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília / São Paulo: Edunb / Imprensa Oficial, 2000.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC Rio, 2006.

McCANN Jr., Frank D. *The Brazilian-American alliance 1937-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1973.

MANSON, David. *Submarinos alemães: a arma oculta*. Rio de Janeiro: Rennes, 1975.

MOSCONI, Franco. 'Neutralidade'. In Norberto Bobbio, Nicola Matteucci & Gianfranco Pasquino. *Dicionário de política – volume 2*. 5ª edição. Brasília: Edunb, 1993, pp. 821-4.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

SEITENFUS, Ricardo A. S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos – 1930/1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

TOLLAND, John. *Adolf Hitler*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

A II GUERRA MUNDIAL E A POLÍTICA ECONÔMICA EXTERNA: A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO.

Francisco Luiz Corsi¹

Resumo: O artigo discute a política econômica externa do Brasil no período da II Guerra Mundial, considerada um dos pilares centrais do projeto nacional de Vargas. Especial atenção é dada ao problema do financiamento externo da acumulação de capital, pois dele dependia o avanço da industrialização em um contexto em que os fluxos de capitais estavam condicionados por acordos e alinhamentos políticos. Para a compreensão da política externa nesta fase é preciso discutir o projeto de Vargas para o Brasil, o que só pode ser feito a partir do processo de formulação desse projeto, que não nasceu pronto. O projeto de Vargas apesar de voltado para o mercado interno, para a industrialização e para o fortalecimento do capital nacional, propunha a ampla participação do capital estrangeiro na economia, desde que este se subordinasse aos interesses nacionais.

Palavras Chave: Política Externa, Projeto Nacional, Desenvolvimento Econômico, II Guerra Mundial e Financiamento

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de História Econômica e Economia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Desenvolve pesquisa relativa a política econômica externa do Brasil e da Argentina entre 1930 e 1960. fcorsi@uol.com.br

Abstract: The article discusses the external economic policy in Brazil in the period of World War II, considered one of the central pillars of the national project of Vargas. Special attention is given to the problem of external financing of capital accumulation, because it depended on the progress of industrialization in a context in which capital flows were conditioned by political agreements and alignments. To the understanding of foreign policy at this stage it is necessary to discuss the Vargas' project for Brazil, which can only be done from the formulation process of this project, which was born not ready. Vargas' project despite facing the internal market, for industrialization and for the strengthening of the national capital, proposed the broad participation of foreign capital in the economy, since this is subordinate to national interests.

Keywords: Foreign Policy, National Project, Economic Development, World War II and Financing

1 Introdução

O presente artigo trata da política econômica externa do Brasil no período da II Guerra Mundial². Consideramos que a política externa neste período foi estratégica para o projeto nacional³ de Vargas, pois a questão do financiamento externo do desenvolvimento ganhou enorme importância diante da necessidade de ampliar o acesso a capitais e a tecnologias necessários ao avanço da industrialização em um contexto em que isto era condicionado por acordos e alinhamentos políticos. Para a compreensão da política externa nesta fase é preciso discutir o projeto de Vargas para o Brasil, o que só pode ser feito a partir do processo de formulação desse projeto.

A partir década de 1930 abriram-se novas possibilidades de desenvolvimento para os países periféricos que já tinham alcançado certo patamar de desenvolvimento econômico. Estas novas possibilidades se inserem no quadro de relativa desarticulação da economia mundial e de crise estrutural do capitalismo, marcada pela I Guerra Mundial, Revolução Russa, Grande Depressão dos anos 1930 e II Guerra Mundial. A Grande Depressão acarretou uma significativa redução do comércio, dos empréstimos e dos investimentos internacionais. O sistema monetário internacional desmoronou e formaram-se áreas restritas de comércio e de circulação para diferentes moedas. Em pouco tempo, delineou-se uma tendência de fechamento das economias nacionais por meio de variadas medidas protecionistas. O Estado passou a intervir de forma crescente na economia com o objetivo de regulá-la e fomentá-la. As lutas cada vez mais acirradas por zonas de influência e as políticas expansionistas da Itália, do Japão e da Alemanha, que questionavam o *status quo* contribuíram sobremaneira para a deflagração da II Guerra Mundial. Estes processos foram importantes para por fim a economia mundial aberta (HOBSEBAWM, 1995).

² Este artigo, com algumas alterações, baseia-se na apresentação realizada no Simpósio Internacional: O Brasil na Segunda Guerra Mundial, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

³ Projetos nacionais não são aqui entendidos como projetos que congregam toda a nação, mas como projetos de classes e de frações de classes para a nação. Estes projetos não podem ser considerados acabados, pois sofrem inflexões em razão das lutas sociais e dos mutantes contextos internos e externos (CORSI, 2000).

As profundas transformações na ordem internacional decorrentes desses eventos tiveram múltiplos impactos na periferia. Na América Latina, muitos países que tinham maior densidade econômica, sobretudo o Brasil, o México e a Argentina, paulatinamente redirecionaram suas economias para o mercado interno, seguindo tendência mais geral observada na economia mundial. Os projetos nacionais de desenvolvimento que surgiram na região nesse período, como o varguismo e o peronismo, fazem parte desse contexto, que abriu espaços para a autonomia e o desenvolvimento nacional e explicitou os limites das economias agrário-exportadoras. Contudo, as determinações externas, por mais importantes que sejam, sozinhas, não são suficientes para explicar o desenvolvimento de qualquer país. É preciso levar em conta a dinâmica social, política e econômica interna de cada país e como esta se articula com as tendências da economia mundial.

A Revolução de 1930 abriu novas possibilidades de mudanças estruturais e de desenvolvimento para o Brasil. Os anos iniciais da década de 1930 foram de grande instabilidade política e econômica, com diferentes projetos em luta (PANDOLFI, 2003). Não estava decidido ainda por quais caminhos seguiria a economia brasileira. A vitória do projeto de Vargas, configurada na instauração do Estado Novo, não estava inscrita na revolução. Este projeto era algo não muito definido naquele momento.

O projeto de Vargas não nasceu acabado, ganhou consistência ao longo do período 1930-1945, sobretudo no Estado Novo. O Brasil, como já sobejamente discutido pela literatura, respondeu a Grande Depressão adotando uma política econômica de caráter heterodoxo, centrada na política de defesa do café, que contribuiu sobremaneira para a rápida recuperação da economia e para o desencadeamento do processo de industrialização (FURTADO, 1982; CANO, 2000). Paralelamente, desencadearam-se os processos de centralização política, que culminou com a implantação da ditadura em 1937, e de intervenção crescente do Estado na economia, cabendo destacar a criação de inúmeros organismos de regulação e fomento setorial.

Também foi importante a paulatina introdução da legislação trabalhista e do sindicato corporativo controlado pelo Estado. Legislação de grande relevância para o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e para a regulação das relações entre o trabalho e o capital no espaço urbano. O controle do movimento operário foi uma alavanca para impulsionar a acumulação de capital. Neste processo, Vargas lançou as bases do Estado desenvolvimentista (OLIVEIRA, 2003; FIORI, 1995). Vargas paulatinamente conseguiu articular uma ampla, heterogênea e instável aliança de classes, que se baseava no apoio de setores da burguesia agrária, financeira, comercial e industrial e da classe trabalhadora ao governo. A articulação desses dispares interesses tinha como ponto principal de convergência o desenvolvimento calcado no mercado interno, que cada vez mais parecia, naquele contexto, como a melhor estratégia (talvez a única viável) para o Brasil (CORSI, 2012)⁴.

⁴ Talvez seja importante fazer um esclarecimento a respeito da burguesia agrária, que cindida defendia dois projetos para o Brasil. Os setores voltados para as exportações continuaram a defender um país sobretudo agrícola e inserido na economia mundial conforme as suas vantagens comparativas. Outros setores, bastante heterogêneos, que tinham no mercado interno seu espaço de acumulação de capital, defendiam a necessidade de ampliar e diversificar o mercado nacional, embora isso não significasse necessariamente uma defesa da industrialização. Muitos desses últimos setores, que outrora tinham tido uma considerável atividade exportadora e que já há algum tempo tinham passado a depender da economia interna, como o caso da produção de açúcar, passaram de maneira crescente, em um contexto adverso para as exportações, a apostar na expansão do mercado interno. Esta cisão é fundamental para a compreensão da possibilidade que se abriu para Vargas articular uma base social e política consistente para o projeto de desenvolver o mercado interno centrado na industrialização, apesar da instabilidade dessa ampla aliança desenvolvimentista.

Contudo, não é possível caracterizar a política econômica do período 1930-1937 como uma nítida expressão de um consistente programa industrializante, apesar das indicações neste sentido. A insistência em assinar acordos comerciais com cláusula de nação mais favorecida, cabendo destacar o acordo de 1935 com os EUA; a inexistência de uma política seletiva de controle de importações que favorecesse o desenvolvimento industrial; a prioridade conferida ao pagamento da dívida externa no dispêndio de divisas e a flexibilização progressiva do câmbio quando a situação externa apresentou pequena melhora em meados da década de 1930 são alguns exemplos que sugerem certa falta de consistência do programa de Vargas, embora muitas outras medidas adotadas no mesmo período tenham contribuído para o avanço da industrialização. Todavia, somente no Estado Novo, as vésperas da II Guerra, esboçou-se um projeto nacional de desenvolvimento centrado no mercado interno e na industrialização. Apesar de não encontramos um programa formalmente definido, as ações e as propostas estatais denotavam uma estratégia nesta direção. Como indicativo dessa evolução podemos destacar o seguinte: 1 - a decretação da moratória da dívida externa e do monopólio do câmbio em 1937, visando resguardar as parcas divisas para assegurar as importações necessárias a continuidade do crescimento da economia; 2 - a intensificação do comércio compensado com a Alemanha e a assinatura de um acordo com a empresa alemã Krup para o fornecimento de armas, o que implicava certo afastamento em relação aos EUA; 3 - o fato da Constituição outorgada de 1937 aprofundar a legislação nacionalista em relação aos Códigos de Minas e Águas, estabelecendo a nacionalização dos recursos naturais, das indústrias essenciais ao país e dos bancos e das companhias de seguros; 4 - a adoção de medidas para aprofundar a integração do mercado interno, como um programa de expansão dos transportes, a chamada "marcha para o oeste" e a abolição dos impostos interestaduais; 5 - a criação de inúmeros organismos de fomento e regulação em setores chave, como o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Conselho de Minas e Energia (CME) etc.; 6 - a introdução de um imposto sobre operações cambiais com objetivo de formar um fundo de investimento estatal; 7 - a proposta de introdução do salário mínimo; 8 - o anúncio do Plano de obras Públicas e Reaparelhamento

da Defesa Nacional (1939), que visava o desenvolvimento da indústria de base e da infraestrutura e o rearmamento das forças armadas. Embora muito deficiente em vários aspectos, não passando de um orçamento de investimento com recursos próprios, o plano apontava o sentido industrializante da política do governo; 9 - a utilização da política fiscal como instrumento de fomento do crescimento; 10 - a implantação da grande siderurgia como projeto prioritário do Estado; 11- o fortalecimento da ideia de tornar o Brasil uma potência regional (CORSI, 2000).

2 A questão do financiamento do desenvolvimento e a II Guerra Mundial

Este projeto enfrentava inúmeros obstáculos, dentre eles a difícil questão do financiamento interno e externo da acumulação de capital. No campo interno, as classes dominantes eram resistentes a majoração dos impostos necessária para dotar o Estado de maiores recursos (FIORI, 1995) e havia enorme dificuldade para a centralização de capitais devido as fragilidades do sistema bancário e do mercado de capitais. Vargas buscou articular um esquema interno de financiamento⁵ baseado na criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), criada em 1937, na mobilização dos recursos das caixas de aposentadoria por meio do Decreto 1918 de agosto de 1937, que estabelecia que estes institutos poderiam financiar investimentos com garantias hipotecárias com seus recursos, e na criação de um fundo de investimento a partir do imposto sobre operações cambiais. Medidas adotadas entre 1937 e 1939. Vargas em discursos proferidos à época assinalava a

⁵ Seguindo Goldeinstein (1994, p. 57-59), consideramos que esquema de financiamento, ou padrão de financiamento, consiste "na forma pela qual os recursos são mobilizados em uma economia capitalista. Depende, portanto, de como se dá a articulação do conjunto de agentes responsáveis pela mobilização dos fundos. Ou seja, resulta antes de mais nada das relações de poder existentes entre o Estado e o setor privado nacional, o Estado e o resto do mundo, o setor privado nacional com o resto do mundo, e entre os diferentes segmentos do setor privado doméstico entre si - setores produtivo, bancário e agrário -, além das relações entre estes três agentes - Estado, capital nacional e capital internacional - e os diferentes segmentos da classe trabalhadora".

possibilidade de financiar o desenvolvimento a partir da mobilização nacional. Em 1938, em entrevista concedida na cidade de São Lourenço, ao defender o seu programa de desenvolvimento da economia do país que acabara de esboçar, Vargas assinalou:

Para esses empreendimentos, é necessário mobilizar grandes capitais. Entretanto, não me parece que, sem maior exame, devamos continuar afirmando um exagero de expressão que resultou em lugar comum: a dependência do progresso brasileiro das inversões de capital estrangeiro e que, sem ele, nada será possível fazer [...] A grande tarefa do momento, no nosso país, é a mobilização de capitais nacionais (apud CORSI, 2000, p. 79).

Este esquema, era, entretanto, claramente insuficiente para enfrentar a situação. A introdução de impostos específicos, de planos de desenvolvimento e de organismos de fomento com recursos próprios, minorou os problemas nesta área ao conseguir manter ao longo do período em pauta as receitas públicas em percentuais mais ou menos estáveis em relação ao PIB (cerca de 10%), mas nem de longe representaram uma solução (SZMRECSÁNYI e COUTINHO, 1987; CORSI, 2000)⁶.

No campo externo, os obstáculos também eram de monta. Avançar na industrialização requeria incrementar as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas em virtude do limitado setor produtor de bens de capital da indústria brasileira. A situação era agravada pelo baixo desempenho das exportações e pelos reduzidos fluxos de capitais externos, ao que se somava a necessidade de incrementar as importações de armamentos. A economia de divisas decorrente da suspensão do pagamento da dívida externa em 1937 não era suficiente para viabilizar o financiamento externo, embora tenha permitido manter as importações de bens de capital em um patamar relativamente elevado em uma situação de penúria cambial como a observada à época⁷.

⁶ Embora as questões relativas ao financiamento externo e interno estejam bastante articuladas, no presente artigos trataremos fundamentalmente das primeiras.

⁷ Entre 1936 e 1937, as importações de máquinas e ferramentas cresceram de cerca de 3,5 milhões de libras para cerca de 5,3 milhões e as de aço e ferro manufaturado de 1,9 para 2,9 milhões de libras. Foram os itens da pauta de importações que mais cresceram. Em virtude das dificuldades cambiais, as importações

No contexto de relativa desarticulação da economia mundial e de acirramento dos conflitos interimperialistas, a articulação de financiamento externo implicava em alinhamentos políticos. Porém, as classes dominantes, o governo e os militares, como assinalou Moura (1980), estavam divididos quanto as alianças externas do Brasil. A Alemanha estava aparentemente disposta a fornecer os bens de capital e as armas de que o Brasil necessitava via comércio de compensação⁸. Mas optar por essa saída, antes do estouro da guerra, provavelmente implodiria as bases de sustentação do Estado Novo e deixaria o Brasil à mercê das represarias dos EUA, que estavam geograficamente muito mais próximos e eram os nossos principais parceiros comerciais, apesar do forte incremento do comércio com a Alemanha entre 1934 e 1938, que chegou a ser nossa segunda parceira comercial, ameaçando em algumas categorias de produtos a posição dos EUA. Este país, neste momento, não parecia disposto a financiar o desenvolvimento brasileiro, preocupava-se mais com problemas relativos ao comércio brasileiro com a Alemanha e à dívida externa. O fato do Brasil exportar grandes quantidades de algodão para os alemães incomodava bastante os EUA, que eram os maiores produtores do produto⁹. (WIRTH, 1973; MOURA, 1980; CORSI, 2000). Neste contexto, o governo Vargas oscilava entre ambas as potencias, mas sem lograr atrair os almejados financiamentos. Política que Moura (1984) denominou de "equidistância pragmática."

caíram até 1940 (ABREU, 1999). Entretanto, para estes anos, segundo Malan (1977, p. 138-141), o nível de importações de bens de capital se manteve relativamente estável, cerca de 1.4000 milhões de cruzeiros (em torno de 30% do total), enquanto as demais categorias tenderam a queda, o que só pode ser atribuído a moratória naquele contexto de grandes dificuldades cambiais. Este comportamento também sugere que, apesar de não existir à época um controle seletivo de importações, informalmente as importações voltadas para o setor industrial foram privilegiadas.

⁸ Desde 1936, a Alemanha propunha fornecer armas, máquinas e equipamentos em troca de matérias-primas e alimentos, sobretudo café, minério de ferro e algodão via comércio compensado, que dispensava o uso de moedas de curso internacional em um momento de grande carência dessas moedas. A empresa Krupp, por exemplo, chegou a iniciar negociações, que não progrediram, a respeito da implantação de uma grande siderurgia no Brasil, sendo que estava disposta a receber três quartos dos recursos necessários a implantação do projeto na forma de marcos de compensação por meio de exportações de bens primários (WIRTH, 1973; BANDEIRA, 2011).

⁹ Ver dados sobre o incremento do comércio Brasil-Alemanha, em especial acerca das exportações brasileiras de algodão, em Conselho Federal de Comércio Exterior (1944), Abreu (1999) e Bandeira (2011).

A iminência da eclosão da II Guerra trouxe novos elementos que modificariam essa situação, impondo novas linhas de ação em um quadro de fragilização da posição brasileira, pois o Brasil teria que enfrentar a possibilidade de perda dos mercados europeus, sobretudo do alemão, cuja manutenção era importante não só do ponto de vista econômico, mas também político ao ser um elemento que contrabalançava o poder de pressão norte-americano. Ou seja, a evolução da situação internacional caminhava no sentido de estreitar a margem para um desenvolvimento mais autônomo e de aumentar a dependência brasileira em relação aos EUA.

Alterando a política até então seguida, que enfatizava os problemas comerciais e financeiros, os EUA a partir de 1938 se mostraram mais preocupados em assegurar o controle da América do Sul, sobretudo da saliência do Nordeste brasileiro, o que implicava, entre outros aspectos, maior disposição em responder as demandas dos países da região, entre as quais as por financiamento do desenvolvimento. O objetivo parecia conquistar o apoio regional por meio da cooperação econômica e política, seguindo linha estabelecida por Roosevelt desde a adoção da política de "boa vizinhança. Contudo, os EUA não descartavam medidas de força para garantir o que consideravam sua área de segurança, que, diante da ameaça de outra guerra mundial, foi expandida para a América do Sul, em especial para o Brasil, dado a sua localização estratégica para o controle do Atlântico Sul. Dessa mudança de perspectiva surgiu a partir de iniciativas norte-americanas a chamada Missão Aranha, que ocorreu no início de 1939 (CORSI, 2000. Os próximos parágrafos baseiam-se amplamente nesta obra).

O governo Vargas estava dividido quanto os resultados esperados da missão. Enquanto Aranha tinha a expectativa de caminhar no sentido de uma maior aproximação em relação aos EUA, inclusive acreditava na possibilidade de articular empréstimos de longo prazo, os ministros militares, mais propensos ao alinhamento à Alemanha, e Sousa Costa, Ministro da Fazenda, preocupado sobretudo com o equilíbrio das contas externas, mostravam-se céticos quanto aos seus resultados. Nestas circunstâncias, Vargas instruiu Aranha a não assumir compromissos que implicassem mudanças de rumos na política brasileira, sobretudo no que se referia a dívida externa¹⁰.

¹⁰ No início de 1939, o governo Vargas, embora negociasse com os EUA uma maior aproximação, buscou melhorar seu relacionamento com a Alemanha, abalado com as medidas adotadas em 1938 visando conter a propaganda nazista no Sul do Brasil e a

A missão teve resultados modestos. Aranha, não seguindo à risca as instruções de Vargas, como contrapartida de um empréstimo de cerca de 19 milhões de dólares para saldar atrasados comerciais e vagas promessas de créditos de longo prazo, acordou com os norte-americanos a retomada do pagamento da dívida externa a partir de meados de 1939 e a liberalização da política cambial. Também foram firmadas iniciativas para incrementar as relações entre as forças armadas dos dois países. Não por acaso, os defensores de uma aproximação à Alemanha criticaram violentamente Aranha e pressionaram Vargas para demiti-lo. Mas Vargas manteve o seu ministro e encaminhou, embora não estritamente, o acordado. Flexibilizou a política cambial em maio e realizou um pagamento simbólico da dívida externa em julho daquele ano, abrindo negociações com os credores que só chegariam a um acordo em 1940, já em um outro contexto. Este desfecho indica que ainda existia certa margem de manobra para o Brasil às vésperas da guerra. Todavia, indícios sugerem que Vargas vislumbrou que a aproximação aos EUA seria a política mais sensata e que poderia trazer dividendos para o Brasil, sobretudo no tocante aos problemas econômicos.

Em reunião realizada em maio de 1939, na abertura dos trabalhos daquele ano do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), discursando para empresários e para o próprio Vargas presente à reunião, João Carlos Muniz, diplomata ligado ao Ministro das Relações Exteriores, diretor executivo do CFCE e membro da Missão Aranha, assinalou:

A economia que se baseia só na produção de matérias-primas não passa de uma economia colonial [...] todos nós somos testemunhas dos esforços de V. Exa. para implantar no país as indústrias básicas, sem as quais não poderá o Brasil equipar-se adequadamente nem prosseguir na obra do alargamento de sua economia agrícola e industrial [...] Os acordos concluídos em

nacionalização das colônias dos países do eixo. Ambos os países voltaram a trocar embaixadores e o comércio compensado, depois de uma breve interrupção, foi retomado. Esta linha de ação indica que Vargas pretendia deixar todas as portas abertas (CORSI, 2000).

Washington [...] visam estabelecer a colaboração com a maior potência econômica e financeira do mundo; mediante a concessões de créditos que permitirão criar as indústrias de base e levar avante a industrialização de certas matérias-primas [...] Esses acordos poderão ser, como bem viu V. Exa., uma alavanca potente para o nosso ressurgimento econômico [...] e [para] ampliar cada vez mais nosso aparelhamento industrial. Só desta forma é que podemos criar uma economia estável, que fará a grandeza do Brasil” (CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, 1944, p. 11-12).

Vargas discursando logo em seguida nesta mesma seção do CFCE sugere concordar com a linha estabelecida por Muniz: “Senhores conselheiros: o discurso do Consul João Carlos Muniz, vosso Diretor Executivo, resumiu as bases do programa do Governo” (CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, 1944, p. 11-12). Vargas parece ter visto a possibilidade de financiar o avanço da industrialização a partir do financiamento norte-americano. Nas condições colocadas pela guerra eminente, Vargas optou de forma lenta e titubeante pelo alinhamento aos EUA. A cautela e a ambiguidade em muitas posturas e discursos se impunham não só pelo fato do desfecho das disputas internacionais estar em aberto e qualquer posicionamento precipitado poderia deixar o Brasil em situação delicada, mas também devido a necessidade de barganhar o apoio brasileiro com os EUA e, além disso, a correlação de forças interna não era, àquela altura, decididamente pró norte-americana. Também era preciso deixar uma porta aberta para a Alemanha caso esta viesse a ganhar a guerra. Esse caminho implicava readequar seu projeto de desenvolvimento a nova situação, afastando-se de uma postura mais autônoma. De forma não linear, esse processo culminaria, em agosto de 1942, com a entrada do Brasil no conflito ao lado dos Aliados.

Ao longo desse processo, o Brasil adotou uma política externa cujo um de seus eixos consistia na obtenção de financiamentos, de tecnologia e de armamentos. Esta política também buscava assegurar uma posição de proeminência na América do Sul. Estes objetivos refletiam o projeto nacional de Vargas. O apoio brasileiro aos EUA estaria condicionado por essas metas.

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), projeto considerado estratégico e que foi viabilizado graças ao financiamento norte-americano, ocupou o centro desse processo. Vargas buscou, inicialmente, atrair uma empresa norte-americana para implementar o projeto, o que sugere que estava disposto a aceitar o controle de um empreendimento estratégico pelo capital estrangeiro, contrariando seu discurso nacionalista e a própria Constituição que ele outorgara¹¹. Só depois de fracassada essa iniciativa, é que optou pela criação de uma empresa estatal com financiamento e tecnologia externos. O sucesso dessa iniciativa dependeu da política de barganha e da habilidade política de Vargas em um momento de grande incerteza. Depois da desistência da US Steel em organizar a grande siderurgia no Brasil e da postura protelatória adotada pelo governo Roosevelt em relação ao caso, apesar das contínuas pressões brasileiras, Vargas, que já dera início a constituição de uma empresa nacional para levar a cabo a empreitada, proferiu em junho de 1940, quando os alemães se encontravam às portas de Paris, o que indicava uma vitória alemã fulminante da guerra, o famoso pronunciamento no encouraçado Minas Gerais. Discurso ambíguo no qual sugeriu a aproximação do Brasil ao regime nazista. Temendo esse desfecho, o governo Roosevelt, poucas semanas depois, concordou em financiar a empresa estatal brasileira. O financiamento da CSN pelos norte-americanos não significou o alinhamento brasileiro aos EUA, mas a partir desse momento a margem de manobra de Vargas se estreitara.

A Constituição da Cia Vale do Rio do Doce foi outro projeto de grande relevância que também só foi viabilizado em virtude de empréstimos externos. O governo Vargas a partir do alinhamento aos EUA buscou conseguir financiamento e liberar importações necessárias em um contexto de escassez de mercadorias importadas para uma série de projetos importantes, quais sejam: ampliação do transporte ferroviário, construção de usinas hidrelétricas e termoelétricas e instalação de fábricas de alumínio, motores, celulose, álcalis e vidro plano. Este processo não seria nada fácil, sobretudo à

¹¹ Mesmo negociando com os EUA a implantação da grande siderurgia, Vargas não desistiu de travar contato com empresas alemãs ao longo de 1939 e início de 1940. Esta postura era um dos aspectos de sua política de barganha com os EUA (CORSI, 2000).

medida que a guerra pendia para os aliados e a Alemanha não mais representava uma ameaça para a América Latina e para o controle do Atlântico Sul, embora as bases militares norte-americanas no Brasil continuassem sendo importante rota de abastecimento das tropas aliadas no Norte da África e na Itália.

A Missão Cooke¹², realizada no segundo semestre de 1942, quando a sorte da guerra ainda parecia pender para a Alemanha, exemplifica a postura norte-americana mais receptiva às demandas brasileiras, apesar de não ser possível ignorar que a missão não deixava de representar uma iniciativa “diversionista” do governo Roosevelt, pois este não parecia de fato disposto a financiar uma ampla industrialização do Brasil como propunha o relatório de Morris Cooke, não só pela carência de recursos, mas também por não ser este seu objetivo, além da oposição de grande parte do empresariado norte-americano. Estas dificuldades ficariam claras na tentativa de obtenção de financiamento para a expansão da produção de energia elétrica e nos diversos problemas enfrentados para liberar importações para projetos considerados importantes.

Como desdobramento da Missão Cooke, João Alberto, Coordenador da Comissão de Mobilização Econômica, viajou, em dezembro de 1942, para os EUA com o objetivo de conseguir financiamentos para os projetos definidos como prioritários no relatório da Missão. De particular interesse eram os projetos relativos ao setor elétrico, que perfaziam um total de doze. Os resultados da viagem foram decepcionantes. Um ano depois, as solicitações de recursos e de liberalização das importações para estes projetos ainda estavam em análise pelos norte-americanos, o que levou Hélio de Macedo Soares e Silva, membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, que tinha viajado aos EUA para esclarecer dúvidas sobre os projetos e acelerar a aprovação dos mesmos, a recomendar como solução a urgente instalação da indústria de material elétrico no Brasil como única saída para enfrentar o problema da premente necessidade de ampliar a produção de energia no país (CORSI, 2000).

¹² A Missão Técnica dos Estados Unidos para o Brasil realizou um amplo estudo da economia brasileira. Ficou conhecida pelo nome de seu chefe, Morris L. Cooke. O relatório final da missão seguiu uma orientação industrializante, esboçou uma série de projetos nas áreas de infraestrutura e industrial, além de discutir a necessidade da criação de um banco para financiar investimentos de longo prazo (CORSI, 2000).

Apesar das dificuldades, o governo brasileiro continuou a ter como linha de ação condicionar o seu apoio aos EUA ao financiamento do nosso desenvolvimento. Em janeiro de 1943, quando da passagem de Roosevelt, que ia para a Conferência de Casa Blanca, por Natal, Aranha entregou-lhe um documento que reafirmava as linhas do projeto nacional de Vargas: consolidação da proeminência do Brasil na América do Sul, maior projeção na política mundial, desenvolvimento do poder militar, desenvolvimento da indústria pesada, criação de um complexo industrial militar, industrialização de matérias-primas para exportação para os EUA, expansão do setor ferroviário e das estradas de rodagem e expansão da exploração e produção de combustíveis (LOCHERY, 2015, p. 14-15). Aranha considerava fundamental o concurso dos EUA para o Brasil alcançar esses objetivos.

Paralelamente, a partir de 1941, mas sobretudo em 1942 com os chamados acordos de Washington, foram assinados uma série de tratados comerciais com os EUA acerca do fornecimento de matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra (borracha, bauxita, quartzo, berílio, níquel, manganês, cromita, minério de ferro, mica, babaçu, cera de carnaúba e titânio)¹³. Estes acordos continham cláusulas que davam amplo controle das exportações brasileiras desses produtos pelos norte-americanos. Estima-se que cerca de 60% das exportações brasileiras, entre 1942 e 1943, estavam relacionadas a esses acordos. Entre 1940 e 1945, mais da metade das importações brasileiras provinham dos EUA. Também foram assinados acordos de fornecimentos de armas pelos norte-americanos em 1941 e 1942, que somaram cerca de 200 milhões de dólares e transformaram o exército brasileiro no mais bem equipado da América do Sul, rompendo com o equilíbrio de forças regional a favor do Brasil (ABREU, 1999). Só depois de firmar esse acordo, o governo Vargas concedeu bases militares e permitiu o estacionamento de tropas dos EUA no Nordeste. Também se verificou uma flexibilização

¹³ Sousa Costa, Ministro da Fazenda, chefiou as negociações em Washington. Além de fechar acordos referentes a exportações de materiais estratégicos e armas, o ministro também foi incumbido por Vargas de pressionar os norte-americanos para eles liberarem recursos e fornecimento de máquinas, equipamentos e matérias-primas para projetos considerados essenciais, muitos deles a cargo da iniciativa privada (CORSI, 2000).

da legislação nacionalista ao longo do processo de alinhamento aos norte-americanos. Sem dúvida que com o conflito mundial e o referido alinhamento aumentaram a dependência em relação aos EUA. Porém, o aumento das exportações em uma situação de grande dificuldade de importar acarretou crescentes superávits comerciais e crescente acúmulo de reservas¹⁴. O governo buscou direcionar essas reservas para financiar a industrialização no pós-guerra, o que denota o contínuo amadurecimento do projeto de Vargas de transformar o Brasil em um país urbano industrial, sem que isso representasse o abandono do setor agrícola.

Um dos aspectos importantes neste processo foi a renegociação da dívida externa em 1943. Souza Costa ante a pressão dos credores externos, que defendiam estar o Brasil em condições de assinar um acordo definitivo que garantisse pagamentos próximos ao estabelecidos nos contratos originais em virtude do grande volume de reservas, argumentava que essa situação seria passageira e que seria fundamental para o país utilizar as reservas para alavancar o desenvolvimento nacional após o término do conflito. O acordo firmado neste ano seguiu essas diretrizes e implicou em redução da dívida e dos seus serviços de forma compatível as condições de pagamento do país.

Outra medida relevante que buscava criar fundos para financiar os investimentos no pós-guerra foi a introdução dos Certificados de Equipamentos e dos Certificados de Garantia. Estas medidas também estavam intimamente articuladas ao combate à inflação, pois pretendiam reduzir o excesso liquidez na economia, que era considerado uma das causas da escalada dos preços no período. A legislação acerca do imposto sobre os lucros considerados extraordinários, estabelecia que os empresários poderiam aplicar o dobro montante relativo ao referente imposto na compra de Certificados de Equipamentos, que renderiam 3% ao ano e poderiam ser resgatados ao término do conflito em moeda forte para a aquisição de bens de capital. Em 1945, em complemento a essa legislação, o governo instituiu a Comissão de Investimentos e a Junta dos Lucros Extraordinários, com o objetivo de administrar a liberação dos certificados de equipamentos.

¹⁴ Em 1945, o Brasil tinha reservas de 634 milhões de dólares. Como mostrou Vianna (1992) boa parte dessas reservas eram constituídas de moedas não conversíveis e ouro.

Não obstante esse conjunto de medidas visando assegurar fundos para o financiamento do desenvolvimento, o Brasil não dispunha de um controle seletivo de importações que favorecesse o setor industrial, que há muito tempo defendia tal controle seletivo, o que denota certa inconsistência no programa de desenvolvimento de Vargas. Entretanto, com a crescente dificuldade de importar devido à falta de praça marítima e as prioridades dos EUA, a partir do segundo semestre de 1942, quando da criação da Comissão de Mobilização Econômica, que ficou responsável pelo controle de importações, pouco a pouco, foi se delineando um controle mais estrito das importações que favorecia as importações de máquinas, equipamentos, combustíveis e matérias-primas. A política de importação e o controle de importações passaram a ser competência do Serviço de Licenciamento de Despachos de Produtos Importados, do Setor de Preços e do Setor de Produção Industrial (Órgãos da Coordenação da Mobilização Econômica), que atuavam em conjunto com a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Depois substituída pela Carteira de Exportação e Importação), e com a Embaixada norte-americana no Brasil. A partir desse momento estabeleceu-se uma lista de prioridades que favorecia as importações destinadas a fomentar o desenvolvimento do país (CORSI, 2000). Em decorrência dessas medidas, entre 1942 e 1945, observa-se um incremento das importações de bens de capital e matérias-primas para a indústria e uma redução das importações de bens de consumo (MALAN, 1977, p. 138, 140 e 359).

Este processo culminou com a promulgação, em 1945, da Instrução Interministerial número 7, que estabelecia severas restrições às importações de produtos considerados supérfluos e priorizava os considerados essenciais. Também foi instituída a Comissão de Estudos de Importações, que ficaria responsável pela classificação dos produtos a partir da qual seria realizada o licenciamento das importações. Ou seja, as evidências apresentadas indicam uma crescente preocupação em utilizar as reservas para financiar o avanço da industrialização. Esta política também indicava um posicionamento nacionalista mais forte por parte de Vargas ao final do Estado Novo. Essas medidas e a chamada "Lei Malaia"¹⁵, que abria a possibilidade de um maior controle sobre o capital estrangeiro, foram muito mal recebidas pelos EUA, que nelas viram

um exacerbado protecionismo, que conflitava com a política norte-americana de reorganizar a economia mundial no pós-guerra com base na livre circulação de mercadorias e capitais.

Todavia, a partir do alinhamento aos EUA, Vargas buscou encaminhar um desenvolvimento mais integrado ao capital estrangeiro, mas isto na sua visão não comprometeria a soberania nacional. Vargas esperava que se estabelecesse um considerável fluxo de capitais norte-americanos para o Brasil, capaz de contribuir substancialmente para o seu desenvolvimento. Ele tinha uma interpretação peculiar da aliança com os EUA. O governo Vargas procurava colocar-se como “aliado especial dos EUA” (MOURA, 1980). A contrapartida do alinhamento brasileiro a causa aliada, como já foi assinalado, seria o fornecimento de créditos, de bens de capital e de armamento e o apoio à pretensão do governo Vargas de firmar o Brasil como potência regional na América do Sul por parte dos norte-americanos. A organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a frustrada tentativa de obter um acento permanente no Conselho de Segurança quando da criação da ONU foram expressões importantes dessa política. No entanto, a posição do governo dos EUA quanto ao papel que o Brasil deveria ocupar no cenário internacional não correspondia às expectativas de Getúlio. O governo Roosevelt considerava o Brasil um país subordinado, embora procurasse acalentar as expectativas do governo Vargas tanto em relação ao papel que teria na nova ordem internacional quanto aos fluxos de capitais que deveriam entrar no Brasil no pós-guerra.¹⁶

¹⁵ A Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional, decretada em 22 de junho de 1945, estabelecia normas para impedir a formação de cartéis e trustes e a manipulação dos preços. Determinava também a constituição da Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), com amplos poderes para intervir em empresas envolvidas em atos contrários a economia nacional. Poderia intervir em setores considerados estratégico, podendo até desapropriar empresas sem indenização em dinheiro. Este ponto preocupou bastante o capital estrangeiro (CORSI, 2000).

¹⁶ Especulava-se à época que esses fluxos poderiam ser da ordem de 500 milhões de dólares no pós-guerra (CORSI, 2000, p. 243).

¹⁷ Foi neste contexto que tomou corpo o projeto trabalhista de Vargas, calcado no mito da doação da legislação social, que era acalentado desde os anos 1930, fundamental para a sua sobrevivência política ao ocaso do Estado Novo (GOMES, 1988; FERREIRA, 2003)

O aprofundamento da postura nacionalista a partir de 1943, a intensificação da política trabalhista, a “Lei Malaia” e o desencadeamento do movimento “Queremista” indicam uma mudança na linha política de Vargas, vinculada a necessidade dele recompor sua base de sustentação política no contexto de crise do Estado Novo, no qual rapidamente perdeu o apoio das classes dominantes¹⁷. A chamada questão democrática, que ganhou cada vez mais importância com a iminente derrota das potências do eixo, o problema da crescente inflação e principalmente a tentativa de Vargas mobilizar os trabalhadores desestabilizaram a instável coligação desenvolvimentista que o sustentava e reunificaram momentaneamente as classes dominantes em torno da bandeira da redemocratização do Brasil. As mudanças no posicionamento político de Vargas não alteraram, contudo, a linha mestra de sua política externa, calcada na aliança estratégica com os EUA, apesar das crescentes pressões do governo Roosevelt pelo fim da ditadura.

3 Considerações finais

O programa de Vargas, apesar de voltado para o mercado interno, para a industrialização e para o fortalecimento do capital nacional, não se opunha à participação do capital estrangeiro na economia, até mesmo nos projetos considerados estratégicos para o país. Defendia sua ampla participação, desde que esta se subordinasse aos interesses nacionais e contribuísse para o desenvolvimento do país. O projeto de Vargas oscilou entre um desenvolvimento autônomo e um desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro. A sua estratégia industrializante parecia fatível à época do ponto e vista do amplo arco de forças que se aglutinou em torno da expansão do mercado interno no contexto internacional da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, no qual a economia mundial encontrava-se relativamente desarticulada e as exportações não pareciam mais ser capazes de sustentar o desenvolvimento brasileiro.

4 Bibliografia

ABREU, Marcelo de P. O Brasil e a economia mundial (1930-1945). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. O “milagre alemão” e o desenvolvimento do Brasil (1949-2001). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: UNESP, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. Dez anos de atividade. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

CORSI, Francisco L. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____. Política econômica e projeto de desenvolvimento: uma análise comparativa do Brasil e da Argentina (1930-1945). Campinas: IE-UNICAMP, Relatório de Pesquisa, 2012 (mimeografado).

FERREIRA, Jorge L. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge L.; DELGADO, L. N. (orgs.). O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIORI, José. L. Em busca do dissenso perdido. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1982.

GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

GOMES, Ângela C. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice, 1988.

HOBSBAWM, Eric. J. A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LOCHERY, Neill. Brasil: os frutos da guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MALAN, Pedro. et.al. Política econômica externa e industrialização no Brasil: 1939-1952. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935-1942). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, L. A. N. (orgs.). O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SZMERECSÁNYI, Tamás e COUTINHO, Mauricio C. As finanças públicas no Estado Novo. Campinas, 1987. (Mimeografado)

VIANNA, Sérgio B. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo P. (org.). A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

WIRTH, John. A política de desenvolvimento na era Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

O CASO COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL: UMA "COMPANY-TOWN" NOS TRÓPICOS E A CRIAÇÃO DE UM "NOVO HOMEM"

Hélio de Lena Júnior¹

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo investigar, no contexto da participação, do Brasil, na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), as íntimas relações entre as forças produtivas materiais, as relações entre a política externa e interna, bem como o processo de industrialização brasileira. Para tanto, optou-se por um recorte que contemplasse a modernização conservadora como elemento explicativo do nosso processo de crescimento econômico. Para consubstanciar este paradigma utilizou-se o exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional, no caso compreendida como uma "company-town" nos trópicos, bem como a criação de um "novo homem" em chave como esta nova forma econômica.

Palavras-chaves: Companhia Siderúrgica Nacional, company-town, trabalhadores.

Abstract: This paper aims to investigate in the context of participation of Brazil in World War II (1939 - 1945), the close relationship between the material productive forces, relations between foreign and domestic policy, and the process Brazilian industrialization. Therefore, we opted for a cut contemplating the conservative modernization as an explanatory element of our economic growth. To substantiate this paradigm used the example of Companhia Siderúrgica Nacional, if understood as a "company town" in the tropics, as well as the creation of a "new man" Key to this new economic order.

Keywords: Companhia Siderurgica Nacional, company-town workers.

¹ Hélio de Lena Júnior é Doutor em Ciências Sociais com ênfase em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA – UFRRJ, professor dos cursos de Serviço Social e Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA - UFRJ).

1 Introdução

“Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço no nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento e seu Estado autoritário.”

Fernando Henrique Cardoso

O presente ensaio tem por objetivo apresentar a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Para tanto, estabelece-se uma equação político-econômica de três termos; nos quais se apresentam alguns caminhos interpretativos para o processo de industrialização brasileira. A saber, cabe, aqui, apresentar, mesmo que de forma inicial, os supracitados termos, a fim de se compreender, exatamente, o que se chama modernização conservadora.

O primeiro termo, da equação proposta, será circunscrever o moderno processo de industrialização brasileira no quadro das modernizações conservadoras. De forma preliminar apontar-se-ia o caminho clássico, pelo qual a modernização seria o resultado direto das Revoluções Burguesas. Ou seja, as burguesias nacionais cumpririam suas tarefas históricas no processo de transformação social. Por um lado, destituindo as carcomidas monarquias absolutistas e, de outro, superando os corroídos entraves feudais. Nesta chave, a modernização, que foi denominada de conservadora, compreende um processo no qual as classes sociais são débeis, ou seja, incapazes de cumprir suas tarefas, e o Estado assume o protagonismo de ser o agente transformador.

Feita esta digressão preliminar, pode-se avançar para o segundo termo da equação. Ao recuperar a fórmula da modernização conservadora interliga-se, aqui, a consubstanciação de um projeto, dito nacional, de desenvolvimento. Desta perspectiva, depreende-se que a criação de uma “*company-town*” nos trópicos – materializada na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – representando um esforço por um projeto industrializante, que se alinhavam elementos internacionais e nacionais. Mas, antes de tudo, coadunado a um modelo centralizado no poder executivo como centro decisório.

A terceira, e última parte, da supracitada equação, está representada pela concepção de uma forma social muito específica. Compreende-se que a criação de um “*novo homem*” representaria, pela chave anterior, um esforço em adequar à forma econômica uma forma social correspondente. Neste sentido, a construção da CSN corporificou o ideário estadonovista de exaltação ao trabalho do homem brasileiro e sua sujeição. Concomitante, demonstrar-se-ia o “processor civilizador” operado pela organização logico-racional do trabalho na construção do “*novo homem*”, “*pioneiros*”, “*heróis das trincheiras*” dos canteiros de obras, “*soldados-operários*” da pátria, na cidade de Volta Redonda.

2 O tema da modernização conservadora

“Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”.

Karl Marx

Se esta assertiva de Karl Marx, encontrada na “*Contribuição à crítica da economia política*”, for correta, devemos recuperar, nesta chave, a construção brasileira do processo de modernização. Para tanto, usar-se-á, aqui, de certo grau de abstração para compreendermos como este modelo foi estruturado. De acordo como Barrington Moore Jr., ao analisar os processos de modernização, depreendeu que, em certas nações, “o impulso burguês era muito fraco” (Moore Jr., 1975, p. 14), e o supracitado autor vai além: “se chegou a tomar uma forma revolucionária, a revolução foi derrotada” (Moore Jr., 1975, p. 14).

Ao tratar do caso brasileiro, descobriremos uma forma muito específica de desenvolvimento do capitalismo; no nosso caso verificou-se um rompimento como o modelo democrático-burguês. Se este se apresentava como um paradigma de rompimento como duas estruturas fortemente arraigadas: absolutismo e feudalismo; no caso brasileiro, as estruturas eram arcaicas, mas nada que se comparasse ao carcomido sistema europeu.

Deste modo, precisam-se compreender dois movimentos paralelos para a transformação brasileira. O primeiro está representado pelo cenário nacional: a Revolução de 1930. O segundo se relaciona com a conjuntura internacional: a Segunda Guerra Mundial. Não se objetiva, aqui, reconstruir os caminhos da Revolução de 1930, muito menos a ascensão de Getúlio Vargas ao poder; mas sim, compreender as escolhas socioeconômicas de um modelo conservador de desenvolvimento. No que diz respeito à Segunda Guerra Mundial, somente pode-se entender o desenvolvimento industrial se olharmos para a conjuntura internacional de aproximações e distanciamentos com as potências mundiais.

Sem mais delongas, a nascente industrialização brasileira, nos anos 1920, podia ser considerada frágil. Com os eventos de 1929, o crack da bolsa de Nova Iorque, aquilo que era frágil se transformaria em débil. A ausência de uma burguesia organizada nacionalmente, os esforços de modernização passariam para as mãos do Estado. Neste cenário, podemos compreender que a ausência de classes sociais fortes – no caso a burguesia – o Estado brasileiro se responsabilizou pelos avanços industriais. Este modelo de modernização, dita conservadora, mundialmente ficaria conhecida como via prussiana, ou seja, um modelo de modernização francamente influenciado pela Prússia de Otto von Bismarck. Pode-se exemplificar assim: “foi um processo ‘revolucionário-sem revolução’, uma ‘modernização conservadora, ‘pelo alto’, sem a participação dos movimentos populares, em suma, uma ‘revolução passiva’” (BEDÊ, 2010, p 17).

Invoca-se aqui o conceito gramsciano de revolução passiva ao realçarmos o “momento superestrutural desse processo de modernização conservadora, em especial a esfera política, devido a papel decisivo do Estado como mobilizador dos compromissos do bloco de poder” (BEDÊ, 2010, p 17).

Ao olharmos as transformações operadas, no Brasil, naquele momento, verifica-se que as proposições estatais estariam ligadas a setores mais conservadores e arcaicos, da sociedade brasileira, que, dada um conjuntura específica – a República Velha – oligarquias periféricas ficariam alijadas do poder. Neste contexto, podemos compreender a ação modernizadora do Estado, entre 1930 e 1937, numa equação de dois termos: mercado interno e industrialização. Mesmo que a débil burguesia brasileira não participasse ativamente do processo, ela seria beneficiada pelas estruturas sociais criadas pelo Estado varguista.

Então, o processo industrial, desenvolvido no Brasil, protagonizado pelo Estado pode ser entendido não como um fato novo, movimentos em prol de uma industrialização nacional teria surgido nos anos 1920; todavia, somente nos anos 1930, este projeto ganharia contornos mais definidos. Neste sentido, um pacto industrialista iria ser firmado para a construção do mesmo. Sabe-se que a industrialização brasileira remonta a tempos pré-1930, entretanto, somente pode-se compreender a extensão da industrialização pós-1930, mediante ao exame das condições objetivas. A centralidade do poder executivo, o autoritarismo do poder decisório, o planejamento como instrumento de desenvolvimento, a adoção de uma legislação trabalhista, o nacionalismo como mola propulsora e a intervenção do Estado na economia. Estes alguns dos elementos que alimentariam a modernização brasileira.

Da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a construção da Usina Presidente Vargas (UPV) seriam resultados de um profundo planejamento que remontaria o ano de 1930,

“estudos, negociações e pressões por determinados projetos de empresa, disputas regionais pela localização da usina siderúrgica, divergências quanto à participação do capital estrangeiro e do capital privado nacional no controle acionário da futura empresa siderúrgica” (BEDÊ, 2010, p. 20).

Dez anos depois, desta primeira investida estatal, em 1940, uma comissão executiva, nomeada por Vargas, assumiria a responsabilidade de incrementar uma indústria capaz de produzir 300.000 mil toneladas de aço.

Estes eventos, somente podem ser compreendidos pela encruzilhada que a nação se encontrava. De um lado, a Segunda Guerra Mundial já tinha se iniciado; por outro a necessidade de incrementar o mercado interno. Podemos compreender as vacilantes proposições da política externa varguista. Vacilante entre os Estados Unidos da América e a Alemanha, por meio de uma série de missões, brasileira e estadunidense, a aproximação dos EUA ficariam mais próximas. Diante dos imbrólios econômicos e financeiros, iniciais, optar-se-ia pelo capital estatal brasileiro na ausência de financiamento e garantias internacionais. Não podemos esquecer que a concessão de um empréstimo, de 20 milhões de dólares, realizado pelo Eximbank, subordinaria o Brasil ao poderio estadunidense.

Entre idas e vindas, o modelo brasileiro de modernização seria marcado pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Diante disto, cabe, aqui, compreender, mesmo que superficialmente, o modelo de indústria e de cidade que se criaria no estado do Rio de Janeiro.

3 Uma “company-town” nos trópicos

“O trabalho é civilizador”.

Deodato de Moraes

O ano é 1941, “a cidade de Volta Redonda será transformada em um imenso canteiro de obras” (LOPES, 2005, p. 85). A ideia do planejamento e o mito da cidade disciplinar começariam a sair do papel. A topografia do terreno é modificada, modificações estas que seriam traduzidas em “linhas e pontos do desenho do projeto em alinhamentos, ruas e marcos sobre o terreno” (LOPES, 2005, p. 85). Entre pés de laranjas e cabeças de gado, apareceria uma arquitetura emergencial, passageira, “com barracas de acampamentos posicionadas em localizações-chave, de acordo com as etapas previstas na obra” (LOPES, 2005, p. 85).

Havia um clima de urgência, residências se multiplicavam, hotéis alugados nas proximidades, importação de *kits* de madeira para os acampamentos que seriam montados no local. Hospitais, refeitórios, escolas, transporte coletivo; elementos centrais para a cidade disciplinar.

A dicotomia entre o velho e o novo começaria a aparecer na cidade disciplinar, que se formaria, o paradigma siderúrgico exigia a eliminação de tudo que era arcaico se fazia presente; entretanto, elementos centrais deveriam ser mantidos como vigas mestras. Certo utilitarismo foi adotado em prol da modernização proposta. Dois bons exemplos podem ser extraídos como elementos desta arregimentação modernizadora; de um lado, a demolição da estação ferroviária, instalada em 1971, representaria este modelo; de outro, caminhos e construções, das mais variadas origens, foram sendo demolidas para a chegada da modernidade.

Diante destas profundas transformações seria necessário fincar raízes, mais profundas, para receber a modernização. Era necessário produzir de alimentos, se fazia urgente o transporte de materiais, mesmo que fossem feitos em carroças puxadas a burro; a motorização do transporte foi incorporada a esta modernização. A educação técnica foi adotada como forma de habilitar os mais jovens, em detrimento dos mais velhos, que eram considerados pouco aptos à inovação, para as tarefas que a indústria exigiria. Prédios de concretos começariam a coexistir com edificações de pau-a-pique. Era a novidade que se instalaria de forma violenta, ao “mesmo tempo edificante e demolidor, mas seletivo, demarcava a entrada triunfal de uma nova escala de valores no lugar” (LOPES, 2005, p. 87). Sob o signo da industrialização, o rural seria substituído pelo urbano, como, certa feita ironizou Marx,

a burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do idiotismo da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semi-bárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX, ENGELS, 1997, p. 69).

Uma infinidade de metáforas poderia ser aplicada para este processo. De acordo com Morel, podemos extrair algumas expressões, que apareceriam no vocabulário, de ex-operários da CSN: “colmeia”, “formigueira” e “Torre de Babel”. As expressões colhidas são significativas da lógica produtivista que se implantava em Volta Redonda. Uma cidade masculinizada, obras que exigiam trabalhadores braçais, homens casados apareceriam numa etapa posterior da construção. Na cidade, apartações seriam criadas; núcleos para os negros e uma zona de prostituição. O mito da cidade disciplinar apareceria aos poucos, a vida social seria regulada em prol dos esforços industriais.

A cidade disciplinar não seria uma inovação para a tradição urbanista. Tony Garnier, arquiteto e urbanista, faria sua carreira na cidade de Lyon; Considera-se como um dos precursores da arquitetura do século XX. Após extenso estudo de problemas sociológicos e arquitetônicos, em 1901, começaria a formular uma solução para as questões relativas à percepção do desenho urbano. Sua ideia básica incluiria a separação dos espaços de função através de zoneamento em quatro categorias, incluindo: lazer/recreação, indústria, trabalho e transporte.

Garnier, em 1918, publicaria seu principal tratado: “*Une cité industrielle*”. O urbanista projetaria uma cidade que seria, parcialmente, aprovada na cidade de Lyon. “*Cité Industrielle*” seria concebido como uma forma de vida utópica. O plano permitiria escolas para estarem perto das indústrias. A ideia central seria a educação dos indivíduos. Não haveria igrejas ou edifícios judiciais, na esperança que o homem governaria a si mesmo. Este plano foi influenciado pelos escritos de Émile Zola.

Para dispor as construções na cidade buscou-se levar em conta as necessidades materiais e morais do indivíduo, então se criou regulamentos para manter a qualidade de vida humana. Enquanto sobre o centro da cidade, Garnier determinaria, nele, espaços para estabelecimentos públicos, separados em serviços administrativos e salas de assembleias, coleções e estabelecimentos desportivos e de espetáculos. Sendo que as salas de assembleias e os serviços administrativos especificariam a construção de prédios e a necessidade do programa de cada um deles para a realização da política e governo da cidade. E, por último, os estabelecimentos desportivos e de espetáculos determinariam o programa preciso para a realização de esportes e eventos na cidade.

Os estabelecimentos sanitários seriam situados na montanha, ao norte do centro da cidade, dispostos de modo a permitir uma futura ampliação. Foram separados em setores: hospital, helioterapia, doenças contagiosas e inválidos. As divisões da casa deveriam corresponder aos regulamentos e cada habitação deveria dar acesso para a construção localizada atrás, criando um passeio público que permitiria o acesso em qualquer sentido desejado dentro da cidade.

Na cidade de Garnier a administração cuidaria de grande parte da manutenção dos serviços públicos, como dos esgotos, aproveitamento do lixo, fornecimento da força motriz, luz e aquecimento para as fábricas e particulares. A principal fábrica seria a metalúrgica (pois, as minas próximas fornecem matéria-prima). Essa fábrica seria cortada por grandes avenidas arborizadas que passam por diferentes regiões, mesmo sendo a principal ainda existem outros aglomerados industriais. A "*Cité Industrielle*" dentro do conceito de linearidade urbana, abrigaria a 35.000 pessoas, porém separando a área industrial por uma zona verde, sendo que os sistemas de transporte residencial e industrial funcionariam de maneira independente.

De todos os seus antecessores, Tony Garnier apresentaria uma inovação considerável técnica seria a adoção de concreto armado para todos os seus edifícios. Quanto às construções pode-se dizer que usaria o cimento simples para fundações e paredes enquanto o cimento armado para fornos e tetos. A maioria dos edifícios seria de cimento armado, que era pré-moldado. A estrutura das obras era evidente para dar um ar de calma aos ambientes criados.

O projeto urbanístico de Volta Redonda foi concebido por Atílio Corrêa Lima.

A primeira proposta de Corrêa Lima data de 25 de dezembro de 1940. Abrangeria, cerca de, 25 km², entre a cidade de Barra Mansa e o distrito, a época, de Pinheiral. A proposta para a cidade operária previa diversas categorias e tipos de habitação, campo de esportes, playgrounds, escolas, pequeno centro comercial, água e esgoto. Previa também o financiamento das obras e o código de obras e urbanismo. O primeiro anteprojeto (fevereiro de 1941) apresentaria somente a parte central da cidade e dois edifícios (um para a prefeitura e outro para um hotel). No entanto, a conclusão do levantamento topográfico revelou que o projeto seria inadequado ao sítio. O projeto inicialmente atenderia quatro mil empregados, cerca de vinte mil habitantes, mas, foi reduzido a metade.

O zoneamento urbano direcionaria a especialização de área e ordenação dos fluxos.

Os serviços de saúde, hospital e ambulatório foram situados no extremo sul da cidade, no sopé da encosta dos morros. A igreja católica estava situada numa pequena elevação da topografia e a creche junto ao centro comercial. Junto ao playground uma escola mista para mil alunos que tinha o acesso seguro contra o trânsito de veículos. O plano previa ainda um cine-teatro.

Com relação às habitações, Corrêa Lima defenderia, apaixonadamente, os edifícios de habitação coletiva e a casa individual para as classes trabalhadoras. A cidade operária e a usina ocupariam áreas de tamanho semelhante. A implantação da vila operária nessa área seria, também, norteadada pelos ventos dominantes de forma que a fumaça das chaminés seria direcionada para a outra margem do rio. No projeto urbanístico a nomenclatura das ruas seria numérica, assim como no projeto de Goiânia. Este sistema foi também posteriormente adotado em Brasília.

O urbanista Atílio Corrêa Lima escreveria, em abril de 1943, uma carta-denúncia ao Prefeito de Barra Mansa sobre os rumos do processo de urbanização criticando a construção fora do perímetro previsto no plano urbanístico. Em julho, do mesmo ano, reforçaria as denúncias, dirigindo-as, então, a Macedo Soares, secretário de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro, mostrando-se em desacordo com as influências da cultura fundiária do local. Vale lembrar que Volta Redonda só se emanciparia, de Barra Mansa, onze anos depois. Mais precisamente em 17 de julho de 1954. Na vila operária, no segundo semestre de 1943, começariam a serem entregues as habitações definitivas. Em 1944, uma grande maquete do conjunto (vila operária e usina) seria apresentada ao público tornando possível visualizar o conjunto. Atílio Corrêa Lima já não estava vivo.

Deste modo, a cidade ideal abrigaria a empresa ideal, a empresa ideal teria a cidade ideal ao seu dispor. Nesta lógica, a ideia de *company-town* estaria representada por uma única empresa que seria detentora da posse do solo e das técnicas coletivas de produção. Além disso, as formas sociais estariam subsumidas, de forma coesa, a esta relação dual estabelecida dentro da Companhia Siderúrgica Nacional. Deste modo, das empresas estatais implantadas nesse período, a CSN seria a única que construiria uma cidade associada ao universo fabril, numa relação que associaria o elemento urbano ao processo de dominação e controle do espaço.

A futura cidade-operária expressaria a lógica, de produção e reprodução, do capital e dos fundamentos ideológicos do nascente desenvolvimentismo. O projeto da cidade-disciplinar, como veremos mais adiante, favoreceria o paradigma de dominação, possibilitando a gerência da vida do operário fora da empresa e, assim, controlando a quase totalidade de seus movimentos.

Para realização do projeto, da cidade-disciplinar, como citado anteriormente, seria estabelecido um plano geral para a cidade, demarcada a classificação e uso dos espaços e as futuras topologias construtivas. A incumbência original seria projetar uma "cidade moderna"; para tanto, o projeto urbanístico, relacionado diretamente com a arquitetura, comporia, imagetivamente, a ideia de um progresso a ser disseminada no país. Para atender "racionalmente" a este projeto, seriam adotadas, como ideias centrais de seu projeto, a parcimônia nas construções, na organização das ruas e a utilização de amplos espaços livres "comunitários". A topografia local seria respeitada, ao se ocupar o terreno relativamente plano do local.

A cidade-disciplinar seria construída de forma linear, com plano simples e equilibrada. Suas principais funções seriam bem articuladas. Três áreas seriam definidas: primeiro, numa zona central, seria ocupada pelo centro comercial em paralelo à Usina Presidente Vargas. Aqui, ainda, seria instalado um complexo para a infraestrutura, como, como exemplo: creche, hospital, ambulatório, escola, cinema, clube, restaurante para trabalhadores, hotel para empregados solteiros, e para os viajantes, o Hotel Bela Vista. Praças e serviços públicos. Segundo, no entorno deste centro comercial, de um lado, a usina; e, de outro, a "Vila Santa Cecília", uma região residencial destinada aos trabalhadores especializados. Em terceiro, ao longo da usina, outra região seria construída, o "Conforto", bairro para os trabalhadores não especializados e, defronte, num plano mais elevado, o bairro dos engenheiros. A supracitada disposição permitia que os três bairros residenciais tivessem acesso rápido e direto ao centro nervoso da cidade disciplinar.

Em Volta Redonda cada segmento social teria seu espaço próprio de existência. Dominantes e dominados, teriam claras distinções na territorialização proposta. A estrutura operacional seria reproduzida, de acordo, com as determinações da topografia. De forma espelhada, o espaço urbano estaria intimamente ligado à hierarquia da CSN;

ordenando, cada um, em seu local: as casas nobres dos diretores, nas colinas mais altas; logo abaixo, engenheiros e gerentes, próximo da usina, supervisores, técnicos e pessoal de escritório, e, mais adiante, os bairros operários.

A associação da organização industrial ao espaço urbano formaria a subsunção da cidade à atividade produtiva, em busca da racionalidade, em consonância com os novos tempos, haveria a construção do “novo homem”, um trabalhador, com status de cidadão, produtivo economicamente, mas “dócil” e “submisso”. Esta, que poderíamos chamar, “outra face do planejamento.

4 A criação de um “novo homem”

“Toda moderna concepção econômica, política e social deverá ter por base a ideia fato: o trabalho”.

Severino Sombra

Organizada a forma econômica, era necessário criar, no plano social sua verossimilhança. Não há dúvida que a criação da Companhia Siderúrgica Nacional representou, de modo indelével, a organização de um novo tipo societário, mais do que isso, pelo menos a criação de um novo paradigma para o mundo do trabalho. Para tanto, coadunado com as recentes transformações no mundo da econômica, era necessário criar um tipo novo de trabalhador. Todavia, esta construção não seria em vão, havia uma arregimentação, desde 1930, em prol de uma mudança das bases sociais do Estado brasileiro. Um processo que se pretendia moderno e industrial, deveria substituir o modelo agrário e rural, pode uma forma que fosse

Nesta etapa, pretende-se aliar dois movimentos singulares para as profundas transformações operadas, na sociedade brasileira, a partir de 1930. Os dois movimentos aludidos estão assim representados. Primeiro, em um plano mais geral, capitaneados pelo Estado brasileiro, pelo arranjo de um conjunto de direitos sociais. Segundo, em um plano mais específico, a materialização deste arranjo nos espaços da CSN.

Em relação ao primeiro plano, as movimentações começaram logo com a posse do governo, dito, revolucionário; a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio representava no plano dos direitos sociais um avanço considerável. Por outro lado, a concretização, em 1943, de uma legislação trabalhista e previdenciária materializada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) representariam o segundo marco. A característica fundamental, desta conjuntura, seria a dualidade no trato com os direitos. Se direitos civis e políticos foram sendo suprimidos ou esvaziados, com os direitos sociais a lógica seria inversa. Podemos constatar isto pelas palavras de José Murilo de Carvalho, “o período de 1930 e 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência de direitos civis” (CARVALHO, 2014, p. 114).

Sintomaticamente, Carvalho acena para um vício de origem e o fato das discrepâncias em relação aos três níveis de direitos (civis, políticos e sociais). Entretanto, considera-se que não há vício de origem, muito menos discrepâncias, no que diz respeito a estes níveis de direitos. Compreende-se que, com a montagem de um Estado autoritário, as questões concernentes aos direitos seriam estratificadas ou supervalorizadas, de acordo com as vontades políticas dos dirigentes.

Historicamente, pode-se constatar que, na República Velha, “a ortodoxia liberal não admitia a ação do Estado na área trabalhista e limitava na área social” (CARVALHO, 2014, p. 114). Nesta ambiência conservadora surgiu um grupo que destoaria desta ortodoxia, ao tratar a questão social como caso de polícia. Os positivistas brasileiros, fiéis as ideias de August Comte, sinalizavam que, no que diz respeito à questão social que, por intermédio de sistemas protetivos aos trabalhadores e os seus, estes trabalhadores seriam incorporados à sociedade. O elemento central desta teorização seria a lógica da colaboração entre as classes. Em prol do crescimento da sociedade, deveria haver respeito aos padrões e os mesmos deveriam tratar bem os trabalhadores.

Esta lógica positivista já estava disseminada desde os primórdios da República. Todavia, parece ser no Rio Grande do Sul, onde o positivismo fincou suas raízes mais profundas. Destacam-se, aqui, dois bons exemplos desta influência: a) na incorporação de

temas positivistas na constituição republicana gaúcha, b) a escolha do gaúcho, de São Leopoldo, Lindolfo Collor, para ser o primeiro ministro do Trabalho. A questão social passava a ser um centro nervoso do governo recém-empossado em 1930.

Deste modo, pode-se elencar aqui, cronologicamente, o constructo do edifício trabalhista no Brasil. 1931, criado o Departamento Nacional do Trabalho. 1932, estabelecida a jornada de oito horas de trabalho (na indústria e comércio), regulamentado o trabalho das mulheres (com restrições para o trabalho noturno), estabelecimento da paridade salarial para homens e mulheres; a proibição do trabalho infantil; a criação da carteira de trabalho (instrumento legal como prova nas pendências judiciais), No período compreendido entre 1933 e 1934 houve a regulamentação do direito a férias a uma serie de categorias profissionais. Além disso, a Constituição de 1934 sagrou a mediação do governo federal para regulamentar as relações de trabalho, reafirmando uma série de princípios estabelecidos anteriormente. Em 1940, o salário mínimo foi adotado. Em 1941, entra em funcionamento a Justiça do Trabalho. Em 1943, promulga-se a Consolidação das Leis do Trabalho.

Não se pode negar que, os anos compreendidos entre 1930 e 1945 seriam os tempos dos direitos sociais. Neste período seriam implantados a arcabouço da famigerada legislação trabalhista da Era Vargas.

Na singular lógica brasileira, acerca dos direitos, haveria uma inversão piramidal. Se classicamente, conforme apontado por T. H. Marshall, a base desta pirâmide seriam dos direitos civis, em larga medida, herdados dos direitos naturais e incorporados à letra da lei, como forma de expressar a consolidação burguesa no poder. A saber, elenca-se como direitos civis, a propriedade, a vida e a liberdade. Na mesma chave clássica, o segundo pavimento de direitos estaria representado pelos direitos políticos, a capacidade cidadã de votar e ser votado. No topo desta pirâmide, aquilo que Marshall denominaria de "riqueza da nação", aquilo que, melhor, a nação seria capaz de produzir: educação e saúde. Para a singular perspectiva brasileira, Carvalho apontaria com muita propriedade, a peculiar inversão desta pirâmide; partimos dos direitos sociais em direção aos tardios direitos civis.

De acordo com esta lógica, construir um conjunto de direitos sociais seria necessário um tipo específico de trabalhador. Neste sentido, as prerrogativas dos direitos sociais estariam estendidas ao trabalhador assalariado, urbano e sindicalizado.

Em Volta Redonda, sintomaticamente, e não trataremos, aqui, da estrutura sindical, este novo tipo de trabalhador, citado anteriormente, teria seu espaço assegurado. De acordo com Morel (1989), dois movimentos seriam feitos; de um lado, proletarizar setores oriundos do meio rural; e de outro, aproximar uma força-de-trabalho especializada para os setores vitais para a industrialização. Essa arregimentação coletiva se daria em dois movimentos complementares, uma política de contratação para abastecer o quadro de funcionários e uma política de segurança nacional transformando os funcionários em "voluntários da pátria".

Centrada na lógica do trabalho, havia um caráter civilizatório nesta empreitada. Para os teóricos da modernização, intelectuais orgânicos do paradigma siderúrgico, haveria a necessidade de criar um "novo homem", coadunados com os esforços de guerra e com a implantação da vasta legislação trabalhista. O ponto fundamental desta política modernizadora, centrada na ideia do trabalho, seria o combate à miséria e na dignidade dos trabalhadores. Para a dignidade, aplicam-se os elementos do direito do trabalho. Para o combate à miséria, restaria o trabalho como elemento de valorização do ser humano e este associado aos esforços de guerra. Esta concepção ideológica se situaria na exaltação do trabalho e a subordinação do trabalhador. E Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional representariam a arena onde este novo homem seria construído.

Uma lógica muito peculiar seria construída, em Volta Redonda, para imagetivamente criar este novo paradigma de trabalhador "submisso" e "dócil". Seriam as imagens reais a serem criadas; todavia, por meio de subterfúgios linguísticos apareceriam termos como: "pioneiros", "heróis das trincheiras" dos canteiros de obra, "soldados-operários" da pátria" (BEDÊ, 2010, p. 55).

Esta imagem não viria dissociada de outros elementos constitutivos. Se a inclusão, no mercado de trabalho, seria garantida pelo avançar das obras da CSN; outros elementos, tais como, "carteira profissional, salário mensal, moradia, refeição, assistência

médica, proteção e possibilidade de melhorar a vida pessoal e de sua família” (BEDÊ, 2010, p. 56) seriam estratégias concretas para a fixação deste trabalhador. Entretanto, este mundo do trabalho não viria sem as máculas trazidas pela relação capital-trabalho; se por um lado exaltava-se o trabalhador, por outro, a realidade seria imposta: “proibição do abandono do emprego (sob o risco de acusação, no contexto da Segunda Guerra, como deserção); a extensão da jornada de trabalho de oito para 10 horas; suspensão de férias” (BEDÊ, 2010, p. 56).

Na cidade disciplinar, a lógica se estenderia a usina. Seria imposto um código disciplinar para o trabalho. Hierarquias fordistas seriam implantadas, “diretores, chefia, supervisores, encarregados, operários e serventes” (BEDÊ, 2010, p. 56) faziam parte do cotidiano operário. Uma série de outras imposições coercitivas seria implantada neste ambiente, “Departamento de Serviços Gerais” e “agentes de saúde” complementariam a lógica coercitiva, a vida operária seria regulada de todas as formas visando atender os anseios da industrialização.

Assim estaria posta a organização do trabalho, uma nova pedagogia a ser fixada no trabalhador naqueles novos tempos. Criar um novo mundo, disciplinar este mundo, produzir e reproduzir a lógica do capital, estes seriam lemas a serem cumpridos pelo Estado e pelos trabalhadores.

5 Considerações finais

A guisa de uma conclusão, nosso objetivo neste ensaio foi de recuperar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, caracterizada como uma “*company-town*” tropical, bem como a criação de um “novo homem”.

Para tanto, como anunciado na introdução, objetivamos reconstruir, mesmo que superficialmente, a natureza da modernização brasileira e demonstrar como o projeto siderúrgico foi montado. Diante de um quadro histórico, a princípio totalmente adverso, a nação brasileira, ou melhor, o Estado brasileiro optaria por uma industrialização de perfil estatal em virtude da debilidade da burguesia brasileira. As aproximações realizadas com os Estados Unidos se enquadrariam num contexto de guerra e de uma crônica dependência econômica.

A criação da "*company-town*" representaria a chegada, do Brasil, a modernidade. Mesmo que fosse marcada pelo conservadorismo e por um mito da disciplinaridade; seria construído, em Volta Redonda, um arcabouço propício ao desenvolvimento do capitalismo e das relações decorrentes dela.

O último estágio estaria representado pela criação no "homem novo", um tipo sociológico muito peculiar. Criado na estufa de uma legislação trabalhista, extremamente autoritária, as relações entre capital e trabalho passariam ser regidas por ordens muito específicas. Além disso, não podemos esquecer que a própria organização da nova cidade que abrigaria a nascente indústria determinaria um complexo conjunto de relações sociais autoritárias e excludentes. Hierarquias e apartações, controle e repressão, exploração e idealizações, foram utilizadas como elemento de propaganda para uma nação que se propunha se desenvolver industrialmente a qualquer custo.

A escolha da epígrafe, que abriu este trabalho, carrega consigo um tom de ironia. Pronunciada, no Senado Federal, no último discurso do, então, Senador Fernando Henrique Cardoso; a proposição inicial, do Estado Social-Liberal que se assenhorava do poder, era destruir os resíduos, ainda existentes da Era Vargas. Fundamentado no discurso do Estado Mínimo, que, de fato, nunca foi mínimo; pois, o mesmo, e seus sucessores, ampliaram o seu tamanho, através da incorporação de setores sociais que estavam na miséria, demonstra o equívoco de um projeto de desenvolvimento sem desenvolvimento. Se este projeto de nação existiu, em 1930, hoje ele é apenas uma lembrança.

Referências Bibliográficas

BEDÊ, Edgard. Formação da classe operário em Volta Redonda. Volta Redonda: Nova Gráfica e Editora, 2010.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 2)

DEMIER, Felipe. O longo bonarpartismo brasileiro (1930 - 1964): Um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

EISENDTADT, S. N. Revolução e a Transformação das sociedades: Um estudo comparativo de civilizações. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GERMANI, Gino. Sociologia da modernização: Estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GERMANI, Gino. Desenvolvimento econômico, urbanização e estratificação social. In: FRANK, Andrew Gunder; PEREIRA, Luiz; GERMANI, Gino. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930 - 1945): A política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 2)

MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOORE JR. Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia, São Paulo: Martins Fontes, 1983. Rostow, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 2)

PENNA, Lincoln de Abreu. República brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TRONCA, Ítalo. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1986.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: americanismo e iberismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

A HERANÇA FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO SEGUNDO MILITARES DOS EUA (1942-1945)

Dennison de Oliveira¹

Resumo: Este artigo examina a forma pela qual as autoridades militares estadunidenses descreviam e interpretavam o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) no Exército Brasileiro à época da Segunda Guerra Mundial. Os militares estadunidenses buscavam, com suas ações, atingir o objetivo maior da política externa militar dos EUA no sentido de *americanizar* o Exército Brasileiro, isto é, fazer com que suas doutrinas, métodos, táticas e as correspondentes armas, veículos e equipamentos fossem adotados pelos brasileiros.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial; Missão Militar Francesa; americanização do Exército Brasileiro

Abstract: This article examines the way in which the US military authorities described and interpreted the legacy of the French Military Mission (1920-1940) in the Brazilian Army at the time of the Second World War. The US military sought, through their actions, to achieve the ultimate goal of US military foreign policy to Americanize the Brazilian Army, that is, to make its doctrines, methods, tactics and the corresponding weapons, vehicles and equipment were adopted by Brazilians.

Key words: Second World War; French Military Mission; Americanization of the Brazilian Army

¹ Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pós-doutor em Estudos Estratégicos pelo INEST/UFF, pesquisa realizada sob a orientação do Prof. Dr. Vágner Camilo Alves e financiada por bolsa pos doc sênior concedida pela FAPERJ. E-mail: kursk@matrix.com.br

1 O projeto de *americanização* do Exército Brasileiro e o legado da Missão Militar Francesa no Brasil

Este artigo explora algumas descobertas paralelas a uma pesquisa recentemente realizada sobre as relações militares internacionais mantidas entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) durante a Segunda Guerra Mundial. Nesta pesquisa foi tomado como objeto de estudo as comissões militares conjuntas mantidas por ambos países durante aquele conflito. Para planejar e executar as extensas e complexas operações militares abrangidas pelo texto do acordo firmado por Brasil e EUA em 23.05.1942, o qual formalizou a aliança entre os dois países, foram criadas duas comissões conjuntas: a Joint Brazil United States Defense Commission – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos) com sede em Washington, EUA; e a Joint Brazil United States Military Commission – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos) com sede no Rio de Janeiro (RJ). Essas entidades eram compostas por militares brasileiros e estadunidenses e serão referidas daqui em diante por suas siglas originais em inglês ou sua cidade-sede: a comissão em Washington e a comissão no Rio de Janeiro. Na citação dos textos se conservou a terminologia da época na qual os estadunidenses eram referidos e se referiam a si mesmos como “americanos”. (OLIVEIRA, 2015, 39)

Ao fim da pesquisa foi possível estabelecer que, em ordem de importância, foram as seguintes as principais ações desenvolvidas pelos membros estadunidenses da comissão no Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial, sempre em frequente contato com seus equivalentes na comissão em Washington: 1) agir como principal agência executora do programa do *Lend Lease* para o Brasil, tanto para compras civis quanto militares, 2) planejar e executar um amplo processo de criação de novas organizações militares brasileiras, incluindo escolas, oficinas, unidades combatentes e de serviços, 3) pressionar pela adoção por parte do Exército Brasileiro de normas, munições, armas e sistemas de armas exclusivamente de origem estadunidense, 4) organizar a disseminação das doutrinas estadunidenses no Exército Brasileiro por meio da seleção e envio de militares para estudar em academias e centros de treinamento nos EUA, 5) executar políticas não escritas, não só para vedar o

acesso brasileiro a tecnologias militares sensíveis, como também para desovar estoques de armas obsoletas, 6) treinar e assessorar a Força Expedicionária Brasileira no Brasil e na Itália, 7) planejar e executar em conjunto com a Embaixada estadunidense no Rio de Janeiro o domínio do mercado da aeronáutica civil brasileira por parte da indústria dos EUA, 8) tentar se opor à desmobilização da FEB, 9) gerenciar o tratamento e evacuação dos feridos de guerra brasileiros internados em hospitais dos EUA, 10) ajudar a organizar para o Exército Brasileiro o “projeto sul” de 1944. (OLIVEIRA, 2015; 111)

No esforço de dar conta destas tarefas, os militares estadunidenses da JBUSMC e seus colegas que também trabalhavam no Brasil, como o Adido Militar à Embaixada dos EUA, bem como com os oficiais de ligação destes, mantendo extenso contato com suas contrapartes brasileiras, bem como moraram, visitaram, trabalharam e ensinaram em instalações militares nacionais. Isso lhes deu uma visão privilegiada e geralmente precisa das características culturais e institucionais das forças armadas brasileiras, bem como das suas carências materiais e institucionais. Essa experiência foi usada pelos militares da JBUSMC para elaborar extensos relatórios, censos e diagnósticos da realidade militar brasileira e das formas para sanar seus muitos problemas – sempre de acordo com a política militar adotada pelos EUA em relação ao Brasil, no sentido de *americanizar* o Exército Brasileiro. Como resultado, esses militares estadunidenses foram responsáveis por planejar e executar um amplo processo de criação de inteiramente novas organizações militares brasileiras, incluindo escolas, oficinas, unidades combatentes e de serviços. (OLIVEIRA, 2015; 112)

Interessa examinar neste artigo um aspecto ainda não desenvolvido nas fontes legadas pela pesquisa, qual seja, a forma pela qual as diferentes autoridades militares estadunidenses descreviam e interpretavam o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) no Exército Brasileiro à época da Segunda Guerra Mundial. Os militares dos EUA então em serviço naquelas comissões buscavam, com suas ações, atingir o objetivo maior da política externa militar dos EUA no sentido de *americanizar* o Exército Brasileiro, isto é, fazer com que suas doutrinas, métodos, táticas e as correspondentes armas, veículos e equipamentos fossem adotados pelos brasileiros. Buscavam, desta forma, tanto fazer do Brasil um

país alinhado às suas preocupações e objetivos estratégicos, quanto tornar o país um mercado cativo do material bélico de origem estadunidense, excluindo da região a concorrência europeia.

Desta forma, os militares dos EUA que estudaram e descreveram as organizações militares brasileiras, podem ser considerados observadores privilegiados – ainda que comprometidos – das características culturais e institucionais que estas assumiam à época da Segunda Guerra Mundial. Para se lograr examinar a documentação legada por eles será feito, primeiro, um breve balanço das principais contribuições acadêmicas sobre o tema para, em seguida, serem comentadas e interpretadas algumas fontes que produziram sobre o assunto.

2 A Missão Militar Francesa na Historiografia: algumas constatações

A Missão Militar Francesa no Brasil durou duas décadas, exerceu enorme influência institucional, organizacional e política sobre o Exército legando, conseqüentemente, uma enorme literatura, tanto de testemunhos de época quanto acadêmica, cobrindo suas iniciativas e respectivas conseqüências. Dados os limites deste texto serão examinadas aqui apenas algumas das mais recentes referências sobre o assunto, num esforço de apontar as principais contribuições merecedoras de crédito e assinalar as descobertas e achados mais importantes destas pesquisas. Desta forma será possível contextualizar e interpretar os diferentes documentos produzidos por militares dos EUA sobre o legado da MMF no Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, desenvolvida na seção seguinte deste texto.

Um balanço dos consensos a respeito da MMF no Brasil pode ser encontrado em várias obras recentes. Neste autor se percebe, por exemplo, tanto o impacto militar quando político legado pela missão, além das razões de seu declínio:

A MMF chegou ao Brasil num momento de grave crise da identidade militar, na qual a Revolução de 1930 foi um divisor de águas. Se antes de 1930

acreditava-se que a experiência da Grande Guerra representava o que de melhor a técnica francesa tinha a oferecer, após a revolução os oficiais estavam convencidos de que os ensinamentos da Guerra eram obsoletos. Já em 1925, quando Klinger combatia a Coluna Miguel Costa-Prestes, ele estava consciente de que a guerra de trincheiras não servia para o contexto nacional. Assim, lamentava que a guerra de movimento não fosse ensinada na Escola de Estado-Maior. Os resultados mais visíveis da Missão Militar Francesa no Brasil traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição. Começava a delinear-se a doutrina do Exército brasileiro. Com a chegada dos primeiros elementos da Missão refunda-se o ensino militar de aperfeiçoamento. A doutrina francesa foi adaptada ao contexto brasileiro, por doutrinários do Exército, que, conscientes de terem uma mensagem para transmitir à jovem oficialidade, adaptavam os escritos franceses à realidade nacional. Os esforços franceses contribuíram para a construção da imagem de um Exército unido, aumentando de certa forma o interesse pela política e pelas mudanças nas estruturas do país. A influência francesa se sentiu de diferentes maneiras, mas os ensinamentos foram adaptados à situação do Exército brasileiro, e muitos dos oficiais que obtiveram excelentes resultados nos cursos de Estado-Maior tiveram também uma importante atuação política. A MMF contribuiu para forjar o mito original do Exército, erguendo-o junto à Nação e conferindo-lhe uma missão e objetivos políticos. (ARAUJO, 2009, 79-80)

O General Bertoldo Klinger aqui citado foi um dos integrantes do grupo de oficiais conhecidos como os “Jovens Turcos”, composto por militares enviados pelo Brasil à Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial. Após retornarem ao Brasil fundaram a Revista *A Defesa Nacional* para divulgarem suas experiências e propostas desenvolvidas a partir da vivência em unidades e academias militares alemãs. Seu propósito modernizador visava superar o arcaísmo e ineficácia da doutrina positivista até então vigente no Exército, tanto no sentido da profissionalização da força quanto no que se refere a adoção de métodos de guerra mais condizentes com a modernidade (RODRIGUES, 2011). A identificação de alguns membros deste grupo com a traição militar alemã fez de alguns poucos deles críticos da MMF e o caso de Klinger certamente se encaixa neste perfil. Contudo, suas críticas tem feito por merecer crédito desde então.

Uma das acusações recorrentes contra a MMF era de que sua ação teria resultado na imposição de uma doutrina militar pautada na ênfase na guerra defensiva, uma característica saliente da estratégia então adotada na França, cuja expressão máxima certamente foi a demorada e onerosa construção da Linha Maginot. É a isso que Klinger se referia ao mencionar que a guerra de movimento não era ensinada na Escola de Estado-Maior (EEM), com certeza o estabelecimento de ensino militar mais fortemente influenciado pelos franceses. Outros autores recusam que tenha havido tal ênfase em uma postura puramente defensiva, insistindo que esta seria apenas uma fase das ações preconizadas pela doutrina a qual, na verdade, enfatizava mesmo era a contra-ofensiva. (CORREIA NETO, 2006; 37).

O que se pode constatar é que a influência da MMF se exerceu de forma descontínua e localizada no Exército Brasileiro. Houve descontinuidade porque ao ensino e treinamento dos métodos e táticas francesas não correspondeu, necessariamente, o emprego para fins de instrução das armas, equipamentos e veículos que lhes correspondiam. É um fato estabelecido que, embora o governo francês almejasse usar da MMF para vender material bélico ao Brasil, seu fracasso nessa tarefa foi quase total. Foram generalizadas as críticas à venda de material usado, desgastado, por parte dos franceses ao Exército Brasileiro. Como resultado o Brasil acabou se voltando para outros países como a Alemanha, Dinamarca e Estados Unidos para comprar material bélico durante a vigência da MMF (MIALHE, 2010).

Obviamente que a adoção de fuzis, metralhadoras, canhões (OLIVEIRA, 2015), aviões (MELLO, 2012) e viaturas de tantos tipos diferentes em nada contribuía para a implantação de uma determinada doutrina militar, no caso, a francesa, entre os militares brasileiros.

Além de carecer de continuidade em sua implementação, a doutrina militar da qual a MMF era portadora também foi incapaz de exercer sua influência sobre o conjunto das unidades e efetivos militares brasileiros. Parece claro que a doutrina da MMF teria se exercido com intensidade diretamente proporcional ao nível hierárquico, isto é, sendo mais intensa no topo do que na base da pirâmide da distribuição de poder. Isso certamente tem a ver com as atribuições da MMF que, até 1934, se empenhou em reformar os estabelecimentos de ensino militar, a começar justamente pelos de mais alto escalão, como foi o caso da EEM, frequentada por coronéis e tenentes-coronéis, além da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), destinada a tenentes e capitães. A partir daquele ano a MMF passou a condição de órgão de assessoria do Estado-Maior do Exército nas ações de modernização e profissionalização da força. Sua influência sobre diferentes estabelecimentos de ensino e publicações especializadas rapidamente se ampliou (CARDOSO, 2010; 2014) sem, contudo, jamais se exercer de forma igualmente intensa em todas unidades e estabelecimentos militares.

Entende-se, pois, como foi fortíssima a influência da MMF entre oficiais e instâncias de alto escalão do Exército. A própria constituição de um Estado-Maior, a integral reformulação da EEM e a recriação do ensino militar de aperfeiçoamento para oficiais de nível intermediário são citados recorrentemente como os processos nos quais mais intensa e duradoura foi a influência francesa, alcançando até mesmo o pós-guerra.

Tal influência não teria se feito sentir de forma tão intensa se não fosse sua relação com a realidade brasileira, lograda através de sucessivas adaptações dos preceitos franceses. Em que pese o grau maior ou menor de afastamento da doutrina original francesa, é um consenso que, de fato, ao fim e ao cabo da MMF o Exército Brasileiro havia se transformado grandemente, ao adotar uma política institucional relativamente unificada, um padrão de atuação política e um conjunto de objetivos político-institucionais que o capacitavam a tomar parte ativa nas grandes arenas decisórias.

Tais constatações foram nuançadas e atualizadas naquele que talvez seja o mais completo, detalhado e extenso trabalho dedicado à MMF, no caso, a tese de doutorado de Adriana Bellintani, defendida em 2009. Suas constatações podem ser resumidas no seguinte trecho:

É importante perceber que a modernidade da força terrestre aqui não é tratada apenas no campo técnico científico dos armamentos, mas e principalmente no campo das idéias. A MMF é, sem dúvida, responsável pela modernização do Exército Brasileiro pela instrução militar ministrada, pela doutrina militar defendida e, essencialmente, pela concepção de profissionalismo imposta e pela conscientização da importância de um exército forte e coeso para a sociedade e o estado. Com os franceses, cria-se, nos quartéis, uma mentalidade voltada para a importância moral do soldado, do homem de tropa e do oficial, conscientizando-o da relevância de seu papel junto ao poder político tanto na manutenção da ordem interna e externa, como na afirmação da hegemonia do estado frente a outras nações. (BELLINTANI, 2009; 547)

Alguns destes pontos merecem ser discutidos. Embora dispondo de abundantes acervos de fontes a embasar suas afirmativas, algumas afirmações da autora podem seguir sendo relativizadas. Por exemplo, no que se refere a instrução militar ministrada. É um fato estabelecido que o Exército Brasileiro no período entre-guerras sempre sofreu de graves limitações à instrução prática de seus quadros, tanto no que se refere ao processo formativo de oficiais e praças quanto no que diz respeito a manobras em campo de grandes unidades. As manobras em campo a que a própria autora se refere dizem respeito apenas e tão somente ao envolvimento dos quadros em treinamento, sem a participação de corpos de tropa (PELEGRINO FILHO, 2005).

Pouco ou nada é dito sobre a instrução prática dos praças em campo, presumindo-se que tenham sido raras e infrequentes. Também é notável que a autora não leve em conta a diversidade de armamentos empregados então pelos praças, quase toda ela armada

de fuzis Mauser alemães e das primeiras metralhadoras Madsen dinamarquesas. Nesse nível hierárquico mais baixo, que constitui a base da pirâmide de autoridade militar, só podemos presumir que a influência doutrinária francesa tenha se exercido de forma fraca ou insignificante, como se pode constatar no caso dos recrutados para irem à guerra além-mar, comentado adiante.

A concepção de profissionalismo, por força da atuação da MMF, certamente se consolidou mas, de um ponto de vista político, no sentido inverso ao pretendido pelos mestres franceses. Se na França a profissionalização do Exército levou ao seu afastamento da política, no Brasil ocorreu o contrário, levando os militares a reelaborarem sua atuação política no sentido da maior participação nas grandes questões nacionais e, lógico, na elaboração de uma política da instituição a ser implementada e, no limite, defendida diante de outros atores e instituições nacionais. Daí a importância de um exército forte e coeso, para o qual a Doutrina Goés Monteiro – um dos melhores alunos dos mestres franceses – seria a mais acabada e perfeita materialização (PINTO, 2009).

Não se percebe na argumentação dos diferentes autores evidências práticas, concretas, que se refiram a qualquer mudança significativa entre o tratamento destinado aos praças em decorrência da ação da MMF. Pelo contrário, existem evidências abundantes que aos recrutados se seguiu oferecendo insatisfatórias condições de vida e trabalho, levando a conhecida “aversão” da população ao recrutamento (CARVALHO, 2002). Neste quesito o Exército Brasileiro pouco havia mudado desde os tempos do Império.

Por outro lado, há evidência abundante a confirmar a transformação do papel do Exército Brasileiro nessa época, no sentido de tomar para si como missões a manutenção da ordem interna e externa. Nesse sentido, além da influência dos militares franceses da MMF, cabe notar o importante papel da experiência prática acumulada pelos militares brasileiros em sucessivas revoltas e revoluções na vigência da missão francesa, particularmente entre 1924 e 1938. Também no que se refere a hegemonia do Estado frente a outras nações nota-se a contribuição da MMF, em particular no que diz respeito às manobras, estudos e demonstrações relacionadas com a crítica fronteira comum com a Argentina (BELLINTANI, 2009).

Um outro aspecto fundamental da influência francesa diz respeito à resistência que, supostamente, teria se verificado na conversão para o padrão doutrinário dos EUA, quando da incorporação de tropas brasileiras ao Exército estadunidense em operações de combate além mar, ao final da Segunda Guerra Mundial. A tradição militar francesa foi recorrentemente entendida, por diversos autores brasileiros, como um óbice à modernização doutrinária proposta pelos estadunidenses à época da guerra. O peso representado pelo arcaísmo e defasagem da doutrina francesa que teria sido inculcada pela MMF teria sido, no limite, responsável pelos insucessos da Força Expedicionária Brasileira em ação de combate na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Em tempos recentes pelo menos um autor se empenhou em refutar tais afirmações, fazendo notar, por um lado, a similaridade de diversos aspectos da doutrina francesa e estadunidense. E, por outro, ao enfatizar a dificuldade em se incorporar determinada doutrina de guerra moderna – aliás, qualquer doutrina – por parte de militares pouco afeitos aos exercícios práticos e manobras em campo. As conclusões a que chegou, após o exame de vasta literatura e da compilação de numerosos depoimentos de veteranos de guerra são sintetizadas assim:

Apesar do consenso historiográfico, os problemas da FEB não se deveram primordialmente à transição doutrinária, mas à falta de treinamento e instrução militar sólidas que tinha suas origens em momento bem anterior ao embarque para o exterior. Esses problemas eram estruturais, e não conjunturais... A constatação é que, em alguns contextos, a carência material não pode ser invariavelmente considerada como o maior fator de obstrução da manutenção de alto grau de operacionalidade de uma força, uma vez que muito do material já utilizado no Brasil, embora datado, poderia ter perfeitamente sido empregado no preparo da FEB e em especial na garantia da operacionalidade do Exército de tempo de paz... A FEB não aprendeu a combater da estaca zero, mas precisou resgatar e adaptar conhecimento já inculcado, algo particularmente observado nos capitães aperfeiçoados e nos comandantes de

pelotões e baterias de formação mais recente. A maioria das praças da FEB já contava com ao menos um ano de serviço militar, e parcela também considerável já se encontrava no Exército desde 1942, devido à mobilização e reconvocação das classes de conscritos de 1919, 1920 e 1921. Não havia nenhuma razão relacionada com transição doutrinária para que se verificassem as limitações de instrução básica na Itália, algo que estava bem mais ligado a décadas de deplorável negligência dos programas de treinamento e instrução no período entre guerras. (MAXIMIANO, 2014; 70)

Em face de tais constatações, é o caso de indagar como os militares dos EUA, comprometidos com o projeto de *americanização* do Exército Brasileiro, encaravam e descreviam aquilo que consideravam ser o legado da MMF. A herança francesa era percebida? Em quais circunstâncias e como isso ocorria? O legado francês era visto como obstáculo ou incentivo à *americanização*?

O legado francês no Exército Brasileiro segundo militares do Exército dos EUA

A forma pela qual as autoridades militares estadunidenses se referiam ao legado da Missão Militar Francesa geralmente era favorável. Tal fato se expressa tanto na positividade com que se referem a diferentes organizações e métodos de origem francesa adotados no Exército Brasileiro, quanto no que diz respeito à similitude de ambos arranjos institucionais, o estadunidense e o francês. As observações de teor mais negativo parecem se referir a circunstâncias nas quais a herança militar francesa parecia se constituir em um óbice à pretendida *americanização* do Exército Brasileiro, ou então um tipo de reação à submissão à autoridade de um comando militar estrangeiro, quando em campanha além-mar.

Embora eventualmente pudesse ser tida pelas autoridades militares estadunidenses como entrave à almejada *americanização* do Exército Brasileiro o legado cultural francês também havia feito avançar, como visto, o processo de profissionalização, um pré-requisito desejável em qualquer iniciativa de modernização institucional e tecnológica como a pretendida pelos militares dos EUA.

Isso é o que se verifica justamente na primeira referência encontrada sobre o assunto, no caso, um relatório do Adido Militar à Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro ao Departamento de Guerra em Washington. Tradicionalmente são os adidos os indivíduos considerados como os mais bem informados sobre o estado das forças armadas dos países onde servem. Contudo, deve-se levar em conta que havia grande variação no estado de eficiência e prontidão operacional das diferentes unidades militares no Brasil, sendo as sediadas no Rio de Janeiro tidas como as mais bem aquinhoadas em termos de material e pessoal (OLIVEIRA, 2015).

Em quatro de setembro de 1942, ele relatou os resultados de sua visita à Escola de Sargentos de Infantaria do Exército Brasileiro, então localizada na Capital Federal. Naquela época o estabelecimento oferecia cursos de dez meses de duração divididos em dois períodos. No momento da visita contava com 143 estudantes, dos quais 74 no primeiro período de instrução e 69 no segundo. Em seu relatório é descrito que todas as atividades de instrução eram essencialmente práticas. O legado da MMF é descrito de forma bastante positiva, como se vê no seguinte trecho: "Sob a direção da Missão Militar Francesa a instrução é boa, e os sargentos saem muito bem treinados, embora o benefício final para o militar enquanto indivíduo seja pequeno por causa de seu curto período de serviço" (MA, 1945; 1).

Outra personalidade militar idealmente bem posicionada para observar e interpretar o estado de diferentes unidades do Exército Brasileiro era o General John G. Ord, representante do Exército dos Estados Unidos na JBUSDC em Washington. Ao final da guerra ele seria o principal proponente e executor das políticas militares de Washington para o Brasil formatando, por exemplo, a linha de ação a ser seguida pela diplomacia dos EUA com relação à desmobilização da FEB e as aquisições militares brasileiras sob a rubrica do programa do Lend Lease, dentre outros (OLIVEIRA, 2015)

Daí a importância de um documento redigido por Ord que contém extensas menções à herança francesa no Exército Brasileiro, no caso, o relatório de inspeção realizado nas defesas das bases aéreas mantidas pelos EUA no Brasil em 1943. O texto é particularmente valioso porque o General John Garashé Ord já era tido àquela época como o militar de alta patente em Washington melhor informado sobre o Brasil. Desde o ano anterior ele era o representante do Exército dos EUA na JBUSDC em Washington e,

em maio de 1943, já era a principal instância de consulta no processo de tomada de decisão sobre as aquisições brasileiras realizadas sob o Lend Lease. Todas aquisições brasileiras feitas sob os auspícios desse programa passavam pelo seu crivo, cabendo-lhe conferir – ou recusar – o necessário selo de prioridade militar a fim de garantir o enquadramento nos requisitos do programa de Empréstimo e Arrendamento. (OLIVEIRA, 2015)

O General Ord veio ao Brasil conhecer as providências defensivas tomadas pelos brasileiros para proteger as bases aéreas de Natal (RN), Recife (PE), Belém (PA), Rio de Janeiro (RJ) e Fernando de Noronha (PE). Em seu relatório ao Sub-Chefe do Estado Maior do Exército dos EUA ele descreve minuciosamente as instalações de defesa e os exercícios militares das guarnições encarregadas da proteção contra ataques aéreos e anfíbios destas localidades. Em geral o tom do relatório é francamente elogioso, havendo diversas menções à herança francesa, notada em diferentes métodos e procedimentos adotados pelos militares brasileiros que ele pôde observar.

Uma primeira menção aparece no item terceiro do documento. Ali se constata que, o treinamento de estado-maior em planejamento e a execução de operações táticas, são baseadas no modelo francês. O General Ord não vê antagonismo entre essa abordagem e aquela adotada anteriormente pelos EUA, embora note certa defasagem e seu caráter parcial: “O padrão de treinamento se aproxima daquele dado pela nossa Escola de Comando e Estado Maior anteriormente a 1938, exceto no que diz respeito ao suprimento em campanha” (ORD, 1943; 1-11)

Ord notou que os brasileiros não estavam interessados em mera cópia ou transposição dos métodos e técnicas francesas, mas sim na sua aplicabilidade à solução de problemas brasileiros o que, na prática, não teria ocorrido. Com relação a tática Ord entendia que ao instrutores franceses não haviam atendido as demandas expressas pelo comando brasileiro:

Há uma tendência geral para pensar em termos de defesa e contra-ataque. Eu fui informado que o Ministério da Guerra Brasileiro tinha instruído a Missão Francesa no sentido de enfatizar operações ofensivas e o espírito ofensivo. Eu acredito que as ideias francesas de defesa e contra-ataque, ao invés da tomada de iniciativa, foram impressas no Exército Brasileiro. (ORD, 1943; 3)

Na análise do General Ord é possível se notar que algumas armas ou serviços teriam sofrido a influência francesa de forma mais intensa do que outras. Aparentemente as unidades de artilharia e infantaria que ele observou teriam sido as mais intensamente afetadas pela influência francesa, em comparação com as demais do Exército Brasileiro.

Em Recife (PE) eu vi um batalhão de artilharia em apoio de um regimento de infantaria. O problema em questão dizia respeito a um contra-ataque por um batalhão de infantaria. A artilharia parecia bem posicionada, com o tipo francês usual de concentrações planejadas sobre posições inimigas conhecidas... O treino de infantaria é similar ao modelo francês anterior ao início da guerra atual... os fuzis automáticos são bem empregados de acordo com a prática francesa (ORD,1943;4)

A tradição militar francesa não foi a única cuja influência foi notada. A viagem de inspeção do general estadunidense pelas guarnições do Nordeste foi extensa, abrangendo uma diversidade de organizações militares brasileiras. Surpreendentemente, a influência alemã também foi observada, aliás, de forma bastante enfática, como no caso singular da guarnição do arquipélago de Fernando de Noronha.

O comandante, General Mendes de Moraes e seu Chefe de Estado Maior, Major José A. Pavel, exibiam a influência da Missão Francesa e, adicionalmente, eles e sua guarnição refletiam os métodos de treinamento alemães. A atmosfera do Posto de Comando e o comportamento dos oficiais quando em presença do comandante eram fortemente germânicos. Este foi o único lugar do Brasil onde eu vi essa influência alemã. O comando e seu estado-maior foram cordiais, hospitaleiros e me mostraram todos planos defensivos sem a mais leve indicação de qualquer reticência ou de falta de confiança. (ORD, 1943; 10)

Em suas conclusões ao relatório de inspeção o General Ord concluiu que o Brasil tinha uma política militar estabelecida e um exército de verdade, sendo que o treinamento básico era francês, o qual era bem entendido por todos seus integrantes. No que se referia às armas de artilharia empregadas notou uma diversidade de fornecedores, sendo citados franceses, alemães, ingleses e, mais recentemente, os estadunidenses, o que tornava urgente a padronização. (ORD, 1943;11)

O depoimento de Ord se torna ainda mais relevante se levarmos em conta sua ascendência francesa. Na origem os Garasché são uma tradicional família de comerciantes da cidade portuária de La Rochelle na França, a partir de onde mantiveram intenso intercâmbio e residência eventual nas colônias francesas do Caribe já a partir do século XVIII. No século seguinte já contavam diversos militares a serviço do Exército dos EUA e, na Guerra de Secessão, forneceram oficiais para o exército dos confederados. É altamente provável que os Garasché cultivassem, de forma ainda mais acentuada que a média dos estadunidenses cultos, suas ligações com a cultura e a pátria ancestral dos seus antepassados franceses. Daí o crédito de que são merecedoras suas observações (PALMER, 2008).

É um fato estabelecido que o principal objetivo político e militar das autoridades estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial era *americanizar* o Exército Brasileiro. Para tanto, dentre outros recursos de poder disponíveis, se empenhavam em enviar oficiais brasileiros para estudar e estagiar em estabelecimentos de ensino e unidades militares de diferentes armas e serviços nos EUA. Tal esforço, em muitos casos, tinha que se contrapor à formação previamente adquirida pelos militares brasileiros em outros países.

Daí o interesse que despertava, da parte do Adido Militar estadunidense no Rio de Janeiro, o conhecimento da formação escolar precedente dos oficiais brasileiros, em especial dos cotados a integrar a futura Força Expedicionária Brasileira. Estes oficiais seguiriam ainda naquele ano para os EUA para estudarem os métodos e técnicas de Estado Maior do Exército estadunidense em Fort Leavenworth.

Embora naquela época a preocupação central fosse aferir os diferentes graus de fidelidade política de cada um destes oficiais à causa dos Aliados, diversos documentos também contêm informações sobre a formação de origem francesa destes oficiais. Em 30 de julho de 1943, o Adido Militar enviava um ofício ao Membro Sênior do Exército dos EUA na JBUSMC, Coronel John E. Strong, em que relatava que o Coronel Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, ex-comandante da ECEME, havia cursado a Escola Superior de Guerra na França. Este também era o caso dos Tenentes-coronéis Humberto de Alencar Castello Branco e Nestor Penha Brasil que igualmente haviam se graduado pela École Supérieure de Guerre (MA, 1943;22-24).

O Adido Militar à Embaixada dos EUA contava com o auxílio de diversos oficiais de ligação, lotados nos comandos das diferentes Regiões Militares nas quais se dividia o Exército Brasileiro. Através deles recebia informações destas localidades e até mesmo de organizações militares situadas no próprio Rio de Janeiro, resultado de visitas que estes adidos de outras regiões militares faziam à Capital Federal. Por exemplo, naquele mesmo ano de 1943 foi redigido um dos mais completos e detalhados descritivos da Escola de Estado Maior (EEM), resultado de uma extensa e reveladora visita que realizou à este estabelecimento de ensino o então major de infantaria do Exército dos EUA Walter E. Myers, então Oficial de Ligação lotado na Quinta Região Militar, com sede em Curitiba (PR).

O Major Myers abre o texto estabelecendo que a motivação da visita à EEM era garantir o registro de impressões em primeira mão sobre a instituição que, segundo ele, mais do que qualquer outra, era o principal fator na formação da psicologia do oficialato brasileiro, tema sobre o qual já algum tempo vinha se interessando enormemente. Para ele a EEM exercia uma influência poderosa ao moldar o caráter, a mentalidade e a atuação política dos oficiais destinados aos mais altos postos da hierarquia militar.(MA, 1943; 24)

Além de lhe ter sido franqueado amplo acesso às dependências da Escola, Myers teve a oportunidade de participar de algumas atividades didáticas ali desenvolvidas, bem como falar livremente com o comandante daquele estabelecimento de ensino, o então Coronel Fernando de Saboia Bandeira de Mello, além de membros do seu Estado Maior. Finalmente, foram fornecidos a Myers dois dos

mais importantes documentos produzidos por aquela escola: o Programa de Instrução para o Ano Escolar 1943-1944 e o Regimento Interno da EEM para o mesmo período. As conclusões a que chegou a partir daquela visita e da leitura destes documentos foi a seguinte:

O programa de instrução exibido nos documentos anexos é um resultado evolutivo da Missão Militar Francesa, a qual em 1920 reformulou completamente a instituição precedente. Em relação à antiga frouxidão de controle e insuficiência na preparação, esta missão, sob o General Gamelin, instituiu o treinamento o qual frequentemente é caracterizado como longo demais, minucioso demais, intensivo demais e rígido demais. Atualmente, a marca da influência francesa permanece, mas está naturalmente desaparecendo. Antes, praticamente todo formado pela EEM tinha proficiência na língua francesa, além de completamente familiarizados com a História francesa e muito favoravelmente impressionados por tudo que dissesse respeito a França. Esta atitude dos oficiais de Estado Maior se infiltra nos demais grupos de oficiais, e o conhecimento do idioma francês é uma distinção desejável. Quando estive no Brasil pela primeira vez, em setembro de 1942, isto era extraordinariamente notável. Não importa quantas línguas um oficial possa conhecer, ele constantemente reverte para o francês na primeira oportunidade. Hoje, há uma tendência natural acentuada para o uso do inglês, mas levará anos para a força da influência francesa desaparecer inteiramente do Exército. (MA, 1943; 25)

Ao fim do documento o autor conclui haver algum consenso entre os membros da Escola com relação à necessidade de "modernização" e "condensação" do curso ali oferecido, expressando a crença de que a busca pela perfeição que ali se verificava era geradora de tensões e sacrificava a espontaneidade do que ele chamava de "componente de brutalidade e prontidão", essencial na maioria das fases da guerra moderna. (AD, 1943; 27)

Essa característica era particularmente visível nas manobras no terreno que havia tido a oportunidade de participar, as quais lhe pareciam mais encenações num palco que manobras à céu aberto.

Em que pesem as críticas o autor reconhecia que se tratava de uma formação ampla e fundamentada. Para ele a EEM de fato combinava várias escolas em uma só ao oferecer instrução intensiva em tática e estratégia, formação em cultura geral e, lógico, preparar os estudantes para exercer tarefas de Estado Maior. O autor colocava em contraste, ao fim do seu texto, a permanência destes “velhos métodos franceses de precisão” com o curso condensado então oferecido em Fort Leavenworth, bem como o plano de “um-ano-de-trabalho-em-quatro-meses” da Escola de Estado Maior dos britânicos, para exemplificar o nível de dificuldade a ser encontrado quando de uma futura implementação das muitas e necessárias mudanças. Suas recomendações foram expressas assim:

A EEM oferece a nosso país uma oportunidade concreta. Nós devemos aplicar, em alguma forma ou grau, o raciocínio que sem dúvida está por trás da atuação da Missão Francesa. Se estivermos devido a qualquer razão relutantes em considerar outra “missão”, nós deveríamos pelo menos tentar lograr abrir oportunidades para estabelecer contato próximo com a elite do Exército Brasileiro no momento e sob condições que sejam intensamente favoráveis para nós. Eu tenho sido frequentemente indagado porque nós não enviamos professores ou, pelo menos palestrantes. É apontado que assim os estudantes poderiam até se familiarizar com nosso exército, nosso governo e nossa ideologia. Não pretendo desenvolver esse ponto aqui, uma vez que as vantagens são tão evidentes e as possibilidades bem contingentes. Os custos seriam negligenciáveis, uma mecânica de operação simples, os benefícios variados, de longo alcance, duradouros. Minha informação presente será suplementada e submetida, se desejado, na forma de recomendações definitivas.

Assina Major Infantaria Walter E. Myers, Oficial de Ligação Militar, Quinta Região Militar, Curitiba (MA, 1943; 28)

Este mesmo oficial voltaria a mencionar a tendência ao excesso de treinamento na formação dos oficiais do Exército Brasileiro ao comentar as manobras a que assistiu em dezembro de 1943, no caso, os exercícios de campo do Curso Regional de Aperfeiçoamento de Intendência, no caso, da 5ª Região Militar, onde então servia. Em contraste com a ênfase nos estudos e planejamentos minuciosos, atribuídos à herança francesa, os recursos disponíveis para o exercício eram pífios, consistindo exclusivamente de meios hipomóveis, capazes de rodar apenas em velocidades ínfimas e em estradas bem conservadas. Quase toda capacidade de carga destes arcaicos meios de transporte era dedicada à alimentação dos próprios animais que os tracionavam. Não admira que ele se refira a estes métodos como "medievais". (MA, 1943;30-31)

Além do oficial estadunidense da Quinta Região Militar com sede em Curitiba também o Oficial de Ligação da Nona Região Militar com sede em Cuiabá (MT) forneceu informações sobre a herança francesa do Exército Brasileiro ao Adido Militar no Rio. Em 29 de novembro de 1943 foi redigida a seguinte avaliação, sob o tema "Organização da 9ª Região Militar". As informações foram prestadas pelo Chefe da Segunda Seção do Estado Maior da 9ª Região, o então Major Euryale de Jesus Zerbini:

A 9ª. Região foi organizada de acordo com os planos preparados pela Missão Militar Francesa, encabeçada pelo General Gustave M. Gamelin. Deveria ser criada uma divisão de infantaria com quartel-general em Corumbá. Isto nunca existiu exceto no papel. Deveria ser instalada uma brigada mista em Aquidauana... As unidades nesta 9ª. Região Militar deveriam ser triangulares. Isto é, cada unidade deveria ser fracionada em outras três, duas para combate e uma em reserva... Cada batalhão, encabeçado por um coronel ou tenente-coronel, deveria ter três companhias. Cada companhia chefiada por um capitão, deveria ter três pelotões. Cada pelotão, comandado por um tenente, deveria ter três "grupos de combate" (em português no documento original). Um "grupo de combate" deveria incluir treze homens, um dos quais deveria ser o sargento comandante. (MA, 1943; 32-33)

O ano seguinte seria marcado pela concentração das diferentes unidades que comporiam a Força Expedicionária Brasileira no Rio de Janeiro e o subsequente envio de seu primeiro 1º escalão para o front além-mar. Naquele contexto aumentou a demanda por informações sobre o Exército Brasileiro, por exemplo, como aquelas que constavam do questionário preparado previamente à viagem ao Brasil do Coronel Hobbs, designado Chefe da Seção Terrestre do Exército dos EUA na JBUSMC no Rio de Janeiro. O documento se compunha de uma série de indagações distribuídas em onze itens e diversos subitens. No que dizia respeito ao oficialato brasileiro, este documento de 23 de fevereiro de 1944 informava que eram tidas como elevadas suas habilidades militares, baseadas em padrões franceses do pré-guerra. (HOBBS, 1944;38)

Em abril de 1944 o Adido Militar na Embaixada Estadunidense no Rio de Janeiro voltava a informar a seus superiores no Departamento de Guerra em Washington sobre os preparativos para o envio da FEB para o exterior. Também nesse documento há menção à influência doutrinária francesa, no caso, sobre a artilharia. O trecho é extremamente relevante, uma vez que a distinção entre as abordagens francesa e estadunidense no que se refere ao emprego da artilharia voltaria a se fazer notar no ano seguinte, quando a Força Expedicionária Brasileira já acumulava vários meses de ação de combate, sempre subordinada ao IV Corpo de Exército do V Exército dos Estados Unidos na linha de frente na Campanha da Itália.

O documento é datado de 27 de abril de 1944 e sua fonte são as informações prestadas pelo Major Moacyr de Araújo Lopez, na época estava servindo no Estado Maior do Exército Brasileiro. O Major Lopez estava muito bem informado e, àquela altura, contava com vários anos de experiência como instrutor em táticas e ações de armas combinadas. Ele comparava assim as duas abordagens:

Ele acredita que o sistema de fogo de artilharia em massa é superior ao sistema francês que sacrifica cadência e volume de fogo em proveito da acurácia. Mais ainda, o sistema estadunidense de instrução por demonstração e prática é mais adequado para as condições brasileiras do que o sistema francês...
Comentário: ... 2) instrutores de artilharia em Fort Sill tem feito excelente trabalho com oficiais estrangeiros. 3) O alto "espírito-de-corpo" (em francês no original) da artilharia se mostra na determinação de vencer ou perecer. (MA, 1944; 42)

Uma primeira referência negativa à herança francesa no Exército Brasileiro só foi aparecer num documento de 23 de setembro de 1944, quando a FEB contava pouco mais de uma semana de ação de combate no Vale do Rio Sercchio no front italiano. As informações apareceram numa avaliação que os membros estadunidenses da JBUSMC fizeram do treinamento e organização médica da FEB que, por sua vez, foi remetida ao comando do Teatro de Operações do Mediterrâneo.

A organização do Serviço Médico da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e unidades anexas são satisfatórias. Tem sido notado, contudo, que os oficiais brasileiros frequentemente tentam de pequenas formas modificar a organização para fazê-la em conformidade com a velha organização francesa do restante do Exército Brasileiro. (MA, 1944; 43)

A ação de combate da Força Expedicionária Brasileira parece ter criado oportunidades de fazer aflorar diferentes manifestações da herança francesa no Exército Brasileiro. O assunto foi abordado em diversas passagens da célebre conferência proferida pelo Comandante do IV Corpo de Exército dos EUA, General Willis D. Crittenberger ao General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, bem como membros do seu Estado Maior. O evento transcorreu no Posto de Comando da FEB em Porreta Therme em 3 de fevereiro de 1945.

Importa examinar nesse documento tanto as menções diretas à herança francesa, quanto as indiretas, na forma de referência a outras influências culturais não explicitamente especificadas, como se vê.

Recentemente tenho ouvido muita conversa nesta divisão sobre ensinamentos de artilharia francesa, em contraste com outros métodos. E é para este tema que dirijo agora minhas observações. O pleno efeito da flexibilidade do fogo de artilharia pode ser melhor obtido pela concentração de grandes massas de artilharia sob uma direção de fogo comum. Os mais altos graus de coordenação e

cooperação são requeridos em tal controle centralizado. Manifestamente, isso não será de nenhuma utilidade se, em algum lugar na massa supostamente homogênea, há uma unidade que está constantemente apresentando algum outro método diferente do que o resto está usando. Numa máquina que funciona harmoniosamente, você não pode ter uma simples engrenagem que falha em rodar com toda sua força na direção apropriada. Assim, tendo isso em vista, vamos esquecer a ênfase no método francês – ou em qualquer outro método, exceto o método Exército-Aliado-na-Itália-1945. Este é o único que está vencendo. E é disto que temos que cuidar. (CRITTENBERGER, 1945; 58)

O esforço de enquadramento dos militares brasileiros nos métodos então empregados também apelava para o exemplo negativo. O General Crittenberger enfatizou o caráter superado da herança militar francesa, tornada irrelevante face a derrocada dos exércitos franceses diante da invasão alemã de 1940. No subtítulo de sua conferência intitulado “Nosso único objetivo é ganhar a guerra” ele comenta:

Os métodos atualmente empregados nos exércitos aliados na Itália são aqueles que tem sido considerados bem sucedidos neste teatro, nesta guerra. De diversas maneiras esses métodos representam uma mudança das doutrinas anteriormente ensinadas e aceitas em diversos exércitos no mundo. Por exemplo, todo conceito de emprego e eficiência de blindados foi submetido a uma mudança completa nos últimos cinco anos. Já é de conhecimento comum que uma das razões decisivas para a desastrosa derrota dos exércitos franceses em 1940 foi a atitude e ensino franceses extremamente defeituosos no tema da mecanização. Ninguém menos do que o General De Gaulle em pessoa frequentemente assim o declarava. Desde 1940 nós temos sido rápidos em

mudar este conceito, porque causou a derrota da França, e estamos buscando por métodos que vençam. (CRITTENBERGER, 1945; 63)

Deve-se levar em conta o tempo considerável que Crittenberger dedicou a essa tópico em sua palestra. No caso, há menções a questão em cinco das dezessete páginas do documento. Levando em conta tal evidência só podemos concluir que, de fato, havia um problema de adaptação da cultura precedente dos militares brasileiros em ação na Itália aos métodos estadunidenses. Inversamente, é notável que Crittenberger não se refira ao caráter eminentemente estadunidense das táticas adotadas sob seu comando, mas sim aos *métodos do V Exército*, definidos numa base racional, ao invés de nacional.

Não importa que escola de pensamento nós representamos em nosso treinamento e formação anterior, todos nós estamos agora interessados naqueles métodos que se provaram bem sucedidos contra os alemães nesta campanha. Esses são os métodos que o Quinto Exército prescreve, e esses são os métodos que serão seguidos no Quarto Corpo. Nós não estamos interessados em métodos que possam vir a ser bem sucedidos. Ao invés disso nós iremos usar os já provados, aqui mesmo na Itália... No Quinto Exército nós preferimos operar no Método dos Apeninos. Não vamos deixar que haja nacionalidade envolvida nos métodos de condução bem sucedida da guerra. Na escolha de nossos métodos nós estamos interessados somente naqueles que são bem sucedidos. E, a despeito da nacionalidade de nós mesmos ou dos métodos, o senso comum irá ditar aqueles que nós empregaremos para vencer. (CRITTENBERGER, 1945; 64-65)

Em um documento datado de 26 de março de 1945 o representante do Exército dos EUA na Comissão do Rio se dirigia ao seu equivalente na Comissão em Washington, com relação à viagem proposta para o General Gustavo Cordeiro de Farias aos Estados Unidos.

Era grande a expectativa das autoridades militares dos EUA com relação a esta viagem. O General Gustavo Cordeiro de Farias havia sido nomeado Diretor de Ensino do Exército Brasileiro, dando a ele autoridade sobre a Escola Militar de Resende que formava aspirantes à carreira de oficial, as escolas preparatórias de cadetes de Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre, a Escola Técnica do Exército, a Escola de Artilharia de Costa, de Educação Física, Moto-Mecanização, Intendência, Saúde, Veterinária, Transmissões, Artilharia Antiaérea e o Centro de Instrução de Especialistas, originalmente destinado a formar quadros para a FEB.

Embora o autor do texto tenha encontrado equivalentes a estes estabelecimentos de ensino em diversas organizações militares dos EUA, ele mesmo reconhecia que as escolas eram comparáveis apenas no nome, uma vez que "... A maioria das escolas do Exército Brasileiro são baseadas no sistema francês de educação militar, mas é desejo do General Cordeiro de Farias reorganizar todas escolas de acordo com diretrizes americanas" (KRONER, 1945;69)

O nome do General Gustavo Cordeiro de Farias voltaria a ser citado como empenhado na *americanização* dos estabelecimentos de ensino militar em outro documento de 28 de julho 1945. Nele é relatado ao membro sênior da JBUSMC os resultados da observação de uma manobra realizada pelos cadetes da AMAN em Resende (RJ). A convite de Cordeiro de Farias dois tenentes-coronéis, dois majores e um capitão do Exército dos EUA assistiram às manobras de graduação dos estudantes do terceiro ano daquela academia militar. (LIBERTY, 1945; 81)

No total as manobras envolveram 71 oficiais, 199 soldados e 1.130 cadetes do terceiro e alguns do segundo ano daquela escola. As armas, munições e equipamentos empregadas foram descritas como sendo "brasileiras". O termo requer um esclarecimento. Há tempos o Exército Brasileiro vinha se armando com fuzis Mauser. Os modelos observados provavelmente já teriam sido convertidos para o padrão "Mosquetão" (1934). Além destes também haviam metralhadoras Madsen, compradas entre 1932 e 1934. Somente depois do fim da guerra é que o Brasil teria capacidade industrial para fabricar tais armas, embora o processo de conversão mencionado já fosse inteiramente realizado em estabelecimentos fabris nacionais (OLIVEIRA, 2015). Não se pode, pois, tomar ao pé da letra o caráter "brasileiro" a que alude o militar estadunidense.

Todo material empregado no exercício é descrito como sendo “brasileiro” com exceção de alguns itens procedentes dos EUA como rádio, um pelotão de tanques leves M3A3 Stuart, um pelotão de tanques médio M3A5 Lee/Grant, um pelotão de canhões antitanques 37mm M2A1, uns poucos jipes e caminhões. No todo, a avaliação que o autor do documento faz da manobra é bem crítica, notando falta de supervisão, armas sujas, caráter irrealista dos procedimentos, etc. Em suas conclusões diz que:

O tipo de instrução Franco-Brasileiro ainda está sendo empregado na Academia intercalado com novas ideias obtidas dos manuais e publicações de serviço americanos. Há uma decidida falta de equipamento para treinamento de campo apesar da Academia estar bem equipada para o trabalho teórico e de sala de aula. Todos jovens instrutores brasileiros exibem o desejo em suas discussões com oficiais americanos de ter mais equipamento do Exército dos EUA na escola.

Assina: Major de Infantaria Wallace C. Liberty,
G-3 em exercício (LIBERTY, 1945; 84)

O trecho em questão é do maior interesse, uma vez que revela um estágio até aqui não percebido, por parte dos pesquisadores que se dedicaram ao assunto, do processo de transformação cultural e institucional pelo qual passou o Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Pelo menos na recém-criada Academia Militar das Agulhas Negras, dedicada a formar os futuros oficiais do Exército Brasileiro estaria sendo praticado um “... tipo de instrução Franco-Brasileiro... intercalado com novas ideias obtidas dos manuais e publicações de serviço americanos.” Obviamente que ainda haveria um longo caminho até se lograr a total *americanização* do Exército Brasileiro. Se tomarmos em seu sentido literal as conclusões deste observador estadunidense tal processo estaria, ao fim da Segunda Guerra Mundial, apenas em seus primórdios, pelo menos na recém-criada AMAN.

O processo de *americanização* do Exército Brasileiro jamais lograria êxito se não contasse com a franca e entusiasmada colaboração de altas autoridades militares do Brasil. Um dos mais empenhados em contribuir para a *americanização* do Exército era o General Gustavo Cordeiro de Farias. Em um documento datado

de 1º/08/1945 endereçado ao membro sênior do Exército dos EUA na JBUSMC, o então chefe da Seção Terrestre, Coronel Strong notava que Cordeiro: "... tem indicado que não está satisfeito com a equipe de ensino da Academia Militar brasileira em Resende e tão logo a Escola de Aperfeiçoamento seja organizada ele planeja uma reorganização da Academia para incluir os métodos de instrução e o equipamento do Exército dos EUA" (STRONG, 1945; 89). Em seguida ele copia literalmente a observação, já manifestada pelo citado observador às manobras na AMAN, subscrevendo a tese de que a Academia Militar das Agulhas Negras empregava um tipo franco-brasileiro de instrução entremeado com ideias tiradas de publicações militares estadunidenses.

Conclusão

As evidências aqui examinadas sugerem que a herança cultural e institucional da Missão Militar Francesa ainda era extremamente forte em diversos órgãos e unidades militares brasileiras. Os documentos gerados pelas autoridades militares dos EUA em serviço no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial confirmam a continuidade da influência francesa de forma extremamente intensa na Escola de Estado-Maior e em vários dos oficiais de alta patente. No que se refere aos procedimentos operacionais e táticos legados pela MMF foi notada sua persistência inclusive em diferentes efetivos de praças, fossem em unidades de nível de batalhão, fosse na Escola de Sargentos.

Em parte alguma a herança cultural francesa foi mais contestada do que durante as operações em combate da Força Expedicionária Brasileira na frente italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Pelo menos no que se refere ao ponto de vista do comandante do IV Corpo de Exército dos EUA, verificava-se a prolongada permanência de certo tipo de tática de artilharia de estilo francês entre os febianos até o início de 1945, o que ele reputava como negativo.

No que se refere aos demais testemunhos e evidências fica difícil se perceber qualquer antagonismo real entre a doutrina militar dos EUA e aquela de origem francesa, até então adotada pelo Exército Brasileiro. E, no que diz respeito às avaliações negativas que faziam diferentes autoridades militares estadunidenses da herança cultural

e militar francesa, parece claro que tal era recorrentemente usada para se referir às insuficiências e limitações de ordem material de que padecia o Exército Brasileiro, sempre submetido as limitações de um exército de país subdesenvolvido e pensado fundamentalmente como força militar de tempo de paz.

O aspecto mais relevante das observações dos militares dos EUA com relação à cultura e organização institucional militar brasileira certamente se deve à fusão, senão superposição, de orientações e métodos de diferentes origens nacionais. Tal é o caso das menções ao tipo de instrução Franco-Brasileiro intercalado com ideias dos manuais e publicações estadunidenses. Temos aí o que parece ser um novo estágio da transição doutrinária e institucional do Exército Brasileiro que, certamente, fará por merecer investigações adicionais por parte dos pesquisadores do assunto.

Bibliografia

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército Brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? Revista Esboços no. 20 UFSC, 2008, 245-273

_____, Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). In: Militares e Política, Número 5, julho-dezembro 2009, pp. 65-81

_____, Missão Militar Francesa. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/.../MISSÃO%20MILITAR%20FRANCESA.pdf Acessado em 29/11/2015

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A missão militar francesa no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1994.

BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Doutorado História UnB, 2009.

_____, A disputa franco-germânica por influência no Brasil (1920-1930). Examãpaku, vol. 4. n.2, 2012

CARDOSO, Rachel Motta. O serviço de Saúde do Exército no período entreguerras. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

_____, As revistas militares de saúde e seu cenário científico no Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (1910-1931) XVI Encontro Regional da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

CORREIA NETO, Jonas. Missão Militar Francesa. DaCultura, Ano V, no. 8, pp. 34-39

GARCIA, Eugênio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, pp. 173-200

McCANN JR., Frank D. **A aliança Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

_____, Soldados da Pátria. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002
MARCUSO, Marcus Fernandes. A modernização da educação militar brasileira: a experiência da Escola Militar do Realengo (1913-1922) Trilhas pedagógicas, v. 1, n. 1. Ago. 2011, p. 65-79

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Adaptação sob Fogo: o aprendizado da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária em Combate, 1944-45 **Colet. Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 59-73, jan./abr. 2014 pp. 59-73**

MELLO, Gustavo. Idas e vindas de um relacionamento nada cordial: pelos bastidores da Missão Militar de Aviação. Id. em Dest., Rio de Janeiro, set./dez. 2012; (39):79-91.

MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. In: Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010 pp. 89-119

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A contratação de Missões Militares Estrangeiras no Brasil e na Argentina no início do século XX: um estudo comparativo. Disponível em www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=255 Acessado em 29/11/2015

OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba, Juruá, 2015.

PALMER, J. L. Atlantic Crossings: race, gender and the construction of families in eighteenth century La Rochelle. University of Michigan, PhD Thesis, 2008.

PELEGRINO FILHO, Ary. A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME. PADECEME, Rio de Janeiro, Edição Especial, 2º quadrim. 2005, pp.10-20

PINTO, Sergio Murillo. Góis Monteiro e a política do exército. In: Militares e Política, Número 5, julho-dezembro 2009, pp. 82-101

RODRIGUES, Fernando da Silva. A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa R. Mest. Hist., Vassouras, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./jun., 2011 pp. 31-52

SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições politico-institucionais (1850-1930). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 199-220, jun. 2008. Pp. 199-220

_____, A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. História, Franca, v. 29, n. 2, p. 71-94, Dec. 2010. Available

from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200005>.

SOUTO MALAN, Alfredo. Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro.

Fontes Consultadas

CRITTENBERGER, W. D. IV Corps Commander's Conference with Senior Officers of the Brazilian Expeditionary Forces, 03/02/1945; imagens 49-58, NARA II, RG 165, Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

KRONE, H. Proposed trip of General Gustavo Cordeiro de Farias to the United States, 26/03/1945; Imagem 69 e seguintes, NARA II, RG 333. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

LIBERTY, W. Report on visit to Escola Militar de Resende, 28/07/1945; Imagem 81, NARA II, RG 333.3 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

MILITARY ATTACHÉ, Combat training in the Brazilian Army; The Scholl for Infantry Sergeants, 04/09/1942, NARA II, RG 165, imagem 1. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

_____, Brazilian Expeditionary Force officers now on detail in Schools in the United States, 30/07/1943, NARA II, RG 165 Imagens 22-24 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

_____, Military Situation, 27/04/1944; NARA II, RG 165, Imagens 42-43 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

ORD, J. G. Memorandum for the assistant chief of staff, G-2; Observartion of certain Brazilian Forces, 16/06/1943; NARA II, RG 165, imagens 2-11 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

STRONG, J. Monthly activity report of the Ground Division, 01/08/1945; Imagem 89, NARA II, RG 333.3 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

O SOLDADO E O SOBREVIVENTE: DESAFIOS DO ESTUDO DA SHOÁ NO BRASIL

Michel Gherman*

Resumo: O presente artigo pretende propor uma reflexão acerca da construção da memória do Holocausto no interior da comunidade judaica no Brasil. Depois de 70 anos desde o fim da II Guerra Mundial e após poderosos processos de integração dos judeus ao país, nos interessa saber, no que diz respeito a II Grande Guerra, com quais símbolos os judeus brasileiros mais se identificam e de que personagens eles estariam mais distantes. No artigo discutiremos a relação com dois personagens que tiveram ativa participação no conflito armado: De um lado Alexander Lacks, o sobrevivente e de outro Salomão Malina, o soldado. Se Lacks representa o símbolo máximo da sobrevivência a shoá (ele esteve no gueto de Lodz e no campo de Aushwitz), Malina representa, so sentido pleno da palavra a resistência, já que foi membro da Força Expedicionária Brasileira. Somente um deles entretanto entra no panteão dos heróis judeus para a comunidade local. Aqui queremos discutir quais as estratégias e os desenvolvimentos políticos de destacam um deles em detrimento do outro.

Palavras chave: comunidade judaica, holocausto, identidade, memória, Brasil.

* Núcleo Interdisciplinar de Estudos árabes e Judaicos –UFRJ Programa de Pós Graduação em Estudos Judaicos- UFRJ

Abstract: This article reflects on the construction of memories of the Holocaust within the Brazilian Jewish community. Seventy years after the end of World War II and after a dynamic process of the integration of Jews into the country's fabric, it is interesting to find out what the community has said about World War II, which symbols Brazilian Jews most identify with, and which figures they distance themselves from. This article discusses this relationship regarding two people who were actively involved in the armed conflict. One is Alexander Lacks, a survivor, and the other is Salomão Malina, a soldier. If Lacks represents the utmost symbol of a survivor of Shoá, since he was in the Lodz ghetto and the Auschwitz concentration camp, Malina represents the resistance in the most direct meaning of the word, since he was a member of the Brazilian Expeditionary Force. Only one of the two has entered into the pantheon of Jewish heroes for the local community. The article discusses the strategies and the political developments that emphasize one to the detriment of the other.

Keywords: Jewish community, holocaust, identity, memory, Brazil

Introdução

Estudos da Shoá como periferia da II Guerra

O aniversário de 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, coincide, e não por pura casualidade, com o aniversário de 70 anos de liberação de Aushwitz. No Brasil e no mundo ocorreram diversos eventos e debates sobre a septuagésima data do fim do maior conflito mundial. Pode-se afirmar que as ocasiões para debates sobre o tema foram numerosas e abertas. Pode-se afirmar, também, que tais debates eram estabelecidos partir de perspectivas interdisciplinares que propiciavam importantes oportunidades de diálogo entre diversos campos de conhecimento que consolidavam uma produção acadêmica bastante variada, rica e diversa.

Não há dúvidas de que o conflito ocorrido entre os anos de 1939 e 1945 produz novas relações, estabelece uma nova economia e apresenta novas fronteiras em uma nova era de embates políticos e ideológicos. Da mesma forma, parece difícil imaginar qualquer debate mais contemporâneo (um debate pós-pós guerra mundial¹) sobre política internacional, economia, ou matérias afins, que não leve em consideração o conflito que se encerrava, no continente europeu, em maio de 1945.

Em paralelo, é de se destacar a dimensão periférica que o septuagésimo aniversário de liberação do maior campo de extermínio nazista (ocorrido em janeiro de 1945) recebeu. Para além dos debates acima propostos, os resultados humanos da perseguição nazista aos judeus, no que pode-se chamar de "uma guerra contra os judeus" (WASSERSTEIN, 2014, PP. 394-398) acabara por ficar em segundo plano.

¹ Utilizo aqui o conceito proposto por Tony Judt, de mundo pós-pós II Guerra. Ver: JUDT, Tony. Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva. 2007. pp. 692-698.

Afora debates, estudos e conferências ocorridas em âmbitos mais internos, vinculados de maneira direta com os chamados “estudos judaicos”², pouco se disse sobre o holocausto, ou mesmo sobre a liberação de Aushwitz, no contexto de estudos da Segunda Guerra Mundial. Cabe aqui também afirmar que o aniversário da libertação de Aushwitz foi lembrado por membros das coletividades judaicas de diversos países (o Brasil não foi diferente). Além disso, a data foi oficialmente lembrada pelo Estado de Israel, que promoveu cerimônias e debates políticos sobre o tema³.

Assim, é possível afirmar que, de maneira geral, a reflexão sobre a Shoá está conectada em debates sobre histórias de genocídios, referências a pesquisas de direitos humanos, ou está, fundamentalmente, no marco dos chamados “estudos judaicos” e se encontra, em grande medida, desconectada dos estudos sobre Segunda Guerra Mundial⁴. Neste contexto, se as pesquisas feitas sobre II Guerra Mundial levam em conta reflexões sobre relações internacionais, história militar, história econômica, debates sobre história da diplomacia, enfim tudo aquilo que se convencionou chamar de historiografia política, enquanto isso, os estudos sobre shoá se concentram em uma zona periférica e parecem apontar para uma relação de autonomia entre o extermínio dos judeus na Segunda Guerra e a própria Segunda Guerra Mundial.

² Em algum sentido, o reconhecimento, nos anos 1950, da extensão dos crimes nazistas contra populações judaicas europeias, acaba por fundar um campo de pesquisa vinculado ao estudo de genocídios, ou aquilo que se convencionou chamar, desde 1948 (tendo como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos), de crimes contra a humanidade. Ver: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. pp. 147-152.

³ <http://www.haaretz.com/jewish/news/.premium-1.639023>

⁴ Para além do trabalho já citado de Baumann, *Holocausto e modernidade*, cito dois trabalhos que são referência no campo de estudos da shoá e mantem separação entre “as duas guerras” já discutidas acima: HILBERG, Raul. *The Destruction of the European Jews: Revised and Definitive Edition*. Nova York: Holmes & Méier, 1985. & FRIEDLANDER, Saul. *Nazi Germany and the Jews: The Years of Persecution, 1933-1939*, New York : HarperCollins, 1997.

De fato, poucos são as pesquisas e os trabalhos que se propõem a discutir shoá e guerra, guerra e shoá⁵. Da mesma forma, Poucos são as investigações que vinculam os desenvolvimentos militares da II Guerra com as perseguições da shoá. Se esta é a situação em centros de estudos mais tradicionais, como os Estados Unidos, a Grã Bretanha e os antigos países socialistas (a Polônia é um bom exemplo), a situação no Brasil não vai ser diferente. Ao contrário, aqui ela pode ser ainda mais pungente. Aqui como lá, a shoá parece estar relegada a “estudos de área”, flutuando sobre temas mais duros como os já citados acima.

Nesta perspectiva, parecem pouco existir, conexões entre, por exemplo, as leis de Nuremberg e a invasão alemã a Polônia, a noite dos cristais e anexação da Áustria pelos nazistas, ou mesmo o processo de “guetoização dos judeus” poloneses (KASSOW, 2009. PP. 122-186.) e os acordos de Rbentrop-Molotov, assinados entre União Soviética e a Alemanha. Neste contexto, há percepção de um tipo de isolamento entre as vítimas judias (ou classificadas como judias) da shoá e as vítimas não judias II Guerra Mundial.

Tal desconexão produz duas historiografias distintas e paralelas, aqui surgem análises diferenciadas e autônomas, uma da guerra e outra do genocídio, uma do conflito e outra do extermínio, uma dos confrontos militares e estratégicos e outra da evacuação e do desaparecimento de populações inteiras.

Como resultado, há pouco diálogo entre estudos da “II Guerra Mundial” e reflexões a respeito da “Guerra contra os judeus”. Apesar de haver clareza no uso de um aparato industrial militar para o extermínio de elevados contingentes civis, esta dimensão é vista de maneira isolada no contexto do confronto internacional. Como efeito, uma espécie de “história das vítimas” é escrita por seus descendentes ou pretensos descendentes.

⁵ Mesmo em obras referências sobre o tema, a separação amalítica entre os estudos sobre a Shoá e sobre a Guerra se mantém. Cito Aqui, alguns autores, que fazem estudos sobre holocausto como uma aproximadamente desta forma: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998. HILBERG, Raul. *The Dstruction of European Jews*. New York:Publisher: Holmes & Meier, 1985; FRIEDLANDER, Saul. *The Years of Extermination: Nazi Germany and the Jews, 1939-1945*. Neste caso, pode –se afirmar que Arendt foge a regra e tenta fazer conexões entre decisões políticas de uma guerra e os resultados de outra. Ver: ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém, um Relato sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Desta forma, versões de uma espécie de “lugar de fala” (ORLANDI, 2002, p. 39) surgem em textos sobre a shoá. Aqui, para além da desconexão acima discutida, ganham força discursos das vítimas diretas do genocídio, ganham força discursos de grupos que falam em seus nomes, sejam seus familiares ou membros das chamadas “comunidades das vítimas” ou ainda, e aqui nos interessa principalmente, ganham legitimidade historiadores, cientistas sociais e autores que pretendem, em sua escrita, “recuperar”, como eles mesmo dizem, a memória das vítimas.

Neste processo a memória e o testemunho de homens e mulheres que foram, como afirma Primo Levi “afogados” na experiência da Shoá (LEVI, 1990)⁶ passam, a substituir perspectivas históricas mais consolidadas ou centrais. Neste sentido, diários, cartas e toda uma gama de fontes primárias encontradas no pós guerra passam a reconstruir o antes e o depois do dilúvio nazista.

Famílias inteiras que desapareceram passam a ser conhecidas por estas investigações, histórias de campos de concentração, até então desconhecidas, de pessoas “tragadas na noite espessa do extermínio” (WIESEL, 2010) passam a ser contadas e conhecidas. Repentinamente, a experiência historiográfica passa a constituir-se em uma experiência de arquivista, que deve, e esse é seu maior esforço, colecionar histórias, dores e sentimentos contados por testemunhos de experiências quase incontáveis.

Este “império da memória” passa a disputar espaço com uma “outra produção historiográfica”. Testemunhos orais passam a se estabelecer no lugar da leitura cansativa e demorada de documentos, aqui, com o tempo, os relatos de “sobreviventes” passam a ocupar o espaço de uma produção historiográfica mais tradicional. Como resultado, para além da desconexão entre guerra (mundial) e extermínio (dos judeus), há um espaço de desenvolvimento político bastante específico.

⁶ Utilizo aqui a definição lapidar de Levi para se referir aos mortos a aos que resistiram a catástrofe nazista. Ver: LEVI, Primo. *Os afogados e os Sobreviventes: Os Delitos, os Castigos, as Cenas, as Impunidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Neste contexto, o estudo da shoá, que constituiu-se em algo periférico e descentralizado em relação ao estudo da guerra, passa servir, ainda, para um certo fortalecimento identitário. Ou seja, o estudo do holocausto pode se estabelecer como referência de construção de identidades específicas⁷. Neste caso, identidade das vítimas, em relação aos seus algozes.

Este processo ocorre no mundo inteiro. Em vários países há, há anos, programas de estudos da shoá vinculados ao fortalecimento da identidade judaica de alunos de escolas judaicas. Isso acontece em países que contam com fortes coletividades judias na diáspora, mas também acontece na sociedade israelense, em projetos que estão inseridos em programas de educação pública e estatal. Nesse contexto, o filósofo Avraham Burg, analisa o caso do estudo (e do ensino) da shoá na sociedade israelense, através da análise das comemorações dos 60 anos da liberação de Aushwitz:

Enquanto o aniversário de 10 anos de liberação de Aushwitz quase não foi comemorado, o quinquagésimo aniversário, foi patético, o sexagésimo foi, repentinamente, feito com cerimônias extravagantes, shows pirotécnicos e festas ao estilo hollywoodiano, que comemoravam, pasmem, 60 anos de nossas mortes. (BURG, 2008, P. 13.)

No trecho acima, Burg se refere a “comemorações” e “festas” exclusivamente dedicadas a “libertação de Aushwitz”. Aqui está o já citado “uso político” da shoá. Para além de ser tema de estudos judaicos ou de estudos de genocídio, o estudo do holocausto se estabelece (nos últimos anos) como referência de fortalecimento de identidades, no caso identidades judaicas entre judeus.

Neste sentido, as investigações da shoá estariam não somente concentrados no campo dos estudos judaicos, mas estariam ainda relacionadas a políticas do Estado Judeu e às “comunidades judaicas.” Neste contexto, os sobreviventes reinariam de forma absoluta e inatacável.

⁷ Refiro-me aqui a projetos sobre o estudo da Shoá no Brasil, como o caso do programa Marcha da Vida, iniciado nas escolas judaicas no Rio de Janeiro em 2008. Ver: GHERMAN, Michel. *O Sionismo e o Uso Político9Pedagógico9da9Memória9da9Shoá*. In: <http://seminariomemoriatraumaereparacao.weebly.com/uploads/1/4/8/8/14881944/ghermmmanmichel.pdf>

Aqui, a memória passa a ser a grande referência da escrita histórica. A historiografia se baseia em testemunhos dos sobreviventes da tragédia do povo judeu. Assim, os porta-vozes do massacre servem de matéria prima, de fonte para e escrita de uma história que os tem como referências principais.

Pode-se afirmar que nos últimos anos vêm o renascer do interesse sobre o holocausto, que permanece divorciado dos estudos sobre a Segunda Grande Guerra. Para além disso, entretanto, ele passava a funcionar como uma função bastante específica, qual seja, a construção de identidades. Neste campo, e este era o grande risco, os estudos da shoá não estariam restritos apenas aos estudos judaicos e de genocídios, mas passavam a ser produzidos no interior da comunidade judaica, ou em estruturas acadêmicas que buscavam ter com as comunidades vínculos políticos. Neste sentido, a shoá passaria a ser um "tema de judeus".

Debate sobre a Shoá no Contexto Brasileiro

No Brasil há semelhanças com os quadros citados acima. No contexto local há uma relevante produção acerca de estudos sobre a imigração judaica⁸, existe um debate bastante numeroso sobre a fuga de judeus da Europa ameaçada pelo nazismo⁹ e podem até ser encontradas importantes publicações (acadêmicas e didáticas) sobre testemunhos de sobreviventes da shoá que se estabeleceram no país¹⁰.

⁸ Algumas referências do debate acerca da questão da imigração judaica: GRIN, Monica. *Etnicidade e Cultura Política no Brasil – O Caso de Imigrantes Judeus do Leste Europeu*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 28; GRINBERG, Keila (Org.). *Os Judeus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira. Memórias de Um Bairro Judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj, CNPq, Casa da Palavra. 2007.

⁹ Como exemplos de produções acerca deste debate: TUCCI, C. L. Maria. *O Anti-Semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1985; LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1995; KOIFMAN, Fabio: *Quixote nas Trevas: O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados no Nazismo*. Rio de Janeiro. Editora: Record. Data: 2002.

¹⁰ Aqui, apenas como exemplo cito dois entre os vários livros publicados por sobreviventes ou sobre sobreviventes, no Brasil. A temática desses livros é, via de regra, a experiência de sofrimento e humilhações de sobreviventes do holocausto durante a II Grande Guerra. Ver: **LAKS, Alexander; SENDER Tova. O Sobrevivente: Memórias de um brasileiro que escapou de Auschwitz. Rio de Janeiro: Record. 2014** & **BEN ABRAHAM. Izkor. São Paulo: Parma. 1979.**

Pode ser desnecessário atentar sobre o interesse político e acadêmico que biografias de sobreviventes, livros e pesquisas sobre a shoá tem por aqui. Porém, para demonstrar tal interesse bastaria notar o sucesso de vendas que tem tido livros sobre o tema e grande número de cursos e de pesquisas sobre a shoá realizados no país¹¹. Por fim, vale destacar os esforços políticos protagonizados pela comunidade judaica, no sentido de transformar a temática escolar¹².

Por outro lado, é interessante analisar uma espécie de silêncio sobre outro tema importante, qual seja, a participação de soldados judeus na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Dentre os mais de 25 mil soldados brasileiros enviados à Europa, havia cerca de 40 judeus presentes. Apesar disso, pode-se notar que a produção sobre a participação judaica na FEB é pequena, ademais, é pequena também a visibilidade comunitária e social do assunto. Neste sentido, para além de haver poucas obras sobre a participação dos soldados judeus brasileiros e soldados na II Guerra Mundial, homenagens e eventos sobre o assunto, seja no interior da comunidade judaica, seja a interação comunitária com a sociedade maior.

Aqui, é interessante notar que mesmo no interior da área de estudos judaicos, há pouquíssimas pesquisas sobre, por exemplo, biografias destes judeus brasileiros que serviram na Força Expedicionária brasileira na Itália, as impressões de soldados de origem judaica ao serem convocados para lutar contra seus mais duros inimigos, ou mesmo a sociabilidade destes jovens que retornam da guerra para o seio de famílias judias e de suas respectivas comunidades. Enfim, as possibilidades temáticas poderiam ser variados e pungentes, mas elas, em grande medida, não garantiram muitas pesquisas e reflexões sobre a ida de judeus soldados para a guerra na Europa.

¹¹ Aqui podemos destacar, por exemplo, o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, referência em estudo da shoá e seu arquivo digital, Arqshoá, grande sucesso de acessos mensais.

¹² Aqui destaco os programas de Marcha da Vida nas escolas judaicas e os projetos de lei que visam incluir o holocausto como matéria no programa de ensinamentos das escolas públicas brasileiras. Ver: <http://www.bnai-brith.com.br/>.

Como exceção, cito o livro de Israel Blajberg, "Soldados que Vieram de Longe"¹³, que mapeou e organizou os nomes de judeus que se juntaram a Força Expedicionária Brasileira. Para além do livro de Blajberg há um imenso deserto, um quase silêncio sobre o assunto.

Este quadro pode fazer crer que mesmo entre pesquisadores de temas afins, há uma "preferência" por estudos da shoá (bastante numerosos no Brasil) em relação a estudos, por exemplo, sobre a participação judaica-brasileira na II guerra mundial, que, como tentei demonstrar acima, eram bastante escassos nos contextos intelectual e comunitários do brasileiros.

Há uma outras possibilidades políticas de entendermos o contexto de produção de proposto acima. Pelo fato de o holocausto marcar a "excepcionalidade" da situação judaica na II Guerra mundial (KRAUSZ, 2009. P.111)¹⁴, ele também pode iluminar perspectivas excepcionais em um contexto onde os judeus, como grupo minoritário, necessitam de uma "cartas de entrada" para a sociedade brasileira. Esse processo se torna mais relevante quando no Brasil dos anos 2000.

Durante os primeiros anos do século XXI, o país parece caminhar para um modelo claro de multiculturalismo, onde, em contra partida de uma "brasilidade" geral e compartilhada, cada grupo cultural e étnico busca trazer e construir novas identidades "hifenizadas" (LESSER, 2008.) e complementares. Aqui, referências à África (e a escravidão) passam a ser fundamentais na construção das novas identidades dos negros brasileiros. Tais negros passam agora a ser reconhecidos como afro-brasileiro. Da mesma forma, referências a invasões e às formas de genocídio passam a ser fundamentais na consolidação da identidade dos povos indígenas do Brasil.

¹³ Blajberg, Israel; Campelo, Rui. Soldados que Vieram de Longe. Os 42 Heróis Judeus Brasileiros da Segunda Guerra Mundial. Rezende: AHIMTB, 2014.

¹⁴ O debate sobre excepcionalidade judaica é estabelecido a partir dos estudos sobre excepcionalidade americana e ganha outro viés pelo debate sobre Israel e o Sionismo. A ideia de acerca da categoria de nação dos judeus contribui para a dimensão de excepcionalidade desterritorializada em uma Europa nacionalizada do século XX. Ver: KRAUSZ, Luiz. *Uma Viagem aos Judeus* In: <http://www.seer.ufrgs.br/webmosaica/article/viewFile/11986/7127>. pp. 111-115.

Neste cenário multicultural em formação, referências similares (sempre positivas e de superação) estabelecem um novo discurso identitário brasileiro. Aqui, o japonês vira nipo-brasileiro, o chinês, sino-brasileiro, o árabe, árabe-brasileiro e por aí vai. Neste contexto, sofrimento, perseguição, luta e superação são elementos a ser considerados e valorizados.

Neste momento, o judeu sobrevivente da shoá se transforma em referência importante. Mais do que apenas mais um elemento na construção de identidade judaica, a condição de "sobrevivente da shoá" (ou de seus descendentes), pode garantir ao judeu um lugar privilegiado nesta nova "brasilidade em gestação"¹⁵. Assim, acredito que para além de ser apenas preferência pessoal de investigadores e da comunidade judaica brasileira, a hiper presença de temas ligados ao shoá pode indicar, no Brasil, produto de uma nova política de identidades que vai privilegiar experiências dramáticas de rupturas e tragédias, ou mesmo de trabalho e superação entre as "etnias" estabelecidas no Brasil.

Se para os indígenas as referências de genocídios passam a ser fundacionais neste discurso, se a escravidão passa a ser a grande referência para os afro-descendentes. No caso dos judeus-brasileiros, a shoá, a experiência do holocausto quase que se impõe. Neste contexto, o sobrevivente e não o soldado, passam a ser a referência a ser politicamente utilizada.

O Sobrevivente e o Soldado

Pretendo agora fazer iniciar uma reflexão sobre o lugar político da "memória da shoá" no contexto da comunidade judaica brasileira¹⁶. Procurarei discutir esta possível "política de identidade" a partir de duas figuras bastante conhecidas do público brasileiro em geral, quais sejam: Salomão Malina, tenente do 11º regimento da FEB (e posterior dirigente do Partido Comunista Brasileiro) e o Sr. Aleksander LAKS,

¹⁵ Este debate tem relação com a constituição da Secretaria de Proteção e Promoção da Igualdade Racial, criada em 2002 pelo governo federal. Tal Secretaria passa a contar com representantes de diversos grupos étnicos e culturais, que demandam a inclusão de suas narrativas culturais nos programas educacionais brasileiros. Ver: <http://www.seppir.gov.br/>

¹⁶ Me refiro aqui a federações judaicas no Brasil

recentemente falecido a quem convencionou-se chamar somente de "sobrevivente do holocausto". Este título se explica pelo fato de Laks ter-se dedicado, principalmente nas últimas décadas de vida, a contar, nos mais variados ambientes educacionais, sua história pessoal, de carga dramática indiscreta, durante os anos da shoá.

Antes, cabe aqui lembrar que este debate, longe de ser restrito e local, é, como dito anteriormente, conhecido em outros ambientes fora do Brasil. Como já debatido, a participação judaica na guerra constitui-se de um fenômeno complexo e bastante diversificado. Para além de alguns milhares de soldados russos, americanos, poloneses, palestinos, britânicos, brasileiros etc, a presença judaica no conflito foi muito maior quando lavamos em conta os milhões de civis mortos em campos de extermínios, guetos e fuzilamentos no continente europeu.

Na memória coletiva judaica, (e aqui não se deve deixar de lado o tensionamento entre memória e história que existe na historiografia judaica tradicional, conforme sinaliza Paul Ricoeur) (RICOEUR, 2010, PP.134), e na percepção mundial sobre o conflito, foi justamente o que Hilberg (HILLBERG, 1985) chama de "destruição dos judeus da Europa", que marcará, o papel que o judaísmo europeu terá no conflito. Para além de soldados em campos de batalha, os judeus foram participantes ativos daquela "outra Segunda Segunda Guerra Mundial". Nesta "guerra", cabe lembrar, eles participaram somente como vítimas, sem armas nas mãos, foram gazeados, fuzilados e mortos de todas as formas.

Para além disso, entretanto, proponho que discutamos aqui o lugar político que o sobrevivente tem no discurso produzido hoje no país. Neste contexto, a academia e a própria comunidade judaica se juntam a demandas políticas específicas contemporâneas que contribuem de sobre maneira para eclipsar o soldado judeu como referência de "participação judaica" na guerra.

Como já notado acima, o soldado judeu brasileiro que integra a Força Expedicionária Brasileira não teve lugar político ou gradativamente perde este espaço seja em produções acadêmicas ou em atividades produzidas pela própria comunidade judaica comunitárias. Este espaço é perdido para o "sobrevivente", a vítima por excelência de duas guerras que acontecem em paralelo na Europa e que ganha visibilidade e poder no "discurso comunitário". É, pois o sobrevivente que fala "em nome dos judeus". É o sobrevivente que

representa a comunidade judaica, é o sobrevivente que estabelece conexão com a sociedade brasileira. O sobrevivente passa a adotar o papel de "herói" na II Guerra.

Com o lema de "holocausto nunca mais", ele acaba tomando o espaço político e social dos soldados judeus, gradativamente relegados ao plano de integrantes da FEB, de soldados, de brasileiros e, eventualmente, no discurso hegemônico, de heróis do exército. Para além disso, poucos se lembram do fato, de que alguns membros do exército, que em última instância combateram os nazistas com armas na mão, eram judeus. De fato, judeus ashkenazitas (de origem europeia) membros reconhecidos da "comunidade judaica" que ao retornarem ao seu país de origem foram considerados mais heróis pelo país pelos quais lutaram e menos heróis pela comunidade judaica local. Para os judeus brasileiros, a grande referência de heroísmo era vinculada, e hoje está cada vez mais, aos sobreviventes.

Neste contexto, o sobrevivente não só ganha voz, como ele passa a ser uma espécie de importante recurso político a passa a ser usado e reutilizado, visando o ganho de legitimidade no cenário nacional. No Brasil, o sobrevivente passa a ser apresentado, questionado e ouvido. Em vários lugares, o sobrevivente ganha um novo status social, se transformando em categoria política importante e empurrando para a periferia social as experiências que poderiam também ser privilegiadas, como a dos soldados regulares que lutaram em guerras e conflitos armados tradicionais.

Como demonstrativo deste quadro, tomamos as biografias de dois judeus envolvidos diretamente com as experiências, respectivamente, de soldado regular e de sobrevivente do holocausto. Me refiro aqui a Salomão Malina e Alexander Laks. Ambos são membros da geração que foi mais duramente atingida pela segunda guerra Mundial. Malina, nascido em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, e Laks, ou "Seu LAKS", como era carinhosamente chamado, nasceu na cidade de Lodz, na Polônia em 1926.

Além da dimensão geracional, havia uma proximidade político-geográfica entre ambos, se Laks nascera em Lodz, os pais de Malina eram originários da mesma cidade. Assim, em um irresponsável exercício de história contra-factual, podemos afirmar que o que determinara a experiência de vida do soldado Malina e a do sobrevivente Laks, poderia ser a decisão que os pais do primeiro tiveram de emigrar, logo após a I Guerra Mundial para o Brasil.

Enquanto isso, em última análise, os pais do segundo decidiram não sair de Lodz, o que parece ter determinado a dolorosa experiência de ser vítima dos nazistas, ter sido encarcerado no gueto e, posteriormente deportado para Aushwitz.

Malina teve na infância uma profunda sociabilidade judaica, vivia no Bairro da Praça 11, que contava com concentração judaica na cidade. Nesta ambiência ele se envolvia com um judaísmo progressista, típico da esquerda judaica europeia. Bastante integrado a realidade brasileira, Malina foi matriculado no Colégio Pedro II, onde se aproximou, muito jovem da militância na esquerda e se integrou, ainda estudante aos quadros do Partido Comunista do Brasil. Malina, junto com companheiros de partido, fez parte das mobilizações pela entrada do Brasil na Guerra. Depois do colégio, Malina se alistou no exercito, e serviu no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, de onde saiu Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria.

Na FEB foi incorporado ao 11º. Regimento de Infantaria de São João d'El Rey, hoje o 11º. Batalhão de Infantaria de Montanha, tendo comandado o Pelotão de Minas, função natural para quem havia sido mandado fazer um curso de especialização nos Estados Unidos antes da Guerra nesta área. Pela participação na Guerra Malina foi condecorado com a maior condecoração do exército brasileiro, a cruz de combate de primeira classe.

Apesar de ser uma espécie de símbolo de integração e sucesso na guerra a mesma que produzira milhões de vítimas judas civis na Europa, poucas, são as referências acadêmicas e políticas a Malina nos estudos judaicos ou na política interna da comunidade judaica. De fato para além de alguma homenagens e do já citado livro de Israel Blajberg, não há muitas publicações ou usos políticos da figura de um judeu condecorado na II Guerra Mundial.

Por outro lado, Alexander Laks se transforma, desde os anos 1990, no símbolo maior da experiência judaica na guerra, além de personificar a identidade judaica de maneira mais pungente, perante a comunidade judaica. Importante notar que Laks chega a representar a coletividade judaica em solenidades e homenagens diversas, nem todas ligadas diretamente ao holocausto ou a II Guerra Mundial¹⁷.

¹⁷ Me refiro aqui a eventos ligados a Independência de Israel, a educação e a contatos com escolas e entidades de ensino judaico. Como exemplo, a manifestação contra a perseguição dos Bah'ái. Ver: http://www.owurman.com/blog/index_17_05_10.htm.

Nascido em Lodz, Laks vai ser internado em um gueto da cidade aos 13 anos. Vivendo sobre a tirania de Chaim Rumkovski, líder judeu no gueto (dirigente do Judenrat- Conselho Judeu do Gueto), Laks fica no Gueto praticamente até sua eliminação, em 1944. De lá ele é deportado para Aushwitz, passando pelas marchas da morte, no inverno de 1945.

Ao contrário de Malina as narrativas de Laks são utilizadas até as náuseas pela comunidade judaica. Ele se transforma em uma espécie de máquina de contar a história do gueto e dos campos de extermínio pelos quais passou. As apresentações que ele faz em escolas, sindicatos, universidades, clubes, no exército, em partidos políticos e em tantos outros lugares são explicadas um como o compromisso do judeu com a "memória". Como resultado desses encontros, Laks torna-se conhecido na cidade e no país, é inúmeras vezes condecorado, além de ser tema de teses dissertações e livros.

No Brasil, o papel do judeu soldado judeu na guerra, é praticamente desconsiderado nos usos políticos da comunidade judaica. No contexto nacional temos impressão que apenas a experiência do sobrevivente parece importante. Não há encontros entre soldados e sobreviventes, os soldados judeus que combateram o nazismo não são convidados para palestras em escolas ou universidades, os veteranos não são chamados a prestar depoimentos em dias festivos e raramente são temas de dissertações e teses acadêmicas. É o sobrevivente que se torna a "figura do judeu", seja nos marcos comunitários, seja fora deles. O soldado, em contrapartida, apenas incorpora a referência do heroísmo brasileiro, seu judaísmo e sua identidade judaica são raramente mencionadas.

Aqui me pergunto quais são as motivações para que isso ocorra.. Em um primeiro momento, me parece que para além de vínculos com militares de outros contextos (me refiro aqui ao contexto de Israel e os conflitos com seus vizinhos) não há na comunidade judaica brasileira maiores relações com soldados judeus heróis de guerra.. Neste sentido, a referência fundamental parece ser o shoá que cria identidades e fortalece vínculos de destino entre judeus e judeus.

Outro ponto importante, a força do testemunho e do trauma incorporados nas falas de Laks devem ser entendidos a partir do seu já citado uso político. Neste sentido, todas as escolas, clubes e entidades que recebiam o "sobrevivente", dentro e fora da

“comunidade” ,acabavam por entende-lo como referência máxima do judeu, ou seja, a vítima ultimativa era o judeu por excelência. Aushwitz, assim pavimentava o caminho para um lugar político muito determinado em um Brasil novo que se desenhava no horizonte.

O mesmo não ocorria com Malina, ou com nenhum outro dos veteranos judeus da FEB. Os veteranos eram soldados, como outros soldados. Sua identidade judaica não havia determinado (a princípio) seu alistamento e nem sua vitimização. Ademais, não há nada de excepcional em ser soldado. Aqui, está claro que para a comunidade judaica, a figura chave do judeu deve ser a Aquela de Laks e não a de Malinas, a referência deve estar, com o sobrevivente do holocausto e com o veterano da II guerra.

Para além da chamada excepcionalidade judaica, a experiência de Laks é enormemente importante na consolidação de uma memória judaica no panteão de vitimas do nascente multiculturalismo brasileiro. Aqui ao lado do genocídio indígena, da escravidão negra, os anos 1990 marcam a entrada do excepcional sofrimento judaico na shoá, o que criará formas de diálogo e força política na nova realidade brasileira. Neste sentido, nada mais adequado do que ter um sobrevivente talentoso e comprometido para guardar sua chave, aqui Laks deixa de ser somente “O sobrevivente”, ele passa a ser a a imagem de judeu para a comunidade brasileira.

Conclusão

Este artigo pretendeu servir de reflexão inicial acerca da construção da identidade e da memória dos judeus no Brasil; O fato de ter o fim da II Guerra Mundial ter sido pouco lembrado por membros da comunidade judaica brasileira e dos centros de estudos judaicos no Brasil abriu um questionamento acerca do significado deste quadro. Por outro lado, entidades judaicas, centros de estudos acadêmicos judaicos e grupos próximo de federações israelitas organizaram uma série de atos de lembrança em relação a liberação de Aushwitz, maior campo de concentração nazista. O que isso significava?

Tentei apresentar no artigo a ideia de que em cenários políticos determinados, a shoá e os sobrevivente podem servir para incorporar a imagem do judeu, perseguido e indefeso. Por outro lado, soldados regulares, que lutam de arma na mão servem pouco a interesses específicos, sendo alijados, ou quase alijados do discurso comunitário.

O conceito chave nessa situação tem a ver com excepcionalidade. Nada menos distante de uma situação excepcional do que a luta regular em exército regulares em exércitos regulares. Ao contrário disso, a análise e a biografia de "soldados judeus", na II Guerra Mundial, apontaria para exemplos de integração bem sucedido e heroísmo clássico.

Em contrapartida, a figura do judeus "sobrevivente" pode apontar para uma situação "especial", "fora de série" que permita a percepção do judeu como vítima de último grau, o que vai garantir que ele se coloque ao lado de outras "vítimas brasileira", sejam os escravos, ou índios ou outros grupos que para cá imigraram. Meu interesse no artigo foi intender como a memória da shoá pôde servir a interesses de uma comunidade judaica em uma situação de construção do multiculturalismo brasileiro. Neste contexto, sofrimento é poder e muito sofrimento é muito poder.

O debate sobre as biografias de dois judeus imigrantes para o Brasil, Malina e Laks, pretendeu iniciar uma discussão sobre o lugar diferenciado que a memória do shoá e da II Guerra tem hoje no Brasil. Pretendi fazer tal discussão analisando seus usos políticos e usos da memória, Finalmente a super exposição de Laks (e de outros sobrevivente da shoá) e o silenciamento comunitário apontam para preferência e tendências de uso político e imagem.

Bibliografia:

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém, um Relato sobre a Banalidade do Mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEN ABRAHAM. **Izkor. São Paulo: Parma. 1979.**

BLAJBERG, Israel; CAMPELO, Rui. **Soldados que Vieram de Longe. Os 42 Heróis Judeus Brasileiros da Segunda Guerra Mundial.** Rezende: AHIMTB, 2014.

BURG, Avraham. **The Holocaust is Over We Must Rise From Its Ashes.** Pallgrave MacMillan: Nova York. 2008.

FRIEDLANDER, Saul. **Nazi Germany and the Jews: The Years of Persecution, 1933-1939.** New York : HarperCollins, 1997.

FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira. Memórias de Um Bairro Judeu no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Faperj, CNPq, Casa da Palavra. 2007.

GHERMAN, Michel. **O Sionismo e o Uso político9Pedagógico9da9Memória9da9Shoá.** In: <http://seminariomemoriatraumaereparacao.weebly.com/uploads/1/4/8/8/14881944/ghermmanmichel.pdf>.

GRINBERG, Keila (Org.). **Os Judeus no Brasil. Rio de Janeiro:** Civilização Brasileira, 2005.

GRIN, Monica. **Etnicidade e Cultura Política no Brasil – O Caso de Imigrantes Judeus do Leste Europeu.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 28.

HILBERG, Raul. **The Destruction of the European Jews: Revised and Definitive Edition** .Nova York: Holmes & Méier, 1985.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva. 2007

KASSOW, Samuel. **Quem Escreverá Nossa História?** Saão Paulo: Companhia das Letras. 2009.

KOIFMAN, Fabio: Quixote nas Trevas: O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados no Nazismo .Rio de Janeiro. Editora: Record. Data: 2002.

KRAUSZ, Luiz. **Uma Viagem aos Judeus** In: <http://www.seer.ufrgs.br/webmosaica/article/viewFile/11986/7127>.

LAKS, Alexander; SENDER Tova. O Sobrevivente: Memórias de um brasileiro que escapou de Auschwitz. Rio de Janeiro: Record. 2014.

LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora Descontente: os Nipo-Brasileiros e os Significados da Militância Étnica 1960-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEVI, Primo. **Os afogados e os Sobreviventes: Os Delitos, os Castigos, as Cenas, as Impunidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ORLANDI, E. Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

RICEUR, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp . 2008.

TUCCI, C. L. Maria. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Brasiliense, 1885.

WASSERSTEIN, Bernard. **Na Iminência do Extermínio**. São Paulo Cultrix. 2014

WIESEL, Elie, **A Noite**. Rio de Janeiro : Ediouro, 2006.

Fontes:

<http://www.seppir.gov.br/>

<http://www.bnai-brith.com.br/>.

http://www.owurman.com/blog/index_17_05_10.htm.

<http://www.haaretz.com/jewish/news/.premium-1.639023>

O PARTIDO NAZISTA E O MITO DA QUINTA COLUNA NO BRASIL

Luís Edmundo de Souza Moraes¹

Igor Gak²

Resumo: O propósito deste artigo é o de apresentar os contornos disto que chamamos de “mito do quinta-colunismo” no Brasil e dos fundamentos que o sustentam até nossos dias. A ideia fundamental por trás do mito da quinta coluna é de que o partido nazista teria se infiltrado no Brasil para agir subterraneamente no país com propósito de facilitar a invasão do Brasil pela Alemanha nazista. Nossa expectativa é a de, por meio de um estudo de caso, ilustrar o fato de que nem o Brasil nem a América do Sul ocupavam qualquer lugar no projeto expansionista do “Terceiro Reich”.

Palavras-chave: Nazismo no Brasil, Mito da Quinta-Coluna, Terceiro Reich, Otto Schulz-Kampfenkel (1910-1989)

¹ Doutor em História pelo Centro de Pesquisas sobre o Antissemitismo da Universidade Técnica de Berlim, Professor de História Contemporânea do Departamento de História e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Coordenador do *Núcleo de Estudos da Política*, NUEP/UFRRJ. Email: luismoraes@ufrj.br

² Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), doutorando do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

Abstract: The purpose of this article is to present the outlines of what we call “the myth of the Fifth-Column” in Brazil and the foundations that support it until today. The basic idea behind this myth is that there was an infiltration of the Nazi Party in Brazil with the aim of, by its underground activities in the country, to facilitate the invasion of the country by Nazi Germany. What we expect, by means of a case study, is to show that neither for Brazil nor for South America there is evidence to support the idea that they were somehow included in the expansionist project of the “Third Reich”.

Keywords: Nazism in Brazil; Myth of the Fifth-Column; Third Reich; Otto Schulz-Kampfhenkel (1910-1989)

A segunda metade da década de trinta vê o espaço público no Brasil atravessado por dois “perigos” que implicavam, de forma diferenciada, em um risco à soberania do país. De um lado, o chamado “perigo vermelho” que, associado à chamada “intentona comunista” de novembro de 1935³, se tornou tema regular na imprensa e objeto de vigorosa repressão policial. De outro, o partido nazista que, um pouco mais tarde, passou a ser visto como o aparelho coordenador da ação de uma *quinta coluna* no Brasil.⁴

Derivada de uma teoria mais geral sobre o “perigo alemão”, que tem suas primeiras elaborações em fins do século XIX (GERTZ, 1991; SEYFERTH, 1989), a ideia de que a presença do partido nazista no Brasil representava um risco à integridade do país nunca esteve desconectada do fato de existirem áreas colonizadas por “alemães”, em especial nos estados do sul.

³ Em setembro de 1937, os jornais cariocas trazem nas capas, lado a lado, notícias sobre o julgamento dos comunistas que se envolveram com a tentativa de golpe em 1935 e notícias sobre os perigos do nazismo no sul do país. Cf., dentre outros, *O Globo* 09/09/37 e 16/09/1937, ambos na pg 1.

⁴ O termo “Quinta Coluna” tem sua origem na Guerra Civil Espanhola, durante as operações que levaram à queda de Madrid. Um aviso foi enviado aos republicanos que, além das quatro colunas do exército de Franco, existia uma força franquista organizada infiltrada na cidade, a “quinta”, que esperava o momento certo para, pela retaguarda, agir e contribuir para a queda da cidade. Cf. AXELROD, 2007. Pg 332.

⁵ As siglas correspondem em alemão a: **Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei** (NSDAP) e **Auslandsorganisation der NSDAP** (AO).

Os seus fundamentos foram apresentados de forma lapidar pelo jornalista uruguaio, Hugo Fernandez Artúcio, no livro *Subterrâneo Nazista na América do Sul*.

“O Estado alemão e o Partido Nazista existem onde quer que existam membros da comunidade nacional alemã. Pois: nenhum indivíduo, nenhuma instituição - seja política, econômica, religiosa ou cultural - pode possuir direitos superiores aos do partido. O partido tem prioridade sobre todos os indivíduos e sobre todas as instituições. O partido tem precedência moral, jurídica e material absoluta em todo o mundo. Consequentemente, onde quer que haja indústrias alemãs, casas comerciais, escolas, igrejas, ou simplesmente membros individuais da comunidade alemã, lá estará a “Grande Alemanha”, cujo direito de ocupar e depois de possuir a terra ocupada torna-se o direito de conquista, que Hitler se sente livre para utilizar sempre que se adequar à estratégia criativa do Grande Império Alemão de 250 milhões de pessoas “. (ARTÚCIO, 1942: 23)

Em se tratando de uma seção do partido nazista no estrangeiro, ligado ao partido na Alemanha por meio da *Organização para o Exterior do Partido Nazista* (NSDAP-AO ou simplesmente AO⁵), esta ideia pareceu estar solidamente fundada. Afinal, o “Terceiro Reich” possuía um projeto expansionista que teria como propósito, diziam, a dominação do mundo.

Em função disto, os supostamente existentes “planos de dominação mundial” de Hitler forneceram subsídios infindáveis tanto para os materiais de contrapropaganda dos aliados quanto para a imprensa diária nas décadas de 30 e 40.

Este tema foi caro especialmente a jornalistas e policiais, cujos escritos, em geral de denúncia, não deixavam dúvidas quanto ao fato de ser a América do Sul, em especial os países com presença de imigrantes alemães, alvo direto da política expansionista de Hitler.

⁶ Não é correta, por exemplo, a informação prestada por Seitenfus de que “em fins de 1934, o NSDAP envia ao Brasil, Hans von Cossel, que se estabelece em São

Estes escritos produziram efeitos importantes no espaço público brasileiro neste período. Foi a partir deles que se justificou tanto a montagem de uma estrutura repressiva aos nazistas no Brasil, quanto a contínua vigilância da sociedade contra o inimigo.

Mas esses efeitos ultrapassaram em muito os tempos do nazismo. A ideia de que a própria presença do partido nazista no Brasil foi a evidência inquestionável dos “planos de agressão de Hitler” acompanhou muitos dos trabalhos que, de alguma forma, faziam referência ao partido.

Ao lado de artigos acadêmicos, também em entrevistas ou em artigos de jornal, as bases assentadas nesses muitos anos em que esta história foi construída e contada continuaram a mostrar seu vigor e a impregnar as nossas representações sobre o nazismo no Brasil.

O propósito deste artigo é o de apresentar os contornos disto que chamamos de “mito do quinta-colunismo” e dos fundamentos que o sustentam até nossos dias. Além disso, a expectativa é a de, por meio de um estudo de caso, ilustrar o fato de que nem o Brasil nem a América do Sul ocupavam qualquer lugar no projeto expansionista do “Terceiro Reich”.

1 O NSDAP e a Tese do Quinta-Colunismo

Na história do partido nazista no Brasil têm destaque as experiências locais. O partido se construiu de forma descentralizada entre 1928 e 1931 por grupos que não tinham contato entre si. Foram estes núcleos que entraram em contato com o partido nazista em Munique para estabelecer contato e pedir filiação, tendo a direção do partido na Alemanha reagido a esta demanda. Em razão de disputas internas, só se constitui uma direção centralizada e estável para todos os grupos existentes no país em 1934, com sede em São Paulo, que funcionou legalmente até 1938, quando o partido foi proibido.⁶

Paulo e torna-se o representante-chefe do NSDAP no País”. (SEITENFUS, 2000: 51). Hans Henning von Cossel, faz parte do grupo que funda o partido em São Paulo ainda em 1931 (sendo responsável pela Secretaria de Imprensa e Propaganda), tendo chegado ao Brasil antes disto. Cf. MORAES, 2005: 137.

⁷ Em relação à história da seção do NSDAP no Brasil. GERTZ, 1987; MORAES, 2005 e 2008, DIETRICH, 2007; ISOLAN, 2011.

Não é possível ter certeza de quantos núcleos existiram, mas até agora foi possível registrar 107 núcleos organizados em 11 estados, tendo alcançado algo em torno de 3.000 membros e talvez duas vezes este número em pessoas próximas mas que não eram membros inscritos. Isto fez desta a maior seção do partido nazista fora da Alemanha em números absolutos.

O partido tinha uma estrutura piramidal, indo da direção nacional (*Landesgruppenleitung*), direções regionais (*Kreisleitungen*), locais (*Stützpunkt- e Ortsgruppenleitungen*) e organismos de base (*Zellen*). Ao lado desta estrutura, o partido nazista possuía organizações paralelas. No Brasil foram até agora registradas quatro destas organizações: a *Nationalsozialistische Frauenschaft* – NSF (Coletivo de Mulheres Nacional Socialistas), a *Hitlerjugend/Deutschbrasilianisches Jugendring* –HJ/DBJ (Juventude Hitlerista/Círculo da Juventude Teuto Brasileira), a *Deutsche Arbeitsfront* – DAF (Frente Alemã do Trabalho) e a *Nationalsozialistische Lehrerbund* (Liga de Professores Secundários Nacional Socialistas).

O partido contou ainda com pelo menos oito órgãos de imprensa semanais e mensais e um anual, dos quais somente dois existiram desde o início da década de 30 até a proibição do partido e um deles foi publicado até 1941. O partido tinha militantes em várias associações daquilo que se pode chamar de um *espaço público de língua alemã* em diversas cidades brasileiras, como associações culturais, esportivas, educacionais e outras. O partido mantinha atividade interna regular e atividades públicas em todos os locais em que estava estabelecido. Tinham destaque os eventos de grande porte, como as celebrações do primeiro de maio, chamado de *Dia do Trabalho Alemão*, e do dia 20 de abril, aniversário de Adolf Hitler, realizados, em geral, em praças públicas ou em Estádios de Futebol. Em várias destas *celebrações*, brasileiros com algum prestígio local ou regional eram convidados e, em alguns casos, partilhavam o palanque com os membros do partido.

O partido tinha atividade financeira regular, com contribuições internas, coletas públicas e, uma vez por ano, com a campanha de auxílio de inverno aberta a toda sociedade circundante. Isto fez com que ele fosse financeiramente autossuficiente e que enviasse dinheiro para a Alemanha de tempos em tempos.⁷

⁷ Cf. "O 'Times' e as influências nazistas no Brasil: o texto integral do artigo publicado pelo jornal londrino". *Correio da Manhã*, 3 de setembro de 1937, pg 10.

Em relação à forma como as autoridades brasileiras reagiram ao partido, até o final dos anos 30 não é possível identificar nenhuma regularidade nem de governos e polícia nem da imprensa. Até 1937 podem ser registradas reações ao partido tanto de acolhimento e tolerância quanto de desconfiança e de enfrentamento. Os registros que se tem de ações de repressão em relação à Seção do NSDAP no Brasil vêm fundamentalmente, já a partir de inícios de 1937, dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. (MORAES, 2005, p. 178-180.)

A partir da segunda metade de 1937 o partido passou a ser alvo de ações sistemáticas de repressão tanto de autoridades locais quanto do governo federal. Este foi também o momento em que ele passou a aparecer com regularidade nas páginas da imprensa em língua portuguesa e se tornou um tema também no parlamento federal.

A virada na forma como o partido foi tratado no Brasil pode ser localizada com alguma precisão e tem relação direta com um artigo publicado no *Times* de Londres em 2 de setembro de 1937.

Escrito por um correspondente que teria estado no Brasil pouco antes, o artigo, cujo título era "Os Nazistas no Exterior: uma imagem do Brasil" (*Nazis Abroad, a Picture from Brasil*), oferecia um cenário alarmante para o nacionalismo daqueles tempos. Com grande repercussão na imprensa brasileira, já no dia 3 de setembro o artigo foi reproduzido em português em diversos jornais do país.

O artigo do *Times* não deixava dúvidas de que a situação era alarmante e de que o perigo era muito concreto:

"O modo pelo qual os cidadãos germânicos que vivem no estrangeiro formam as suas comunidades nazistas, através da organização externa do Ministério do Exterior da Alemanha, está perfeitamente exemplificado pelo que eles empreendem no Brasil.

Os estados mais meridionais do país, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, encerram grandes estabelecimentos de colonização de descendentes de alemães.

Estas 'colônias alemãs', desde muito antes da Grande Guerra e do advento do regime de Hitler, têm sido carinhosamente tuteladas pela Alemanha. (...)

Através de escolas subsidiadas e de professores mandados da Alemanha (...) o sentimento nacionalista alemão tem sido cuidadosamente fomentado.

A grande maioria dos brasileiros natos, descendentes dos colonos germânicos, têm sido ensinada de que é à Alemanha e não ao Brasil que eles devem fidelidade. (...)

O regime de Hitler intensificou a propaganda germânica no Brasil e o pensamento germanófilo tem sido estimulado numa proporção jamais conhecida (...).

(...) Em Blumenau a maior parte da juventude brasileira – e não meramente alemã – é obrigada a fazer parte da organização 'Hitler Jugend' (Juventude Hitlerista). Os seus juramentos de fidelidade têm de ser renovados a cada dois meses. Recentemente foi despachado para o Brasil um representante do regime de Hitler, com plenos poderes para controlar todas as atividades não somente dos alemães, mas também dos próprios brasileiros no sul do país.

(...) Estão sendo tomadas providências para que os bebês nazistas nasçam no "velho mundo" e comecem a vida legalmente sob a cidadania germânica.

Os navios alemães que fazem escala nos portos brasileiros têm ordem de embarcar as parturientes alemães ou descendentes de alemães para que as crianças venham ao mundo sob a bandeira alemã.

(...)

Tudo quanto entra em Blumenau, seja por via marítima, seja por via terrestre, e até mesmo correspondência, é sujeito ao controle dos agentes da NSDAP (National-sozialistische Deutsche Arbeiter Partei), cuja organização de censura é severíssima".⁸

⁹ Cf. "Poder Legislativo: Câmara dos Deputados." *Correio da Manhã*, 05 de setembro de 1937, pg 4.

No dia seguinte, da tribuna da Câmara dos Deputados, o deputado Café Filho fez um requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministério do Exterior sobre o artigo do *Times* e sobre as providências tomadas e por tomar em relação à “espionagem e infiltração nazista no Brasil”.⁹

Nos dias seguintes, a imprensa manteve a matéria aquecida. O *Globo* levou o tema aceso até outubro, enviando repórteres para a região colonial de Santa Catarina e fazendo reportagens em série sobre o tema da infiltração nazista no Brasil com cores vibrantes.¹⁰

No final do mês, começou a ser anunciada a primeira manifestação pública derivada do clima que se criou no país por conta do artigo do *Times*. Trata-se do *Comício contra a Infiltração Nazista no Brasil*, convocado pela recém constituída Frente Nacional Democrática para se realizar em São Paulo no dia 1º de outubro de 1937.¹¹

E o partido nazista no Brasil, que circulava no espaço público sem muitos problemas em boa parte do país, passou a enfrentar dificuldades crescentes. Entre fins de 1937 e princípios de 1938 o NSDAP foi objeto de repressão da polícia em alguns estados da federação. Ao lado de prisões e de buscas em residências, o partido e o Círculo da Juventude Teuto-Brasileira foram proibidos nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estas medidas, foram avaliadas em princípios de março de 1938 como “equivocos de alguns funcionários locais ultra-zelosos” pelo *Landesgruppenleiter* von Cossel e pelo embaixador alemão Ritter.¹²

¹⁰ As reportagens tem início no dia 10 sob o título de A Infiltração Nazista no Brasil e se encerram em 19 de outubro. O *Globo*, 10 de setembro de 1937, pg 1. Neste sentido não se sustenta a afirmação de que “a repercussão [das denúncias feitas sobre os nazistas no Brasil] foi próxima de zero”, feita por Sergio Corrêa da Costa em seu *Crônica de uma Guerra Secreta*. (COSTA, 2004, p. 255.)

¹¹ Cf. “Frente Nacional Democrática de São Paulo: Comício contra a Infiltração Nazista no Brasil”. *Correio da Manhã*, 28 de setembro de 1937, p 3.

¹² Cf. *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes* R 104945, Embaixada ao *Auswärtiges Amt* (Ministério do Exterior Alemão), 3.3.38; idem R 104942, Embaixada ao *Auswärtiges Amt*, 26.10.38; idem R 104945, Embaixada ao *Auswärtiges Amt*, 10.3.38

Mas as medidas seguintes contra o partido e contra outras instituições dos espaços públicos de língua alemã, principalmente contra as escolas, fizeram com que o embaixador Ritter, já em finais de março, corrigisse seu erro de avaliação e classificasse estes processos em um relatório para Ministério das Relações Exteriores alemão não mais como equívocos mas sim como estratégia do governo:

“É difícil ver claramente quais as razões que levaram o Governo brasileiro a fazer nos últimos meses uma campanha contra os alemães no Brasil, tanto os cidadãos alemães e suas organizações como contra os alemães que possuem cidadania brasileira. (...) O próprio governo federal e vários governos estaduais, não só permitem que uma campanha seja feita contra o NSDAP, contra membros individuais do partido, escolas alemães etc., mas até a aprovam. (...) O Presidente está obcecado com a ideia de eliminar as diferenças étnicas existentes na população brasileira (...).”¹³

Tudo isto culminou no decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938, que proibia toda e qualquer atividade política a indivíduos ou organizações estrangeiras em território brasileiro. As medidas do governo brasileiro foram comunicadas imediatamente a Berlim pela representação diplomática alemã no Brasil, e foram respondidas com inócuas notas de protesto.¹⁴

¹³ Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 30.3.1938. “Documentos sobre a Política Exterior Alemã” *Akten zur Deutschen Auswärtigen Politik* (1918-45), Serie D (1937-1945) Band 5, Doc. 599. Este relatório foi publicado em língua portuguesa na coletânea “O Terceiro Reich e o Brasil”, (1968, pgs: 27-30), que, no entanto, apresenta problemas pontuais de tradução.

¹⁴ Sobre o decreto 383 cf. as notas de Schlimpert, funcionário da embaixada, em *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 104939; Ritter ao *Auswärtiges Amt* 26.4.38; cf. tb. as notas de protesto de Ritter de 10.5.38 e a resposta de Oswaldo Aranha de 17.5.38, idem. Seguiu-se a aprovação, em outros países sul americanos de medidas, que representavam um endurecimento em relação ao partido. Um dos argumentos acionados como uma justificativa dessas medidas se refere à “agressão à soberania” verificada com a incorporação pelo partido de indivíduos que, segundo o *Jus Solis*, não eram alemães. A evolução dos tensionamentos diplomáticos entre a Alemanha e alguns países da América Latina pode ser verificada em vários dos documentos da já citada coletânea “O Terceiro Reich e o Brasil” (1968, vol. I, p. 27ss).

A repressão ao partido ganha, contudo, outra qualidade quando se passa a associar o partido e o governo alemão à fracassada tentativa de golpe integralista levada a efeito na noite do dia 10 para o dia 11 de maio.

Importante foram os boatos disseminados sobre a participação direta de membros do partido bem como sobre o apoio da AO e do governo alemão à tentativa de golpe. Isto parecia confirmar as suspeitas (e as acusações) de que o integralismo e o NSDAP não eram somente parecidos, mas também atuavam conjuntamente. O fato de que o integralismo gozou de ampla base militante e de presença destacada nas assim chamadas „colônias alemãs” parecia dar substância a estas suspeitas.

Estes dois aspectos foram relacionados de forma imediata ao tema do “Perigo Alemão”: o sucesso do integralismo entre os *alemães* vinha do fato dele ser uma outra roupagem para o nazismo, uma alternativa ao hitlerismo para os descendentes de alemães, visto que para ser membro do partido nazista era necessário ter cidadania alemã. Neste sentido, o tema do sucesso da AIB nas regiões colonizadas por alemães foi instrumentalizado por círculos nacionalistas, principalmente em Santa Catarina, para justificar as medidas nacionalizadoras nestas regiões.¹⁵

Mesmo que para a participação do NSDAP no golpe até hoje não existam indícios consistentes, o evento serviu para justificar uma onda repressiva tanto contra os integralistas como contra membros do já ilegal NSDAP e pessoas próximas a ele.¹⁶

¹⁵ Cf. reprodução de uma carta de Brusque (sem referência ao remetente) de 8.5.35. *Bundesarchiv* (Arquivo Federal da Alemanha), R57/36; Relatório do Consulado Alemão de Florianópolis de 20.11.35, *Bundesarchiv*, R57/181-11; Relatório de Viagem do Embaixador Schmidt-Elskop de 20.4.35, esp. Anexo II, *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, Pasta Pessoal de Schmidt-Elskop; variados documentos em *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 78 966; GERTZ, 1987; FALCÃO, 1998, esp. Capítulo 2.

¹⁶ Sobre a tentativa de golpe dos integralistas e a questão da participação da AO, cf. „Der Faschistische Umsturz in Brasilien”, *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 99243; HARMS-BALTZER, 1970. p. 63-94; BARTELT, Berlin, 1991, pg. 132-140; Sobre as muitas prisões em função da suspeita de participação alemã na tentativa de golpe integralista, cf. inúmeros documentos em *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R104940.

Neste contexto, morreu sob tortura uma liderança juvenil ligada ao partido, um brasileiro chamado Friedrich Collin Kopp, descendente de alemães. Preso em 24 de junho de 1938 (sexta-feira), Kopp, de acordo com informações da polícia, teria cometido suicídio no dia seguinte. O embaixador alemão, Karl Ritter enfatizou, entretanto, que era forte “a suspeita de que ele tenha sido morto pelos órgãos de segurança”.

Na correspondência da embaixada com o Ministério do Exterior alemão, Ritter indicou que quando Kopp foi preso a polícia apreendeu materiais escritos que “comprometiam seriamente não somente proeminentes membros do partido”, mas também a Embaixada e o próprio Embaixador, pelo fato de Kopp haver utilizado, *sem sua autorização ou conhecimento*, o seu nome.¹⁷

Estes sinais pareciam comprovar a teoria e transformaram o partido em um risco presente e imediato.

E, com o tempo, também a situação na Europa acrescentou contribuiu para este clima: em março de 1938 a anexação da Áustria; em outubro, a ocupação da região dos Sudetos (Tchecoslováquia); em março de 1939, a invasão da Tchecoslováquia e, em setembro, a da Polônia. Tudo isto confirmava os temores de que o expansionismo alemão era um risco.

Também da Europa veio aquilo que foi considerado a confirmação de que o Brasil estaria nos planos de Hitler. Trata-se da publicação de *Hitler m'a dit*, de Herman Rauschning. Gozando do “privilégio” de ser “dissidente” do nazismo, Rauschning, que havia presidido o parlamento de Danzig, tornou-se por muito tempo, e para muitos, fonte de “informações seguras” sobre o partido nazista e o “Terceiro Reich”.

Publicado originalmente em francês em 1939, Rauschning afirmava que o livro foi composto a partir de anotações feitas de conversas com Hitler que o autor supostamente teria tido ou presenciado nas “mais de cem vezes” que alegadamente havia se encontrado com Hitler” (HÄNEL, 1984, p. 25):

¹⁷ Cf. *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 104940 Telegrama do Embaixador Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 28.6.38; idem R 104941, Relatório de Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 29.6.38; Telegrama de Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 7.7.38, *BundesarchivBundesarchiv*, R57neu/ 1195-20, relatório „Das Verhältnis des DBJ zur Federação 25 de Julho”. Parte desta documentação foi reproduzida em *O Terceiro Reich e o Brasil*, 1968.

As conversas relatadas são rigorosamente autênticas. Elas tiveram lugar no último ano antes da tomada do poder, como em 1933 e em 1934, após o advento do nacional-socialismo. (...) Eu transcrevi a maior parte enquanto eu ainda estava sob a impressão imediata das palavras que eu tinha ouvido falar, de modo que, em grande medida, elas têm o valor de uma reprodução literal. Aqui Hitler se expressou livremente entre seus fiéis. (RAUCHNING, 1939, pg 16)

Hitler m'a dit, que tem como subtítulo: "confidências do Führer sobre o seu plano de conquista do mundo", se tornou um sucesso absoluto de vendas e foi traduzido para o português e publicado no Brasil já em 1940 com o título de "O que Hitler me disse".¹⁸

No livro, o Brasil é mencionado em três páginas de um capítulo intitulado "a invasão da América Latina". Os trechos são os seguintes:

No início do verão de 1933, eu testemunhei, uma conversa, muito característica das ideias políticas de Hitler sobre a América. Esta conversa é clara evidência de que, nesse momento, o *Führer* já via muito longe e se enganaria quem imaginasse que os objetivos políticos nazistas eram limitados ao leste e ao sudeste da Europa. (...)

O Brasil o interessava particularmente. "Nós vamos construir uma nova Alemanha no Brasil. Lá nós vamos encontrar tudo o que precisamos." (...) No Brasil, ele pensava, se encontravam dadas todas as condições para uma revolução que em poucos anos permitiria transformar um Estado governado por mestiços corruptos em um domínio germânico." (...)

¹⁸ Sobre a difusão e os contratos de tradução do livro, cf. Hänel, 1984, p 4 e 5. A edição brasileira: Rauschning, Hermann. *O que Hitler me disse*. Rio de Janeiro: Edições dois mundos, 1940.

[Para isto, disse Hitler], “devemos iniciar dois movimentos distintos: um movimento leal e um movimento revolucionário. Você acha que é tão difícil? Nós já provamos que conseguimos fazer este tipo de trabalho, caso contrário não estaríamos neste momento, sentados em frente um do outro. Não temos a intenção de fazer como Guilherme, o Conquistador, e desembarcar tropas para ocupar Brasil com armas na mão. Nossas armas são invisíveis para nós.

Apesar de longa, a citação desses extratos justifica-se pelo fato de trazer aquilo que faltava até então: a prova de que Hitler, de fato, pretendia se apropriar do Brasil (ou de parte de seu território) e de que ele tinha muito pouca consideração pelos brasileiros, e isto dito por aquele que era, até então, tido como um interprete autorizado do nazismo e de seu movimento. Isto por que, as suspeitas que foram enunciadas já nos anos quarenta se confirmam trinta anos mais tarde: “Hitler m’a dit” é uma farsa e Rauschning não somente não se encontrou com Hitler mais que quatro vezes, mas jamais sozinho ou em um círculo íntimo. (Hänel, 1984; Tobias, 1988)

Contudo, no início dos anos quarenta, a ideia de que era “confidente de Hitler” e de que as suas conversas com ele teriam sido reais, não foi colocada em dúvida e isto ofereceu enorme consistência à tese de que os planos nazistas de domínio do mundo incluíam o Brasil.

2 A “Quinta coluna Nazista” e as ações do Estado

Em função de tudo isto, cristalizou-se a percepção de que a presença do partido nazista no Brasil atentava de forma direta contra a soberania brasileira e a resposta ao “perigo” se deu por meio de dois tipos de intervenção do Estado.

Por um lado, a repressão policial. Iniciada ainda em 1937, a partir de 1938, diversos Departamentos de Ordem Política e Social montam um aparato policial significativo para combater o inimigo nazista.

O Chefe da Polícia do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, o então major Aurélio da Silva Py, que iniciara, ainda em 1937, a repressão ao partido no Sul, transformou isto em uma “campanha”. O resultado desta campanha foi apresentado em dois relatórios internos e em um livro público chamado *A Quinta Coluna no Brasil*. (PY, 1942) Os dois primeiros, tendo como título *O Nazismo no Rio Grande do Sul*, não foram projetados para publicação, tratando-se na realidade de relatórios das atividades de repressão ao partido no RS distribuído com o carimbo “SECRETO” para várias outras repartições públicas interessadas e delegacias regionais¹⁹. Já o terceiro dos textos é pensado como instrumento tanto de denúncia pública das atividades do NSDAP no Brasil, como de uma prestação de contas do trabalho realizado pela polícia. Porém, apesar dessa diferença, pode-se dizer que o livro é a reprodução dos primeiros de forma “reorganizada”.

No *Quinta Coluna*, Py descreve cuidadosamente o “plano de dominação nazista do Sul do Brasil” e adverte.

“Se a fase de dominação militar nazista ainda não nos tocou, (...) foi em parte por uma simples questão cronológica: a nossa vez, na escala de Hitler estava mais abaixo do que a vez daquelas nações [Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, etc.] Mas de qualquer forma o perigo não foi conjurado.”(PY, 1942, 10)

Para Py, as pretensões alemãs em tornar o Rio Grande do Sul um protetorado seriam antigas e, agora, com Hitler, teriam começado a ganhar concretude. E para mostrá-lo, ele lança mão de dois tipos de *evidência*: materiais apreendidos pela polícia que demonstram que havia uma seção do partido nazista no Brasil e, para indicar que estes seguiam um antigo plano expansionista, materiais de fins do século XIX que trazem projetos que são “executados por Hitler”.

¹⁹ O exemplar sob guarda da Biblioteca Pública de Curitiba- PR traz, em anexo, a seguinte mensagem do Major Aurelio da Silva Py para o Sr. Hostílio de Araújo, Diretor Geral de Educação do Estado do Paraná:

Atendendo à sua solicitação, envio-vos, junto a este, para seu uso particular, o 2º relatório desta chefia sobre o “NAZISMO NO RIO GRANDE SO SUL”. Quanto ao pedido idêntico, de um volume, para a biblioteca dessa diretoria, lamento não poder satisfazê-lo pela razão de se tratar de um documento em caráter secreto.” Este documento é datado de 20 de julho de 1940 e o grifo está presente no original.

Apesar da debilidade das fontes, são essas as formulações que constituem-se em “prova cabal” da perspectiva anexionista do “Terceiro Reich” e é com elas que Py busca mostrar que os interesses alemães no sul do Brasil são muito concretos por que lá encontrariam um terreno fértil: os imigrantes *desnacionalizados*.

Segundo ele, deixados à sua sorte por governos negligentes em nacionalizá-los, os imigrantes que aqui chegavam, por terem ficado isolados, mantiveram os laços com o país de origem, o que permitiu a construção de “um mundo germânico” no Rio Grande do Sul, condição para que a penetração de elementos vindos de Berlim com o intuito de construir aqui um “protetorado alemão” se realizasse (Py, 1942: 57)²⁰.

“A missão mais importante confiada aos agentes da GESTAPO é a de propagar a ideologia Nacional Socialista alemã no estrangeiro e estabelecer, assim, os pontos de apoio que permitam, quando chegar o momento crítico, enfraquecer a resistência do país eleito para a invasão militar e econômica.” (Py, 1942: 31)

Da mesma forma, Antônio de Lara Ribas, oficial da polícia militar e, a partir de 1938, delegado de Ordem Política e Social da polícia de Santa Catarina, publicou em 1943 *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*, livro de contornos muito próximos aos de seu colega gaúcho. Para ele, também, os imigrantes alemães são a chave do problema: a imigração teria sido um instrumento utilizado pelo “genial Bismark” para que um império sem terras ultramarinas se tornasse, graças aos planos pangermânicos, uma “fundadora de colônias nos continentes longínquos”, passando a ser “a terceira potência colonial do mundo” (RIBAS, 1943.p. 7).

²⁰ Não nos esqueçamos que este tipo abertura de um espaço para a intervenção do Estado deve ser lido à luz do fato de o autor ser um agente da Campanha de Nacionalização.

“[O NSDAP], em obediência ao velho sonho de expansão, voltou desde logo as suas vistas para o exterior, promovendo uma propaganda de agitação político-racista que atingiu os recantos mais pacatos e longínquos de todas as nações do globo, instalando nelas, através de células políticas subordinadas à Organização do Exterior do NSDAP, verdadeiras “cabeças de ponte”, dando-lhes a missão de promoverem a arregimentação total de todos os residentes, acidental ou definitivamente nos países de além fronteira, preparando-se, assim, já se vê, para o assalto fatal contra a soberania das mesmas”. (RIBAS, 1943, p. 18)

Assim torna-se explícita a espionagem como método de ação partidária no exterior. E não é gratuito o aparecimento da espionagem na galeria de honra dessa história construída ao longo dos últimos setenta anos: se a anexação é o horizonte mais próximo da ação do partido, praticamente sua ação se volta para a construção dos agentes que “atrás das linhas” iriam preparar o terreno e fornecer indicações precisas de suas vulnerabilidades, os famosos “quintas-colunas”. Em Ribas, a questão é colocada nos seguintes termos:

“O que o nazismo fêz foi ampliar mais os horizontes de ação, sob fundamento racial, com o propósito deliberado de conquistas, praticando a espionagem militar, comercial, industrial, marítima e social, visando incontestavelmente a formação da “Quinta Coluna” (RIBAS, 1943.p. 26).

Porém, tais atividades aqui, por mais que estivessem conseguindo “avanços bastante sólidos”, não foram à frente. E se as pretensões anexionistas do Estado alemão não se concretizaram, isto deveu-se exclusivamente à intervenção oportuna do Estado Novo revertendo as conquistas da propaganda de “Hitler e de seus malfeitores, que *fizeram* com que grande parte dos brasileiros de descendência alemã e dos alemães ficasse quase que odiando seus semelhantes de descendência lusa e outra” (RIBAS, 1943.p. 113).

Esta avaliação implicava que, ao lado do trabalho de repressão policial, a ação do Estado deveria voltar-se também para as populações que foram o alvo do nazismo: os imigrantes e seus descendentes.

Com isto, ao lado da repressão policial ao partido nazista e a seus simpatizantes, foram desenvolvidas ações que buscaram “integrar” ou “incorporar” populações de língua alemã, especialmente no sul do Brasil. Ainda que seja possível observar algumas medidas nacionalizadoras de governos estaduais ao longo dos anos 30, foi através da *Campanha de Nacionalização* que o Governo Federal assumiu um lugar de destaque e deu a ela sistematicidade.

A Campanha de Nacionalização foi nominalmente levada a efeito em âmbito nacional tendo como objetivo a assimilação forçada de todos aqueles que eram, no jargão oficial, chamados de “alienígenas”.

E entre estes, eram os “alemães” o protótipo dos imigrantes “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade e por isto particularmente perigosos. Eles foram o objeto mais sistemática e amplamente atingido por uma política de “guerra” para erradicação de ideias e hábitos “alienígenas”.

O Exército teve papel preponderante na concepção e efetivação da campanha, que teve no sistema de ensino o seu alvo mais importante. As chamadas “escolas estrangeiras” foram obrigadas a modificar seus currículos e dispensar os professores e, em alguns casos, a fechar.

De um modo muitas vezes draconiano, foi proibido o uso de línguas estrangeiras em público, inclusive nas atividades religiosas, e a existência de “associações estrangeiras”. O exército impôs normas de civismo, deslocando jovens das “áreas coloniais” para o serviço militar em regiões tidas como genuinamente brasileiras.

Paralelamente, a partir de 1939, progressivamente, desapareceram as publicações em língua estrangeira e foram fechadas sociedades recreativas, esportivas e culturais que não aceitaram as mudanças.

O resultado da Campanha de Nacionalização foi avaliado ainda no início dos anos 40 de forma altamente positiva. Combinada à ação policial, ela parecia ter afastado o risco de atentado à “soberania nacional” pelos alemães no Brasil.

3 O NSDAP no Brasil, os planos de dominação e a história

Este conjunto de ações tinha como único fundamento uma crença: a ideia de que a Alemanha Nazista elaborara planos de dominação mundial que incluíam o Brasil. Contudo, não somente estes planos nunca existiram, como também não há qualquer indício de que a seção do NSDAP no Brasil teria sido construída ou que, em algum momento, tenha se pautado por algo parecido com um plano de apropriação da parte do território brasileiro em que as ditas “colônias alemãs” se estabeleceram.

Mas, a questão que aqui é decisiva, não importando se os planos tenham ou não existido, é o fato de que, em seu tempo, acreditava-se em sua realidade e materialidade. Foi a certeza (real ou retórica) de sua existência que deu a eles realidade em um sentido muito específico: os transformou em motores de ações de Estado e de política pública.

E aqui a questão não é “se” e “quantos” acreditavam ou não nisto. Não é de todo improvável que a ideia da existência de “planos nazistas” para invadir o Brasil e a ação, na retaguarda, de uma “quinta coluna” representada pelo partido possa ter sido instrumentalizada em seu próprio tempo. De fato, a existência destes planos pode ter sido *providencial* no sentido de justificar a mobilização de recursos e o direcionamento de prioridades de investimentos para as “agências de combate”, permitir a aquisição de prestígio dos agentes que o fizeram e de dar a temores, preconceitos e ressentimentos longamente cultivados um verniz institucional. Mas também muitos acreditaram que o perigo era real.

Mas este é um terreno movediço para a pesquisa historiográfica: dos efeitos não se pode tão facilmente chegar às motivações, da mesma forma como das ações não se pode facilmente chegar às crenças e às intenções. Por um lado, por que é enormemente difícil demonstrar quantas das pessoas que viveram o fenômeno do “combate à quinta coluna” acreditavam realmente em sua existência e quantos, crendo que eles não existiram, instrumentalizaram a ideia em nome de seus interesses.

De qualquer forma, não importando o que os tenha movido, os contemporâneos agiram como se uma *quinta coluna nazista*, representada pelo partido, existisse. E é isto que é decisivo.

Por outro lado, pode-se conceber que, tendo expectativa de se antecipar à realidade de uma "invasão", agentes do Estado, jornalistas, intelectuais envolvidos com a denúncia e a repressão ao partido não se colocaram intensamente o problema da "prova cabal" sobre a existência destes "planos". A existência do partido nazista no Brasil pode ter sido pensada, por muitos que viveram este tempo, como "indício suficiente" para justificar a sensação de perigo e o conjunto de medidas pensadas e executadas como antecipatórias em relação ao risco que então se apresentava.

O que é menos compreensível é que ainda hoje a imagem de que o partido nazista no Brasil funcionava como uma quinta coluna para realizar um plano, cuidadosamente desenhado em Berlim, de anexação de uma fatia de nosso território, se mantenha em escritos sobre o tema.

De fato, a forma como os contemporâneos lidaram com esse problema deve ser analisada de forma distinta da afirmação desta tese em trabalhos posteriores, em especial considerando-se a produção historiográfica sobre o tema.

Aparecendo umas vezes em comentários ou considerações marginais e, outras, como elementos centrais nos textos, a ideia da existência de uma quinta coluna no Brasil se mostrou uma tese durável. Tanto em escritos sobre os nazistas como em trabalhos sobre a presença de imigrantes de língua alemã no Brasil, o mito da quinta coluna tem sido inseparável da história contada sobre o partido nazista no Brasil.

Muitas vezes, há a preocupação em oferecer algum "fundamento empírico" para ele. É comum a utilização de fragmentos de documentação diplomática alemã, em geral lidos de forma pouco rigorosa, e mesmo documentação diplomática de outros países, que nunca disseram (e nunca poderiam nos dizer mais) do que aquilo que estas agências pensavam sobre o "Terceiro Reich" e seus planos. Além disso, Hermann Rauschning é personagem relativamente comum quando se trata de apresentar "material probatório" de que os planos expansionistas do "Terceiro Reich" incluíam o Brasil. Por último, também muito regular é o uso dos relatórios policiais e de notícias de jornais daqueles que combateram a "quinta coluna". De fato, estes últimos escritos foram considerados durante muito tempo, referências obrigatórias e fontes primárias legítimas para este tema,

fazendo com que o tema da quinta coluna tivesse se tornado uma coordenada necessária para estudos sobre a presença do partido nazista no Brasil. (Ver p.ex. KOSSOK, 1961, TROTZ, 1965; HELL, 1968; DALBEY, 1969; GRISHIN, 1975; COHEN, 1988; AMORIM, 2000, COSTA, 2004; SANDER, 2007.)

Em casos mais raros, em geral em comentários marginais sobre o tema, não se encontra sequer a preocupação em documentar a afirmação, o que sugere que falar da quinta coluna é tratar de algo que é auto-evidente: dada a presença de imigrantes alemães no Brasil, se existiu um partido nazista, então é por que havia uma *quinta coluna* em funcionamento. (RAMBO, 1994).

Em entrevistas, artigos acadêmicos, materiais de divulgação, cientistas sociais (alguns dos quais historiadores), deixam de lado a prudência profissional movidos ora por descuido, ora pela busca da sensação. E isto é tanto mais arriscado pelo fato de que já a partir da década de cinquenta algumas reavaliações desta forma de se pensar o projeto político do partido nazista na América do Sul, especialmente no Brasil, entram em cena. Estes estudos, progressivamente, colocaram por terra a ideia de que algum tipo de plano que considerasse, de alguma forma, as áreas de colonização no sul do Brasil, tenha sido elaborado ou tenha orientado, em algum momento, ações e projetos do “Terceiro Reich”.

Os estudos de Arthur von Magnus (1956) e de Louis de Jong (1959) dedicaram-se especificamente a discutir o problema do Partido Nazista no Exterior como uma *Quinta coluna*. A respeito da atuação do NSDAP no continente americano, Magnus conclui que, ao contrário de denúncias e do medo generalizado de invasão com suporte dos grupos do partido, “não existem quaisquer provas de que Hitler tinha ambições militares no continente americano. Nem o processo contra os Grandes Criminosos de Guerra (Tribunal Militar de Nuremberg) nem o processo contra a *Wilhelmstrasse* [o Ministério das Relações Exteriores] e nem os documentos militares apreendidos pelos aliados trouxeram uma única prova disso. (...) Planos para uma invasão jamais existiram”. (MAGNUS, 1956, p. 41)

Seguindo o mesmo caminho, um conjunto de trabalhos sobre a política exterior nazista confirmaram as indicações de von Magnus e de De Jong. Para eles, não há dúvida de que as pretensões nazistas em fundar uma *Alemanha Meridional*, ou algo equivalente, a partir

das áreas colonizadas por “alemães” na região que envolve os estados do sul do Brasil, parte da Argentina e do Uruguai, ou não foram formuladas (não existindo, portanto, em forma de suporte documental) ou simplesmente não existiram. (ver p.ex. HILDEBRAND, 1969; JACOBSEN, 1968; EBEL, 1970; POMMERIN, 1977.)

Em língua portuguesa, é o trabalho de René Gertz que, nos anos 1980, traz à tona as inconsistências e a fragilidade da tese do quinta colunismo. (GERTZ, 1987, p.75-78)

Contudo, a ideia da existência de uma „Quinta coluna Nazista” durante as décadas de trinta e quarenta continuou a fazer parte do repertório de trabalhos sobre a presença do NSDAP no Brasil, mesmo com esta falta crônica de evidência de que Berlim tivesse intenções anexionistas ou mesmo que tivesse elaborado algum plano de invasão do Brasil.

Contudo, um documento parece indicar que esta ideia foi concebida, ainda que, contra a expectativa que poderia surgir disto, ela nunca tenha sido incorporada como projeto político ou militar pelo Estado Nazista.

Em toda a documentação significativa, este é um caso único e ele é também excepcional por duas razões: por um lado, porque uma leitura pouco cuidadosa do material primário, se poderia sugerir, firmemente, que mito da quinta coluna nazista, por meio desse caso, teria ganho um fundamento empírico importante e até então ausente. Por outro, indica de forma nítida que a existência de *um* projeto (ou de projetos) de qualquer coisa, não nos autoriza a dizer que ele expressa a política do Estado Alemão.

4 O Exemplo que é um Contra-Exemplo: Otto Schulz-Kampfhenkel (1910-1989)

Todas as buscas nos arquivos do Ministério do Exterior, da Chancelaria do Reich, nos arquivos militares e naqueles do partido nazista por documentos que pudessem indicar a existência de “planos de anexação” do território brasileiro não resultaram na identificação de algo que pudesse se assemelhar a um plano ou projeto que envolvesse a ocupação militar do Brasil. Porém, em pesquisas realizadas junto à documentação da SS existente nos arquivos alemães, um documento com este perfil pode ser identificado. Neste trabalho, foi possível encontrar referências ao Brasil em

apenas dois fundos: o da Sociedade de Ensino e Pesquisa “*Das Ahnenerbe*” (NS 21) e o fundo do Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS*, Heinrich Himmler (NS 19).²¹

No primeiro dos fundos, encontram-se os documentos sobre a contratação do botânico Philipp Freiherr von Lützelburg para a coordenação do Departamento de Pesquisas Botânicas dessa Sociedade. Lützelburg havia vivido por três décadas no Brasil e, ao retornar à Alemanha – convocado pelo próprio Himmler –, tentou envolver seus conhecimentos sobre a flora tropical brasileira nas fervorosas discussões a respeito da reconquista das colônias alemãs na África, elaborando um projeto para o cultivo de plantas brasileiras no continente africano. Por sua vez, o acervo documental do Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS* contém informações a respeito de um plano para a conquista das Guianas Francesa e Inglesa, desenvolvido em 1940 por um certo Heinrich Peskoller, austríaco, escritor de contos de aventura. O Brasil entrou nesse plano pelas mãos do geógrafo e zoólogo Otto Schulz-Kampfhenkel, considerado um especialista em América do Sul pelos altos escalões da SS. E isto pelo fato dele ter liderado, aos 25 anos de idade, uma expedição científica que subiu todo o rio Jari, na divisa dos atuais Estados do Amapá e Pará, e foi até a fronteira brasileira com a Guiana Francesa entre 1935 e 1937. É este último caso que nos interessa discutir.

A pedido de Himmler, Schulz-Kampfhenkel redigiu um parecer sobre o plano de Peskoller. Nesta avaliação, além de buscar reivindicar para si a execução do plano, desenvolveu uma estratégia de invasão da Guiana Francesa a partir do território brasileiro (Amapá).

Essas duas referências têm em comum o fato de não terem sua origem diretamente na SS. Os planos de Lützelburg e Peskoller, bem como o parecer de Schulz-Kampfhenkel, são projetos pessoais e não fruto de um planejamento institucional que envolvesse a estrutura da SS em sua realização. No caso do chamado “Projeto Guiana”, por exemplo, a SS só passa a considera-lo por que Schulz-Kampfhenkel o avalia positivamente. Assim, o que atribui a ele contornos de exequibilidade é a personalidade de Schulz-Kampfhenkel e não qualquer outra coisa.

²¹ NS 19 e NS 21 são notações do Arquivo Federal da Alemanha (*Bundesarchiv*). Estes levantamentos foram feitos no âmbito da pesquisa sobre a formulação de uma política cultural exterior alemã para o Brasil durante o “Terceiro Reich”, relativa ao doutoramento de Igor Gak junto ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, sob orientação do Prof. Dr. Stefan Rinke.

O fato de Schulz-Kampfhenkel ser reconhecido desde muito cedo (antes de completar 30 anos de idade) como um especialista em América do Sul para a SS e sua Sociedade de Ensino e Pesquisa "*Das Ahnenerbe*" é fruto muito menos de suas qualidades científicas, que de suas competências midiáticas. Ainda que tenha contribuído com instituições científicas na Alemanha,²², foram a publicação de livros, o lançamento de filmes e a organização de exposições sobre essas duas expedições os responsáveis pela promoção da imagem de Schulz-Kampfhenkel nos altos escalões do governo alemão na segunda metade dos anos 1930. Schulz-Kampfhenkel foi muito competente em buscar mobilizar os recursos políticos necessários para construir uma carreira científica sólida na Alemanha às vésperas da Segunda Guerra Mundial. (ASH, 2002, p. 32-51).

Neste tempo, Schulz-Kampfhenkel ainda não era membro da SS e nem do partido nazista. A chamada "Expedição Alemã Amazonas-Jari" foi financiada pelos Ministérios da Educação, do Exterior e da Propaganda a partir de um projeto pessoal dele apresentado a estes órgãos para avaliação. Seu objetivo era, sobretudo, "conquistar para a ciência alemã um dos últimos pontos incógnitos [*weißer Fleck*] do planeta". Para isso, ele reuniu-se ao seu "camarada aviador" Gerd Kahle, ao mecânico de aviões Gerhard Krause e ao intérprete alemão, residente no Brasil, Josef Greiner, para percorrer o curso do rio Jari. Ele pretendia investigar e documentar a presença de determinadas espécies de animais e localizar e fazer contato com povos indígenas que, segundo ele, há muito não se sabia se ainda permaneciam na região. Schulz-Kampfhenkel buscou sempre enfatizar o pioneirismo de sua exploração, reforçando-o com o emprego de um hidroavião cedido pelo Ministério da Aviação da Alemanha para o mapeamento dos rios da região. Em suas próprias palavras, seria esse "pequeno avião (...) que mostraria pela primeira vez a suástica sobre a floresta tropical brasileira."(SCHULZ-KAMPFHENKEL; KAHLE, 1938, p. 30).

²² Das duas expedições que liderou – primeiro para a Libéria, em 1931, e posteriormente para a Amazônia brasileira – os resultados foram menos científicos que propagandísticos. Embora ele tenha enviado mais de 250 espécimes animais vivos da África Ocidental ao Jardim Zoológico de Berlim e reunido peles e crânios de animais amazônicos, bem como coletado artefatos etnológicos que enriqueceram as coleções dos museus berlinenses. *Bundesarchiv R 4901/2541. Lebenslauf Schulz-Kampfhenkels*. 20.03.1935. p. 10 e *Bundesarchiv R 4901/2541. Letzter Bericht der Deutschen Amazonas-Jary-Expedition 1935-37*. Novembro de 1936, p. 98-115.

As dificuldades, porém, acompanharam a realização da expedição desde o início. Logo ao desembarcarem em Belém, em julho de 1935, os expedicionários esbarraram na intransigência das autoridades brasileiras em conceder as licenças necessárias para o início dos trabalhos. Mesmo com o ostensivo engajamento do pessoal da Legação Diplomática Alemã no Rio de Janeiro, os entraves só foram solucionados a partir da presença do próprio Schulz-Kampfenkel na então capital federal. Acompanhado do adido cultural da Legação Alemã, Otto Eberl, o líder da expedição visitou jornais cariocas e concedeu entrevistas a respeito de suas intenções, além de encontrar-se com personalidades influentes da vida política, econômica e cultural do Rio de Janeiro, por meio de contatos estabelecidos pelas lideranças do seção do partido nazista no Brasil. Esse empenho permitiu que ele conseguisse a concessão das licenças através do estabelecimento de um acordo de patronato institucional para a sua expedição entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Instituto Kaiser Wilhelm de Biologia, de Berlim.²³

Mais do que apenas a burocracia brasileira, os expedicionários enfrentaram também a ditadura das largas distâncias amazônicas, endurecidas ainda mais pelos longos períodos de isolamento provocados pelas cheias dos rios, que tornavam intransponíveis as corredeiras do Jari. A febre amarela e a malária geravam constantes baixas na equipe, levando, inclusive, Josef Greiner, o último membro a incorporar-se ao grupo, a óbito no início de 1936.²⁴ Os constantes

²³ *Bundesarchiv* R 4901/2541. Vários documentos nesse dossiê. Sobre o engajamento do pessoal da Legação diplomática na solução das questões envolvendo a expedição, ver Relatório de Schmidt-Elskop ao Ministério do Exterior. Rio de Janeiro, 27.11.1935, p. 26 a 28; Relatório de Schulz-Kampfenkel ao Ministério da Educação. Ipitinga (Jari), 05.12.1935, p. 36 a 50; e sobre a questão do patronato, ver ofício n° WIIa 01670, do Ministério da Educação ao Ministério do Exterior. Estabelecimento do patronato entre o Instituto Kaiser Wilhelm de Biologia e o Museu Nacional do Rio de Janeiro em interesse da "Expedição Alemã Amazonas-Jari". Berlim, 22.10.1935, p. 23

²⁴ A morte de Greiner produziu, talvez, um dos elementos mais gráficos da expedição de Schulz-Kampfenkel. Marcando a sua sepultura encontra-se ainda hoje em meio à floresta amazônica uma grande cruz de madeira, gravada com uma suástica e os seguintes dizeres: "Joseph Greiner faleceu aqui em 2.1.1936, vítima da febre amarela, a serviço da obra científica alemã. Expedição Alemã Amazonas-Jari 1935-1937." Há uma reprodução fotográfica dessa cruz ladeada por três índios Aparaí no livro de Schulz-Kampfenkel sobre a expedição. Ver SCHULZ-KAMPFHENKEL; KAHLE, 1938, p. 168.

atrasos decorrentes dessas intempéries irritaram os órgãos alemães de fomento, que suspenderam o financiamento e exigiram o fim da expedição, considerando que sua continuação provocaria "sérios danos à imagem da Alemanha no Brasil."²⁵

De volta a Berlim em meados de 1937, Schulz-Kampfenkel dedicou-se imediatamente a promover sua imagem através dos *produtos midiáticos* da expedição, como o filme "O mistério do inferno tropical" (*Rätsel der Urwaldhölle*) e um livro de mesmo título – ambos lançados em 1938. Com a ambição de alcançar prontamente uma posição de destaque em alguma organização do governo alemão, ele mesmo guiava os líderes políticos que visitavam a exposição montada por ele com os artefatos etnológicos e zoológicos coletados na Amazônia. Em pouco tempo ele foi aceito no partido e na SS com a patente de *SS-Untersturmführer* (que equivale a tenente). No fim de 1940, ele teve a "extraordinária honra" de apresentar seu filme sobre a Expedição Alemã Amazonas-Jari para Heinrich Himmler, numa sessão privada na residência pessoal do comandante supremo da SS, na Baviera. Pode-se depreender que foi desse encontro que Schulz-Kampfenkel emergiu como um "expert" em América do Sul para a SS. (STOECKER, 2011. p. 57) Evidência disso é a sua incorporação, já em agosto de 1939, à equipe liderada pelo major da SS Edmund Kiss para planejar a expedição ao altiplano boliviano, programada para 1940, cujo objetivo era comprovar as teses da chamada "Cosmogonia Glacial".²⁶

²⁵ *Bundesarchiv* R 4901/2541. Ofício nº Kult W 4645, do Ministério do Exterior alemão aos Ministérios da Educação, da Propaganda, da Aviação e da Economia, além da Organização para o Exterior do partido nazista (AO/NSDAP). Berlim, 10.09.1936. p. 92-94.

²⁶ A Cosmogonia Glacial (*Welteislehre*) é uma teoria sobre a origem do universo criada pelo engenheiro austríaco Hanns Hörbiger e pelo astrônomo amador Philipp Fauth. Essa teoria compreendia o gelo e o fogo como os principais elementos existente no universo e que seriam responsáveis por formar os corpos celestes e manter as forças de atração e repulsão entre os mesmos. Essa teoria ganhou notoriedade em associações e institutos pseudocientíficos alemães durante o nacional-socialismo, como por exemplo no Instituto de Pesquisas da SS "*Das Ahnenerbe*". Ver Dolezal, 1972, 352. E sobre a expedição de Kiss, bem como o peso da teoria da Cosmogonia Glacial para essa exploração, ver STOECKER, 2011, p. 57-58. Nessa expedição, Schulz-Kampfenkel deveria lançar mão das técnicas desenvolvidas no uso do hidroavião na Amazônia brasileira para observar eventuais indícios que contribuíssem para a comprovação da referida teoria.

Embora a eclosão da guerra, em setembro de 1939, tenha comprometido o planejamento da viagem, no ano seguinte suas qualidades de “especialista em América do Sul” seriam mais uma vez requisitadas. No início de 1940, o gabinete do chefe da SS, Heinrich Himmler, recebeu para apreciação um projeto intitulado “Qual o significado das Guianas para o *Führer*?”, contendo uma proposta para a ocupação militar das Guianas Francesa e Inglesa. O autor do documento, Heinrich Peskoller, dizia que,

“como oficial mexicano disfarçado de praticante de pesca esportiva e caçador de animais selvagens, pôde não apenas sondar discretamente ao longo de vários anos as águas das Guianas e do continente sul-americano, como também colecionar dados estatísticos e conhecimentos valiosos sobre regiões praticamente inexploradas, para onde suas viagens o conduziram.”²⁷

Com base nessa experiência e nas observações que fez, Peskoller desenvolveu o plano enviado a Himmler, acreditando apresentar soluções para problemas prementes da Alemanha no início da guerra. Para ele, “apenas as jazidas de ouro e diamante desses territórios bastariam para sanear em poucos anos as finanças alemãs.” O governo britânico sufocava artificialmente a exploração desses minerais preciosos como forma de preservar o mercado sul-africano, dizia ele. E continuava:

“Nas experientes e enérgicas mãos do *Führer*, a produção de ambas as Guianas atingiriam rapidamente cifras extraordinárias. Cada metro quadrado de seu solo seria posto, no menor espaço de tempo, ao útil serviço da Grande Alemanha.

²⁷ *Bundesarchiv* NS 19/2312. *Was bedeuten die Guayanas für den Führer?* H. Peskoller an den Persönlicher Stab des Reichsführers-SS. Sem data (provavelmente fim de março ou início de abril de 1940).

A eficiência e a técnica alemãs domariam as forças selvagens da natureza, convertendo violentas cascatas em usinas colossais e estendendo uma rede de energia elétrica sobre todo o território. Luz elétrica, ferrovias eletrificadas, represas, fazendas-modelo, transporte fluvial motorizado, mineração racionalizada, gigantesca extração de madeira comum e de lei, abertura de novas minas, construção de pontes, siderúrgicas [*Schmelzöfen*], fábricas, aeroportos, estações ferroviárias, escolas e hospitais, mostrariam ao mundo: O QUE REALMENTE SIGNIFICA A COLONIZAÇÃO ALEMÃ!”²⁸

O projeto de Peskoller não consistia apenas numa simples ocupação militar do território das Guianas Francesa e Inglesa, mas sim na absorção das matérias-primas dessa região no mercado alemão tanto para uso interno, quanto para exportação. De acordo com as suas perspectivas, a exploração dessas colônias sul-americanas tornaria a indústria alemã autossuficiente e ainda aqueceria o comércio exterior do país. Buscando um diálogo com a SS, ele encontrava nas supostas características inatas do povo alemão a razão para esse sucesso:

“Ao conquistar as Guianas, um povo empenhado e eficiente como o alemão cobriria não apenas as suas necessidades de importação de matérias-primas tropicais, madeiras, metais, metais nobres e diamantes, mas poderia tornar-se, além disso, capaz de exportá-las. Largas pastagens e fartos tesouros minerais repousam à nossa disposição e aguardam apenas a redentora mão dos pioneiros e empreendedores.”²⁹

²⁸ Grifo no original. *Bundesarchiv* NS 19/2312. Peskoller ao Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS*. *Was bedeuten de Guayanas für den Führer*, p. 2-3.

²⁹ Idem, p. 6.

Possivelmente interessada nos argumentos de Peskoller, a SS agiu com cautela e buscou dentro de suas próprias estruturas cercar-se de informações seguras a respeito desses planos e de seu mentor. No início de abril, Rudolf Brandt, coordenador do Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS*, solicitou ao Departamento Central de Segurança do *Reich* (*Reichssicherheitshauptamt* – RSHA), em nome de Himmler, informações a respeito do autor do projeto. Aparentemente, as informações levantadas pelos agentes do RSHA geraram desconfiança na SS.³⁰ Como forma de dirimi-la, Brandt – mais uma vez em nome de Himmler – solicitou ao “especialista em América do Sul”, Schulz-Kampffhenkel, um “curto parecer” com seu posicionamento a respeito dos planos de Peskoller.³¹

Pouco mais de uma semana após receber a solicitação do gabinete de Himmler, Schulz-Kampffhenkel encaminhou seu parecer concluído. Já no ofício que acompanhava o texto de quase quinze páginas, ele, visivelmente, buscava se apropriar do projeto de Peskoller:

³⁰ Os agentes do RSHA identificaram Peskoller como um escritor de contos de aventura que havia passado muito tempo no exterior. Seus textos eram publicados em revistas ilustradas semanais e assinados sob o pseudônimo de “Tex Harding” ou “Harry Brown”. Pela revista *Münchener Illustrierten Presse*, ele havia sido acusado de plágio em maio de 1936, sem que a acusação tenha sido, entretanto, comprovada. De acordo com o levantamento do RSHA, Peskoller já era conhecido das autoridades policiais alemãs. No fim de novembro de 1939, ele procurou a Gestapo com um “Projeto para criação de um Serviço de Inteligência” dentro da própria estrutura da Polícia Secreta do Estado (Gestapo). Para a coordenação desse “Serviço de Inteligência” ele havia sugerido o seu próprio nome, demandando também receber a patente de Major e a nomeação a um escalão equivalente na SS. Apesar de ser membro da NSDAP desde dezembro de 1939 e de “ ser casado e gozar de uma boa reputação na sua vizinhança”, pessoalmente pesava ainda contra ele a queixa de ter usado sua arma de fogo em zona residencial sem nenhum motivo aparente – delito pelo qual fora condenado a pagar uma multa de 100 *Reichsmark* ou cumprir 20 dias de detenção. Cf. *Bundesarchiv* NS 19/2312. Ofício nº IV B 4ª – 6271/D, do RSHA ao Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS* (*Persönlicher Stab des Reichsführers-SS*). Berlim, 12.04.1940. p. 11-12.

³¹ *Bundesarchiv* NS 19/2312. Ofício nº 786/40 de Rudolf Brandt a Otto Schulz-Kampffhenkel. Berlim, 18.04.1940.

“As reflexões esboçadas no projeto vêm surpreendentemente de encontro a um plano que eu, juntamente com meu camarada aviador Kahle, já havia desenvolvido durante nossa passagem pela Guiana Brasileira, que, por ocasião da nossa Expedição Alemã Amazonas-Jarí 1935/37 nos conduziu através daquela região inexplorada até a fronteira do território francês. Este plano seria em breve submetido por mim à apreciação do *Reichsführer-SS*. Por essa razão, eu gostaria de manifestar o meu desejo em receber notícias sobre o andamento da questão.”³²

Em seu parecer sobre a “aquisição das Guianas”, Schulz-Kampfhenkel foi muito além das expectativas da proposta inicial. Na introdução, ele fez uma avaliação do contexto político no qual a Alemanha se inseria no início da guerra, identificando as áreas para onde o expansionismo alemão deveria se dirigir e analisando as possibilidades de realização dos planos de conquista territorial naquele momento. De acordo com a sua concepção, esses territórios dividiam-se em regiões de pura exploração econômica e outras de colonização e imigração. A linguagem adotada no texto evidencia que ele foi concebido para ser lido no círculo interno da SS. Além disso, incorpora uma postura racista do seu autor que funcionava de acordo com preceitos de conquista de um “espaço vital” por uma “raça superior” (*Herrenvolk*), reconhecendo determinados territórios como “predestinados” para que fossem ocupados pelos alemães.

“As duas maiores reservas despovoadas e aproveitáveis da Terra são a Sibéria e a América do Sul. Apenas elas devem ser consideradas como os grandes territórios de imigração e colonização para uma raça superior nórdica. A África e o sul da Ásia devem ser compreendidos apenas como colônias de exploração complementares de produtos tropicais.”³³

³² *Bundesarchiv* NS 19/2312. Memorando secreto de Otto Schulz-Kampfhenkel ao Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS* (*SS-Hauptsturmführer* R. Brandt). Berlim, 26.04.1940.

³³ *Bundesarchiv* NS 19/2312. Avaliação de Schulz-Kampfhenkel sobre o projeto de Heinrich Peskoller. *Stellungnahme zu der Niederschrift des Herrn Peskoller über den Erwerb der Guayanas*. p. 23.

Schulz-Kampfenkel reconhecia a Sibéria como o “território geopoliticamente predestinado para a expansão colonial alemã”. No entanto, o pacto de não-agressão germano-soviético impedia o expansionismo territorial alemão para essa região; pelo menos naquele momento. Diante desse cenário, para ele restaria ao colonialismo alemão a “segunda maior reserva territorial, a América do Sul, onde mais de 1 milhão de alemães viviam em colônias isoladas, participando do cenário político local”. Ele acreditava que da Patagônia ao sul da Amazônia, essa região poderia representar um espaço excepcional de povoamento para a “superior raça branca” e que daí em diante, da Amazônia brasileira à Colômbia, constituiria uma grande colônia de exploração tropical. Além disso, para ele, quanto mais se esperasse, mais chance haveria de um choque entre os interesses alemães e os norte-americanos sobre a América do Sul:

“As ambições imperialistas estadunidenses, há muito direcionadas a esse vácuo de poder, irão fazer de tudo para tornar a América do Sul inalcançável para uma Europa unida sob a liderança da Alemanha, assim que o império britânico ruir. Com isso, a reserva territorial sul-americana permanecerá bloqueada como espaço de colonização para uma raça superior por tempo indeterminado.”³⁴

Enquanto a Sibéria continuasse a ser “explorada insuficientemente pela Rússia”, Schulz-Kampfenkel entendia a ocupação alemã das Guianas como uma forma essencial de impedir que a Europa “vivesse condenada sob uma ditadura econômica dos Estados Unidos.” Ele considerava ainda que a Alemanha poderia explorar as disputas imperialistas entre os Estados Unidos e o Japão no Oceano Pacífico para inibir qualquer reação norte-americana a uma eventual invasão alemã do território das Guianas.

³⁴ Idem, p. 24.

Ainda do ponto de vista militar, Schulz-Kampfhenkel acreditava ser estratégica a ocupação das Guianas como forma de criar bases navais que permitissem uma ação rápida em caso de conflito com os Estados Unidos. Além disso, essa posição permitiria aos alemães o controle do fluxo comercial através do Canal do Panamá e também das exportações sul-americanas destinadas ao mercado estadunidense.³⁵

Segundo Schulz-Kampfhenkel, a invasão militar das Guianas tampouco deveria envolver grandes contingentes militares e não geraria muita comoção. De acordo com seus cálculos, três cruzadores, de um a dois submarinos armados com minas e uma tropa colonial de 150 a 300 homens armados com metralhadoras leves seriam suficientes para uma ação noturna rápida que não permitisse que a descoberta da violação da neutralidade de países vizinhos, como o Brasil, provocasse inquietações nas relações alemãs com o subcontinente. Nesse ponto a proposta de Schulz-Kampfhenkel ganha contornos um tanto fantasiosos e, como ele mesmo diz, românticos. Junto às ações no mar, ele sugeria conduzir um pequeno contingente de soldados para marchar por terra em direção a Caiena, guiados por nativos dos povos indígenas que ele contatou durante sua expedição à Amazônia brasileira e com quem, segundo ele, ainda conservava "relações amistosas".³⁶

Sobre as razões econômicas para a ocupação das Guianas, Schulz-Kampfhenkel acreditava que as semelhanças climáticas com as colônias alemãs na África não representariam grandes obstáculos à aclimação de "saudáveis europeus". Reivindicando sua "experiência de 18 meses" de exploração pelo interior da "Guiana Brasileira", ele julgava ter uma "imagem confiável" das três Guianas europeias. Apresentando um quadro da composição racial da população, identificando inclusive os "muitos judeus atuantes no comércio" do Suriname, ele considerava que o "empenho e energia do povo alemão" poderia transformar esse território quase virgem em um "modelo colonial", sobretudo se "empregarmos força de trabalho negra de nossas colônias africanas e treinarmos corretamente a mão de obra racialmente miscigenada disponível no local."³⁷

³⁵ Idem.

³⁶ Idem, p. 35-36.

³⁷ Idem, p. 25-33.

E concluía:

“Por esses motivos – e também pela forma geral e particular como as feições políticas da Terra hão de se formar nos próximos anos – eu considero, em virtude da categórica e imperativa exigência de poder por parte dos povos mais capazes, isto é, das raças superiores da Europa unidas sob a liderança alemã, uma obrigação manifesta conquistarmos oportunamente posições no hemisfério ocidental. Nesse sentido, as Guianas são as mais próximas colônias europeias em poder dos nossos inimigos e a nós predestinadas no continente sul-americano.”³⁸

Esta avaliação bastante favorável à proposta de ocupação das Guianas pela Alemanha, entretanto, não significa que ele concordasse com o protagonismo de Peskoller na execução do projeto. Ele questionava, sobretudo, se o autor do plano possuía as características pessoais necessárias e as qualificações profissionais para desempenhar funções políticas secretas para o Estado alemão. Segundo informações recolhidas por Schulz-Kampfenkel através de supostos “conhecidos próximos”, Peskoller possuía um caráter infantil e muito fantasioso. Além disso, ele demonstrava-se “oscilante em relação às suas concepções políticas”, o que poderia significar que ele não era um nacional-socialista convicto, despertando mais desconfiança sobre ele nos círculos mais altos do governo alemão. Essas alegações tinham o propósito de retirar Peskoller da liderança do projeto, concedendo a Schulz-Kampfenkel esse papel.³⁹

³⁸ Idem, p. 25. Mais do que isso, para ele, o domínio alemão sobre as Guianas não afetaria as pretensões da Doutrina Monroe norte-americana e, por isso, não prejudicaria as relações diplomáticas da Alemanha com os Estados Unidos. De acordo com a sua argumentação, essa região já estava sob domínio europeu há séculos e “em razão do direito natural de exploração dos vencedores, apenas os colonizadores europeus mudariam.”. Idem, pg 34

³⁹ Idem, p. 33-34.

O documento produzido por Schulz-Kampfhenkel deve ser lido muito mais como uma evidência de sua ambição sem limites e da forma como ele buscava mobilizar os recursos políticos disponíveis em benefício das pretensões de sua própria carreira na SS no início da Segunda Guerra Mundial. (STOECKER, 2011. p. 64.)

Para ele, a conjuntura internacional favorecia a execução desse plano "romântico, porém viável". Ele avaliava que aquele era o momento oportuno para colocá-lo em prática, já que o domínio franco-britânico sobre os mares teria sido rompido. Contrariando a pressa que, de acordo com Schulz-Kampfhenkel, o momento exigia, a SS mostrou-se cada vez mais reticente em dar uma resposta definitiva à questão num curto prazo. Se, antes, a troca de correspondências não tardava mais que uma semana, a resposta ao parecer de Schulz-Kampfhenkel só foi enviada quase vinte dias depois de o documento chegar ao gabinete de Himmler. Ainda assim, o ofício parecia querer muito mais confundir e ganhar tempo, que acelerar uma tomada de decisão.⁴⁰ Apesar da insistência de Schulz-Kampfhenkel em conseguir uma resolução definitiva, os altos funcionários da SS pareciam continuar retardando um desfecho para o caso.⁴¹ Somente em 11 de junho de 1940 uma resposta do Gabinete do *Reichsführer-SS* a Heinrich Peskoller encerrou a questão. Segundo o documento, o chefe da SS, "que se encontrava no oeste", agradecia o envio do projeto e informava "não ser possível no momento dedicar-se à proposta" de Peskoller. "O assunto, entretanto, seria mantido em mente", concluía o ofício.⁴²

⁴⁰ No ofício, Brandt afirmava que Himmler saudaria se Schulz-Kampfhenkel desenvolvesse um novo projeto, dessa vez independente daquele apresentado por Peskoller. Além disso, sugeria que, caso persistissem dúvidas a respeito de Peskoller, que essas fossem sanadas diretamente com ele. Ver *Bundesarchiv* NS 19/2312. Ofício nº 786/40g do *SS-Sturmbannführer* Rudolf Brandt a Schulz-Kampfhenkel, em 14.05.1940.

⁴¹ Acreditando dar maior velocidade à solução do caso, Schulz-Kampfhenkel entrou em contato por telefone com o gabinete de Himmler. *Bundesarchiv* NS 19/2312. *Aktenvermerk: Ferngespräch mit dem SS-Untersturmführer Schulz-Kampfhenkel*. Berlim, 25.05.1940.

⁴² Encontrar-se "no oeste" era uma clara referência ao desfecho da campanha militar alemã contra a França. Com a vitória sobre os franceses e a concentração dos esforços militares alemães na batalha contra os ingleses. Ver *Bundesarchiv* NS 19/2312. Memorando secreto nº 786/40, do *SS-Sturmbannführer* Rudolf Brandt a Heinrich Peskoller. 11.06.1940.

As razões para esse aparente desdém e desinteresse podem ser variadas. Duas, contudo, nos parecem mais plausíveis. De um lado, não se pode descartar a possibilidade de que tanto a proposta de Peskoller, quanto o posicionamento de Schulz-Kampfhenkel possam ter soado mirabolantes e pouco realizáveis para a SS, que decidiu abandonar o projeto com um agradecimento ao seu idealizador original. De outro, os desdobramentos da guerra na primeira metade de 1940, com a capitulação da Holanda, Bélgica e França frente ao avanço das tropas alemãs, podem ter sido os responsáveis pela reação pouco entusiasmada da SS ao parecer de Schulz-Kampfhenkel.

O fato é que, com esse desfecho, algumas coisas ficam evidentes.

A primeira delas é que o único plano de invasão militar das Américas até agora identificado em arquivos alemães que envolveu o Brasil, tinha como alvo as Guianas, sendo a violação da soberania brasileira contingente e não objetivo central do plano: era o Amapá que seria invadido como *meio* de ocupar militarmente as Guianas.

A segunda é que ele não partiu de dentro da SS ou de qualquer outra instância governamental alemã ou do partido nazista, mas eram o produto de ambições pessoais de indivíduos que buscavam mobilizar os recursos políticos disponíveis em favor da própria carreira profissional.

A terceira é que ele foi recusado na instância mesma onde foi apresentado, não tendo chegado a qualquer outro órgão governamental ou partidário superior e, menos ainda, considerado em agências do estado ou do partido responsáveis por política externa.

A quarta é que ele foi apresentado em 1940 quando o partido nazista no Brasil já estava ilegal. E partido não foi em momento nenhum considerado como meio para a execução do plano.

Conclusão

Das dificuldades envolvidas no estudo sobre a presença do partido nazista no Brasil (e também sobre a presença do partido fora da Alemanha dos anos 20 aos anos 40) uma que se destaca é a de separar história de mito. E a dificuldade é ainda maior quando a fronteira entre ambos não corresponde àquela que separa(ria) a história escrita por profissionais daquela escrita por não-profissionais.

Policiais, jornalistas, políticos, diplomatas estrangeiros, historiadores e outros escreveram sobre o tema e foram construindo interpretações sobre o fenômeno que cruzaram as fronteiras das competências profissionais e dos campos de conhecimento. Uma destas interpretações que foi se tornando um “bem comum” a diversos produtores individuais de escritos sobre o tema é a noção de que o partido nazista funcionava aqui como uma quinta coluna com propósito facilitar a invasão do Brasil pela Alemanha nazista.

Mas esta é uma noção falsa.

De toda a massa documental de acervos diversos investigados nos últimos 70 anos, nem um único documento existe que possa servir de indício de que um plano assim tivesse sido sequer elaborado, quanto mais pautado ações de agências de Estado ou de grupos partidários.

Além disso, a ideia fundamental por trás do mito da quinta coluna é de que o partido nazista teria se infiltrado no Brasil para agir subterraneamente no país.

Mas a própria história do partido sinaliza em sentido oposto: o impulso para a construção de uma seção partidária no Brasil veio daqui e não da Alemanha, se deu de forma descentralizada e o tipo e a quantidade de atividades públicas, o auto-financiamento e as dificuldades para a gestão centralizada dos núcleos não sugerem que se tratava de uma estrutura controlada e eficientemente montada para a subversão. Além disso, não há qualquer indício de que tenha sido, depois de criada, direcionada para a preparação ou para a execução de um plano de agressão à soberania brasileira.

Contudo, ainda que falar que o Partido Nazista no Brasil funcionou como uma quinta coluna seja empiricamente falso, não se pode negar que aqueles que viveram nos anos 30 e 40 tinham razões para acreditar nisto e agiram de acordo com esta crença. A Campanha de Nacionalização e a montagem de uma estrutura de repressão policial ao partido nazista foram respostas dadas a uma ameaça que, mesmo inexistente, era tomada como real.

Aos nossos olhos, entretanto, e depois de muita pesquisa documental, carece de qualquer fundamento a tese de que o governo alemão nutriu em algum momento a intenção de ocupar militarmente o Brasil.

O caso de Schulz-Kampfhenkel é, neste sentido, excepcional: ele mostra de forma nítida que ideias, formalizadas ou não em *projetos*, ainda que tenham existido, nunca se transformaram em um “plano”, ou seja, em política de Estado. O fato de que um indivíduo que, por qualquer razão que seja, tenha pensado que seria uma boa ideia invadir a América do Sul e, para isto, ferir a soberania brasileira, não pode ser tomado como representativo de uma posição do Estado alemão, ainda que, como no caso tratado, ele faça parte de uma estrutura para-estatal como a SS.

De fato, pode-se dizer com segurança que pelo menos um projeto de agressão à soberania brasileira existiu. Mas ele considerava a violar a soberania brasileira somente para o trânsito de tropas para o ataque às Guianas, não previa ocupação de território e não fazia qualquer menção à seção do partido nazista existente no país. E, além disso, ele foi recusado pelos nazistas já em uma instância decisória inferior, sem jamais haver chegado a uma das agências de Estado ou do partido envolvidas em política externa.

O raciocínio indutivo para casos como este mostra claramente seus limites: ainda que projetos deste tipo tenham sido elaborados (e até agora só este é que foi identificado), para considerá-los como projetos de Estado ou de governo, é absolutamente necessário que se possa demonstrar que eles foram incorporados como política de Estado, o que, até agora, não é o caso.

Mas em geral isto não tem a menor importância quando o tema é o partido nazista no Brasil e o mito da quinta-coluna que o acompanha.

Neste caso específico foi o mito, e não a realidade, que produziu consequências concretas nas políticas de Estado em relação não somente ao partido nazista, mas também em relação à população de língua alemã e que tem inspirado escritos sobre o partido nazista no Brasil desde então.

E isto significa que os mitos, ainda que sejam mitos, podem se constituir em verdades tão firmes que, pelo menos nos seus efeitos e na forma como agentes orientam suas ações por eles, viram realidade e, em alguns casos extremos, teimosamente, viram até mesmo história.

Bibliografia:

AMORIM, Aluizio Batista de. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis, Insular, 2000.

ARTÚCIO, Hugo Fernandez. *Nazi Underground in South America*. New York/Toronto: Farrar & Rinehart, 1942.

ASH, Mitchell G. *Wissenschaft und Politik als Ressourcen für einander*. In: VOM BRUCH, Rüdiger, KADERAS, Brigitte (Org). *Wissenschaften und Wissenschaftspolitik: Bestandsaufnahmen zu Formationen, Brüchen und Kontinuitäten im Deutschland des 20. Jahrhunderts*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2002, pp. 32-51.

AXELROD, Alan. *Encyclopedia of World War II*. New York: Facts On File books, 2007. Pg 332.

BARTELT, David D. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien in Rahmen der deutsch-brasilianischen Beziehung 1931 bis 1939*. (Dissertação de Mestrado) Berlin: FU-Berlin, 1991.

COHEN, Esther. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em História) Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1988.

COSTA, Sergio Corrêa da. *Crônica de uma Guerra Secreta. Nazismo na América: A Conexão Argentina* Rio de Janeiro: Record, 2004.

O'DALBEY, Richard. *The German private schools of Southern Brazil during the Vargas years*. Indianapolis, 1969. (Dissertation)

DE JONG, Louis. *Die Deutsche Fünfte Kolonne im Zweiten Weltkrieg*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt. 1959.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2007.

DOLEZAL, Helmut. *Hörbiger, Hanns*. In: **Neue Deutsche Biographie** 9 (1972). P. 352. [Versão online]; URL: <http://www.deutsche-biographie.de/pnd118552147.html>

EBEL, Arnold. *Die Diplomatischen Beziehungen des Dritten Reiches zu Argentinien unter besonderer Berücksichtigung der Handelspolitik (1933-1939)*. Landau/Pfalz: Druckerei Dr. A. Kraemer KG., 1970.

FALCÃO, Luis Felipe. *Entre Ontem e Amanhã: Diversidade Cultural, Tensões Sociais e Separatismo em Santa Catarina no Século XX*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1991.

GRISHIN, Yuri. "El Fracaso de los Planes Hitlerianos en America Latina". In: *América Latina*. Moscu: Progreso Nr. 2, 1975.

HARMS-BALTZER, Käte. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlin: Colloquium Verlag, 1970.

HÄNEL, Wolfgang. *Herman Rauschnings 'Gespräche mit Hitler': Eine Geschichtsfälschung*. Ingolstadt: Veröffentlichung der Zeitgeschichtlichen Forschungsstelle Ingolstadt, 1984.

HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland*. (Tese de Doutorado). Rostock. Univ. de Rostock, 1966.

HILDEBRAND, Klaus. *Vom Reich zum Weltkrieg: Hitler, NSDAP und die koloniale Frage 1919-1945*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1969.

JACOBSEN, Hans-Adolf. *Nationalsozialistische Aussenpolitik 1933-1938*. Frankfurt/M, Alfred Metzner Verlag, 1968.

KOSSOK, Manfred. 'Sonderauftrag Lateinamerika': *Zur deutschen Politik gegenüber Lateinamerika 1938 bis 1942*. In: **Lateinamerika: Zwischen Emantipation und Imperialismus (1810-1960)**. Berlin: Akademie Verlag, 1961.

MAGNUS, Arthur W. von. *Die neue Phase der Monroedokrtrin angesichts der bedrohung Lateinamerikas durch die totalitaren Staaten (1933-1945)*. (Tese de Doutorado) Berlim: Universidade Livre de Berlim, 1956.

MORAES, Luis Edmundo de S. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Rio de Janeiro und Blumenau*. Berlim: Metropol Verlag, 2005.

MORAES, Luís Edmundo de S. "NSDAP no Brasil: Problemas de Pesquisa". In: Mauricio Parada. (Org.). *Fascismos: Conceitos e Experiências*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008, v., p. 201-231.

POMMERIN, Reiner. *Das Dritte Reich und Lateinamerika*. Düsseldorf: Droste Verlag, 1977.

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil: A conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1942.

RAMBO, Arthur Blásio. *Nacionalidade e Cidadania*. In: MAUCH, Claudia e VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) **Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, história e etnicidade**. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

RAUSCHNING, Hermann. *Hitler M'a Dit*. Paris: Coopération, 1939.

RIBAS, Antonio de Lara. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: DOPS/SC, 1943.

SCHULZ-KAMPFHENKEL, Otto, KAHLE, Gerd. *Rätsel der Urwaldhöhle: Vorstoß in unerforschte Urwälder des Amazonenstromes*. Berlin: Deutscher Verlag, 1938,

SEITENFUS, Ricardo. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Puc/RS, 2000.

SEYFERTH, Giralda. *A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis*. In: **História: Questões & Debates**. 1989, 10(18/19): 113-155.

STOECKER, Holger. *Die Jagd auf der letzte „weiße Flecken der Erde“: Stationen eines juvenilen Expeditionsreisenden, 1910-1941*. In: FLACHOWSKY, Sören, STOECKER, Holger (Org.) **Vom Amazonas an die Ostfront: der Expeditionsreisende und Geograph Otto Schulz-Kampfenkel (1910-1989)**. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 2011.

TOBIAS, Fritz - *Auch Fälschungen haben lange Beine. Des Senatspräsidenten Rauschnings 'Gespräche mit Hitler'*. In: CORINO, Karl (Org.) **Gefälscht! Betrug in Politik, Literatur, Wissenschaft, Kunst und Musik**. Nördlingen, 1988.

TROTZ, Joachim. *Zur Tätigkeit der deutschen V. Kolonne in Lateinamerika*. In: **Wissenschaftliche Zeitschrift der Universität Rostock**. Jg. XIV, 1/2. Rostock, 1965.

A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Fábio Koifman*

Resumo: Em razão do contexto internacional, o governo do Estado Novo brasileiro (1937-1945) estabeleceu uma série de políticas imigratórias que restringiam a entrada de estrangeiros no país. As razões para o estabelecimento de uma política seletiva em relação à imigração possuía origem na agenda de Estado que seguia o projeto eugenista de “branqueamento” da população brasileira. Após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos em 1942, exceções de concessões de vistos foram realizadas em razão do chamado “Esforço de Guerra Comum” sem contudo, mudar essencialmente a orientação anterior ao rompimento de relações diplomáticas com o Eixo.

Palavras chave: Política imigratória brasileira; Entrada de estrangeiros e a II Guerra Mundial; O Brasil e o esforço de guerra aliado; Consequências da entrada do Brasil na II Guerra; O Estado Novo e a II Guerra Mundial.

Abstract: Due to the international context, the government of Brazilian Estado Novo (1937-1945) established a series of immigration policies that restricted the entry of foreigners in the country. The reasons for the establishment of a selective policy on immigration had origin in the State agenda that followed the eugenics project “whitening” of the population. Following the entry of Brazil into World War II alongside with the United States, exceptions were made on visa concessions because of the “Common War Effort” but without essentially changing the previous guidance to the breaking of diplomatic relations with the Axis.

Keywords: Brazilian immigration policy; foreign entry and World War II; Brazil and Allied war effort; The consequences of the Brazil’s entry in World War II; The “Estado Novo” (New State) and World War II.

* Doutor em História, docente da UFRRJ.

Excetuando as chamadas nações indígenas e os descendentes desses povos, os demais habitantes do Brasil possuem a sua ancestralidade entre os grupos humanos que vieram de fora do continente. Seja na condição de escravos provenientes da África até meados do século XIX ou europeus na condição de exploradores e imigrantes. É comum que se afirme que esse é um país formado por imigrantes,¹ não se levando em conta que uma parte significativa do contingente populacional tenha sido trazida para cá de maneira forçada e não espontânea. Ao longo de alguns séculos os escravos africanos e seus descendentes se tornaram maioria da população. Mesmo antes do fim da escravidão no Brasil, ainda no século XIX, o contingente populacional fez surgir entre as elites dirigentes que se consideravam brancas e culturalmente ligadas as nações européias, uma preocupação com a composição étnica da população brasileira, considerada ruim em razão do elevado contingente de não brancos (SCHWARCZ, 2000; SKIDMORE, 1989).

O incentivo a vinda de imigrantes europeus nas últimas décadas do século XIX tinha como propósito substituir a mão de obra escrava, como também contribuir para o projeto de “branqueamento” da população, cuja base possuía evidentes concepções racistas (MOVCHOVITZ, 2001).

A ampla atração e absorção de imigrantes europeus seguiu como política já no início da República. O século XX trouxe mudanças importantes, em especial a paulatina absorção do discurso de aparência científica para justificar projetos de inspiração racista. Boa parte dos intelectuais brasileiros creditavam o atraso do país a “má formação étnica” do povo brasileiro e vislumbravam o desenvolvimento do Brasil associado a política imigratória. A lógica era de que o imigrante branco trazido ao país se assimilaria ao não branco brasileiro e no decorrer de algumas décadas essa miscigenação tornaria a população brasileira mais clara e portanto mais próxima das nações desenvolvidas (KOIFMAN, 2012, p. 27-28).

¹ Entre outros exemplos, texto de 2009 do então embaixador do Brasil no Japão, Luiz Augusto de Castro Neves, no qual é afirmado que “O Brasil, país de imigrantes com 180 milhões de habitantes”. Disponível em http://www.brasemb.or.jp/portugues/news/atl_150209.php. Acesso em 19 out. 2015.

Os defensores das teses de branqueamento, mesmo com diferentes pontos de vista, identificaram-se com eugenismo que no Brasil ganhou conotação e propostas específicas. O movimento eugenista brasileiro a partir do congresso de 1929 estabeleceu que a imigração seria uma boa solução para a “melhora da composição étnica do povo”. O primeiro lobby nesse sentido surgiu na constituinte e constituição de 1934, com a instalação do regime de quotas, cujo principal foco restricionista era a imigração japonesa (KOIFMAN, 2012, p.33).

A ascensão do nazismo em 1933 e a crise dos refugiados europeus produziu um aumento no número de imigrantes e a política imigratória passou a ocupar a cúpula do Estado cada vez mais a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, no mesmo ano. Em tese, o tema do controle de entrada de estrangeiros representava um problema pequeno em relação a outros aparentemente mais sérios. O uso político do assunto o traria a pauta nos debates ministeriais de maneira constante e por fim, produziria um número significativo de leis específicas relacionadas a matéria (KOIFMAN, 2002, p. 103-175).

O ano de 1938 foi o da emissão de decretos mais detalhados e extensos, com o estabelecimento de controles minuciosos relacionados a entrada de estrangeiros no Brasil. Refletiam ainda a persistência do ideal do branqueamento e conceitos relacionados ao que classificavam como capacidade de “fusibilidade” dos diferentes grupos humanos. Tais premissas buscavam atender o projeto de “melhoria” da composição étnica do povo brasileiro por meio da miscigenação e a legislação tinha como finalidade filtrar o máximo possível o tipo de imigrante considerado como ideal, assim como controlar toda e qualquer entrada de estrangeiros no país. No plano interno, diferentes ações foram realizadas no sentido de estabelecer um rígido controle interno dos estrangeiros já residentes. A idéia inicial era a de regularizar e registrar todos os estrangeiros que viviam no Brasil em situação irregular e a partir daí, proceder com a expulsão, caso fosse necessário, estabelecendo filtros rigorosos em relação aos novos imigrantes. A ação de estabelecer imigração seletiva também atendia a preocupações com controle dos estrangeiros residentes ainda irregulares (KOIFMAN, 2012, p. 25-45).

Para efetivar os controles desejados, entre outros órgãos, foram criados a Comissão de Permanência de Estrangeiros, o Serviço de Registro de Estrangeiros (SRE) e a Delegacia Especializada de Estrangeiros. Uma vez regularizados todos os estrangeiros residentes, o passo seguinte foi o de restringir ao máximo a entrada de indesejáveis e os considerados inassimiláveis (KOIFMAN, 2012, p. 165-172).

Ainda em 1938 ocorreu também a repressão as minorias apontadas como não assimiladas no Brasil, com a proibição da publicação de jornais exclusivamente em idioma estrangeiro, entre outras medidas de inspiração nacionalista.

Com o início da II Guerra Mundial em setembro de 1939, ocorreu um significativo aumento da pressão de entrada de refugiados ainda na Europa. Gente que estava ameaçada e sofrendo perseguições raciais e políticas perpetradas pelo nazismo cujo controle do continente aumentava com o avanço dos exércitos alemães. Estrangeiros cada vez em maior número passaram a buscar desesperadamente países que pudessem concederem refúgio e asilo (KOIFMAN, 2002, p. 196-198).

Apesar de se constituírem em contingentes de pessoas consideradas brancas, diferentes homens de governo ponderavam quanto a "qualidade" dos refugiados como imigrantes e conveniência da entrada deles no país. Com um contingente significativo de judeus entre os que buscavam refúgio, entre outras acusações, a principal centrava-se na capacidade potencial dos israelitas em miscigenar-se com os não brancos brasileiros, conforme, em poucas palavras, o projeto de branqueamento vislumbrava. Outras preocupações com a vinda de estrangeiros "portadores de idéias dissolventes", ou seja, comunistas, socialistas, intelectual liberais etc., eram manifestas (KOIFMAN, 2012, p. 35).

Especialmente o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) fez do tema da entrada de estrangeiros seu principal argumento para criticar outros ministérios - em especial o Ministério das Relações Exteriores (MRE) - e dessa forma pleitear a centralização decisória da matéria na pasta da Justiça, o que representaria um maior acúmulo de poder e prestígio. O MRE, cujos

consulados no exterior possuíam a atribuição de conceder vistos para estrangeiros, foi sistematicamente acusado de ser ineficiente na seleção de imigrantes e o tema passou a ocupar um espaço cada vez maior tanto na mídia quanto nas agendas ministeriais (KOIFMAN, 2012, 85-129).

Mesmo com as restrições e controles estabelecidos a partir da instauração do Estado Novo, o contingente de estrangeiros que obtinham sucesso em entrar no Brasil - por vezes utilizando-se do expediente de imigrar por meio da obtenção de vistos temporários - seguiu aumentando entre 1938 e os primeiros meses de 1941. Isso se deu em decorrência de vários motivos, além do citado aumento da demanda por parte daqueles que fugiam do nazismo. A principal razão está associada ao fato do governo ter mantido a continuidade da política imigratória de inspiração eugenista. Ou seja, esteve preocupado em não fechar completamente a possibilidade de receber novos imigrantes, pois esses eram considerados extremamente necessários para o desenvolvimento do país. A seleção dos imigrantes implicava em aspectos subjetivos e pouco precisos que tornavam a tarefa dos cônsules complexa. Por outro lado, as restrições seguiram estabelecendo as exceções as quais qualquer tipo de imigrante poderia obter um visto, mesmo quando se tratasse de um estrangeiro considerado "infusível". Entre as exceções, existia a possibilidade de concessão para os chamados capitalistas, pessoas que tivessem condições de realizar transferência de capital elevado. O governo também seguiu considerando como interessante, a despeito da origem étnica do proponente, receber imigrantes que possuíssem comprovada formação acadêmico-científica que pudessem contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Esses poderiam ser recebidos no Brasil como técnicos. Outras nuances e situações apresentaram-se e o contexto da guerra na Europa produziu aumento da vinda de estrangeiros para o Brasil, a despeito de todas as restrições estabelecidas (KOIFMAN, 2012, p. 25-45).

Ao MRE foi imputada incompetência na restrição da vinda de imigrantes indesejáveis. A situação de guerra e a percepção, em setores do governo e da imprensa, do contínuo aumento do número de estrangeiros indesejáveis nos portos brasileiros fez com que o

país, que já a partir de 1938 iniciara uma política imigratória altamente restricionista e controladora, passasse a fechar ainda mais as suas fronteiras aos estrangeiros. Nesse contexto é publicado o decreto-lei 3.175. A concessão de todos os vistos permanentes e temporários passou então a ser da competência do MJNI e não mais do MRE, atendendo a uma antiga pretensão do ministro da justiça Francisco Campos.

Com preocupações diplomáticas e econômicas - turismo e negócios -, são estabelecidas exceções em relação a concessão de vistos para os nacionais dos países americanos e cidadãos portugueses, cuja concessão de vistos seguiram sendo autorizados nos próprios consulados brasileiros no exterior (KOIFMAN, 2002, 203-247).

Os demais vistos, entre abril de 1941 e fevereiro de 1945, passaram a ser analisados, autorizados ou indeferidos por meio de um órgão especial que funcionou no MJNI, o Serviço de Visto. Ao longo de todo esse período, o órgão foi dirigido pessoalmente pelo secretário do Ministro, presidente da Comissão de Permanência de Estrangeiros, membro do Conselho de Imigração e Colonização, além de elaborador de boa parte das leis relacionadas aos estrangeiros e a imigração, o Dr. Ernani Reis. Situação única na história do país até aqui, os vistos de entrada de estrangeiros passaram a ser diretamente autorizados ou negados não mais no Itamaraty, mas pelo MJNI. Reis foi responsável pela elaboração da totalidade dos pareceres relativos a apreciação das concessões ou indeferimento dos vistos. Tais pareceres eram encaminhados ao ministro da Justiça que tinha a atribuição de decidir a respeito. Na quase totalidade dos casos, o ministro seguiu o parecer de Ernani Reis (KOIFMAN, 2002, 131-156).

O acervo do Serviço de Visto do MJNI originalmente possuía 7.736 processos aproximadamente. Presentemente, seguem existindo ou puderam ser localizados 1.959 processos. Essa documentação remanescente fornece subsídios para o estudo da política imigratória naquele momento (KOIFMAN, 2012, p. 47-48).

Parte da historiografia afirma que a política imigratória estaria influenciada por ideário nazi-fascista e as restrições e controles seriam reflexo dessa atribuída influência. Seja no contexto dos anos

anteriores a II Guerra Mundial, seja no tempo em que a guerra já se desenvolvia na Europa.² Se isso de fato ocorreu, é apropriado questionar se o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo produziram mudanças na política imigratória e no controle de entrada de estrangeiros no Brasil. Isso ocorreu? as evidências indicam que não.

Por meio da análise dos processos do Serviço de Visto do MJNI é possível constatar que o estado de guerra não produziu modificações profundas nos critérios seletivos a imigrantes ou nos relacionados ao controle da entrada de estrangeiros como aparece em alguns livros de memorialistas e em obras de alguns historiadores, dentro da clássica visão maniqueísta na qual simpatizantes da causa aliada (os chamados americanófilos) estariam em oposição a simpatizantes do Eixo (os chamados germanófilos), com uma maior tolerância em relação a entrada de refugiados atribuída ao primeiro grupo e um permanente defesa da política restricionista no segundo (CUNHA, 1994, p. 128).

O que é possível constatar do estudo sistemático dos casos envolvendo a entrada de estrangeiros no país entre 1937 e 1945 é que o tema da política imigratória não foi determinado pela chamada política pendular ou pelo posterior rompimento do Brasil com o Eixo. Tampouco, em especial, a posição particular ou as convicções político-ideológicas dos personagens que possuíram em algum momento poder decisório ou opinativo no tema foram condicionados por posições mais ou menos simpáticas em relação aos dois lados em conflito. Essencialmente, existiu consenso entre os homens de governo durante o Estado Novo em relação a necessidade de se estabelecer um controle cada vez maior e mais eficiente em relação a entrada de estrangeiros como também quanto ao tipo de imigrante que se desejaria atrair e evitar. O debate limitou-se especialmente a estabelecer qual ministério teria melhores condições para de forma "técnica", executar esse controle. Do mesmo modo, qual ministério teria as melhores condições de observar e aplicar as exceções de concessão previstas e essa competência, a partir de abril de 1941, ficou a cargo do MJNI (KOIFMAN, 2012, p. 90-129).

² Essa tese aparece, entre outras, na obra KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e Literatura: Escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003.

Antes do rompimento das relações diplomáticas e posterior declaração de guerra por parte do Brasil em 1942, o Serviço de Visto do MJNI aplicou critérios seletivos de inspiração eugenista quando da apreciação das solicitações de emissão de vistos temporários e permanentes para o Brasil. Depois da declaração de guerra a política imigratória manteve-se a mesma.

O que mudou na política imigratória brasileira em relação aos "súditos do Eixo" a partir do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo em 31 de janeiro de 1942 e a posterior declaração de guerra em agosto do mesmo ano?

As mudanças e novas exceções foram influenciadas ou justificadas pelo "esforço de guerra" e na concessão de vistos a cidadãos "súditos do Eixo" ou nascidos nesses países, fatos novos, que não mudaram em nada as demais diretrizes (KOIFMAN, 2012, p. 203-400).

O contexto da fuga desesperada da Europa por parte dos refugiados foi se modificando sensivelmente e o quantitativo de perseguidos ainda em condições de solicitar asilo diminuiu drasticamente. A partir de janeiro de 1942 foi sendo aplicada a chamada "Solução Final" e as modificações da política nazista impediram a saída da Europa das pessoas que encontravam-se sob perseguição racial ou política (KOIFMAN, 2002, p.26).

A drástica diminuição do trânsito marítimo entre os países decorrente da intensidade do conflito nos mares e oceanos tornou a vinda de estrangeiros ainda mais diminuta. Mesmo com esse novo contexto, não foram modificadas as diretrizes da política imigratória até fevereiro de 1945. As viagens realizadas em avião, ainda limitadas, relativamente caras e com várias escalas, passaram a ser uma opção ao risco em alto mar e por essa razão a viagem de mulheres a partir do Brasil, depois de 1943, passou a depender de autorização especial do presidente da República (KOIFMAN, 2012, p. 50-52).

Com os sucessivos afundamentos de navios mercantes no Atlântico por submarinos alemães e italianos e a drástica diminuição desse tipo de transporte, os ainda limitados meios de transporte aéreo passaram a ser muito utilizados em viagens, especialmente entre o Brasil e os Estados Unidos. Em decorrência do "esforço comum de guerra" entre os dois países e as constantes viagens entre os respectivos nacionais, a rota aérea que seguia pela costa atlântica ("via do Atlântico") – existia uma outra rota que seguia pela costa

do Pacífico, a partir especialmente da Argentina e do Chile – passou a ficar extremamente “congestionada”.³ No início de 1943, o MRE encaminhou a Vargas sugestão proposta pela embaixada dos Estados Unidos que tinha como objetivo diminuir a procura desse meio de transporte por parte de brasileiros que não estivessem diretamente envolvidos no “esforço de guerra”, viagens de negócios ou assuntos considerados relevantes. No dia 23 de fevereiro de 1943 o MJNI recebeu o seguinte telegrama do Palácio do Catete:

Tenho o prazer comunicar lhe presidente Republica tomando conhecimento aviso América resolveu enquanto permanecer estado de guerra só podem ser concedidas passagens para aquele país a senhoras que pessoal e individualmente viajarem em missão ligada assuntos de guerra pt cordiais saudações = Luiz Vergara Secretário Presidência.⁴

A justificativa era a de que as viagens de mulheres entre o Brasil e os Estados Unidos foram suspensas “atendendo as dificuldades de repatriamento”.⁵ Considerando as dificuldades de transporte e da guerra, a volta para o Brasil poderia ser dificultada. A determinação tinha aparentemente um sentido de preservar as mulheres de possíveis inconvenientes ou perigos. Embora pareça ter sido motivada simplesmente pela preocupação dos norte-americanos em diminuir a procura e a ocupação de passageiros em viagens aéreas entre os dois países, facilitando assim, o transporte de seu próprio pessoal viajando em razão de assuntos relacionados à guerra. Até 1945 os pedidos de saída de mulheres que não atendessem a assuntos diretamente relacionados ao “esforço de guerra” precisaram ser dirigidos ao presidente que decidiria pelo deferimento ou indeferimento de uma exceção a regra. A secretaria da Presidência encaminhava todos essas solicitações ao MJNI. No Ministério uma exposição de motivos era elaborada na qual o pedido de “exceção à regra geral” era analisado caso a caso. As razões consideradas relevantes e que foram aprovadas eram as que apresentaram motivos relativos a tratamento de saúde, estudos e esposas acompanhando ou indo encontrar seus respectivos maridos.

³ Arquivo Nacional (AN), Serviço de Visto (SV), Processo 949/44.

⁴ AN, SV: 187/43.

Entre os pedidos desse período, aparecem solicitações de autorização de visto de saída para as respectivas esposas de Érico Veríssimo e Walter Moreira Salles.⁶

Outra mudança ocorrida a partir do rompimento de 1942 diz respeito aos chamados “súditos do Eixo”. Não só cidadãos alemães e italianos (e respectivos aliados) mas todos os que possuíam a naturalidade de um dos países aliados ao Eixo (inclui-se Hungria, Romênia, entre outros, mas não Áustria, considerada militarmente ocupada⁷) passaram a ter a sua solicitação de entrada no Brasil indeferida pelo Serviço de Visto do MJNI. Mesmo os naturalizados argentinos, norte-americanos ou portugueses, nascidos em um dos países do Eixo e seus aliados (KOIFMAN, 2012, 203-247).

Tal procedimento não existia originalmente no decreto-lei 3.175 de abril de 1941 que concentrou no MJNI o poder decisório em relação a concessão de vistos para estrangeiros. Entretanto, a partir de junho de 1942, ao receber um processo envolvendo a solicitação de concessão de visto de um cidadão norte-americano nascido na Alemanha, Ernani Reis em seu parecer recomendou o indeferimento e redigiu a seguinte sugestão ao ministro da Justiça:

Sugiro que, talvez fosse conveniente apresentar ao Ex. Sr. Presidente da República um projeto modificando o inciso 1º, do citado dl 3175, de maneira a sujeitar a consulta prévia todos os vistos em passaportes comuns, mesmo em caráter temporário, concedidos a portugueses e nacionais de Estados americanos por naturalização.⁸

O parecer foi aprovado e a sugestão passou a se constituir em regra e prática no Serviço de Visto do MJNI. Em parecer posterior, o chefe do Serviço de Visto esclarece que “tem sido, em princípio, recusada qualquer espécie de visto a naturalizados que tem, como nacionalidade originária, a das potências inimigas ou com as quais o Brasil rompeu mas algumas exceções já foram abertas”. Na prática, algumas exceções ocorreram, como foi o caso do italiano naturalizado argentino Bruno Bruni.⁹

⁵ AN, SV: 1.176/44.

⁶ AN, SV: 1014/43 e 703/44.

⁷ Entre outros, o parecer que consta do processo AN, SV: 1.034/44.

⁸ AN, SV: s/n. /42.

⁹ AN, SV: 860/43.

Do mesmo modo, as autorizações de saída do país também foram restringidas. Em parecer de julho de 1943, em caso relativo ao padre italiano Antonio Cerato, que residia na cidade de Guaporé (RGS) e recebera ordens de seus superiores eclesiásticos para dirigir-se à Argentina, Ernani Reis afirmou em seu parecer que “de acordo com a orientação geral adotada por este ministério e pelo das Relações Exteriores, e aprovada pelo Sr Presidente da Republica, estão suspensas as viagens de súditos do Eixo para o exterior, a menos que seja para os seus países. Opino, pelo indeferimento” e a autorização não foi concedida.¹⁰

Em outro parecer, Ernani Reis afirmou que “a regra de que está vedada a entrada, no país, de súditos das potencias inimigas deve, a meu ver, ser mantida com o máximo escrúpulo.”¹¹ As regras mencionadas consideravam especialmente a naturalidade. Nesse tema e contexto, existem remanescentes do Serviço de Visto um conjunto de cento e cinco processos relacionados a solicitações de emissão de visto exaradas pelo MJNI.

Essas mudanças surgidas com o rompimento das relações diplomáticas afetam primeiro e imediatamente os nacionais e naturais das nações inimigas. Esses passaram a ter os pedidos de visto indeferidos. Apesar disso, os estrangeiros naturais da Alemanha e da Itália naturalizados norte-americanos e ligados ao “esforço de guerra”, em alguns casos lograram obter autorização para vistos de trânsito, temporários e permanentes por parte do MJNI, como foi o caso de Hermann Hollander em 1942.¹² Hollander era presidente da *H.H. Incorporated* e pretendia vir para o Brasil comprar couros, solas e têxtil brasileiros para o “esforço de guerra”. Declarou ser judeu e ter entrevistas agendadas junto ao *War Production Board* de Washington e com o *NY Selective Service Draft Board*.

A informação de que era judeu, declaração possivelmente surgida com o intuito de excluí-lo como simpatizante do nazismo não convencia o MJNI, uma vez que em outros casos solicitações encaminhadas por solicitantes judeus nascidos na Alemanha e naturalizados, não facilitaram a emissão do visto, como foi, por exemplo os casos do argentino naturalizado Frederico Otto Erico

¹⁰ AN, SV: 588/43.

¹¹ AN, SV: 135/43 e 197/43.

¹² AN, SV: s/n. /42.

Thomas Wulff¹³ ou do alemão naturalizado chileno Walter Lowens Tein Mayer.¹⁴ Mas a referência e comprovação de estar envolvido com o “esforço de guerra” sim contribuíram para que a emissão do visto fosse autorizada.

As negativas do Serviço de Visto do MJNI em muitos casos produziram solicitações de reconsideração que eram encaminhadas em último grau de recurso até o presidente Vargas. De um modo geral, o argumento relacionado ao “esforço de guerra” era atendido pelo Serviço de Visto, como foi o caso por exemplo de Mário Capelli, italiano residente no Brasil que em janeiro de 1943 que solicitou uma licença para sair do Brasil e outra de posterior retorno.¹⁵ O MJNI só autorizara a saída. A intervenção do consulado norte-americano de São Paulo com a informação de que Capelli trabalhava no departamento de Estado Americano, no *Board of Economics Warfare* e no *War Production Board* de Washington e era representante da “*Rheem Manufacturing Company* de NY”, fez o MJNI autorizar também o retorno.

O mesmo se deu com o eletricitista norte-americano nascido na Itália Augusto Gomenzo que em junho de 1943, contratado pela *Elmhurst Contracting Company* teve o visto permanente aprovado para trabalhar nas obras da *Panamerican Airways* em Natal.¹⁶ Ou ainda, em dezembro de 1943, com Walter Peter Rutley e a esposa Dorothea. Ele nascido na Alemanha, naturalizado norte-americano, procedente da Argentina, solicitou um visto de trânsito e o parecer recomendando a autorização fundamentou-se com o argumento de que “tratando-se de nacional de um país amigo e intimamente ligado ao esforço de guerra comum, e que se dirigem para esse país, proponho o deferimento, na forma do pedido (60 dias).”¹⁷ Também no caso ocorrido no mesmo mês, dezembro de 1943, do mecânico Henry Roeming Rehe, norte-americano (desde 1941), nascido na Alemanha e procedente de Miami, que solicitou um visto permanente para vir trabalhar na escola técnica de aviação em São Paulo.¹⁸

¹³ AN, SV: 1085/43.

¹⁴ AN, SV: 801/43.

¹⁵ AN, SV: 48/43

¹⁶ AN, SV: 579/43.

¹⁷ AN, SV: 1113/43.

¹⁸ AN, SV: 1139/43.

Dos processos existentes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro relativo ao acervo do Serviço de Visto, sessenta e nove processos, muitos deles relativos a vários solicitantes, podem ser classificados como relativos ao comum "esforço de guerra". A maioria destes envolvia concessão de visto de entrada e transformação de status do visto. As solicitações foram analisadas e aprovadas pelo MJNI. Somente em dois casos, tratados no presente artigo, a solicitação sofreu indeferimento.

A partir do ano de 1942 passaram a vir em boa quantidade para o Brasil e tiveram seus respectivos vistos permanentes aprovados por Ernani Reis "por se tratar de assunto ligado ao nosso esforço de guerra" trabalhadores, técnicos e engenheiros ligados ao contexto das obras de construção dos aeroportos e bases militares utilizados pelas forças norte-americanas no norte e nordeste brasileiro.¹⁹

Até 1945 (enquanto funcionou no MJNI o Serviço de Visto) algumas novas situações relacionadas a guerra surgiram e precisaram ser analisadas e resolvidas, uma vez que esbarravam na rigorosa política imigratória restricionista e no aparato jurídico-burocrático implantado para fazê-la funcionar.

Com a guerra em curso, a demora na autorização de pedidos classificados como urgentes para entrar no Brasil (temporário ou permanente) acabaram por produzir uma avalanche de solicitações e reclamações dirigidas ao governo brasileiro por parte especialmente dos representantes diplomáticos dos EUA. Norte-Americanos natos, optavam por solicitar visto temporário diretamente nos consulados ainda no exterior, uma vez que por esse meio, os vistos eram emitidos de maneira mais ágil e rápida. As exceções estabelecidas a emissão de visto de turista e negócios incluía cidadãos daquele país. A solicitação de vistos permanentes obrigavam o encaminhamento da solicitação ao Serviço de Visto do MJNI e todo o processo demandava mais tempo. Uma vez no Brasil, em razão de permanecerem por mais de seis meses, prazo máximo de vigência de um visto temporário, precisavam transformar o *status* de temporário para permanente. Os processos se acumulavam e os esforços por agilização eram tentados.

¹⁹ AN, SV s/n /42. Processo relativo a Frank Everard Denton e a secretária Zella Irene Metzger Crow. Mesmo teor e decisão de outros processos, entre outros, os dos também norte-americanos, Edsel Allen Hatcher; Frank Maslar, Hays Vaughan White e Charles H. Whitmer, autorizações encaminhados entre fins de novembro e início de dezembro de 1942 que tornaram-se modelo de procedimento do Serviço de Visto para situações análogas que surgiram posteriormente.

Começaram também a aumentar o número de solicitações para emissões de “vistos oficiais grátis”, uma vez que os emolumentos para emissão de quaisquer vistos eram muito caros nessa época, dentro da lógica da política restricionista.²⁰

Uma vez no Brasil, o MRE solicitava, como ocorreu por exemplo em 19 de março de 1943 que o MJNI assinassem nos passaportes especiais

no sentido de permitir a seus titulares a estada no território nacional, usufruindo das vantagens concedidas às pessoas que tinham obtido em seus passaportes ‘visto oficial grátis’, isto é, podendo permanecer sem obrigação de se registrar no serviço de registro de estrangeiros e isentos de pagamentos de quaisquer taxas ou emolumentos.²¹

Em outubro de 1943 a representação diplomática norte-americana dirigiu carta ao Ministro da Justiça ponderando que

Um dos nossos mais urgentes problemas em Natal e que há muito vem detendo o nosso esforço de guerra é a falta de facilidades adequadas para permitir a obtenção de visas por cidadãos norte-americanos empenhados na execução de obras de defesa (...) encontram-se em Natal mais de 400 norte-americanos. Contratados para executarem serviços de transporte, como sejam funcionários da Pan American Airways (...), além do pessoal da AIRPORT DEVELOPMENT PROGRAM e UNITED STATES ENGINEERING DIVISION que está executando obras e construções. A maioria desses indivíduos são portadores de passaportes com vistos temporários quase esgotados. Outros vieram

²⁰ AN, SV: 437/43, por exemplo, relativo ao norte-americano Wilbur Augustus Sawyer e AN, SV: 548/43 relativo a solicitação do norte-americano Mary Stearns Morse. Os processos SV: 550/43 e SV 456/43 trazem igual solicitação relativa a extensa lista de nomes de cidadão norte-americanos que estavam para vir para o Brasil desempenhar atividades relacionadas ao “esforço de guerra”.

²¹ AN, SV: 383/43. Relativo a concessão para o major William Hayne Jr. Wills e para os capitães Jule Tebow e Luke Jorda L’Heureux.

da África sem vistos nos seus passaportes por não haver consulado brasileiro para concedê-los. Uns permanecem em Natal uns 10 dias enquanto outros lá ficam 6 meses (...) o processo atual para a obtenção e o prorrogamento [sic] de vistos exige que seja enviado o passaporte ao Rio de Janeiro, acarretando demoras de seis meses ou mais. Por conseguinte, quando o membro de uma tripulação é chamado com urgência para empreender uma viagem à Índia, ao Norte da África ou ao Cairo, geralmente o seu passaporte encontra-se no RJ para fins de fiscalização e ele não tem outro recurso senão seguir sem seus documentos de identidade.²²

Dessa forma, o diplomata propôs ao governo brasileiro que passasse a "autorizar o departamento de registro de estrangeiros em Natal a executar esses serviços aqui em Natal ou então enviar um representante especial que possa atender ao assunto".

A resposta de Ernani Reis foi no sentido de atender a solicitação: "De acordo com as suas instruções verbais (...) acredito que as providencias são úteis não só aos norte-americanos como a nós mesmos, pois facilitam as atividades dos técnicos a serviço do esforço de guerra e permitem que eles sejam regularmente inscritos no Serv. de Registro de Estrangeiros para o tempo que demorarem no Brasil." A autorização era inimaginável ao MJNI, mas o "esforço de guerra" foi atendido.²³

Fora esses militares citados propriamente ditos, um número significativo de civis dirigiram solicitações de concessão de visto ao MJNI. Profissionais que conseguiram comprovar que a vinda para o Brasil relacionava-se ao "esforço de guerra", técnicos e funcionários vinculados ao "Auxílio a náufragos" (*United Seamen's Service*); *Board of Economics Warfare*; "Comissão de suprimentos de guerra dos EUA"; "Departamento de Guerra dos EUA" (*War Department*); "Missão do governo dos EUA"; *NY Selective Service Draft Board*; *Office War information*; *Pan American Airways – transcontinental And Western Airlines – Eastern Airlines American Airline – American Export Airline*

²² AN, SV: 1016/43.

²³ Idem.

– *United States e Engineering Division; Panamerican Airways África Orient Division; “Programa de Aquisição da Borracha” (Rubber Reserve Development); “Programa de Desenvolvimento de Aeroportos” (Airport Development Program); United Service Organization; War Production Board* de Washington, entre outros citados nos prontuários remanescentes do acervo do Serviço de Visto do MJNI, lograram obter seus vistos, independente da “origem étnica” do solicitante e sem a comprovação de qualquer habilidade relativa a capacidade técnica, conforme ocorria nos casos de pedidos não relacionados ao “esforço de guerra”.

Quais atividades profissionais e funções eram descritas nos pedidos? Entre os cento e cinco processos relacionados ao “esforço de guerra” arquivados aparecem as seguintes descrições: “Especialista em aparelhagem de holofotes e escrita anti-aérea”; “perito naval da *United States War Shipping Administration*”; “destina-se aos serviços técnicos da base naval de aviação em Natal, RGN”; “funcionários da *United Service Organization* (entidade filantrópica de apoio aos soldados)”; “eletricista”; “soldador”; “carpinteiro”; “com contrato com o *Elmhurst Contracting Company* para servir nas obras da *Pan American Airways* em Natal”; “contratado para servir nas obras de construção em Fernando de Noronha pela *J.G. White Engineering Corporation*”; “técnicos em aeronáutica”; “contador para contrato com a *J. G. White Engineering Corporation* que trabalha para o *Airport Development Program*; “a serviço da *United Service Organization*”; “fiscal de Construção para servir em Natal na *Elmhurst Contracting Company*”; “Contra-mestre de construção”; “mecânico”; “servir como ajudante do Encarregado da *Pan American Airways* no Aeroporto de Natal”, entre outras.

O MRE encaminhava os pedidos ao Serviço de Visto do MJNI e aguardava a decisão do MJNI. De um modo geral, seguindo a praxe regular do ministério, uma decisão tornava-se modelo para casos análogos, ao que Ernani Reis referia-se como “precedente estabelecido”. Tratavam-se de entendimentos que eram reiterados nos despachos ministeriais e, especialmente, nas decisões do presidente da República. Tornavam-se espécie de norma em relação a novos pedidos que possuíssem semelhante matéria. Reis instruía os funcionários que trabalhavam no Serviço de Visto que abrissem arquivo temático relacionado a esses precedentes (KOIFMAN, 2012, p. 227-8).

Um exemplo referência a essa prática aparece em 1943 exarado em parecer de Ernani Reis: "Tendo em vista os precedentes estabelecidos, e considerando que se trata de uma pessoa natural de um Estado americano e em missão ligada ao esforço de guerra contra o inimigo comum exercendo funções que interessam às forças armadas Norte Americanas" e recomendava ao ministro a aprovação.²⁴

Entre 1943 e 44 os "correios navais norte-americanos" fizeram produzir debate e uma nova regularização especial. Correio não tinham como esperar pela burocracia brasileira.

Mas o aval ou o "de acordo" dos EUA (ou ingleses) não significou a emissão de autorização automática por parte do MJNI. Foi possível identificar dois exemplos de indeferimento. O primeiro relacionado a solicitação de concessão de visto para o britânico George Henry Dagley, que entre fevereiro de 1943 e junho de 1944 tentou entrar no Brasil vindo da Bolívia.²⁵ Era comerciante e iria assinar contrato com a *Rubber Reserve Development Co.*, escritório de Manaus, em maio de 1943. Solicitava um visto permanente. Dagley residiu no Brasil até fins dos anos 1930 e não utilizou a licença de retorno que possuía, expirada em abril de 1940. Nem mesmo o pedido pessoal de John F. Simmons, conselheiro da embaixada americana, somados a outros tantos esforços embaixadas americana e britânica, mencionando o esforço comum de guerra, assim como uma solicitação do embaixador do Brasil em La Paz lograram dobrar o MJNI e o visto não foi emitido.

O segundo caso diz respeito ao perito contador Frank Kelly, natural da Inglaterra, naturalizado norte-americano.²⁶ Em maio de 1943 solicitou a concessão de um visto permanente pois iria atuar como "pagador" da *Elmhurst Contracting Company* em Natal. Ernani Reis indeferiu argumentando que "sendo a *Pan American Airways* uma empresa legalmente autorizada a funcionar no Brasil, não se justifica que tenha de mandar vir do estrangeiro um perito contador, máxime considerando-se que se trata de profissão especialmente regulamentada na lei brasileira".

²⁴ AN, SV: 552/43, pedido relativo a Alice Elizabeth Fleming, a serviço da *United Service Organization*.

²⁵ AN, SV: 322/43.

²⁶ AN, SV: 367/43.

Em ambos os casos, a profissão e a ocupação daqueles que solicitaram influenciaram na decisão. Curiosamente, pedreiros, carpinteiros e outros operários foram considerados como “especializados” pelo Serviço de Visto e lograram obter seus vistos permanentes e trabalhar nessas especialidades sem maiores dificuldades.

No período, nacionais de outros países também tiveram seus vistos autorizados em razão do “esforço de guerra”, como o caso ocorrido em janeiro de 1943 dos 21 oficiais tailandeses passaram em trânsito para “reunir-se as forças do General Stilwell”.²⁷

Um caso é especialmente interessante. Mesmo permanecendo formalmente com as relações diplomáticas rompidas com a União Soviética, em decorrência do “esforço de guerra comum”, ocorreram autorizações de concessão de vistos de trânsito para pessoal administrativo e “oficiais russos”. Em fins de 1943 passaram por Natal e Belém os oficiais soviéticos Konstantin Federovich Speranski, Mark Isaakvic Lvovich e Serapion Tadeevich Pagava.²⁸ Na mesma época, os interventores federais do Pará e do Rio Grande do Norte foram comunicados da passagem dos “técnicos do comissariado das finanças da União Soviética”, em trânsito para os EUA: Chechulias Fedorovich, Yan Danilovich Zlobin, Aleksander Petrovich Mrozov, Nikolai Ivanovich Kuznetsov e Anna Nikitichna Pugacheva.²⁹

Algo inimaginável para um governo que utilizou-se de maneira tão sistemática e contínua da chamada Intentona Comunista de 1935 para instaurar repressão e controle político intenso que serviu inclusive como justificativa para o golpe que instaurou o Estado Novo em 1937. Seguiam muito atentos e preocupados a polícia política em todos os Estados e os funcionários encarregados de controlar a entrada de estrangeiros em relação a penetração de “elementos portadores de idéias dissolventes”, eufemismo para ativistas comunistas e o mais zeloso dos ministérios, o da Justiça, autorizou a entrada de vários soviéticos no país.

A entrada do Brasil na II Guerra Mundial criou novas situações e autorizações que podem até consideradas como inusitadas, mas a política imigratória que tinha na eugenia inspiração e o branqueamento da população como projeto, manteve-se até fins de fevereiro de 1945.

²⁷ AN, SV: 41/43.

²⁸ AN, SV: 1.013/43.

²⁹ AN, SV: 1.109/43.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS

Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves [et al.] (coord). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

AFONSO, Rui. *Um homem bom*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

BARROS, Orlando de. "Preconceito e educação no Governo Vargas (1930-1945). Capanema: Um episódio de intolerância no Colégio Pedro II". *Cadernos avulsos da biblioteca do professor do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1987.

_____. "O incêndio do teatro e outras encenações. História e semiologia no labirinto de um texto". Rio de Janeiro: In Advir, a.II, n.º 1, pp. 34 – 38, abr. 1993.

BLACK, Edwin. *A Guerra Contra os Fracos*. São Paulo: Ed. A Girafa, 2003.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo Ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

CARVALHO, Péricles de Mello. *A Legislação Imigratória do Brasil e Sua Evolução*. Rio de Janeiro: Revista de Imigração e Colonização, Outubro de 1940.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em Alto-mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DINES, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. 4ª Ed. ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

GAMBINI, R. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional (1930/1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e Literatura: Escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003

LESSER, Jeffrey H. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. "Repensando a política imigratória brasileira na época Vargas". In:

LEVINE, R. M. *O Regime de Vargas: os Anos Críticos (1934-1938)*". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MARTINELLI, Ociola. "O serviço de Registro de Estrangeiros do Distrito Federal (Relatório dos trabalhos realizados em 1939)". *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: s/ed, n °3, ano I, Out. 1940.

MILGRAM, Avraham. "Arthur Hehl Neiva e a questão da imigração judaica no Brasil". In "Em nome da fé", *Estudos in memoriam de Elias Lipiner*. Orgs. Nachman Falbel, Avraham Milgram e Alberto Dines. pp. 145 – 156. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

_____. *Os Judeus do Vaticano*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

_____. "Reseñas". *E.I.A.L.- Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*. vol. 6 – nº 2. Israel: Universidad de Tel Aviv, 1995.

MOVCHOVITZ, Jeronymo. *Nem Negros, Nem Judeus: a política imigratória de Vargas e Dutra (1930-1954)*. Rio de Janeiro: PPGH-UERJ, 2001.

NEIVA, Artur Hehl. "Estudos sobre a Imigração Semita no Brasil". *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Junho de 1940. pág. 215 a 422.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; Velloso, Mônica Pimenta e Gomes, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REIS, J. R. F. "Raça, imigração e eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental". *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: v. 36, 1999.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos rolados (estudos brasileiros)*. Rio de Janeiro: s/ ed., 1927.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. "Estado e eugenismo no Brasil". In:

MEDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.

_____. "Lobato, os jecas e a questão racial no Pensamento Social Brasileiro". *achegas.net: revista de ciência política*. Rio de Janeiro, n. 7, mai. 2003, disponível em http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm. Acesso em: fev. 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. Rio de Janeiro: Mana, v. 3, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15. fev. 2007.

SILVA, Hélio. *1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *1938 – terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *1939: Véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1942: Guerra no continente*. Civilização Brasileira, 1972.

_____. CARNEIRO, Maria Cecília; DRUMMOND, José Augusto. *A Ameaça Vermelha: O Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

SILVA, José Luís Werneck da.(org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, volume I: O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

VAINER, Carlos Bernardo; AZEVEDO, Vania Maria Ramos de. "Classificar, selecionar, localizar. Notas sobre a questão racial e a imigração." Disponível na Internet em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/vainer.rtf> acesso em junho de 2015.

VIANNA, Oliveira. "Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica". *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro, s/ed. n.º 4, ano I, out. 1940. pp. 617-634.

SITES DA INTERNET:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (REST)

Vol. 7 nº 14 jul-dez 2015

Revista do Núcleo de Estudos Estratégicos Avançados (NEEA)
da Universidade Federal Fluminense



Apoio

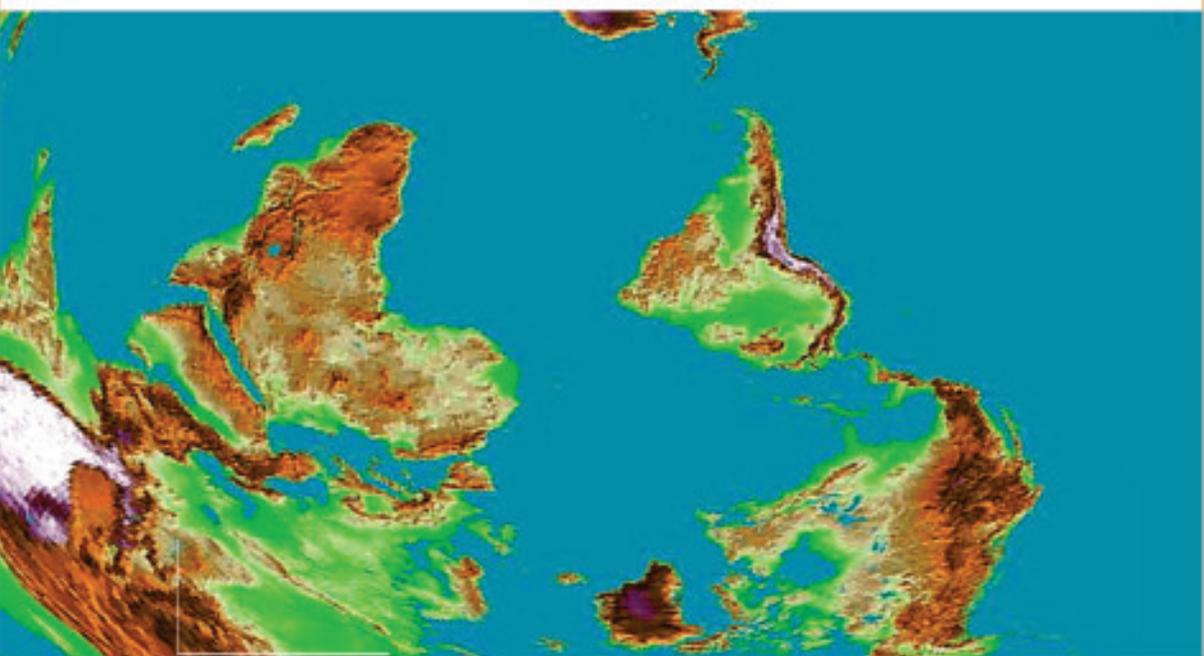
ESTA EDIÇÃO DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS
ESTRATÉGICOS CONTOU COM O APOIO DA PROPPI/UFF,
VIA PROGRAMA DE APOIO À EDITORAÇÃO DE PERIÓDICOS

Realização

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (INEST/UFF)

Produção e Divulgação

EDITORA LUZES
COMUNICAÇÃO, ARTE & CULTURA
e-mail: editoraluzes@editoraluzes.com.br
Site: www.editoraluzes.com.br



Para os Estados poderosos, nada é mais real e nacional do que a sua Defesa. Para os países menos aquinhoados pelo poder, nada é mais ideal e menos nacional do que a sua própria Defesa.

Eurico de Lima Figueiredo
Professor Titular
Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos
da Universidade Federal Fluminense

